

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



**Eduardo Brazão: Diplomata e Historiador
(1907-1987)**

João Francisco Martins Moita

Tese orientada pela
Prof.^a Doutora Ana Maria Homem Leal de Faria,
especialmente elaborada para
a obtenção do grau de Mestre em História,
na especialidade de História Moderna e Contemporânea

2021



EDUARDO BRAZAO

Por Eduardo Malta (1957)

Da Coleção do Autor

Agradecimentos

Não poderia deixar de começar pela minha orientadora, professora na minha licenciatura e mestrado, Ana Leal de Faria, que perante a adversidade esteve sempre presente para me ajudar quando necessitei. O seu conhecimento e a sua orientação foram indispensáveis para o meu percurso.

Aos meus professores de mestrado - Prof.^a Doutora Maria Leonor Garcia da Cruz, Prof.^a Doutora Isabel Drumond Braga, Prof.^a Doutora Teresa Nunes, Prof.^a Doutora Maria de Fátima Reis e Prof. Doutor Ernesto Castro Leal, que muitas vezes apresentaram a flexibilidade necessária para o contexto da minha frequência no curso, sem nunca deixarem de lado a exigência

Aos técnicos do Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros que me auxiliaram perante a minha inexperiência em trabalho de arquivo. Aos técnicos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, como sempre essencial em qualquer trabalho relativo à História de Portugal.

Ao Prof. Doutor Francisco Palomanes Martinho por me ter cedido o contacto do Dr. Miguel Caetano e a este último por gentilmente ter permitido a consulta do espólio do seu pai Professor Marcello Caetano, sem o qual seria impossível realizar este trabalho.

Aos meus amigos e à minha família, pelo apoio e suporte durante difíceis e longos anos, absolutamente essencial para a construção da resiliência necessária que me permitiu percorrer o meu percurso académico até aqui.

Por fim ao Jorge e aos seus livros que cedo acabaram nas minhas mãos, e ao dono das velharias dos irmãos Martins, que mesmo sem se aperceber foi sempre a minha grande inspiração.

Resumo:

A presente dissertação pretende demonstrar como a carreira de Eduardo Brazão é representativa daquilo que podemos designar como diplomacia cultural, sem não esquecer toda a ação política que também desenvolveu. Para isso analisou-se um conjunto de fontes que passam pela sua correspondência privada com vários elementos da sociedade portuguesa, as cartas que trocou com os chefes de governo António Oliveira de Salazar e Marcello Caetano, bem como os relatórios de posto e outras fontes produzidas para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Sendo o diplomata português também um reputado historiador e essa sua faceta se misturar muitas vezes com a sua ação diplomática, é revista a sua extensa produção bibliográfica no capítulo da História, bem como analisados os diferentes períodos em que essa produção se pode integrar.

Pretende-se assim defender uma ideia de que a Cultura e a História, são dois pontos indissociáveis na ação diplomática que Eduardo Brazão desenvolveu ao serviço de Portugal.

Palavras-Chave:

Eduardo Brazão; diplomacia cultural; Hong Kong; Itália; Canadá; Irlanda; Vaticano

Índice:

Introdução.....	7
Estado da Arte.....	10
Parte I - Formação e Início de Carreira.....	18
Capítulo 1 - Os primeiros anos da vida de Eduardo Brazão (1907-1941).....	18
Capítulo 2 - O Início da Carreira Diplomática (1941-1946).....	36
A Cifra e a guerra.....	36
França de Vichy, Abril de 1944.....	39
Na África Portuguesa, acompanhando o legado pontifício Cardeal D. Manuel Cerejeira.....	51
Segundo Secretário da Embaixada de Portugal junto da Santa Sé, 1945.....	58
Madrid, 1946.....	70
Capítulo 3 - Cônsul em Hong Kong (1946-1951).....	78
Portugal (e Macau), Reino Unido (e Hong Kong) e as relações Ocidente-China.....	78
Eduardo Brazão em Hong Kong.....	88
Capítulo 4 - Encarregado de Negócios na Irlanda (1951-1954).....	105
Capítulo 5 - De Regresso à Pátria (1955-1958).....	114
Chefe do Protocolo do Estado.....	114
Uma Breve Passagem Pelo Secretário Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo.....	123

Parte II - Chefe de Missão.....	132
Capítulo 6 - Embaixador junto da República Italiana (1958-1962).....	132
Capítulo 7 - Canadá e Costa Rica (1962-1966).....	156
Embaixador no Canadá.....	156
Embaixador não residente na Costa Rica, 1966.....	166
Capítulo 8 - Bélgica e Luxemburgo (1967-1968).....	170
Embaixador na Bélgica	170
No Luxemburgo.....	174
Capítulo 9 - Embaixador junto da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta (1968-1974).....	179
No Vaticano.....	179
Na Ordem Soberana e Militar de Malta (1968-1971).....	191
Conclusão - o fim da carreira de Eduardo Brazão e um balanço da mesma.....	194
Bibliografia.....	199

Introdução

Assistimos no presente a um tempo de muita velocidade. Velocidade da evolução tecnológica, velocidade na informatização, digitalização e codificação da vida, velocidade na circulação de informação e dados, de forma desmedida e descontrolada. O homem do presente século é peão das correntes de opinião que nunca antes se formaram com tanta rapidez e facilidade. Tendo em conta as palavras de Benedetto Croce “toda a história é história contemporânea”, entendemos que a já mencionada velocidade e volatilidade da interpretação da informação não deixa de parte a História, sendo assim a compreensão do passado também uma vítima desta nova tendência. Se as palavras de Croce se podem aplicar em qualquer época, adquirem ainda mais relevo se estivermos a falar do século XX e da história contemporânea portuguesa. Por um lado, a politização da História, assim como a tendência atual de a utilizar como arma de arremesso à mercê do vento da ideologia, exigem que se faça um trabalho exemplar, preservando-a seguindo um imperativo ético de imparcialidade. Por outro, existe também a urgência de descobrir um passado cada vez mais submisso às necessidades que o ultrapassam - políticas e económicas - que muitas vezes põem a História num patamar de subserviência em detrimento de um filistinismo que vigora no discurso do presente e que pretende esmagar a tradição cultural e intelectual no país e no mundo. É assim que partiremos para este trabalho, com um intuito, embora humilde, e com a certeza que será preciso muito mais do que umas breves páginas para contrariar a tendência acima descrita e esclarecer um pouco mais a História de Portugal do passado recente, nomeadamente as opções da política externa do Estado Novo e o papel da sua diplomacia.

Eduardo Brazão, historiador e diplomata, é uma das faces da diplomacia portuguesa do século XX. À sua formação político-cultural, e à sua paixão pela escrita da História, juntou-se uma passagem diversificada por vários pontos do globo em nome da política externa portuguesa, ajudando-nos assim no trabalho de avaliar os diferentes contextos desta. Partindo da hipótese de que Brazão amava mais a História do que a diplomacia, pareceu-nos ser essencial dar mais peso à sua função de diplomata por esta ser inevitavelmente mais importante do ponto de vista da história recente de Portugal. Não deixando claro de entender a influência da História na vida do diplomata, partimos para uma análise muitas vezes da sua vida pessoal, mas nunca ignorando o trabalho como secretário, cônsul e embaixador. A compreensão dos

contextos políticos internacionais naturalmente que não pode ser ignorada, sendo indispensável olhar para a situação política e social dos locais onde Brazão se vai instalar ao serviço de Portugal.

A importância do trabalho e vida de Eduardo Brazão, passou também no facto de muitas vezes ter sido apanhado em momentos chave da definição da posição portuguesa face à comunidade internacional ou às relações específicas do país relativamente ao Estado em que se encontrava a representar Portugal. Num tumultuoso século XX português, com duas guerras mundiais na Europa, um longo isolamento político e uma guerra que marcou o devir do império, Brazão encontrou-se muitas vezes na linha da frente da política externa face a estas três problemáticas. No início, trabalhando na secção da Cifra do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tendo visitado a França de Vichy, a sua carreira foi marcada pela posição portuguesa face ao maior conflito da história do mundo contemporâneo, onde a neutralidade portuguesa impôs uma hábil atuação dos diplomatas lusos. Na Espanha de Franco, assim como na Itália do pós-guerra, enfrentou os resquícios do conflito que deixara a primeira num isolamento quase total, fruto de ser - em conjunto com Portugal - um dos únicos regimes de índole fascista a sobreviver pós-1945, e na segunda um país em ruínas, onde as ambições imperiais resultaram num esmagamento militar do país de sul para norte e onde os blocos de poder do século se iriam enfrentar na medida da disputa política, extravasando até além disso nos chamados “anos de chumbo”. De resto Itália representou para Eduardo Brazão uma quase segunda casa. À sua primeira passagem enquanto investigador, iriam ser acrescentados os já mencionados anos do pós guerra, uma outra passagem enquanto embaixador junto do governo italiano entre 1958 e 1962, e por fim como representante de Portugal na Santa Sé nos anos finais do regime entre 1968 e 1974. Se na sua segunda passagem encontrou uma Itália extremamente instável politicamente, no Vaticano viria a enfrentar as contradições de um país que embora quisesse ter no catolicismo uma vertente unificadora, via o Papa a estabelecer uma relação cordial com os movimentos de libertação inimigos de uma outra vertente unificadora do regime: a ideia de nação imperial assente numa retórica de um Portugal pluricontinental e multirracial.

Este confronto pelo desígnio histórico de uma nação que deveria cumprir a sua missão, já de quinhentos anos, de civilizar o terceiro mundo em África, Índia e no extremo oriente, esteve no centro dos problemas enfrentados por Eduardo Brazão nas suas missões diplomáticas na Bélgica e no Canadá, assim como também na Irlanda e

em Hong Kong. No entanto não podemos ignorar a outra vertente, esta que o distingue verdadeiramente e que foi a sua opção principal no modo como quis conduzir a diplomacia e que constituiu uma estratégia dignificante das comunidades portuguesas e da cultura de um país que muitas vezes se encontrava num Estado quase pária. Assim, outra das principais análises desta dissertação, passará pela forma como Brazão uniu a História e a cultura, com a diplomacia. Em Hong Kong, nessa longínqua possessão da coroa Britânica, tentou reavivar a comunidade portuguesa que pela proximidade com o território Macaense era ainda constituída por vários milhares de almas. Nunca esquecendo a questão política causada pela descolonização do sudeste asiático e sobretudo a ascensão do regime de Mao Tse Tung na China, será demonstrado como Brazão atuou nas duas frentes - a política e a cultural - em prol da resolução dos problemas de uma tão ignorada comunidade. Na Irlanda, fruto dum forte catolicismo comum nos dois países e da tendência de um certo sector político irlandês para admirar a “obra salazarista” olhamos para a diplomacia política embora esta tenha estado sempre muito atrás da cultural. Por fim, na Bélgica e no Canadá (não esquecendo as colaterais presenças na Costa Rica e Luxemburgo) veremos como a questão das posições políticas - coloniais - de Portugal, que muito dano causavam à posição do país nesses territórios, não conseguiram eclipsar em Brazão o trabalho de investigação histórico que se fundiu com a ação diplomática.

Deste ponto de vista, o intervalo que fez na sua carreira diplomática passando pelo Protocolo de Estado e pela liderança do Secretariado Nacional de Informação, serviu para que se reforçasse a ideia de que a cultura, como forma de elevação da comunidade, mas também como arma de propaganda política, seria cada vez mais a peça chave para a diplomacia portuguesa, impondo-se assim - sem esquecer a política - um direcionar do trabalho do embaixador Brazão para o exercer da paixão da escrita da História e da sua divulgação.

Do ponto de vista pessoal, o despertar do interesse pelo trabalho deste diplomata surgiu a partir do ponto mais exótico da sua carreira - Hong Kong - percebendo depois que não só a sua carreira foi recheada de variadíssimos desafios que acabam por passar por momentos marcantes da história contemporânea portuguesa - posicionamento face a conflitos mundiais, isolamento político, colonialismo, embate ideológico, integração na comunidade internacional, modelos de integração europeia - como também o interesse pela História e pela Cultura estiveram permanentemente interligadas com a vida do diplomata.

Estado da Arte

Eduardo Brazão, objeto de estudo desta dissertação, quer como diplomata quer como historiador, nunca foi alvo de um estudo extenso tendo única e exclusivamente o seu percurso enquanto matéria de estudo. Centrado no seu percurso, encontramos apenas duas obras: *Elogio do Embaixador Eduardo Brasão*¹ e a entrada no *Dicionário de Historiadores Portugueses*, “Brazão, Eduardo (Lisboa, 1907 - Cascais, 1987)”² da autoria de Ana Leal de Faria, que sendo curta, é ainda assim o único estudo completo da vida de Eduardo Brazão, desde o seu nascimento passando por todas as funções desempenhadas, incluindo também na bibliografia, uma lista útil das principais obras do autor, sendo a peça-chave para este e futuros estudos sobre o Brazão.

Podemos ainda mencionar, *Memorial de Dom Quixote*, no rol de trabalhos que mencionam a vida e obra de Eduardo Brazão. Mas pelo seu carácter autobiográfico, esta obra não pode ser incluída no mesmo lugar dos dois estudos mencionados anteriormente. Restando assim analisar, de capítulo em capítulo, as obras já realizadas e que encaixam no estudo das matérias relacionadas com as questões diplomáticas em que Eduardo Brazão se envolveu em cada posto ou cargo que ocupou.

As origens, e o início da vida de Eduardo Brazão, estão naturalmente englobadas em várias obras da sua própria autoria, sendo mais uma vez o único estudo de interesse, a já referida entrada no *Dicionário de Historiadores Portugueses* da autoria de Ana Leal de Faria. Pela sua ascendência - filho de Eduardo Brazão (1851-1925) conhecido ator do teatro nacional - não podemos deixar de incluir obras que lhe fazem referência e que são úteis para conhecer melhor a figura de seu pai e o contexto da sua infância e juventude: *A Companhia Rosas & Brazão 1880-1898*³, fazendo referência à companhia que, em conjunto com João e Augusto Rosa, explorou o Teatro Nacional entre 1893 e 1898; “Othello em Portugal: De Rossi a Nekrosius, passando por Brazão, Rey Colaço-Robles Monteiro e Joaquim Benite”⁴, obra que fazendo uma curta referência a Eduardo Brazão num dos seus papeis mais destacados, é talvez a única

¹ NOGUEIRA, Alberto Franco, *Elogio ao embaixador Eduardo Brasão*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1991

² FARIA, Ana Leal de, “BRAZÃO, Eduardo (Lisboa, 1907 - Cascais, 1987)” em *Dicionário de Historiadores Portugueses*, dichp.bnportugal.pt, (disponível em dichp.bnportugal.pt/imagens/brazao.pdf) consultado às 16:00, de 10 de Janeiro de 2020

³ SANTOS, Vítor Pavão dos (Org.), *A Companhia Rosas & Brazão 1880-1898*, exposição de teatro no museu nacional do trajo/museu do teatro, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1979

⁴ SERÓDIO, Maria Helena, “Othello em Portugal: De Rossi a Nekrosius, passando por Brazão, Rey Colaço-Robles e Joaquim Benite”, em *Cardernos*, Revista de Teatro da Companhia de Teatro de Almada, nº18, pp.42-49

recente onde o seu nome enquanto artista é mencionado. Por fim destaque-se aquela que é a referência mais útil para entender a vida de Eduardo Brazão (pai), excluindo claro está a compilação de memórias que o seu filho reuniu⁵, e que mesmo não sendo uma obra impressa, é a mais completa biografia que existe do ator: *Eduardo Brazão*⁶, entrada publicada no site do Instituto Camões da autoria de Eunice de Azevedo. Este texto que, partindo de uma colaboração com o Centro de Estudos do Teatro da Universidade de Lisboa, não só apresenta a já referida biografia de Brazão, como enumera um conjunto de fontes indispensáveis para conhecer mais sobre a vida do ator e dos relacionamentos deste com a comunidade artística sua contemporânea.

Passando para a carreira de Eduardo Brazão - o diplomata objeto de estudo - e como já foi referido, podemos encontrar obras indispensáveis, pela sua utilidade e pela sua atualidade, no que diz respeito aos postos que ocupou.

Em relação à sua primeira grande experiência enquanto diplomata fora de Portugal (metropolitano) que consistiu em acompanhar a missão do legado pontifício Cardeal Cerejeira nos territórios da África portuguesa, destaquemos duas obras que fazem menção a essa mesma viagem: a compilação de correspondência levada a cabo por Rita Almeida de Carvalho⁷, que faz referência às comunicações entre Cerejeira e Salazar no período correspondente à viagem e, talvez, a mais completa biografia de Cerejeira, da autoria de Irene Flunser Pimentel, reeditada e que neste contexto inclui um subcapítulo sobre a viagem de Cerejeira a África⁸.

Passando para o breve episódio em Vichy, Brazão é sobretudo uma testemunha do estado caótico daquele território no penúltimo ano da guerra, quer em termos humanos, materiais e económicos, mas também em termos diplomáticos. Duas obras, que analisam as relações diplomáticas entre Portugal e Vichy, mas também o triângulo de relacionamento entre Salazar, Pétain e De Gaulle, devem ser tidas em conta: *Salazar e Pétain Relações Luso-Francesas Durante a II Guerra Mundial (1940-1944)*⁹, livro este que apesar de não mencionar o general De Gaulle no título, dedica toda uma segunda parte ao já mencionado triângulo de relações diplomáticas

⁵ BRAZÃO, Eduardo, *Memórias de Eduardo Brazão que o seu filho compilou e Henrique Lopes de Mendonça prefacia*, Lisboa, Empresa da Revista de Teatro, 1925

⁶ AZEVEDO, Eunice, *Eduardo Brazão*, Instituto Camões (disponível em cvc.instituto-camoes.pt/teatro-em-portugal-pessoas/eduardo-brazao-dp8.html), consultado às 17:20 de 10 de Janeiro de 2020

⁷ CARVALHO, Rita Almeida de, *António de Oliveira Salazar Manuel Gonçalves Cerejeira Correspondência 1928-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010, pp. 195-197

⁸ PIMENTEL, Irene Flunser, *Cardeal Cerejeira: o príncipe da Igreja*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, Capítulo 7 "O início dos problemas da Igreja portuguesa", primeiro subcapítulo "Palavras polémica sobre África", pp.149-150

⁹ JANEIRO, Helena Pinto, *Salazar e Pétain Relações Luso-Francesas Durante a II Guerra Mundial (1940-1944)*, Lisboa, Edições Cosmo, 1998

mantido por Portugal¹⁰; num registo mais recente, *Pétain, Salazar, De Gaulle - Affinités, ambiguïtés, illusions (1940-1944)*¹¹, analisando a mesma temática oferecemos uma perspetiva francesa do problema, reclamando inclusive ser a primeira de língua gaulesa a fazê-lo.

No ano de 1946, Brazão fez uma curta passagem como segundo secretário em Madrid, e seguindo as suas indicações dadas na autobiografia, acreditamos ser do interesse contextual obras que digam respeito não só à diplomacia portuguesa com Espanha no imediato pós-guerra (veja-se por exemplo o VI capítulo da obra de Futscher Pereira, “Um mundo novo (1945-1949)¹²”), mas também pela omnipresença do embaixador português em Madrid, Pedro Teotónio Pereira, a compilação da sua correspondência com Salazar reunida e comentada por João Miguel Almeida¹³.

Pela sua condição de colónia da coroa britânica, Hong Kong é o território por onde Eduardo Brazão passou com menos estudos úteis no que diz respeito às suas relações com Portugal, sendo que esta condicionante é compensada no capítulo das fontes, sendo várias as obras que o próprio Brazão escreveu em relação a este território. Ainda assim, podemos nomear alguma bibliografia útil: *Paternalismo e Cumplicidade nas Relações Luso-Britânicas (1943-1949)*¹⁴, *Macau and Hong Kong: Anglo-Portuguese Relations on the South China Coast*¹⁵, *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*¹⁶. Estes são trabalhos que embora não estudem diretamente a relação entre Hong Kong e Portugal (exceto o de Henders) enquadram bem a importância da condição de Hong Kong perante a China, e como essa condição é essencial para a soberania portuguesa em Macau.

Roma, foi a casa de Eduardo Brazão por diversas vezes, como peregrino, investigador, mas mais importante ainda, na condição de representante de Portugal. Esteve colocado na embaixada de Portugal junto da Santa Sé enquanto segundo

¹⁰ Id. *Ibid.* “Parte Segunda Salazar e as três França”, pp.153-217

¹¹ GAUTRAT, Patrick, *Pétain, Salazar, De Gaulle - Affinités, ambiguïtés, illusions (1940-1944)*, Chandeigne, Bibliothèque Lusitane, 2019

¹² PEREIRA, Bernardo Futscher, *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, 2.ª Edição. Alfragide, Dom Quixote, 2013, pp. 453-483

¹³ ALMEIDA, João Miguel, *Correspondência política Oliveira Salazar e Pedro Teotónio Pereira (1945-1968)*, Lisboa, Temas e Debates, 2008

¹⁴ CASTAÑO, David, *Paternalismo e Cumplicidade nas Relações Luso-Britânicas (1943-1949)*, *Relações Internacionais*, nº 11, Setembro 2006, pp. 19-29

¹⁵ HENDERS, Susan, *Macau and Hong Kong: Anglo-Portuguese Relations on the South China Coast*, York University, Canada, [s.d.]

¹⁶ OLIVEIRA, Pedro Aires, *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007

secretário, passando depois pelos cargos de embaixador junto do governo italiano e de volta ao Vaticano já também embaixador.

Felizmente, as relações diplomáticas entre Portugal e Itália, tal como com a cúria romana, foram estudadas com bastante frequência, destacando-se algumas obras essenciais para o período em questão: Vera Matos, na temática Portugal-Itália, realizou um extenso trabalho no âmbito da sua tese de doutoramento¹⁷, que analisa pormenorizadamente as convergências e divergências entre os dois países, tendo a mesma autora escrito também uma obra sobre a mesma temática, mas com um âmbito cronológico mais curto¹⁸. Grande destaque merece também a recente obra de Fernando Rosas - *Salazar e os Fascismos*¹⁹ - ferramenta indispensável no enquadramento não só das relações Portugal-Itália, mas especialmente na contextualização das relações entre o regime de Salazar e Mussolini, bem como uma importante base teórica da necessária comparação entre os diversos tipos de regimes de índole fascista.

Olhando para a bibliografia existente sobre a diplomacia entre Portugal e o Vaticano, naturalmente pela própria importância da relação entre o Papa, a Igreja e o catolicismo com Portugal, encontramos um ainda maior número de obras. Para a nossa cronologia destacam-se: *Salazar e o Vaticano*²⁰, onde Bruno Cardoso Reis traça não só as relações escritas em cima, mas também o contexto pré-Estado Novo e se a negociação da concordata, o pós-guerra e o caso do Bispo do Porto (todos particularmente importantes para o estudo da ação de Eduardo Brazão enquanto diplomata em Roma e no Vaticano). Também do mesmo autor o artigo que nos apresenta a visão “de muito longo prazo” das relações entre Portugal e o Vaticano²¹. Coincide também a colocação de Brazão no Vaticano com o consulado de Marcello Caetano e por isso não podemos deixar de referir as obras - que neste caso são mais escassas do que no caso da presidência do concelho de Salazar - ligadas às mesmas relações com o Vaticano, mas entre 1968 e 1974: a biografia de Marcello Caetano escrita por Francisco Martinho, de particular importância neste caso os capítulos 8 e

¹⁷ MATOS, Vera Margarida Coimbra de, *Portugal e Itália. Divergências e Convergências em Quarenta e Três anos de Relações Diplomáticas (1943-1986)*, Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014

¹⁸ Id. *Portugal e Itália Relações Diplomática (1943-1974)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010

¹⁹ ROSAS, Fernando, *Salazar e os Fascismos*, Lisboa, Tinta da China, 2019

²⁰ REIS, Bruno Cardoso, *Portugal e o Vaticano*, Lisboa, ICS-UL, 2ª ed. 2007

²¹ Id. *Vaticano e Portugal uma visão de muito longo prazo*, Lisboa, ICS-UL [s.d.], site do IDI-MNE (disponível em idi.mne.pt/images/docs/conferencias/concordata/003.pdf) consultado às 20:10 de 12 de Janeiro de 2020

9²² dentro dos quais Martinho escreve sobre as relações de Caetano e do Marcelismo, com a Igreja e o Vaticano. Dentro destes dois capítulos, existe um subcapítulo de importância capital para este tema: “9.1. As relações entre o Estado e a igreja²³”, que não só coincide com a presença de Brazão na embaixada junto da Santa Sé, como com um dos momentos chave das relações Portugal-Vaticano que foi a visita realizada pelos representantes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas ao papa. Entre artigos e dissertações, encontramos também alguma informação relativa aos temas mencionados - o já mencionado conflito acerca do encontro de Paulo VI com os movimentos de libertação, o caso do Bispo do Porto, ou até a forma como no Vaticano se formava uma opinião cada vez mais hostil em relação a Portugal - sendo assim necessário referenciar: *As Relações entre o Estado Novo e o Vaticano*, dissertação de Filipe Sousa, de onde nos interessa particularmente o 4º capítulo “As Crises²⁴”, *Novo Estado Marcelista (1929-1974)*, de Márcio Barbosa²⁵, onde estão presentes vários dos tópicos em análise, *A Oposição Católica ao Marcelismo (1968-1974)*, de João Miguel Almeida²⁶, artigo que embora não totalmente centrado na relação com o Vaticano tendo em destaque a oposição interna, tem em conta no capítulo 3 a relação entre Caetano, a Santa Sé e o episcopado português²⁷. Por fim artigos relativos ao caso do Bispo do Porto, assunto de maior importância na correspondência entre Eduardo Brazão e Marcello Caetano durante esta época: *D. António Ferreira Gomes e a discussão sobre a Guerra Colonial*, de Manuel Linda²⁸, *D. António Ferreira Gomes: Reflexão sobre o percurso duma vida* de Arnaldo Pinho²⁹ e *A Mediatização do caso do Bispo do Porto nos jornais portugueses (1958-1969) - o poder do jornalismo em tempo de censura* de Carla Baptista³⁰.

²² MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Marcello Caetano Uma Biografia 1906-1980*, Lisboa, Objetiva 2016, capítulo 8, “Entre a Primavera e o Outono: da governação marcelista à queda do antigo regime” pp. 359-414, capítulo 9, “Do Antigo Regime à Revolução”, pp. 415-450

²³ Id. *Ibid.* Pp.417-422

²⁴ SOUSA, Filipe Capelo de Passos, *As relações entre o Estado Novo e o Vaticano*, Dissertação de Licenciatura em História, apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa/Roma, 2013, pp.80-90

²⁵ BARBOSA, Márcio Sérgio Costa, *Novo Estado Marcelista (1929-1974)*, Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015

²⁶ ALMEIDA, João Miguel, “A Oposição Católica ao Marcelismo (1968-1974)”, *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 16, 2004. pp. 273-293

²⁷ Id. *Ibid.* Pp. 278-284

²⁸ LINDA, Manuel, “D. António Ferreira Gomes e a discussão sobre a Guerra Colonial”, *Humanística e Teologia*, 24, 2003, pp. 111-123

²⁹ PINHO, Arnaldo, “D. António Ferreira Gomes: Reflexão sobre o percurso duma vida”, *Humanística e Teologia*, 27, 2006, pp. 299-312

³⁰ BAPTISTA, Carla, “A Mediatização do caso do Bispo do Porto nos jornais portugueses (1958-1969) - o poder do jornalismo em tempo de censura”, *Notícias em Portugal*, Lisboa, ICNOVA, 2018, pp.301-312

Brazão ocupou o cargo de embaixador em Otava, capital do Canadá, entre 1962 e 1966, tendo visitado a Costa Rica em 1966 enquanto embaixador extraordinário. As relações entre Portugal e o país latino-americano, são pouco significativas quando comparadas com outros postos, sendo irrelevante a produção historiográfica sobre este tema. Já no que diz respeito ao Canadá, Portugal possui uma rica ligação ao território, ligação essa inclusive explorada por Eduardo Brazão na sua investigação histórica a respeito da ligação cultural entre os portugueses e o Canadá e até mesmo da possível presença portuguesa (e de outros povos europeus) no território canadiano antes da chegada de Colombo ao continente americano em 1492. Desta forma seria de particular importância destacar as seguintes obras: *Les Portugais du Québec*, de João Alpalhão e Victor Rosa³¹, *The Portuguese in Canada*, dirigido por Buckner e Higgs³², *Peregrinação: Uma História das Comunidades Portuguesas do Québec, 1953-1999*, de Duarte Lopes³³, *Os Portugueses no Canadá* de Richard Pattee³⁴ e *Os Portugueses na Formação da América. Melungos e os primeiros pioneiros da América* de Manuel Mira³⁵, este último já num registo anterior no que diz respeito à cronologia das relações dos portugueses com o território canadiano, e nesse mesmo registo podemos mencionar mais uma vez no contexto do trabalho de investigação de Brazão desenvolvido no Canadá, as obras mais recentes de entre uma nova corrente de investigação relacionada com a presença pré-colombiana e quinhentista de exploradores europeus na América do Norte: *The Frozen Echo*, de Kirsten Seaver³⁶ e *The Race to the New World*, de Douglas Hunter³⁷.

Na Irlanda, onde Brazão foi encarregado de negócios durante quatro anos, a diplomacia portuguesa pautou-se mais uma vez pela tentativa de uma divulgação cultural extensa. Ainda assim é de notar a necessidade de compreensão de uma discussão diplomática rica ao nível do debate anti-colonialista, católico e até pró e anti britânico, desenvolvido entre os dois países na primeira metade da década de 1950.

³¹ ALPALHÃO, João António, e ROSA, Victor Manuel Pereira da, *Les Portugais du Québec*, Otava, Editions de L'Université, 1979

³² HIGGS, David, BUCKNER, P.A. (dir.), *The Portuguese in Canada*, Otava, Canadian Historical Association, 1982

³³ LOPES, Duarte Nuno, *Peregrinação: Uma história das Comunidades Portuguesas do Québec, 1953-1999*, Açores, Direção Geral das Comunidades, Governo da Região Autónoma dos Açores, 2000

³⁴ PATTEE, Richard, "Os Portugueses no Canadá", *Buletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, nº4, University of Toronto Press, 2000, p.191-206

³⁵ MIRA, Manuel, *Os Portugueses na Formação da América. Melungos e os Primeiros Pioneiros da América*, Franklin, Fundação Luso-Americana de Pesquisa Histórica, 2001

³⁶ SEAVER, Kirsten A., *The Frozen Echo: Greenland and the Exploration of North America, Ca. A.D. 1000-1500*, Stanford University Press, 1996

³⁷ HUNTER, Douglas, *The Race to the New World. Christopher Columbus, John Cabot and a Lost History of Discovery*, Douglas and McIntyre, 2ª ed., 2013

Desta forma, deve ser dado o devido destaque à compilação reunida por Filipe Ribeiro de Meneses, da correspondência diplomática irlandesa sobre Portugal³⁸.

O caso belga e luxemburguês - as relações destes dois países com Portugal - estão ainda longe de serem alvo de estudos completos, no entanto, o período em questão (final da década de 1960) o debate colonial está ainda no centro das opiniões políticas e diplomáticas, sendo que obras relativas a este assunto, tal como obras que recuperem a relação histórica entre Portugal e a Bélgica, que Brazão estudou e divulgou - constituem uma importante ajuda. Assim é de mencionar: *Belgium and the Congo, 1885-1980*, de Guy Vanthemsche³⁹, obra que além de fazer referência a como a independência do Congo Belga deu aso a uma mudança na política externa da Bélgica, menciona várias vezes Portugal nesta problemática; no âmbito da já mencionada relação histórica e cultural, *Flandres e Portugal*⁴⁰ que reúne vários autores e é talvez a obra mais importante para a contextualização do estudo desta relação de séculos, fazendo referência às relações dinásticas, comerciais e culturais medievais e modernas, progredindo cronologicamente até ao séc. XX.

No que diz respeito às funções assumidas por Brazão no Protocolo de Estado e no Secretariado Nacional de Informação, existem também estudos indispensáveis para a contextualização do seu trabalho: em primeiro lugar a recente dissertação de Catarina Sequeira relativa ao Protocolo de Estado⁴¹, bem como *Regras do Cerimonial Português*⁴², *Manual Diplomático*⁴³ e *Livro do Protocolo*⁴⁴, obras importantes no entendimento da prática diplomática e protocolar, e que são úteis na análise da organização da visita de Estado do Presidente da República a Londres sob a direção de Brazão.

No S.N.I., tendo em conta a ligação de Brazão ao teatro e a discussão que manteve com a presidência do conselho, relativa à qualidade das traduções para divulgação e propaganda no estrangeiro, bem como a realização das exposições de arte moderna, destaquemos as seguintes obras: *Tradutores e Propagandistas Da Tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da*

³⁸ MENESES, Filipe Ribeiro de, *Correspondência Diplomática Irlandesa sobre Portugal, o Estado Novo e Salazar*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2005

³⁹ VANTHEMSCHE, Guy, *Belgium and the Congo, 1885-1980*, Cambridge University Press, 2012

⁴⁰ EVERAERT J. e E. STOLS (dir.), *Flandres e Portugal*, Lisboa, Edições Inapa, 1991

⁴¹ SEQUEIRA, Catarina Martins, *O Protocolo de Estado na Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Relatório de História das Relações Internacionais apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob orientação de Ana Leal de Faria, 2015

⁴² CUNHA, Hélder Mendonça e, *Regras do Cerimonial Português*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand Editora, 1989

⁴³ MAGALHÃES, José Calvet de, *Manual Diplomático*, Lisboa, MNE, Biblioteca Diplomática, Série A, 1985

⁴⁴ SERRANO, José de Bouza, *Livro do Protocolo*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011

*indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação*⁴⁵, «*Indispensável dirigismo equilibrado*» *O Fundo de Teatro entre 1950 e 1974*⁴⁶ e *Salazarismo e Artes Plásticas*⁴⁷, que nas suas curtas referências diretas a Eduardo Brazão, são dos poucos trabalhos que mencionam o autor fora do panorama diplomático.

⁴⁵ COTRIM, João Pedro Caeiro da Silva Bernardo, *Tradutores e Propagandistas Da Tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação*, Dissertação de Mestrado em Tradução, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010

⁴⁶ MOURA, Nuno Costa, «*Indispensável dirigismo equilibrado*» *O Fundo de Teatro entre 1950 e 1974*, Volume I, Dissertação de Mestrado em Estudos de Teatro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007

⁴⁷ PORTELA, Artur, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação e Cultura, 2ª ed., 1987

Parte I

Formação e Início de Carreira

Capítulo I - Os primeiros anos da vida de Eduardo Brazão (1907-1941)

Quando abrimos o livro de memórias de Eduardo Brazão e nas primeiras páginas vemos o seu retrato, onde as cores escuras, o cinzento, predominam nas vestes e no fundo, em conjunto com um aspeto quasi bélico do então Secretário Nacional da Informação Cultura e Turismo, representado com as suas várias medalhas e de espada na mão, dificilmente imaginaríamos o jovem que ambicionava ser ator, que em criança escrevia por gosto peças de teatro inspiradas pelo seu pai e pela comunidade artística que entrava dentro da sua própria casa, na figura dos amigos e colegas do pai. A dinâmica que levou o jovem Eduardo Brazão a não enveredar pelo caminho do teatro não o impediu no entanto de ficar marcado pelo aspeto cultural que, omnipresente no seu ambiente e na sua família, iria marcar a sua ação diplomática e o seu trabalho enquanto escritor da História.

Brazão sempre se interrogou acerca do seu próprio percurso, entendendo esta contradição acima descrita entre o ator, o boémio, o bon-vivant, que poderia ter herdado do pai, e a figura austera, a figura de homem que segue, entende e tenta transmitir, a razão e vontade de um Estado junto dos seus pares, políticos, diplomatas, reis e rainhas. “Como nasce uma vocação? Não sei precisamente como acontece com os outros. Ambiente de família, impressões que se guardam de qualquer facto que nos impressionou na infância, interesse puramente material, interesse de conseguir um nome e de o continuar, desejo de subir na escala social (...) Todos pensavam que, pelo grande nome de meu pai, e certo geito pessoal, eu seria um dia, nos palcos, o seu continuador. Fui afinal diplomata e historiador⁴⁸”. Esta significativa passagem, mostra precisamente isso, a consciência que tinha de um destino que lhe parecia traçado mas que pela sua própria mão se desviou.

Serve este capítulo, para entender, como Brazão traçou o seu percurso, como conseguiu de certa forma, escapar à sua predestinação aos palcos, acabando noutra palco que é o da diplomacia, onde muitas vezes o parecer é mais importante que o ser,

⁴⁸ BRAZÃO, Eduardo, *Memorial de Dom Quixote*, Coimbra Editora, 1976, p.165

e a arte entra também em jogo. É também motivo de escrutínio toda a sua formação, o seu percurso até chegar à diplomacia

Eduardo Brazão, nasceu no primeiro dia de Fevereiro do ano de 1907, seis dias depois do quinquagésimo sexto aniversário do seu pai. Filho de Maria José da Silva Reis Brazão, mãe severamente eclipsada nas memórias de alguém que idolatrou sempre mais o seu pai, estaria predestinado, como já foi escrito, para uma carreira em palco. Em 1907, seria filho de “*Afonso de Albuquerque*” e na sua casa, na rua Barata Salgueiro em Lisboa, entravam e saiam em corrupio famosas caras do mundo do teatro lisboeta. Era também o período em que o seu pai era já um homem visto com reverência, e era sem dúvida uma referência. Compreendemos a adoração pelo seu pai e a sua influência pela vida artística num exercício que necessariamente tem de ser feito: recuemos meio século e olhemos para a vida do ator. As memórias que Eduardo Brazão compilou, do que o seu pai deixou e não deixou escrito, servem-nos de guia, e as suas primeiras páginas referem exatamente essa adoração de filho pelo pai. “Cheio de satisfação, cheio de profunda alegria, venho prestar esta homenagem a Eduardo Brazão, o grande actor que tanto fez entusiasmar as plateias, e a Eduardo Brazão, Pai, que venero e estremeço (...) permite-me, falo como admirador - do maior actor que conheci⁴⁹”.

Eduardo Joaquim Brazão (6 de Fevereiro de 1851 - 29 de Maio de 1925) nasceu na Costa do Castelo em Lisboa. Casou pela primeira vez com a atriz Rosa Damasceno (1849 - 1904), também ela atriz de renome e mãe de Manuel Maria Rosado, que dizia ser filho de D. Luís I⁵⁰. Filho de um alfaiate com nome na cidade, a sua estreia, com apenas dezasseis anos, dá-se no Teatro Baquet na cidade do Porto, na peça *Trapeiro de Lisboa*, corria então o ano de 1867. Nesse mesmo ano volta para a cidade que o viu nascer. Tal como o filho, a sua juventude dividiu-se em termos de vocação, tendo ingressado na marinha, o que trouxe um grande orgulho a si e a seu pai - “(...) passeava orgulhoso diante dum grande espelho, revendo-me no meu lindo uniforme⁵¹” - percebeu depois que aquela vida não tinha particular emoção. Em retrospectiva, via os cinco anos passados na marinha como um intervalo na sua carreira já iniciada com os “teatrinhos da Rua dos Fanqueiros”, e desejava, tal como os outros atores, “fazer vibrar centenas de pessoas que nos ouvem, ser aplaudido, ser victoriado no nosso

⁴⁹ BRAZÃO, Eduardo, *Memórias de Eduardo Brazão que seu filho compilou*, Lisboa, Empresa da Revista de Teatro, 1925, Prefácio, pp. 1-3

⁵⁰ RIBERA, José António Moya, *Árvore de Costados*, Lisboa, Dislivro Histórica, 2005, Árv. 88

⁵¹ BRAZÃO, Eduardo (1925), op. Cit., p.30

trabalho consciencioso⁵²". Em Lisboa e depois no Brasil, vai atuar em diversas peças - "Dois Anjos" de Dumas no Príncipe Real, "A mãe dos pobres", "O xerez da viscondessa", "As pupilas do senhor reitor", "Pedro, o Ruivo" e "Fura-vidas". Já anos passados da morte do seu pai, a sua mãe falece, deixando-o como o único responsável pelos seus sete irmãos, que sendo todos mais novos, veem em Brazão um pai. Ao encargo financeiro junta-se agora a paixão como motivo para a sua febril produção teatral. Em 1876 parte para o Brasil com Joaquim Almeida, tendo em vista uma nova digressão. Os próximos dez anos seriam a fase definidora da sua carreira: *Kean* (1877), *Otelo* (1882), *Hamlet* (1887) - são o seu "monte shakespeariano", onde Hamlet é sem dúvida o cume⁵³. Diz "explicar e aprofundar o carácter verdadeiramente extraordinário da imortal criação de Shakespeare⁵⁴". Confuso pela análise, de extensão quase enciclopédica, dos críticos de Shakespeare e resolvendo centrar-se na obra em si, descobre "não Hamlet idiota e visionário, mas o Hamlet perspicaz que se fazia passar por louco na intenção de distrair as atenções de poderosos inimigos⁵⁵". Esta epifânia e o grande sucesso do ator no palco, que só tem espontaneidade na memória, é mais um fruto do talento aliado ao trabalho, algo que a crítica considera a sua principal característica. Em Junho de 1879, Brazão volta ao Brasil, para nova digressão e no regresso, em conjunto com o seu amigo de infância Augusto Rosa, com quem terá começada a representar ainda criança⁵⁶, forma a companhia Brazão, Rosas & C^a (com um segundo irmão Rosa, João). Estes ficariam responsáveis pelo Teatro D^a Maria II até 1898. Nesse ano já quase no final do século, instala-se no D^a Amélia. Iria até 1917 correr vários teatros, voltando ao Nacional, ao Príncipe Real, de novo ao D^a Amélia, que já tinha a designação *República*, representado em *Aljubarrota* (1912) e *A maluquinha de arroios* (1916). No já citado ano de 1917, é-lhe diagnosticado cancro na laringe, afastando-se temporariamente dos palcos, mas após recuperar aparece em vários teatros - Ginásio em 1918-19, Avenida em 1919, D^a Maria II em 1922 e Apolo em 1923 - até à sua despedida. Corria o dia 20 de Novembro de 1924, e no Teatro São Carlos, Brazão iria pisar pela última vez o palco, nas suas memórias podemos ler: "depois da peça regional de Durão - A Ave de Rapina, subiu o pano, para a última entrada em scena desse actor que eu julgava que era já apagado o seu nome da

⁵² Id. *Ibid.* p.33

⁵³ BRAZÃO, Eduardo (1925), op. Cit., p.130

⁵⁴ Id. *Ibid.* p.131

⁵⁵ Id. *Ibid.* p. 131

⁵⁶ AZEVEDO, Eunice, *Eduardo Brazão*, Instituto Camões (disponível em cvc.instituto-camoes.pt/teatro-em-portugal-pessoas/eduardo-brazao-dp8.html), consultado às 22:20 18/1/2020

memória daqueles, a quem ele deu a vida, o trabalho insano de cinquenta e tantos anos. (...) o público, o público português (...) ainda se lembrava do velho ator! (...) Sentado com Lucinda Simões a um canto da scena, eu ouvi, discursos tão belos, ditados apenas pela bondade daqueles que ainda não me tinham esquecido⁵⁷”. Nota ainda para a sua presença, que só poderemos considerar precoce, ou até mesmo pioneira, no cinema de ficção português tendo em conta que anteriormente a 1907 o cinema português ainda não tinha saído do cinema de atualidades, i.e, cinema que mostrava cenas quotidianas não ficcionais. Brazão participou em *Rainha depois de morta* no ano de 1911, na “infância” do cinema português, sendo ainda depois elemento integrante no elenco de *As pupilas do senhor reitor*, *O Fado* (1922) e *Os Olhos da Alma* (1923).

A crítica considerou Brazão um dos mais versáteis atores do seu tempo⁵⁸, mas Joaquim Madureira dizia em 1903, que Brazão estaria mais à vontade na comédia e papéis semelhantes, do que no drama, sendo assim um artista algo limitado mas que seria “insuperável” nalguns papéis bem estudados⁵⁹. Dá-se também o mérito a Brazão, por ter apresentado de forma inédita, as grandes personagens do teatro europeu, nomeadamente do teatro Shakespeariano.

Brazão nas suas memórias, recorda ainda dois episódios que o orgulham bastante, acerca de seu pai: as vezes que o viu a comentar peças de autores e atores, de grande gabarito que visitam a sua casa e que seguiam o seu conselho - Marcelino Mesquita, Lopes de Mendonça, Jaime Cortesão, Rui Chianca, Vasco de Mendonça e outros⁶⁰- na correção e melhoramento de textos e pormenores, considerando ouvir um homem sábio na sua lide; e a sua colaboração, embora anónima, com o Rei D. Luís I que correspondia por vezes com Eduardo Brazão. Escreve Brazão (filho) que por vezes o seu pai, numa carruagem da Corte, era enviado até ao palácio da Ajuda, onde ceava a sós com o Rei e o ajudava a traduzir obras que depois apareciam impressas só com o nome de D. Luís⁶¹, dando as palavras de Brazão (filho) a entender que o pai atuava quase como um tutor do rei nestas matérias. A amizade entre os dois, é atestada pela correspondência guardada no acervo pessoal de Eduardo Brazão (filho), onde estão

⁵⁷ BRAZÃO, Eduardo (1925), op. Cit., pp.241-242

⁵⁸ SANTOS, Vítor Pavão dos (Org.) *A companhia Rosas & Brazão 1880 – 1898* (catálogo da exposição organizada pelo Museu Nacional de Teatro). Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1979 Apud. AZEVEDO, Eunice, *Eduardo Brazão*, Instituto Camões (disponível em cvc.instituto-camoes.pt/teatro-em-portugal-pessoas/eduardo-brazao-dp8.html), consultado às 22:40 18/1/2020

⁵⁹ MADUREIRA, Joaquim, *Impressões de teatro: Cartas a um provinciano e Notas sobre o joelho*, 1905, Lisboa, Ferreira & Oliveira, Apud. AZEVEDO, Eunice, *Eduardo Brazão*, Instituto Camões (disponível em cvc.instituto-camoes.pt/teatro-em-portugal-pessoas/eduardo-brazao-dp8.html), consultado às 22:41 18/1/2020

⁶⁰ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp.166-167

⁶¹ Id. *Ibid.* p. 167

guardados os programas do “Hamlet” de Brazão que pertenceu a D. Luís e uma série de cartas do Rei destinadas a Brazão⁶². Escreve o Rei, numa destas cartas, que Brazão (filho) menciona na sua autobiografia: “Meu Querido Eduardo, Que pena tive de te não poder dar um abraço, Ganhaste a vitória, mil vezes bravo. Foi a tua melhor vingança e podes crer que estou contente (...) Quando afianço uma coisa é porque é verdade⁶³”. Noutra das cartas o Rei elogia largamente Brazão e “rejubila” com aquilo que Brazão lhe vai escrevendo, e ainda noutra, dá-lhe confiança para o seu futuro⁶⁴. Percebemos que Brazão (filho) sente um grande orgulho no reconhecimento que o Rei deu ao trabalho do seu pai, tal como à sua proximidade.

De regresso à década de 1910, Eduardo Brazão é um jovem bastante ligado ao ambiente do seu pai. Recorda nas suas memórias ter escrito uma peça de teatro quando ainda tinha apenas nove anos de idade, recordando também a imensa biblioteca do seu pai, que reunia um sem número de volumes de teatro, nacional e estrangeiro⁶⁵. O seu fascínio pelo mundo da cultura, é alimentado pelas constantes visitas a sua casa, não só de personalidades do mundo do teatro (os já mencionados Mendonça, Mesquita e Chianca, mas também Augusto de Lacerda, Bento Mantua e Alfredo Cortez), mas também do mundo da arte. Columbano, Malhoa, Carlos Reis, António Carneiro, António Ramalho e Roque Gameiro, são alguns dos nomes que menciona⁶⁶ e que nos fazem ver a ligação íntima que Brazão teve na sua juventude com os mais altos círculos artísticos do país. Ficaria ligado, mesmo depois da sua juventude, a Columbano. Foi este que pintou o retrato mais icónico do seu pai e que Brazão muitas vezes admirou em momentos de maior saudade⁶⁷, ficando a ligação atestada pela breve correspondência trocada entre os dois e onde Columbano deixaria elogios à memória do pai⁶⁸. Lembra-se ainda de visitas ilustres como Julio Soller e José António de Freitas, do Conde de Sabugosa⁶⁹, entre outros, fazendo sempre uma ligação nostálgica com as paixões literárias e teatrais do seu pai. É também numa das

⁶² AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 936 “Cartas de D. Luis I (...)”, Carta 2

⁶³ AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 936 “Cartas de D. Luis I (...)” apud. BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp.167-168

⁶⁴ AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 936 “Cartas de D. Luis I (...)”, Carta 1 e 3

⁶⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp.169-170

⁶⁶ Id. *Ibid.*, p.168

⁶⁷ Id. *Ibid.*, p.23 e retrato anexado por Eduardo Brazão na mesma obra, com o retrato mencionado, datado de 1907, hoje no Museu Nacional de Arte Contemporânea no Chiado (visualização disponível em museuartecontemporanea.gov.pt/pt/pecas/ver/379/artist, consultado às 18:00 do dia 20 Janeiro de 2020)

⁶⁸ AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 951 - “Columbano”

⁶⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p.170

suas memórias deste tempo, em que a jovem república não criava unanimidade entre os cidadãos, que recorda visitar a casa de Maria Amália Vaz de Carvalho, onde proeminentes figuras de inclinação monárquica discutiam naquele que Brazão considerou como o último *saloon* literário português. É aqui que conhece António Cândido e Ramalho Ortigão, atribuindo ao primeiro um carácter sacerdotal, na sua proeminência enquanto famoso orador e político da monarquia⁷⁰.

É neste contexto de um jovem que por ligação familiar está ligado ao mundo da arte e do teatro, a destacados intelectuais do mesmo, bem como figuras com afinidade à monarquia deposta, e mais do que isso, pela inclinação natural - quase por herança - para a representação, que a mãe de Brazão o envia para aquilo que seria a “salvação da alma”: o colégio dos jesuítas de La Guardia na Galiza. No meio de alunos de gente do Norte, tendencialmente monárquicos não querendo os seus filhos educados nos liceus da República, não deixou de praticar teatro, recordando que mesmo os padres diziam que por ser filho de quem era, seria um grande ator. De facto é curioso notar que a Companhia de Jesus tem uma longa tradição no que diz respeito ao uso do teatro enquanto ferramenta educacional. Utilizando o teatro como exercício da prática do Latim e como meio comemorativo de acontecimentos escolares (datas importantes, visitas, prémios)⁷¹, os Jesuítas deram assim espaço a Brazão para poder exercer a sua veia artística. Em La Guardia, como seria de esperar, desenvolveu com naturalidade um gosto pela história e literatura, sendo aluno exemplar nestas matérias - “primeiro classificado⁷²” - contrastando com a ciência, o seu calcanhar de Aquiles. É aqui que diz ter sido criado o seu gosto pela história, pela mão do padre Antunes Vieira, e pela literatura, onde o mesmo padre obrigaria os alunos a decorar de forma rigorosa alguns trechos d’Os Lusíadas.

De volta a Lisboa para o realizar o sétimo ano do liceu, os pais de Brazão recebem conselhos de Lino Neto, relativamente a ingressar no curso de Direito, defendendo a versatilidade de saídas do curso. Matricular-se-ia no primeiro ano como voluntário, numa altura em que o seu Pai estaria já muito doente⁷³. Marcello Caetano, seria já aluno na faculdade, sendo aqui o primeiro encontro que culminaria numa relação de relativa proximidade. Escreve anos mais tarde numa carta enviada desde a

⁷⁰ Id. *Ibid.* p.171

⁷¹ SARAIVA, A. J. e LOPES, O., *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, 1976, 9.ª edição, pp. 228-229 (disponível em dererummundi.blogspot.com/2011/03/o-teatro-escolar-jesuita.html), consultado às 21:26, 5 Setembro 2021

⁷² BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p.171

⁷³ Id. *Ibid.* p. 171-174

embaixada de Bruxelas para Caetano, dizendo que terá sido na altura em que foi convidado para dirigir a primeira página literária do jornal “Época”, que o conheceu, na redação do jornal do qual declinou o convite⁷⁴. Estabeleceu contacto também com António de Faria, Ary dos Santos (diplomata, pai do poeta com o mesmo nome) e Luís Norton, que seriam mais tarde seus colegas na diplomacia⁷⁵.

Aos 18 anos, em 1925, perde o pai. Eduardo Brazão recorda esse episódio, dizendo que o foram buscar ao teatro São Luís. Embora a morte seja sempre difícil de digerir, Brazão parece ter aceitado, compreendendo que o evoluir do estado de saúde do seu pai era irreversível. Ainda assim, teve tempo de compilar as suas memórias, obra essa já mencionada - *Memórias de Eduardo Brazão que seu filho compilou* - mas que apesar de tudo, considerada pelo próprio como insuficiente em termos de qualidade, motivada pela falta de experiência que tinha então como autor. Por esta altura, mais uma vez por iniciativa da mãe, numa tentativa de o proteger de novo da vida boémia, vai para Coimbra no segundo ano do curso. Esta ideia de que Coimbra seria mais conservadora e limitadora das peripécias que muitas vezes se atravessam na vida dos estudantes, não seria correspondida pela realidade. Pese embora Brazão se tenha formado e Coimbra tenha tido de facto um pendor mais conservador - especialmente em repúblicas de rapazes católicos como aquela a que Brazão pertenceu - os estudantes, segundo o seu relato, não deixavam de ser irreverentes embora não tanto como imaginava que Coimbra tivesse sido num passado recente. Ficar-lhe-ia para sempre na memória o episódio caricato quando “conheceu” o professor Gonçalves Rodrigues em S. Martinho do Porto anos depois, apresentado por Hipólito Raposo. Neste encontro, o primeiro ter-lhe-á dito que já o conhecia para surpresa de Brazão, pois teria sido ele que, num ato de brincadeira ao jeito de praxe lhe enfiou um abat-jour na cabeça e o terá obrigado a recitar à janela sonetos de António Nobre. Seria em Coimbra que teria contacto ainda que breve com os estudantes católicos, visitando o C.A.D.C. onde conheceu Cerejeira e onde o nome de Salazar era reverenciado. Escreve, nas suas memórias, que era considerado uma fera, estando habitualmente no centro das conversas do café central⁷⁶.

Apesar de Coimbra não ter deixado má memória, seria sempre Lisboa a sua preferência. Enquanto aluno voluntário no primeiro ano, poucas vezes compareceu no

⁷⁴ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº76, Embaixada de Portugal em Bruxelas, 27 de Maio de 1968

⁷⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p.174

⁷⁶ Id. *Ibid.* pp. 174-178

Campo de Santana, mas criou um vínculo intelectual com o professor de direito português Paulo Merêa, reputado nome da Universidade de Coimbra, mas que lecionou entre 1923 e 1932 na capital. Este interesse contrastava com a sua inclinação para a história, e mais do que isso, com a boémia literária que o conquistara e fez com que conhecesse um número variado de figuras: Teixeira de Pascoais, Afonso Lopes Vieira, Caetano Beirão, João Ameal, Mário Beirão, o pintor Varela Aldemira, Hipólito Raposo, Alberto de Monsaraz, Alfredo Pimenta, Manuel Múrias, Almada Negreiros, António Pedro, Francisco Cunha Leão, Arlindo Vicente e até Álvaro Cunhal, de quem diz ter guardado um projeto de vitral representando Maria e Jesus. Recebe por esta altura livros com dedicatórias pessoais de Raul Brandão e Aquilino Ribeiro, autores que admirava e sentia grande orgulho em conhecer. É também neste tempo que escreve a sua primeira obra *Maria do Mar* (1928) e colabora com jornais diversos⁷⁷.

Pese embora tenha ido buscar o seu canudo em 1929, estando finalmente formado em leis pela Universidade de Coimbra⁷⁸, os interesses académicos ao nível do direito eram ultrapassados por outros dois interesses que o marcariam enquanto jovem adulto: em primeiro lugar, e como já vimos pela presença de nomes como Hipólito Raposo, Alfredo Pimenta, Alberto Monsaraz ou Caetano Beirão, Brazão era um militante monárquico, entusiasta do Integralismo Lusitano, dando vivas a D. Duarte, escrevendo contra e contestando o antinacionalismo e anticatolicismo⁷⁹. O seu pensamento, bem definido pelo nacionalismo, anti-união ibérica, monarquismo (de corrente miguelista) e admirador de um certo autoritarismo pode ser definido na seguinte passagem: “Segui Maurras na sua orientação e Sardinha, entre nós, na propaganda nacionalista que foi, para mim, aqui e ali, ofuscada pelo seu excessivo apreço pela aproximação com a Espanha. (...) Dei vivas ao Senhor Dom Duarte e entusiasmei-me quando o vi, pela primeira vez, em Portugal. Considerava como ilegítima aquela dinastia iniciada por uma brasileira, filha de um imperador estrangeiro⁸⁰”.

Acabados os estudos, dedica-se à família e à sua nova profissão de advogado. Casa na capela dos sogros em Sete Rios, tem três filhos e, em colaboração com Ricardo Mota, abre um escritório de advogados na rua Nova da Trindade, algo que lhe

⁷⁷ Id. *Ibid.* p. 26

⁷⁸ Id. *Ibid.* p. 175

⁷⁹ Id. *Ibid.* p.26

⁸⁰ Id. *Ibid.* p. 308

deu plena confiança para o futuro⁸¹. Tendo a sua vida familiar e profissional estabilizada, tem em perspectiva entrar na carreira diplomática. A quando do primeiro concurso aberto depois de concluídos os seus estudos, escreve ter sido impedido pela abertura do escritório, mas o seu amigo Marcus de Fontes Pereira de Melo da Fonseca, que tinha ingressado na carreira diplomática, conta-lhe de um mundo onde se conhece-se gente nova constantemente, onde se pode servir o país e ainda consultar arquivos e bibliotecas que dificilmente estariam acessíveis de outros modos⁸². Este é claramente um ponto chave nos interesses de Brazão, que depressa encaminha a sua carreira para a história e diplomacia.

No ano de 1932, apercebendo-se que não existia um volume definitivo que sintetizasse e reunisse os vários aspetos, temas e cronologias da história diplomática do país, escreve a *História Diplomática de Portugal*, que juntava em dois volumes os seus apontamentos⁸³. Com o passar dos anos, e em pleno desagrado pela não abertura de novos concursos no ministério dos negócios estrangeiros, algo que crítica severamente⁸⁴, vai escrevendo e acaba por publicar várias obras relacionadas com a história diplomática de Portugal: *Portugal no Congresso de Utrecht (1712-1715)* em 1933, *O Conde de Tarouca em Londres (1709-1710)* obra publicada em 1934-35, e que tal como a primeira, fê-lo passar uma longa extensão de tempo no Arquivo da Casa de Tarouca, o que recorda com nostalgia; *Portugal no Continente Africano - A Questão Colonial Portuguesa na segunda metade do Séc. XIX*, no ano de 1935, *O casamento de D. Pedro II com a Princesa de Neuburg: documentos diplomáticos*, em 1936; *D. João V e a Santa Sé: as relações diplomáticas de Portugal com o governo pontifício de 1706 a 1750* e *O casamento de D. João V* ambos no ano de 1937, *A restauração: relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*, *Relações externas de Portugal: reinado de D. João V*, e *A política europeia no Extremo Oriente no século XIX e as nossas relações diplomáticas com a China*, todos do ano de 1938, por fim *A Restauração: relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*, já publicado em 1939.

Como podemos compreender estes foram anos de grande atividade para Eduardo Brazão, que não só escreveu extensamente, como, através do seu primeiro projeto

⁸¹ Id. *Ibid.* p.179

⁸² Id. *Ibid.* p. 179

⁸³ FARIA, Ana Leal de, “BRAZÃO, Eduardo (Lisboa, 1907 - Cascais, 1987)” em *Dicionário de Historiadores Portugueses*, dichp.bnportugal.pt, (disponível em dichp.bnportugal.pt/imagens/brazao.pdf) consultado às 17:00, de 12 de Janeiro de 2020

⁸⁴ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p.180

consegue a admissão na Faculdade de Letras de Lisboa enquanto *lecturer*, i.e. acabaria, depois de planejar um autêntico curso de história diplomática que não obteve uma boa recepção dos outros professores da faculdade, por dar um conjunto de conferências acerca do assunto, que começou a 26 de Abril de 1934⁸⁵. Confessa também que na sua opinião, o seu curso não foi avante pelo preconceito dos outros professores, e que embora o diretor da faculdade e seu amigo Prof. João da Silva Correia, tenha recebido a ideia com entusiasmo, os professores de história - nomeadamente Agostinho Fortes - não viam com bons olhos que um ex-aluno de direito sem provas dadas, iniciasse tal curso. Estas conferências, e o contacto que teve com Virginia Rau, académica que admirava profundamente, deram-lhe grande alegria. Mas depressa se instalaria o caos, quando alguém noticiou que se tinha aberto uma nova cadeira de História Diplomática na faculdade e que Brazão teria ingressado enquanto professor, algo que não seria possível tendo em conta a sua formação. Com esta condição, acaba por acabar as suas conferências e num ímpeto de revolta e desprezo, requer o doutoramento tanto em Lisboa como em Coimbra. Acaba este requerimento por ser indeferido, algo que com a distância temporal, parece ter sido positivo, pois escreve que de forma nenhuma estaria preparado para tal prova. No ano de 1938 Brazão consegue entrar para a Academia Portuguesa de História enquanto correspondente, e quatro anos antes, tinha sido condecorado com o grau de cavaleiro da ordem de Santiago. De toda esta experiência, enquanto escritor da história, conferencista e “professor” renegado, Brazão sai bastante magoado, mas ganha também uma resiliência única, visibilidade entre as elites políticas e académicas do país e mais importante, encaminha-se para aquilo que seria o seu verdadeiro futuro: ser um diplomata⁸⁶.

O seu objetivo só poderia ser concretizado com a abertura de novos concursos para a carreira diplomática. É neste contexto, que vai enviar uma série de cartas, incluindo uma carta aberta (27 de Fevereiro de 1934) a vários ministros, incluindo Caeiro da Matta e Sousa Pinto, fazendo questão de mencionar a necessidade de organização do arquivo diplomático, bem como a criação de novos meios de divulgação como a publicação de boletins e revistas diplomáticas⁸⁷. Noutra carta enviada a Salazar no final do ano de 1936, apresenta-se através do seu trabalho, que

⁸⁵ Id. *Ibid.* p. 183

⁸⁶ Id. *Ibid.* pp. 183-192

⁸⁷ FARIA, Ana Leal de, op.cit. p.2

terá enviado também ao presidente do conselho, bem como enquanto membro recentemente nomeado para a “Comissão dos Arquivos Diplomáticos” do MNE, insistindo não só na abertura de novos concursos diplomáticos, como pedindo a Salazar um papel mais relevante dentro do ministério (talvez até no gabinete do ministro) tendo em conta que Salazar servia interinamente no ministério e que Brazão queria preparar-se para a eventual abertura de um concurso⁸⁸.

Em 1939, depois de um longo intervalo de oito anos sem concursos, com Salazar à frente do MNE, o também presidente do conselho manda abrir novo concurso, para grande felicidade de Brazão. O júri seria presidido por Teixeira de Sampayo, Caeiro da Matta, Fezas Vital e Moses Amzalak⁸⁹. Os membros do júri eram conhecidos de Brazão, Caeiro da Matta, tinha sido seu professor de Direito Internacional Privado e Moses Amzalak tinha-lhe gentilmente cedido alguns volumes da sua biblioteca privada quando Brazão estava a realizar a *História Diplomática de Portugal*. Também as matérias do exame escrito coincidam com temas já estudados por parte de Brazão, e na sua dissertação, tinha o prazer de revelar documentos inéditos do tempo que esteve no Arquivo da Casa de Tarouca, no entanto nenhum dos dois elementos foi suficiente para conseguir ultrapassar os restantes candidatos, inclusive chumbando. A sua moral ficava esmagada, perante mais um desaire, alimentado inclusive por críticas que o aconselharam a manter-se no ramo da advocacia, no entanto nunca se esquecera também que o chefe da cifra, então 1º secretário, Marcelo Mathias, o elogiou e incentivou-o a concorrer a futuros concursos⁹⁰.

No ano que se seguiu, Brazão continuou a produzir publicações dentro do âmbito da história diplomática: *A restauração e as colónias portuguesas*; *Relance da história diplomática de Portugal*; *As grandes expedições de Duclerc e de Duguay-Trouin do Rio de Janeiro: 1710-1711*; *Alguns documentos da Biblioteca da Ajuda sobre a Restauração*; todas obras publicadas em 1940; em Maio de 1940 e com a Europa já a entrar no caos da Segunda Guerra, escreve um pequeno artigo no jornal *A Voz*, defendendo a posição de neutralidade de Portugal, justificando em carta enviada a Salazar, que escreveu o artigo, não por outro motivo senão o de contrariar os boatos políticos que se viviam em Lisboa, alimentados pelo medo da guerra⁹¹. No artigo, altamente ideológico, Brazão crítica a posição dos países europeus, em arrastarem-se para um

⁸⁸ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 65, 14 de Dezembro 1936

⁸⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. cit., p. 187

⁹⁰ Id. *Ibid.* pp. 187-193

⁹¹ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 66, 16 de Maio de 1940

conflito irresponsável, mas mais do que isso, contrapõe essa ação à “mão sempre fina e serena” do chefe de governo e “que todos os sectores de opinião abaixem as suas bandeiras, as suas pequenas paixões, rodeando o homem que por mercê de Deus podemos ter a dirigir os nossos destinos neste momento tão difícil para todo o mundo⁹²”. A correspondência que mantém com Salazar é ainda alimentada pela sua convicção de que este realmente é a peça chave para a manutenção da posição de segurança - nos vários planos, político, social e económico e não só no plano bélico - de Portugal. Posteriormente irá interceder junto de Salazar, num plano mais pessoal, relativamente ao segundo concurso que vai realizar no MNE⁹³.

Também neste período, a sua correspondência com Marcelo Caetano, que como já foi referido, travou amizade nos tempos da faculdade em Lisboa, vai-se pautando pelo envio das obras que Brazão publica, e que Caetano vai comentar de forma crítica, dando conselhos a Brazão na perspectiva da forma como organiza as suas obras: defende Caetano que o historiador deve anexar as suas fontes e trechos das mesmas, apenas no fim do texto⁹⁴ ou que devem existir dois tipos distintos de trabalho histórico “o cartista que pesquisa, lê, corrige, restitui, colecciona e publica os documentos, e o expositor que fundado nas fontes faz a narração concatenada, animada e explicada dos factos”. Apesar de Brazão conseguir fazer as duas coisas com grande facilidade, deve tal como outros historiadores, centrar-se apenas numa delas⁹⁵.

O ano de 1941, haveria de ser o ano de viragem na carreira de Brazão. Apesar de ter começado o ano queixando-se a Salazar na carta já mencionada, pelas poucas vagas num novo concurso para a carreira diplomática⁹⁶, consegue entrar posteriormente. Faz provas limpas e cautelosas e consegue a classificação de 12 valores, não sendo no entanto suficiente para conseguir um lugar⁹⁷. Neste contexto de incerteza em relação a conseguir ou não ingressar na carreira diplomática, e explorando uma ideia que discutiu várias vezes com Caetano, enquanto este era próximo da direção do Instituto de Alta Cultura⁹⁸, consegue uma bolsa do mesmo instituto para se deslocar a Roma, tendo a possibilidade de estudar os arquivos do

⁹² ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 67, Jornal *A Voz*, 1940

⁹³ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 68, 16 Janeiro de 1941

⁹⁴ AHD - MNE, Aquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 941 “Professor Marcello Caetano”, Lisboa, 5 de Fevereiro de 1939

⁹⁵ AHD - MNE, Aquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 941 “Professor Marcello Caetano”, Lisboa, 4 de Junho de 1939

⁹⁶ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 68, 16 Janeiro de 1941

⁹⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. cit., p. 193

⁹⁸ AHD - MNE, Aquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 941 “Professor Marcello Caetano”, Parede 1 de Agosto de 1939 e 23 de Agosto de 1940

Vaticano. A cidade eterna, tinha um significado especial para Eduardo Brazão. Deslocara-se lá, em 1925, no tempo do Papa Pio XI, pouco depois da morte do Pai⁹⁹. Fica fascinado com a arte presente nos corredores do Vaticano, com as estruturas de beleza ímpar, com Michelangelo, a guarda suíça e acredita que a arte, em conjunto com o cerimonial, reforçam o prestígio do chefe da Igreja e, em complemento da fé, afirmam o prestígio de Roma. Quando chega a Roma em 1941, o Papa é já Pio XII, e a Europa estava em plena guerra. Opondo-se a esse caos, o arquivo secreto do Vaticano, então dirigido por Angelo Mercati, era um refugio pacífico que deu oportunidade a Brazão de se manter durante um ano em Roma, criando importantes contactos do ponto de vista da sua carreira enquanto historiador e diplomata, com vários jesuítas que estudavam o arquivo, com gerais e superiores das ordens, membros superiores da Companhia de Jesus e até com cardeais. É orador em conferências e como resultado do seu trabalho, publica *Colecção de concordatas estabelecidas entre Portugal e a Santa Sé de 1238 a 1940*, obra que viria a ser mudada à última da hora quando já estava nas impressoras da editora Bertrand, pelo facto de Teixeira de Sampaio achar inadequado comentar a mais recente concordata. Fora da pesquisa histórica e dos contactos já mencionados, assiste à vibração do povo italiano, mobilizado por Mussolini, fazendo notar também como as comitivas estrangeiras - Japão com o ministro Yosuke Matsuoka, Croácia com Ante Pavelic e Von Ribbentrop em nome da Alemanha Nazi - punham a comunidade diplomática em polvorosa, e como mais tarde no Vaticano e em toda a Roma, se rezava quando os aliados iniciaram a sua campanha de bombardeamento sobre o Sul de Itália¹⁰⁰.

Tendo sempre em conta a crítica de Caetano, envia-lhe o seu trabalho desde Roma, escrevendo Caetano que Brazão deveria centrar-se na realização de um só estudo definitivo enquanto estivesse em Roma, deixando os seus trabalhos passados “assentarem” para que este ganhe com o tempo ainda mais credibilidade junto dos críticos. Recomenda também que Brazão se aproxime do então embaixador junto da Santa Sé, António Carneiro Pacheco, tendo em perspectiva ser introduzido nos mais altos círculos diplomáticos¹⁰¹. Do que relata a Caetano em 1941, Brazão destaca a grande facilidade e gentileza com que Carneiro Pacheco de facto o ajudou a ter acesso à universidade de Roma, não só para a pesquisa mas também para a realização das

⁹⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op.cit. p.23

¹⁰⁰ Id. *Ibid.* pp. 30-33

¹⁰¹ AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 941 “Professor Marcello Caetano”, Lisboa, 16 de Junho de 1941

suas conferências¹⁰². Entre elogios à forma como em Roma era visto Salazar, Brazão relata aquele que foi o seu ponto alto da estadia na capital italiana: o encontro com o Papa¹⁰³. O encontro com o sumo pontífice é também recordado nas suas memórias, escrevendo que a sua esposa lhe fez o reparo de que não deixou o Papa falar, estando interessado em relatar-lhe todos os seus projetos. Ofereceu também a Pio XII um exemplar da sua obra *D. João V e a Santa Sé*¹⁰⁴.

Chega então o momento definidor para o futuro de Brazão: no verão de 1941, recebe um telegrama em Roma, do MNE; avisando-o que novo concurso iria abrir dentro de cinco dias. Brazão recorda que se encontrava numa Itália em guerra, onde existia grande dificuldade em apanhar um transporte aéreo e que o visto de que necessitava teria que ser obtido no Estado Maior em Turim. Consegue chegar a Lisboa nas vésperas da prova e desta vez, finalmente, consegue entrar na carreira diplomática. Recorda ter entrado em conjunto com Calvet de Magalhães e Franco Nogueira, os três com catorze valores, tendo ficado Brazão à cabeça pelo facto de ter já obra publicada com relativa extensão. Teixeira de Sampaio, que Brazão teria começado por detestar, tornar-se-ia com a entrada de Brazão para o ministério, seu amigo e colega de investigação, recordando Brazão o episódio curioso em que durante a guerra acabariam por suspender o funcionamento do ministério por estarem os dois a investigar um conjunto de documentos históricos do padre António Vieira¹⁰⁵. Caetano mostra um grande agrado por Brazão ter conseguido entrar na diplomacia e não só lhe dá os parabéns pelo feito, como comenta que Brazão não deverá recriminar-se por ter feito “jogo de association”, i.e. o esforço que teve junto de Salazar para a abertura de novos concursos e as considerações que teceu relativamente à injustiça da falta de vagas já mencionadas¹⁰⁶, pois todos os outros concorrentes, também o terão feito¹⁰⁷.

Fazendo uma retrospectiva aos anos que se passaram entre a infância de Brazão e a sua chegada à carreira diplomática, percebemos que três aspetos são definidores do seu carácter e até da ação que irá levar a cabo:

¹⁰² ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº2, Roma, 10 de Maio de 1941

¹⁰³ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº3, Roma, 20 Junho de 1941

¹⁰⁴ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp.28-29

¹⁰⁵ Id. *Ibid.* pp. 193-195

¹⁰⁶ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 68, 16 Janeiro de 1941

¹⁰⁷ AHD - MNE, Aquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 941 “Professor Marcello Caetano”, Parede, 6 de Setembro de 1941

1) A relação com o mundo da cultura, que sobressai através das suas ligações familiares e que transportará em todos os momentos nos cargos que ocupa; pondo o plano cultural muitas vezes sobre o plano político, i.e, defenderá e irá pôr sempre em prática, que se Portugal quer conseguir conquistar algo no plano político - seja no melhoramento das relações com os países, no apaziguar de inimigos, na propaganda junto da comunidade local e da comunidade internacional - terá sempre que fazê-lo primeiro no plano cultural, dar-se a conhecer para convencer.

2) O elitismo do seu mundo, o seu contacto desde cedo com personalidades que no panorama social, cultural e político estão no topo da sociedade portuguesa, algo que de certa maneira herdou também do pai (que como já vimos foi amigo próximo do rei); a sua passagem pelas universidades de Lisboa e Coimbra, onde conheceu a elite que viria a ter os destinos da nação a seu cargo, o que naturalmente contribuiu para o aproximar entre Brazão e o estrato mais elevado da sociedade, e em conjunto com o seu trabalho, justifica a sua escalada no mundo da diplomacia;

3) A dicotomia sempre presente na sua vida profissional, entre o diplomata e o historiador; tal como no episódio em que em conjunto com Teixeira de Sampayo, vai “parar” o ministério porque os dois se dedicaram à análise de documentos do Pe. António Vieira, nas suas memórias registamos um episódio que escreveu e aqui citamos: “O terceiro contacto que tive com o Vaticano foi já investido na qualidade de 2º secretário da Embaixada de Portugal. O meu novo chefe, tinha recebido ordem expressa do Secretário Geral do Ministério, para que não me deixasse mexer em velho documentos, sobretudo nos da missão. Era preciso que eu fosse ou me preparasse para ser diplomata. Foi grande o sacrifício (...) Ao menos arrumei os códices e as caixas de documentos em sala própria, colocando-lhe à entrada um placa de mármore com o dístico - Arquivo¹⁰⁸”.

¹⁰⁸ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p.35



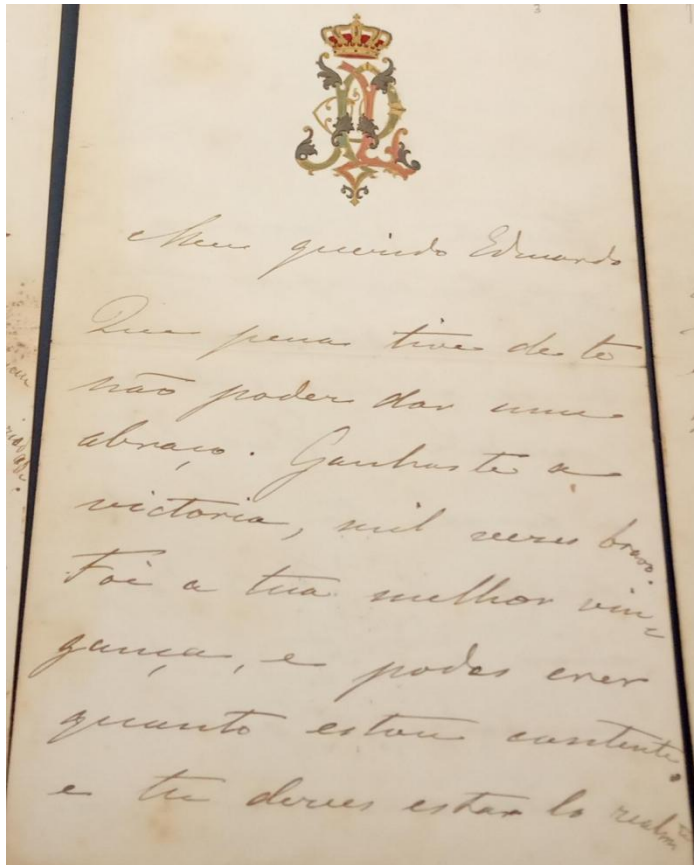
Eduardo Brazão e o seu pai, trajados de cardeais. (Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, disponível em arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=3509994&ty pe=PCD&add=20, consultado dia 2 de Fevereiro de 2022 às 11:36).



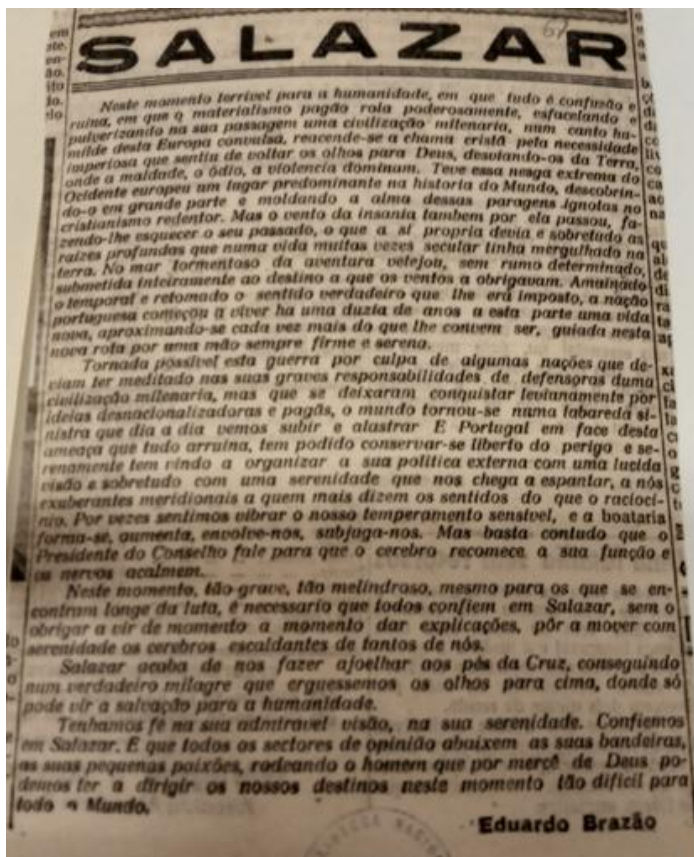
BRAZÃO, Eduardo, *Memórias de Eduardo Brazão que seu filho compilou (...)*, Lisboa, Empresa da Revista de Teatro, 1925



Retrato de Eduardo Brazão (pai), por Columbano Bordalo Pinheiro c. 1909, Museu Nacional de Arte Contemporânea.



AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, Nº14672) - envelope 936 “Cartas de D. Luis I (...)”, Carta 2



ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 67, Maio de 1940, Artigo Publicado em *A Voz*

Capítulo 2 - O Início da Carreira Diplomática (1941-1946)

A Cifra e a guerra

Corre o ano de 1941, e Brazão é finalmente diplomata de carreira. As suas expectativas são enormes, como conta a Marcello Caetano¹⁰⁹, pois após a dificuldade que teve em realizar os diversos concursos e ter feito o último tão em cima da hora, queria agora dar prova do seu valor. Num período crítico para a Europa, esperava-se grande agitação e a tempestade perfeita parecia perfilhar-se ao longe, com a incerteza da segurança de Portugal e de toda a península, perante uma Alemanha esmagadora que era agora dona e senhora de todo o continente entre a Normandia e o Volga.

Brazão é colocado na repartição de negócios políticos, chefiada por Eduardo Vieira Leitão e José da Costa Carneiro. Faz notar os diversos nomes dos seus colegas, homens com ligação e experiência ao mundo diplomático - Vieira de Campos, Rodrigues Pereira, Bettencourt Rodrigues, Silva Machado, Pinto de Lima, Manuel Rocheta e Malheiro Reimão - uma pluralidade de nomes, com ligações a ex ministros dos estrangeiros (Rodrigues Pereira), que já tinham ocupado postos difíceis (Silva Machado que tinha acabado de chegar de Varsóvia)¹¹⁰. Enquanto a guerra não se complicou, ou seja, antes das ameaças de invasão dos EUA sobre o teatro ocidental, Brazão diz que pouco se fazia naquelas circunstâncias, passando o tempo como seria de esperar, entre chás, conversas e almoços com os seus colegas, discutindo “história, literatura e pouca diplomacia¹¹¹”. Ao tempo era aceite por todos que a verdadeira carreira diplomática, fazia-se no estrangeiro, não dentro do ministério, pairando dentro deste um ambiente sinistro que depressa se tornou enfadonho para Brazão. Felizmente, era necessário na Cifra, pois a política de neutralidade de Portugal face à guerra não deixava no entanto de deixar o país fora de perigo: Portugal necessitando de recursos, nomeadamente combustível - racionado e pondo inclusive em causa a rede de transportes nacional - tinha alguns petroleiros para o seu abastecimento, sendo que muito do trabalho da Cifra à época passava por coordenar o Estado Maior da Marinha de Guerra, com os altos comandos das potências estrangeiras¹¹², fazendo com que nenhum destes navios fosse alvo accidental da guerra naval que se travava no

¹⁰⁹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº4, São Martinho do Porto, 30 de Abril de 1941

¹¹⁰ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 198-199

¹¹¹ Id. *Ibid.* p. 199

¹¹² Id. *Ibid.* p. 204

Atlântico. Curiosamente nas suas memórias escritas, apesar de não o esclarecer totalmente, diz que esta situação era deveras problemática, pois ao mínimo deslize poderiam acontecer graves acidentes e que é nesta altura “por qualquer problema que se levantou” que tem oportunidade, talvez não nas melhores circunstâncias, de conhecer Salazar¹¹³ (que acumulava a pasta dos estrangeiros desde 1939). Neste encontro, como fica implícito pelo contacto de Salazar com o diretor da Junta Nacional da Marinha Mercante - o futuro presidente da república almirante Américo Thomaz - teria-se desenrolado qualquer problema com as comunicações acerca da passagem dos navios petroleiros, mas Brazão recorda que apesar de nervoso, tendo derrubado inclusive documentos que Salazar sempre tinha acumulados junto de si, é deixado à vontade pelo presidente do conselho. Brazão era já conhecido de Salazar, tinham travado contacto por correspondência e, como vimos, o diplomata era um admirador convicto do “divino fradique¹¹⁴”, sendo que aquele encontro serviu apenas para reforçar a sua simpatia, perdendo um pouco o receio por aquela que era uma figura mítica no meio político nacional.

Ao contrário dos primeiros tempos passados na repartição dos negócios políticos, na Cifra a atividade era febril, natural da condição da Europa em guerra. Junto de João de Deus Ramos que chefiava, Luis Norton, Almeida Pile, Luis Jorge da Costa, Pinto de Lima, Mário Neves e Calvet de Magalhães, passou noites inteiras, revesando-se por turnos com os seus colegas de forma a manter a informação sempre atualizada face aos grandes desenvolvimentos bélicos na Europa. No momento mais crítico - a negociação para a cedência da base dos Açores às forças aliadas e o momento em que Churchill pressionou Salazar a deixar de fornecer volfrâmio à Alemanha¹¹⁵ - a Cifra teve uma importância vital, pois existiu a necessidade de contacto permanente com o *Foreign Office* numa altura em que Lisboa estava pejada de espionagem quer aliada, quer do eixo, correndo o risco de qualquer negociação menos discreta desencadear um curso de eventos que acabaria por colocar a neutralidade portuguesa em risco¹¹⁶. Ficava assim circunscrita a informação dentro de um grupo muito limitado de pessoas, que incluía apenas Salazar, o secretário geral e o pessoal da Cifra. Ficaria expresso no final da guerra o elogio de Salazar aos elementos

¹¹³ Id. *Ibid.* p.202

¹¹⁴ Id. *Ibid.* p. 204

¹¹⁵ Vide Capítulo X, “A Viragem” e Capítulo XI, “Adaptações” em PEREIRA, Bernardo Futscher, *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, 2.ª Edição. Alfragide, Dom Quixote, 2013, pp,351-419

¹¹⁶ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 205

referidos, pois considerou este que “nada transpirou nesta terra palreira e boateira¹¹⁷”, acabando as negociações por serem bem executadas no que diz respeito à não existência de fugas de informação.

Por fim de notar, que na altura em que Brazão passou pela Cifra, nem todas as questões foram tratadas harmoniosamente no seio da diplomacia portuguesa. É unânime hoje que no início do verão de 1943, disputou-se um “duelo” telegráfico entre Londres e Lisboa e que só os funcionários da Cifra assistiram: Armindo Monteiro, embaixador em Londres e anglófilo desde há muito, crítica abertamente Salazar e a política do governo português entre avanços e recuos face à aliança inglesa. A tensão entre Monteiro e Salazar culminava numa missiva enviada pelo primeiro, no qual Monteiro acusa Salazar de falta de interesse, de pôr a embaixada britânica numa constante batalha contra a posição portuguesa e criticando inclusive a forma como Salazar via nos EUA uma “besta negra¹¹⁸”. A resposta de Salazar foi irada e contundente: “esse historiador (invocando um futuro historiador que fosse analisar toda esta situação) terá feito a distinção entre diretrizes políticas gerais e os mil incidentes diários, mais ao menos vivos e desagradáveis, com uma potência a quem mais de um século (...) de absoluta subserviência de Portugal quase deu o direito de julgar em situação de mandar aqui soberanamente. (...) o embaixador (agora referindo-se a Monteiro) há-de reler esta e outras cartas de que certamente em cópia e então as achará injustas, pretensiosas e com um quê de ridículo. (...) envergonhar-se-á de tão estranhas manifestações de snobismo: esta carta traduz o grande ar de um grande senhor que vive em Londres, está relacionado com os dirigentes do mundo e fala de tudo isso superiormente a um pobre homem de Santa Comba (...)”¹¹⁹. Depois da troca de palavras entre os dois, e de uma disputa entre quem tinha feito o quê, i.e., se Salazar tinha exonerado Monteiro ou se Monteiro depois se teria demitido, Salazar resolveu por um ponto final e confirmou a exoneração do embaixador¹²⁰. Futscher Pereira, na análise deste episódio, vai recuperar a opinião de Franco Nogueira de que a posição de Armindo Monteiro em Londres era muito forte e que este se apresentava como uma alternativa política ao regime e a Salazar¹²¹. No meio deste conflito, Brazão faz notar um facto surpreendente: não é que a divisão entre os dois fosse

¹¹⁷ Id. *Ibid.* p.205

¹¹⁸ PEREIRA, Bernardo Futscher (2013), op. Cit., p. 368

¹¹⁹ Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Dez Anos de Política Externa Vol. XII*, doc. 120, p. 208 apud. PEREIRA, Bernardo Futscher (2013), op. Cit., pp.369-370

¹²⁰ PEREIRA, Bernardo Futscher (2013), op. Cit., p. 370

¹²¹ Id. *Ibid.* p. 371

completamente secreta, o distanciamento era já conhecido à meses, no entanto o que Brazão comenta é que a Cifra estava dividida entre a posição salazarista e a posição armindista, não revelando no entanto nomes, nem sequer se se tratava de uma posição mais política ou ao nível do posicionamento externo de Portugal face à aliança inglesa. Brazão posicionou-se claramente do lado de Salazar, comentando a possibilidade de Monteiro ter sido absorvido pelo ambiente britânico - “que conquista todos os que se aproximam, ainda mais os latinos” - afastando-se assim das suas diretrizes, mesmo tendo sido Monteiro seu antigo mestre na Faculdade de Direito¹²². A discussão chegou mesmo ao ridículo, com Monteiro a comunicar que trataria de qualquer assunto num cocktail, respondendo naturalmente Salazar que esse procedimento seria incorreto, ao que Monteiro retribuiu “Vê-se que vossa excelência tem pouca prática do mundo”. Fora de oficialidades Brazão escreve: “O que tudo aquilo nos excitava! Uns pró-salazaristas, outros pró-armindistas! A Cifra estava dividida¹²³”.

Estes anos de intensa tensão no ministério, entre conflito internacional, dificuldades de compreensão entre as partes, negociações secretas e até conflitos internos, foram para Brazão uma verdadeira escola para aquilo que teria de enfrentar. Esta é a sua opinião e considera que este período também ajudou os seus colegas na teoria. Restava agora a prática, que só poderia ser feita lá fora, i.e, nos postos diplomáticos no exterior. “Só a prática no exterior, que seria longa, nos daria asas para voar¹²⁴”.

A França de Vichy, Abril de 1944

Não nos interessa aqui dissertar, acerca da posição de Vichy (regime estabelecido no território que restava à França depois da ocupação alemã e que é considerado como um regime fantoche da Alemanha Nazi, embora tenha conservado alguma independência nos primeiros anos) face a Portugal. Muito já foi escrito acerca das afinidades ideológicas entre Pétain e Salazar, e seria desviar as atenções daquilo que nos poderá verdadeiramente ser útil: contextualizar a visita de Brazão a Vichy no mês de Abril de 1944, dois meses antes do desembarque aliado na Normandia. Para isso é

¹²² BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 201

¹²³ Id. *Ibid.* p. 201

¹²⁴ Id. *Ibid.* p. 203

importante olhar para as relações diplomáticas entre Portugal e os vários atores, mas de forma sintética.

O início do regime de Vichy desencadeou um interesse particular no regime português. Helena Pinto Janeiro afirma que a aposta de Salazar em Pétain, não se limitou a uma aposta ideológica, foi antes uma aposta do ponto de vista estratégico numa paz de compromisso entre vencedor e vencidos¹²⁵. Verificamos que, de facto, a aproximação ideológica dos dois líderes é uma realidade incontornável. Não só os partidários iniciais do regime de Vichy modelaram a sua política através de alguns aspetos do Estado Novo - prezando o modelo constitucional e corporativo português, bem como o modelo de organização familiar e da juventude¹²⁶ - como Salazar usufruiu e utilizou o prestígio que tinha em França para projetar a sua imagem no panorama internacional¹²⁷.

Olhar para os objetivos estratégicos desta relação é pôr Portugal no contexto da neutralidade da guerra: a quando da criação da zona livre e do Estado francês em Vichy, negar a legitimidade deste seria afrontar a Alemanha e desta forma pender para um dos lados do conflito. Em conjunto com esta necessidade geopolítica e realista, encontramos no evoluir das relações históricas recentes entre Portugal e a França (que poucos anos antes tinha sido governada por uma Frente Popular que causou naturalmente um distanciamento político-ideológico com Portugal) um relacionamento de afinidade que contrastava com o período da Frente Popular. Por fim é ainda levantada a questão económica e a questão colonial. Estas, postas desde o início da criação de Vichy, estão na linha da frente das preocupações dos diplomatas portugueses: ainda em Fevereiro de 1941, a legação de Paris informava o MNE que a imprensa parisiense insistia na renovação da lógica colonial europeia, do ponto de vista da indispensabilidade de África enquanto “hinterland” europeu¹²⁸. De resto, a expansão da guerra para África foi sempre um assunto que alertou Portugal¹²⁹, ligando-se à preocupação duma possível ação aliada nos territórios portugueses - Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - para salvaguardar o domínio Atlântico. Relativamente ao aspeto das relações económicas e comerciais entre os

¹²⁵ JANEIRO, Helena Pinto (1998), op. Cit., p.8

¹²⁶ Id. *Ibid.* pp. 69-91

¹²⁷ Id. *Ibid.* pp. 65-68

¹²⁸ AHD - MNE, RNP, Informações políticas e militares sobre a guerra, provenientes das legações de Vichy e Paris, 1939-1942, S13, E14, P02, 82736, Paris, 6 de Fevereiro de 1941

¹²⁹ AHD - MNE, RNP, Informações políticas e militares sobre a guerra, provenientes das legações de Vichy e Paris, 1939-1942, S13, E14, P02, 82736, Vichy, 8 de Agosto de 1942

dois países, elas regem-se por dois pontos: a diminuição de volume de circulação, destacando-se apenas os fosfatos marroquinos, e a politização dos atos tomados por Salazar respeitantes ao comércio¹³⁰. Exemplo dessa politização é o fornecimento de carvão à marinha de Pétain, como símbolo de boa vontade e independência face aos aliados, ou o acordo luso-marroquino de 1941, que é conseguido já num contexto de restabelecimento de relações comerciais entre os EUA e Vichy e é feito sem a oposição dos ingleses¹³¹. Outro acordo importante, e que curiosamente diz respeito à função de Brazão na Cifra, enquanto esteve ocupado com a salvaguarda da passagem e das rotas dos barcos portugueses, é o acordo dos petroleiros em 1942, que resulta no frete do *Frimaire* e do *Aragaz*, dois petroleiros que servirão para abastecer Portugal a partir do continente americano¹³². O acordo luso-marroquino é também reforçado em Julho de 1942 e acaba por ser uma peça importante no evoluir das relações entre a realidade político-bélica e a necessidade económica nacional, pois com a queda de Marrocos para as forças da França livre, o abastecimento português vai ser mantido através do estreitar de relações com os gaulistas¹³³.

A neutralidade e a negociação com êxito de acordos com Vichy, não são ainda assim os únicos fatores a ter em conta. A diplomacia portuguesa, e o corpo diplomático português em França, não deixou de estar em constante alerta com as inquietações da guerra. Em Setembro de 1941 Caeiro da Mata dava conta do conflito criado entre Pétain e o núncio apostólico devido à instauração de legislação antissemita, citando este último dizendo que perguntou a Pétain, esse herói da Grande Guerra, se não eram judeus muitos daqueles que caíram ao serviço da França entre 1914-1918¹³⁴. Era também de Vichy que muitas vezes Portugal conseguia obter informação acerca das ações das forças do eixo, nomeadamente qual a posição Alemã relativamente a vários assuntos internacionais - o “problema judeu da Europa”, rumores acerca de propostas de paz alemãs, a possível criação de uma segunda frente de guerra na Europa continental¹³⁵ - e também do posicionamento alemão face aos países neutrais¹³⁶, algo que dizia particularmente respeito a Portugal enquanto país

¹³⁰ JANEIRO, Helena Pinto (1998), op. Cit., p.107

¹³¹ Id. *Ibid.* p. 108

¹³² Id. *Ibid.* p. 109

¹³³ Id. *Ibid.* pp. 109-110

¹³⁴ AHD - MNE, RNP, Informações políticas e militares sobre a guerra, provenientes das legações de Vichy e Paris, 1939-1942, S13, E14, P02, 82736, 16 de Setembro de 1941

¹³⁵ AHD - MNE, RNP, Informações políticas e militares sobre a guerra, provenientes das legações de Vichy e Paris, 1939-1942, S13, E14, P02, 82736, Vichy, 15 de Outubro de 1942

¹³⁶ AHD - MNE, RNP, Informações políticas e militares sobre a guerra, provenientes das legações de Vichy e Paris, 1939-1942, S13, E14, P02, 82736, Vichy, 9 de Janeiro de 1942

comprometido a não entrar no conflito. Entendemos assim que face à ação diplomática portuguesa, a liberdade de atuação alemã em França imposta pelas armas, deixava apenas espaço para uma atuação do ponto de vista da informação. França, vítima dessa condição faz aquilo que Helena P. Janeiro considera um esforço inglório para participar em pé de igualdade na nova ordem europeia que acredita estar iminente¹³⁷. No entanto é importante o papel dos diplomatas portugueses, nomeadamente Caeiro da Mata, ultrapassando as narrativas construídas por Vichy e dando luzes da realidade a Salazar, classificando as atitudes do governo de Vichy, progressivamente mais subordinadas à autoridade Alemã¹³⁸. Em Março e Maio de 1942, Caeiro da Mata relata como a imprensa parisiense mais radical e germanófila, ataca Pétain e como Hitler, desconfiado dos dirigentes de Vichy, aumenta a pressão sobre os mesmos¹³⁹. A França, esmorecida pelo domínio Alemão que fica confirmado com a sucessão de vitórias sobre a União Soviética, e com o abandono por parte do Reino Unido, fica sem solução¹⁴⁰. Caeiro da Mata vê mesmo neste período, a evolução do estatuto da França, de força neutral para força colaborante, através da chegada ao poder de Pierre Laval, que cedendo aos desígnios alemães põe a indústria francesa ao serviço da máquina de guerra alemã¹⁴¹. Este contexto destrói assim a possibilidade de França enquanto arquiteta da paz de compromisso desejada por Salazar.

Assim, chegamos ao momento crucial para o posicionamento diplomático de Portugal: a subida de Laval ao poder. O relatório entregue em Julho de 1942¹⁴² por Caeiro da Mata, que era defensor das teses de Laval e sem dúvida era apreciado pelas chefias do governo francês¹⁴³, traça uma mudança na política externa francesa: a hostilidade para com Inglaterra reforçou-se, argumentando-se que a aproximação à União Soviética punha em causa qualquer reaproximação; a colaboração com a Alemanha era já total, saqueando inclusive os alemães uma larga percentagem do Banque Internationale de Crédit; por fim a política anti-semita também se intensificou com a substituição do comissário para as questões judias em França por um da total

¹³⁷ JANEIRO, Helena Pinto (1998), op. Cit., p.35

¹³⁸ Id. *Ibid.* p. 35

¹³⁹ AHD - MNE, RNP, Informações políticas e militares sobre a guerra, provenientes das legações de Vichy e Paris, 1939-1942, S13, E14, P02, 82736, Vichy, 22 de Março de 1942

¹⁴⁰ Id. *Ibid.*

¹⁴¹ AHD - MNE, RNP, Informações políticas e militares sobre a guerra, provenientes das legações de Vichy e Paris, 1939-1942, S13, E14, P02, 82736, Vichy, 20 de Maio de 1942

¹⁴² AHD - MNE, RNP, Informações políticas e militares sobre a guerra, provenientes das legações de Vichy e Paris, 1939-1942, S13, E14, P02, 82736, Vichy, 9 de Julho de 1942

¹⁴³ PEREIRA, Bernardo Futscher (2013), op. Cit., p. 294

confiança dos alemães. Em relação a Portugal, a posição de prestígio de Salazar saía inalterada.

À subida ao poder de Laval, juntar-se-iam meses depois outros dois fatores decisivos: o desembarque aliado no norte de África e a ocupação total de França pelos alemães. A ocupação alemã de Vichy, transforma as autoridades do país em gestoras de um território sob ocupação militar estrangeira, o que altera os pressupostos do seu reconhecimento por parte de Lisboa¹⁴⁴. No entanto Salazar nunca vai romper o reconhecimento de Vichy, no entanto sabe que as manobras alemãs não deixam outra hipótese que não abrir canais de comunicação alternativos. Quando acontece de facto a necessidade de se criar esse tipo de alternativa, Salazar fá-lo tendo em conta a necessidade portuguesa do abastecimento de fosfatos do norte de África. Nunca é ignorada também a presença de gaulistas em Lisboa, e no extremo, quando todos disputam a legitimidade de ser o verdadeiro governo Francês, vão estar presentes em Lisboa além da legação oficial de Vichy, uma representação do general Giraud, e uma semiclandestina representação de De Gaulle¹⁴⁵.

Desta forma, Portugal diplomaticamente vai manter-se fiel até ao fim à legitimidade de Vichy, conservando por interesse comercial e gestão de expectativas (nomeadamente por parte das forças aliadas) relações oficiosas com as representações paralelas francesas. Exemplo desta prática, é o encontro entre Salazar e o delegado do Comité Francês de Libertação Nacional para as questões comerciais, nunca reconhecendo o mesmo, mas não deixando por isso de negociar a título pessoal¹⁴⁶. A presença do comité em Portugal é “boicotada oficialmente¹⁴⁷” embora permitida, ignorando também Salazar a progressiva deserção diplomática dentro da legação de Vichy em Lisboa. No fundo Salazar nunca deixou cair a máscara de apoio oficial a Vichy - e sentiu realmente afinidade até ao fim por Pétain - mas a necessidade face ao contexto, bem como a confusão instalada, fizeram-no acompanhar progressivamente as posições dos aliados. Em Junho de 1943 Pétain tenta uma abertura em direção aos norte-americanos num encontro passado em Portugal entre os enviados petainistas e responsáveis americanos, no entanto esta manobra apenas serviu para mostrar aos EUA que Pétain tinha perdido todo o controlo para as forças alemães. No mundo tal como em Portugal, a situação francesa era já vista como uma inevitabilidade, e em

¹⁴⁴ JANEIRO, Helena Pinto (1998), op. Cit., p.179-180

¹⁴⁵ Id. *Ibid.* p. 180

¹⁴⁶ Id. *Ibid.* p. 192-193

¹⁴⁷ Id. *Ibid.* p. 196

1944 a hipótese de paz de compromisso já está inteiramente fora de questão. Resta apenas a manutenção das relações diplomáticas, mas procede-se ao seu completo esvaziamento prático. Janeiro de 1944 traz dos últimos atos simbólicos de Vichy para romper um pouco com o isolamento diplomático: a proposta de elevação da legação de Vichy em Lisboa a embaixada, numa tentativa que Portugal reciprocamente elevasse a sua legação em Vichy. Com a aprovação prévia de Alemães, Laval apresenta esta vontade a Caeiro da Mata, mas Salazar é bastante claro: Portugal só mantém a sua representação diplomática em Vichy por respeito para com a figura de Pétain¹⁴⁸.

Resumindo, entende-se - e suporta-se esta conclusão no pensamento de Caeiro da Mata - que Portugal fez todo este esforço de legitimação até ao último momento, nunca recusando o legado da boa relação com Pétain, por motivos não só ideológicos, i.e a proximidade entre Pétain e Salazar, mas também por motivos da ordem realista: contribuir para a manutenção de uma zona tampão para lá dos Pirenéus, que contivesse os alemães¹⁴⁹.

Desta forma compreendemos que, em Abril de 1944 a quando da viagem de Eduardo Brazão à França ocupada, nomeadamente Vichy, há que ter em conta as seguintes condicionantes já enumeradas: 1) Portugal foi um país amigo do regime de Vichy, na medida em que a identificação ideológica de Pétain e dos seus apoiantes com Salazar, contribuía para um bom relacionamento, e que esse relacionamento e prestígio foi utilizado por Salazar; também por motivos de ordem geopolítica Portugal esteve o máximo possível ao lado de Vichy, pelo menos a nível formal, tendo como objetivo a possível criação de um acordo de paz entre as partes envolvidas na guerra e vendo Vichy como zona tampão do avanço alemão; 2) O avanço aliado, tal como a política de neutralidade portuguesa, fizeram com que a presença de estruturas paralelas a Vichy (Giraud, De Gaulle) fosse permitida oficiosamente em Portugal; 3) em Abril de 1944, tínhamos já assistido à reconfiguração diplomática de Vichy, existindo um verdadeiro êxodo dentro da legação em Lisboa e uma sensação de inevitabilidade da derrota do eixo dentro da comunidade diplomática em Vichy começava a ser criada.

É neste contexto que Brazão vai realizar a sua primeira missão diplomática no estrangeiro. Habitado a lidar com o secretismo particular da Cifra, é nomeado

¹⁴⁸ Id. *Ibid.* p. 211-212

¹⁴⁹ Id. *Ibid.* p. 214

enquanto correio diplomático para recuperar uma importante mala retida em Vichy, que mais tarde veio a descobrir pertencer ao ministro equatoriano em França, Soto Mayor Luna¹⁵⁰. Assim a sua missão e o seu relatório, mostram particular interesse na perspetiva que dá sobre a situação política e económica de Vichy, retratando não só a insegurança vivida como a escassez que se sofria. É também interessante na medida em que nos mostra como o regime francês perspetivava o seu futuro, a forma como a colaboração estava ou não enraizada e como a ideia de latinidade e de um espaço comum entre Portugal, Espanha, França e Itália é partilhada pelo diplomata.

Brazão iria voar em plena guerra, numa altura em que embora os bombardeamentos aliados fossem mais comuns em território Alemão, não deixaram a França incólume. Em Abril de 1944, no mesmo mês em que Brazão esteve em França, Lille, Rouen, Noisy-le-Sec, Juvisy-sur-Orge e até os arredores de Paris¹⁵¹, foram bombardeados pelas forças aliadas, causando milhares de vítimas. Por esse motivo, quando Teixeira de Sampayo propôs a missão a Brazão, deixou em aberto a possibilidade deste último recusar, pois já tinha esposa e filhos ainda jovens¹⁵². No entanto Brazão, num laivo de curiosidade natural de ver a história a desenrolar-se, não conseguiu recusar. Partia num quadrimotor da Lufthansa com o professor Joseph Piel, destacado filologista Alemão da universidade de Coimbra, em direção a Lyon. A viagem foi calma até passar os Pirinéus, mas a partir daí o temor instalava-se em todos os passageiros, que temiam que qualquer caça aliado pudesse cometer o erro de abater o avião. Chega a Lyon e descreve um cenário de total domínio militar alemão. “No campo só tropas germânicas, nas pistas só aviões militares do Reich. (...) um oficial alemão, a quem entreguei o meu passaporte, que tinha ao lado dum apagado visto francês para entrar em França, um bem nítido visto alemão que de facto me abria a porta desse lindo país...¹⁵³”. De facto não há qualquer equívoco, tal como em Itália - e apesar de em Itália se ter instalado a guerra civil entre os partidários da resistência e do Rei, e a República Social de Mussolini - França era comandada pela Alemanha, sendo a sua estrutura militar engolida. Piel, já habituado a visitar território do eixo, avisava Brazão para o perigo de uma qualquer passagem de aviões aliados e no geral o ambiente da chegada a França, traçado pelo diplomata tanto no relatório como nas

¹⁵⁰ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 215

¹⁵¹ FLORENTIN, Eddy, *Quand les Alliés bombardaient la France*, Paris, Perrin, 1997

¹⁵² BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 215

¹⁵³ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A França em Abril de 1944*, Relatório do 3º Secretário da Legação, Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, p.3

suas memórias, é pesado¹⁵⁴. Em primeiro lugar no seu percurso ficava Lyon, a primeira cidade que visitava em guerra desde Roma, fazendo notar que ao contrário da capital italiana (1941) os alarmes eram levados a sério e o medo instalava-se com o seu soar. Movendo-se através do carro do consulado português, descreve uma cidade onde a escassez é o tom dominante, não existindo por exemplo outra bebida que não água e onde, segundo lhe contam, domina totalmente o mercado negro¹⁵⁵. Como é seu hábito prioriza a cultura na sua mente, e aproveita a paragem em Lyon para comprar livros, tarefa infrutífera pois tal como todos os artigos não essenciais, pouca coisa resta nas montras da cidade. A população circula silenciosa pelas ruas e procede em realizar o seu itinerário. Encontra-se com o cônsul português, que lhe traça um cenário de falência total da economia francesa: domínio do mercado negro, gasto de valores astronómicos para a compra de qualquer bem. Parte ainda no mesmo dia para Vichy de comboio e faz notar que os comboios estão organizados de forma a terem sempre espaço no centro para o transporte de soldados alemães. Chega a Vichy à meia noite do dia 14 de Abril de 1944 e é recebido pelo encarregado de negócios Pinto Ferreira e pelo 2º secretário Emílio Patrício, que o instalam no hotel Gallia, vizinho do hotel Ambassadeur, onde cada quarto era uma delegação de um país estrangeiro. O ministério teria dado instruções a Brazão para que a sua viagem fosse realizada no mais breve tempo possível, no entanto pela dificuldade em se encontrar disponível um voo na região com destino a Portugal ou Espanha aproveita para contactar com vários diplomatas e conhece Philippe Henriot, conhecida voz da propaganda francesa e em Vichy vê Pétain e conversa com o seu médico pessoal Dr. Ménétrel, que diz ter sido conhecido pela sua hostilidade para com os alemães. No Grand Casino, como não poderia deixar de ser, assiste à peça de teatro *Les J3 ou la nouvelle école*, de Jacques Baumer. No seu relatório incluiu a descrição da peça, que no seu enredo retrata o mercado negro e como os jovens franceses espelhavam na arte a ideia das dificuldades da guerra já enraizadas na sua mente. No dia 18 de Abril, sai a espantosa notícia nos jornais que Inglaterra suspendera as regalias diplomáticas a pretexto de preparar uma segunda frente, deixando Brazão na incerteza de ficar isolado por um possível bloqueio de aviação entre a França e a península Ibérica. A 20 de Abril, consegue finalmente marcar um avião de regresso e parte às 3H da madrugada no

¹⁵⁴ Id. *Ibid.* p. 3

¹⁵⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 216

comboio Vichy-Lyon, chegando a esta cidade de manhã, regressando posteriormente em segurança para Portugal¹⁵⁶.

A experiência marcaria Brazão que escreve: “Era o primeiro posto que eu contactara, já como profissional. Uma experiência única. Estava a ver com os meus olhos o que realmente se passava numa Europa a autodestruir-se! Tudo isso me emocionava, procurando absorver todos aqueles minutos dramáticos¹⁵⁷”. Percebemos assim que este é um momento significativo para a carreira de Brazão, e já vimos qual o seu percurso em França e as dificuldades no regresso. Olhemos agora para o que transmitiu no seu relatório, datado de 30 de Abril, um mês e seis dias antes do desembarque aliado na Normandia.

Em primeiro lugar, e como mencionado acima aquando da referência ao mercado negro, Brazão traça uma visão geral de escassez em vários contextos. O racionamento estava em prática e o acesso a alimentos era feito através de tickets. No aeroporto à chegada a França, Brazão recebeu vários tickets de refeição que verificou já no comboio em direção a Lyon estarem inválidos, tendo recebido de um companheiro de viagem francês tickets válidos¹⁵⁸. Em Vichy a comunidade diplomática era a única a ter acesso a bens básicos com regularidade devido aos envios e remessas dos diplomatas quando viajam para os seus países de origem (no caso português, enchidos e bacalhau), mas também pela atividade sempre presente de negociadores oportunistas que viam nos diplomatas homens de posses e os únicos capazes de comprar os seus produtos provenientes do tráfico¹⁵⁹. Brazão recorda que no hotel dos embaixadores, o *maître*, conhecido por Mr. Marius, seria o cabecilha destas operações e com certeza terá “comprado um castelo no Loire” depois da guerra¹⁶⁰. Em Vichy, escreve no relatório, desenvolve-se ainda outro mercado paralelo ao sistema de racionamento com tickets, envolvendo a troca direta de bens, presente nas lojas de comida e de vestuário, e onde a moeda de troca mais valiosa seria o chocolate e o café¹⁶¹. Ao contrário do aspeto triste e vazio do comércio lionês, Vichy era afinal um pequeno centro de comércio, mas só para quem tinha acesso aos contactos certos. A escassez,

¹⁵⁶ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto , *A França em Abril de 1944*, Relatório do 3º Secretário da Legação, Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, pp. 6-16

¹⁵⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 217

¹⁵⁸ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto , *A França em Abril de 1944*, Relatório do 3º Secretário da Legação, Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, pp. 7-8

¹⁵⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 217

¹⁶⁰ Id. *Ibid.* p. 217

¹⁶¹ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto , *A França em Abril de 1944*, Relatório do 3º Secretário da Legação, Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, p.15

que Brazão não imaginava ser tão intensa em França antes de partir, era afinal uma realidade também presente em Portugal. Desde Setembro de 1941 que o transporte de alguns produtos estava condicionado, o racionamento de gasolina tinha entrado em vigor um mês antes, sendo que em 1943 estendeu-se o racionamento generalizado por todo o país¹⁶².

Brazão inclui também interessantes pontos de vista retirados das conversas que teve com vários elementos, retendo a perspectiva francesa dos acontecimentos da guerra e da opinião política que versava nos círculos diplomáticos. Convidado por Wisseman, secretário da legação alemã, dirige-se ao castelo de La Poivrière, onde em conjunto com o 2º secretário português, o adido militar alemão Hagen e o secretário húngaro, foi recebido pelo já mencionado Philippe Henriot¹⁶³. Henriot tinha sido recentemente nomeado secretário de Estado para a informação e propaganda de Vichy, e era uma figura particularmente odiada pelos membros da resistência, sendo inclusive conhecido como “Goebbels francês¹⁶⁴”. Neste encontro que contava com os portugueses enquanto os únicos representantes de forças neutras na guerra, visto França estar sob ocupação alemã e a Hungria ser uma força alinhada com o Eixo, Brazão pode medir qual era o sentimento geral entre a diplomacia do Eixo. Ora o que aconteceu foi simbólico da divisão entre essa comunidade: Henriot, repetiu em frente aos húngaros e alemães, que Roosevelt havia declarado poucas horas antes que se queria entender com França, mesmo não sendo com a França de Pétain ou de Argel em particular, mas sim com “a França eterna¹⁶⁵”, remetendo para uma ideia de união dos franceses face à amizade norte-americana. Naturalmente este episódio criou desagrado entre os do Eixo, compreendendo que Henriot repetia palavras que faziam acreditar na derrota alemã, o que era naturalmente desmoralizador sendo este o ministro da propaganda francesa. Mesmo assim Henriot era intransigente na sua posição enquanto ministro, e embora se esgotasse a sua fé, continuava a reiterar o seu bom relacionamento com Pétain, repetindo que este lhe teria dito que foi um grande servidor de França, sendo-lhe pessoalmente devedor. Ficou patente neste encontro,

¹⁶² TADEU, Tiago Agostinho Arrifano, *A Guarda Durante a II Guerra Mundial*, Dissertação de Mestrado em Económica e Social Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, Capítulo 2.2, “Salazar e a questão dos “abastecimentos”. Os abastecimentos e o seu aparelho”, pp. 38-47

¹⁶³ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A França em Abril de 1944*, Relatório do 3º Secretário da Legação, Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, p.11

¹⁶⁴ COGGINS, Patrick John, *Philippe Henriot: The Voice of France, "The French Goebbels", 1924-1944*, McGill University, 1996

¹⁶⁵ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A França em Abril de 1944*, Relatório do 3º Secretário da Legação, Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, p.12

como também mais tarde quando travou contacto com o Dr. Ménétrél (o já aqui referido médico pessoal de Pétain) que a França estava dividida, e que seguramente a ocupação alemã era impopular entre os mais altos círculos políticos¹⁶⁶.

De facto Brazão não escondeu as contradições entre os franceses e fez referencia à constante preocupação das tropas alemãs face aos frequentes ataques da resistência francesa, ou até à forma como os populares insultavam, embora discretamente, os membros da *Jeunesse Populaire Française*¹⁶⁷. Na mesma página Brazão faz notar que “a autoridade francesa colaborava na resistência passiva desta nova modalidade de requisição alemã!” mas também que “De todos os lados vinham notícias da sabotage constante, dos assaltos do maquis, que da alta Sabóia se espalhara por toda a França causando prejuízos sem conta ao ocupante, não temendo pela represália expondo tudo pela libertação desejada...”¹⁶⁸.

Ao retrato de uma França politicamente dividida, juntava-se um carácter de radicalismo de todas as partes e até de ilusão. Brazão faz notar que, pese embora os muitos bombardeamentos sofridos pelos franceses, e presença aliada em redor de Roma, em conjunto com a notícia de 18 de Abril que mencionava a preparação de uma segunda frente, os colaboracionistas acreditavam maioritariamente que tudo se tratava de *bluff* inglês. Para demonstrar o sentimento geral cita ainda o artigo do dia 20 de Abril da *Action Française*, onde Delebecque dissertava acerca da natureza da aliança entre Ingleses, Americanos e Soviéticos, mas concluía com a certeza de que, apesar de acreditar que podia de facto haver um desembarque, nunca esse teria condições para ser bem sucedido¹⁶⁹.

Por fim notamos que existe um sentimento de francofilia inegável, em Eduardo Brazão, bem como um paralelo entre a sua ideia de latinidade com a mesma ideia de Salazar. Brazão é da opinião que se os países pudessem escolher as suas alianças e amizades por motivos de afinidade e não por fatores realistas e políticos, Portugal “ter-se-ia ligado de corpo e alma à doce França”. Tudo em França é familiar aos portugueses, passando pelas modas e pela cultura, e por vezes, na visão de Brazão, Portugal tem tentado até excessivamente absorver o espírito francês, vendo na França um modelo. Para o diplomata França “personificou a latinidade nos últimos séculos”, e “presidiu por direito exuberantemente conquistado, ao concerto das nações

¹⁶⁶ Id. *Ibid.* pp. 12-13

¹⁶⁷ Id. *Ibid.* p. 4

¹⁶⁸ Id. *Ibid.* p. 10

¹⁶⁹ Id. *Ibid.* pp. 16-20

civilizadas”¹⁷⁰. Mesmo presenciando a destruição daquele que era um país pelo qual nutria tão grande afinidade, escreve: “É certo que só pelo sofrimento se resgatam graves culpas mas por trás daquela França que me parecia irremediavelmente perdida, não existiriam ainda as qualidades da raça que fizeram tão grande aquele povo? Apesar de todo o mal que vi e de todo o mal que adivinhei, ainda me restava, ao deixar o território francês, uma forte esperança no ressurgimento futuro da latinidade...”¹⁷¹. Esta ideia de latinidade, que como foi escrito em cima, é partilhada por Salazar, faz parte de um legado político-ideológico criado em parte com a proximidade entre Pétain e Salazar e na criação da tese de que seria necessário criar um bloco de defesa das tradições greco-latinas e cristãs católicas, em oposição ao domínio do liberalismo anglo-saxónico, ao totalitarismo germânico e ao comunismo soviético, assente no espírito das raças latinas, neutralizando o materialismo racista e económico de outros¹⁷². A latinidade enquanto ideia política de Salazar e enquanto valor defendido por Eduardo Brazão no plano histórico, é a marca que fica no pensamento pessoal do diplomata que insiste em deixar assente nas suas conclusões a importância dessa ideia.

Concluindo, entendemos que a simplicidade da missão de correio diplomático levado a cabo por Eduardo Brazão e que foi cumprida não obstante a dificuldade causada pelas circunstâncias da guerra, não impediu que Brazão não nos trouxesse um retrato útil daquele país no devir de um regime que perdera a legitimidade e era agora um pseudo-gestor do seu território, obedecendo à lógica das armas alemãs. Obviamente que Caeiro da Mata tinha já traçado, durante os anos que passou em Vichy, o retrato do que vinha a acontecer, no entanto não podemos ignorar o reforço deste outro trazido por Eduardo Brazão, que assistiu à profunda divisão do espírito francês e à autodestruição daquela que denominou como “a doce França”¹⁷³.

¹⁷⁰ Id. *Ibid.* p. 1

¹⁷¹ Id. *Ibid.* p. 21

¹⁷² JANEIRO, Helena Pinto (1998), op. Cit., p. 204

¹⁷³ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto , *A França em Abril de 1944*, Relatório do 3º Secretário da Legação, Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, p.1

Na África Portuguesa, acompanhando o legado pontifício Cardeal D. Manuel Cerejeira

A 15 de Julho de 1944, o cardeal Cerejeira, figura maior da legitimação católica do regime Salazarista, partia para uma longa viagem no continente Africano. Sob o pretexto da consagração da nova catedral de Lourenço Marques, o cardeal iria representar o papa Pio XII como legado pontifício. Pela primeira vez um legado pontifício iria pisar a África Austral, mas também seria inédita a visita de um patriarca de Lisboa em tais paragens. Embora Portugal tenha recebido convites para tal viagem ocorrer também com destino à África do Sul, ou ao Congo Belga, o governo português e o Papa eram da opinião que existiriam vantagens em manter a viagem estritamente pelo território português¹⁷⁴, não tendo este facto impedido a paragem na África do Sul. Cerejeira iria, é certo, em representação do papa, mas não esqueceriam os visitados que era a mais elevada figura do episcopado português. Antes de partir, o Cardeal escreveu a Salazar, numa carta datada do dia anterior ao embarque, lembrando que iria em peregrinação e que teria sido o presidente do conselho, mais do que qualquer outra figura, a dar consciência e forma jurídica, aquele que era o império português¹⁷⁵. Entendemos que esta era uma viagem marcada por um alto teor ideológico e que contribuiria para a legitimação do império e da missão civilizadora sempre omnipresente no discurso do Estado Novo.

Tendo em conta que Cerejeira partia em representação do Papa, a viagem teve honras de chefe de Estado e coube a Eduardo Brazão, organizar a visita e o cerimonial (em conjunto com o ministério das colónias). No relatório da viagem, Brazão escreve que tentou sempre destacar o sentido espiritual e patriótico da visita, mas não descurou o papel da simpatia pessoal que o Cardeal foi deixando pelos lugares por onde passou. Brazão tinha já no passado, em Coimbra e anos depois por carta, entrado em contacto com Cerejeira. Em Fevereiro de 1943, terá enviado ao patriarca um exemplar da sua obra *Subsídios para a história do patriarcado de Lisboa: 1716-1740*, obra essa que como atesta a correspondência, foi muito elogiada por Cerejeira: “Bem adivinha que não há neste livro uma linha que me não interesse

¹⁷⁴ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Viagem do Legado Pontifício Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao Império Português*, Relatório do Secretário da Legação Eduardo Brazão, Delegado do Protocolo de Estado na viagem de Sua Eminência S03, E26, P03, 34442, Novembro de 1944 n.p.

¹⁷⁵ ANTT, AOS, CP-47, Fl. 74, em CARVALHO, Rita Almeida de, *António de Oliveira Salazar Manuel Gonçalves Cerejeira Correspondência 1928-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010, p.195

especialmente (...) admiro-o nesse labor constante e fecundo. Estou-lhe pessoalmente gratíssimo¹⁷⁶”.

Na viagem, partiriam além de vários altos mosenhores (Pereira dos Reis, Carneiro de Mesquita, Honorato Monteiro e Moreira das Neves), o Conde de Alcáçovas Caetano de Lencastre, Brazão e o sobrinho do Cardeal. Na comitiva seguia ainda pessoal técnico da Emissora Nacional - jornalistas e engenheiros - que iriam gravar os discursos do Cardeal¹⁷⁷. Partem no *Serpa Pinto*, e Brazão depressa se apercebe que as instalações dos leigos ficaram muito a dever às dos mosenhores. É de facto impressionante, e o registo fotográfico assim o confirma mostrando a opulência das instalações do Cardeal a bordo do navio, contrastando com as queixas que Brazão deixou nas suas memórias, da forma como ele e o “velho Alcáçovas” ficaram instalados¹⁷⁸.

Antes da partida preparam-se algumas indicações essenciais para serem seguidas durante a viagem e durante as estadias de Cerejeira nos vários pontos de paragem. Primeiro foram feitas bandeiras pontificais, com o objetivo específico de mostrar de quem era a representação, sendo comunicado aos governadores que o cardeal deveria estar sempre acompanhado pelos símbolos pontificios, tendo estes precedência sobre os nacionais¹⁷⁹. Igualmente, mandou-se copiar o hino pontificio para que este fosse reproduzido nas cerimónias oficiais¹⁸⁰. Cerejeira seria sempre o último a sair da embarcação à chegada, e o primeiro a embarcar à partida, sendo que as autoridades coloniais, incluindo os governadores, deveriam sempre entrar a bordo para cumprimentar o legado¹⁸¹.

A visita começou pelo arquipélago da Madeira, onde a comitiva se manteve apenas um dia - 17 de Julho - e acabaria por ser recebida de forma apoteótica, recordando curiosamente Brazão que acabou por estragar um fato devido à enxurrada de flores que os madeirenses lançaram¹⁸². Dez dias depois, chegariam a São Tomé,

¹⁷⁶ AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 950 “Cardeal Cerejeira”, Lisboa, 18 de Fevereiro de 1943

¹⁷⁷ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Viagem do Legado Pontificio Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao Império Português*, Relatório do Secretário da Legação Eduardo Brazão, Delegado do Protocolo de Estado na viagem de Sua Eminência S03, E26, P03, 34442, Novembro de 1944 n.p.

¹⁷⁸ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 207

¹⁷⁹ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Viagem do Legado Pontificio Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao Império Português*, Relatório do Secretário da Legação Eduardo Brazão, Delegado do Protocolo de Estado na viagem de Sua Eminência S03, E26, P03, 34442, Novembro de 1944 n.p.

¹⁸⁰ Id. *Ibid.*

¹⁸¹ Id. *Ibid.*

¹⁸² BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 207

esse local descrito por Brazão como “um mundo desenhado por Walt Disney¹⁸³”. Depois de serem recebidos pelo governador Amadeu Gomes de Figueiredo e almoçarem no palácio, visitaram o hospital e o comércio local, dando-se à noite um jantar de gala de novo no palácio e as despedidas oficiais antes da partida às 23 horas da noite rumo a Angola¹⁸⁴. Brazão, talvez de forma inocente, registou nas suas memórias que apesar da beleza daquela terra, não pode deixar de mencionar os roceiros, que longe da capital, praticavam ainda a escravatura¹⁸⁵. Em Luanda, no dia 30 de Julho, o programa decorreu de forma semelhante ao da anterior paragem em São Tomé, ficando a comitiva a pernoitar no grande palácio seiscentista¹⁸⁶. Brazão ficou verdadeiramente impressionado com a multidão que recebeu o cardeal e travou amizade com o então governador de Angola, capitão de fragata Vasco Lopes. Não só pelo ambiente, como pela recepção do governador, escreve ter se sentido bem por aquelas paragens, no entanto não deixa de refletir que além de ser visível o prestígio do patriarca e da Igreja naquele local, existia também uma sensação de obra por realizar¹⁸⁷. Essa sensação, talvez causada pela distância à metrópole, deixou-o melancólico. No dia seguinte à chegada a Luanda, realizou-se a missa na sé catedral, as habituais visitas, ao hospital, liceus e às obras do porto, partindo a comitiva às 17 horas¹⁸⁸. Brazão escreve que neste dia se viveu a portugalidade em Luanda. Os aviões lançaram folhetos com versos de Camões, Cerejeira durante o discurso que fez na Sé disse “Nós passaremos... mas Portugal não passa. Outros continuarão a nossa empresa (...) através de sacrifícios e actos heróicos de fé!¹⁸⁹” e foi acompanhado pelas lágrimas daqueles que assistiam. Num enorme festival de propaganda, mas também de verdadeiro sentimento, daqueles que estavam tão longe da metrópole e muitas vezes das suas terras natais e até família, de facto, como atestado por Brazão, as reações eram realmente sentimentais.

¹⁸³ Id. *Ibid.*

¹⁸⁴ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Viagem do Legado Pontifício Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao Império Português*, Relatório do Secretário da Legação Eduardo Brazão, Delegado do Protocolo de Estado na viagem de Sua Eminência S03, E26, P03, 34442, Novembro de 1944 n.p.

¹⁸⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 207-208

¹⁸⁶ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Viagem do Legado Pontifício Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao Império Português*, Relatório do Secretário da Legação Eduardo Brazão, Delegado do Protocolo de Estado na viagem de Sua Eminência S03, E26, P03, 34442, Novembro de 1944 n.p.

¹⁸⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 208-209

¹⁸⁸ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Viagem do Legado Pontifício Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao Império Português*, Relatório do Secretário da Legação Eduardo Brazão, Delegado do Protocolo de Estado na viagem de Sua Eminência S03, E26, P03, 34442, Novembro de 1944 n.p.

¹⁸⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 209

Passaria a comitiva por Lobito no primeiro dia de Agosto e parava a caminho de Lourenço Marques, de forma não oficial, na África do Sul por motivos de reabastecimento do barco¹⁹⁰. A bordo do *Serpa Pinto*, que se iria abastecer de nafta, Brazão recebe representantes da Cidade do Cabo, com uma mensagem de boas vindas do Marechal Smuts (fundador da União Sul Africana e presidente do governo) para o cardeal Cerejeira. Lembremos que a África do Sul estava em guerra contra as forças do Eixo desde 1939, e por isso os atos oficiais teriam que ser necessariamente bem medidos. Brazão levava instruções para que fosse evitado o contacto pessoal entre o cardeal e o chefe de governo sul africano, bem como a ordem expressa para que o cardeal não desembarcasse. Enquanto a maioria da comitiva aproveitou o dia para fazer turismo, Brazão “guardou” o cardeal e ocupou-se a redigir a resposta de Cerejeira a Smuts¹⁹¹.

No dia 12 de Agosto, onze dias depois de partirem de Lobito, o *Serpa Pinto* voltaria a aportar em território português. Lourenço Marques, principal destino da viagem, apesar da cerimónia oficial com guarda de honra (aliás comum em todas as paragens), não fez Brazão sentir-se como em Angola. Sentia que existia ali uma certa influencia da África do Sul, e não sentiu tal como nos territórios ocidentais, que Lourenço Marques fosse um prolongamento natural de Portugal¹⁹². Notou no desafogo económico ali vivido, assente nas ruas largas e bem delineadas, que se vivia com certeza no futuro¹⁹³. A comitiva portuguesa ficaria em Moçambique até ao dia 31 de Agosto, sendo aquele o principal destino procedeu-se a um grande número de refeições oficiais, cerimónias religiosas e visitas de todas as índoles. O ponto alto claro está, passou pela consagração da catedral. Em conjunto com o facto de ser a primeira vez que um cardeal se dirigia aquela cidade, bispos vindos de toda a África do Sul tal como o ministro de Portugal João de Barros Fonseca, vieram para a realização da cerimónia. Sendo esta uma das cerimónias mais longas da liturgia católica, e no intuito de não cansar o clero e os fiéis, resolveu-se dividir a cerimónia em duas partes, por dois dias diferentes - dia 14 e 15 de Agosto - sendo que o primeiro ficaria reservado para a bênção exterior do templo, a posse oficial, as lustrações purificadoras, a dedicação do altar, igreja e tríplice e a aspersão das paredes;

¹⁹⁰ Notamos a ausência desta paragem no relatório oficial, mencionada em BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 210-211

¹⁹¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 211

¹⁹² Id. *Ibid.*

¹⁹³ Id. *Ibid.*

no segundo dia realizou-se a veneração e procissão das relíquias, a sua entrada triunfal e tumulação, realizar-se-ia ainda o segundo dia com a presença de público e entidades oficiais, ao contrário do primeiro¹⁹⁴.

Os restantes dias em Moçambique serviram para a comitiva visitar várias cidades, inclusive no norte. À cidade da Beira, seguiu-se Quelimane, Tete, Magude e Marracuene. Segundo Brazão, Cerejeira terá ficado encantado com aquela digressão e ao próprio Brazão, através da sua veia de historiador, vieram-lhe à memória os colonizadores do século anterior - Mouzinho, Caldas Xavier, Paiva Couceiro e outros - que através do seu trabalho justificavam a presença portuguesa¹⁹⁵.

A viagem de regresso a Portugal demoraria um mês. Parou a comitiva em Sá da Bandeira, Lobito, Luanda, o dia 25 de Setembro ficou reservado para a cidade da Praia em Cabo Verde, nova escala no Funchal e por fim a chegada a Lisboa no primeiro dia de Outubro¹⁹⁶.

Através do relatório oficial podemos ainda extrair elementos de interesse que Brazão anotou. Os pormenores do vestuário utilizado por Cerejeira, que fora do *Serpa Pinto*, vestiria sempre o púrpura remetendo para a insistência de que se percebesse que a sua figura representava oficialmente o Papa. Embora este facto fosse da maior importância, Brazão sublinha a contradição de que por ordem do ministro das colónias, o cardeal tivesse passado revista completa às guardas de honra nos respetivos locais, sendo esse dever obviamente reservado a autoridades portuguesas e não a uma representação da igreja católica. Nota Brazão que sempre que possível insistiu para que Cerejeira apenas fizesse um simples cumprimento à bandeira e agradecimentos aos comandantes das tropas. Ainda assim este facto acabou por ser mitigado pela presença dos governadores locais nestes momentos. Como foi planeado, em todos os locais realizaram-se, além do canto solene do *Te Deum*, cerimónias nas câmaras municipais e palácios dos governadores, acompanhadas por diversos cargos locais, municipais e clero. Ora faz notar Brazão algumas diferenças de planeamento do ministério das colónias, relativamente ao protocolo, destacando a colocação de lugares em Angola diferenciada dos restantes locais, levando a que no regresso o

¹⁹⁴ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Viagem do Legado Pontifício Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao Império Português*, Relatório do Secretário da Legação Eduardo Brazão, Delegado do Protocolo de Estado na viagem de Sua Eminência S03, E26, P03, 34442, Novembro de 1944 n.p.

¹⁹⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 214

¹⁹⁶ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Viagem do Legado Pontifício Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao Império Português*, Relatório do Secretário da Legação Eduardo Brazão, Delegado do Protocolo de Estado na viagem de Sua Eminência S03, E26, P03, 34442, Novembro de 1944 n.p.

cerimonial em Angola tivesse sido corrigido. Outro pormenores relativos às refeições, aos serviços automóveis em Angola e Moçambique, são também mencionados. De maior importância parece ter tido a ação de Brazão - em linha ao que parecem ser os objetivos do secretário nacional de propaganda - de ter muitas vezes alterado o protocolo, de modo a dar espaço de manobra aos jornalistas e operadores cinematográficos¹⁹⁷. Esta ação, de maior importância do ponto de vista propagandístico, é refletida também na presença de Dutra Faria a bordo do *Serpa Pinto*, que em conjunto com os seus colegas jornalistas estabeleceu uma redação na embarcação e estava em permanente contacto via rádio com os media¹⁹⁸.

Em entrevista concedida durante a viagem, precisamente a Dutra Faria, Cerejeira viria a criar alguma polémica. O cardeal esclareceu que as missões católicas serviam para forjar uma civilização cristã negra, mas que isso não significaria europeizar os africanos, observando que algumas tradições deveriam ser preservadas. Comentou como se deveria proceder para que os indígenas não sofressem represálias depois de batizados, considerou prematura a substituição de clero branco por clero negro e repetiu as habituais frases comuns relativas à higienização e missão civilizadora da Igreja e Portugal¹⁹⁹. No entanto ao terminar, Cerejeira criou um paralelo entre o futuro de Angola e Moçambique com o Brasil, considerando que estes seriam chamados a desempenhar uma nova missão. Ora estas declarações deram aso a interpretações entre o lapso e a intenção de descolonizar os territórios africanos portugueses, sendo que personalidades como Alfredo Pimenta e Franco Nogueira, consideraram a comparação no mínimo infeliz²⁰⁰.

O sucesso da viagem, mesmo com a polémica entrevista no final, deixaria Brazão orgulhoso. Parece-nos ter sido uma preparação essencial para as futuras funções que viria a exercer, tanto junto do Protocolo de Estado como no Secretariado Nacional de Informação. Pessoalmente, Brazão ficaria marcado pelas paisagens São Tomenses e Moçambicanas e via neste último, em conjunto com Angola, uma parte integral e essencial de Portugal. Compara mesmo o império português ao império britânico, na medida em que se os britânicos tinham a poderosa esquadra a defender os seus

¹⁹⁷ Id. *Ibid.*

¹⁹⁸ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 211

¹⁹⁹ PIMENTEL, Irene Flunser, *Cardeal Cerejeira: o príncipe da Igreja*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, Capítulo 7 “O início dos problemas da Igreja portuguesa”, primeiro subcapítulo “Palavras polémica sobre África”, pp.149-150

²⁰⁰ Id. *Ibid.*

territórios, fazendo o mesmo Portugal, mesmo com poucos recursos²⁰¹. A sua vertente humanista, na rejeição, da escravatura exemplificada pela crítica a praticas retrógradadas na ilha de São Tomé, não acaba por eclipsar a sua profunda convicção ultramarinista, o que confirmou durante os meses em que por dever percorreu África.



Instalações do Cardeal Cerejeira a bordo do Serpa Pinto.



Arcebispo de Lourenço Marques D. Teodósio Clemente Gouveia, Cardeal Cerejeira e o Governador-Geral Tristão de Bettencourt na inauguração da catedral.

(memoria-africa.ua.pt *Apud.* restosdecoleccion.blogspot.com/2014/09/viagem-do-cardenal-cerejeira-mocambique.html consultado às 15:43, 4 de Fevereiro de 2022)

²⁰¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 211

Segundo Secretário da Embaixada de Portugal junto da Santa Sé, 1945

Retomemos o trecho, já aqui citado, escrito por Eduardo Brazão: “Levava o coração apertado, queria fixar mais e mais na minha memória, aquelas ruas, aqueles monumentos, aquele ambiente da velha e gloriosa Cidade, ainda nessa altura tão caracteristicamente Papal. Mas dentro de mim uma voz murmurava: - voltarás!²⁰²”. Este foi o sentimento que assolou Brazão, em 1946, depois de deixar Roma, a quando da sua terceira passagem pela cidade, e que mostra como aquela era a mais adorada cidade pelo diplomata. Das cinco vezes que esteve em Roma, duas já aqui foram descritas - ainda jovem em 1925, enquanto peregrino numa visita que o fascinaria pela arte e caráter religioso e místico de uma cidade erguida em torno da história; e em 1941 enquanto bolseiro do Instituto para a Alta Cultura, podendo testemunhar em primeira mão a agitação mussoliniana e o início do conflito mundial - as outras três vezes que se instalou em Roma, seriam todas ao serviço da diplomacia portuguesa, primeiro em 1945, desempenhando a função de 2º secretário da embaixada portuguesa junto da Santa Sé, depois entre 1958 e 1962 enquanto embaixador junto do governo italiano, e por fim entre 1968 e o dia 27 de Abril de 1974, de novo em Roma como embaixador mas desta vez junto da Santa Sé. De notar ainda que entre 1968 e 1971, foi ministro e embaixador junto da Ordem Soberana e Militar de Malta, apresentando credenciais em Roma.

Como já escrevemos aqui, Brazão é enviado para Roma, cidade que sempre viu com grande fascínio, mas com ordens para não tocar nos arquivos, fossem eles quais fossem, pois seria agora o momento definitivo da sua preparação enquanto diplomata de carreira²⁰³ não sendo adequado por enquanto dividir-se entre o estudo histórico e a diplomacia. Ainda antes de chegar à cidade eterna, Brazão conta com grande entusiasmo a incrível viagem que faz através de um continente em guerra, comparando-a à viagem de D. Alexandre de Sousa e Holstein, por via marítima entre Lisboa, Génova e Roma²⁰⁴. A guerra, apesar de estar nos seus últimos meses, ainda fazia da Europa um autêntico campo de batalha. No vale do Pó, os alemães tentavam não perder terreno perante a conquista aliada em Itália. A República Social Italiana, que Mussolini comandava desde o seu resgate por parte das forças alemãs, era de *de*

²⁰² BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 89

²⁰³ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit. p. 35

²⁰⁴ Id. *Ibid.* p. 36

jure a força soberana no Norte de Itália, pese embora o poder militar (e por isso neste caso *de facto*) residisse no exército alemão. No mar Mediterrâneo, tal como no Atlântico, os submarinos alemães, longe de causarem o terror dos primeiros anos do conflito, eram ainda um problema a ter em conta. Toda esta realidade, observada por Brazão, tornou necessário que o percurso até Itália fosse bem planeado. No *Ambriz*, barco de cabotagem português, partiu para Gibraltar, e de lá, a bordo de um navio de guerra britânico, faria a viagem até um porto incerto em Itália. Esse navio, seria um navio de transporte de munições, com destino às forças do exército vermelho, e a rota seguida, foi, por segurança, a mais perto possível da costa africana. Chegaram finalmente a Taranto, no extremo sul da Itália continental, seguiriam depois noutra embarcação militar, passando pelo estreito de Messina, Nápoles e finalmente Roma. Esta cidade, que outrora se apresentara no auge do delírio mussoliniano, era agora uma cidade de repouso para os militares aliados. As condições para os diplomatas e para os altos comandos militares, eram excelentes, ao contrário do que encontrara em Vichy um ano antes, tendo em conta que aqui o mercado negro fluía com regularidade, e até mesmo as livrarias - algo que como já vimos, se apresentava naturalmente vazio em Vichy - estavam repletas de preciosidades bibliográficas que Brazão não conseguia resistir em adquirir. O contraste com o resto de Itália era notório, Roma foi poupada aos destinos da guerra, considerada cidade aberta, não seria cenário de destruição como teria sido por exemplo o mosteiro no topo do monte Cassino, perda essa notada por Brazão. Por entre as descrições dos danos da guerra e as recordações das conversas e considerações trocadas com os diplomatas brasileiros em Roma, nomeadamente acerca da língua e da natureza dos vários povos, Brazão escreve nas suas memórias acerca de alguns episódios de que se recordara enquanto rumava a Roma²⁰⁵. De entre outros, regista uma conversa particular, ainda em 1940 ou 1941, entre Salazar e o ministro de Itália, Bova Scoppa, recomendando o presidente do conselho português, para o último mandar uma palavra da sua parte ao *Duce*, para que este entendesse que se a Itália se envolvesse na guerra, o único vencedor no futuro seria Estaline e a sua doutrina²⁰⁶.

A análise de Brazão em relação a este período vai ao encontro do que hoje sabemos, que Salazar procurou sobretudo uma política de apaziguamento dos sentimentos belicistas na Europa e que preferia também construir a paz via latinidade,

²⁰⁵ Id. *Ibid.* pp. 37-54

²⁰⁶ Id. *Ibid.* p. 39

encontrando pontos comuns entre os países do sul da Europa. Essa latinidade, assente também na fé católica, transporta-nos de novo para o assunto principal deste capítulo, a ação de Brazão enquanto diplomata em Roma, nomeadamente junto da Santa Sé. Vejamos assim o contexto das relações portuguesas com o Vaticano.

Do ponto de vista teórico as relações entre Portugal e a Santa Sé, integradas no sistema internacional e pela sua pequena dimensão, estão mais dependentes dum contexto geopolítico internacional que outros estados de maior dimensão. No entanto a importância do contexto social e cultural, não deixa de ser de extremo relevo, não só do ponto de vista da influência do Catolicismo em todo o globo, mas também na especificidade portuguesa e da forte ligação do povo português à religião católica. Esta ligação assim como o lugar essencial que a coesão nacional a partir do nacionalismo, tradicionalismo e prática religiosa, fez com que durante décadas a relação entre os dois estados assumisse uma posição central quer na política externa quer na política interna do país.

Pegando nos officios de Alberto de Oliveira (ministro plenipotenciário na Santa Sé) de 1935²⁰⁷, será importante compreender que apesar de um aparente normalizar de relações depois do período conturbado da Primeira República, existiam ainda situações do ponto de vista da representatividade diplomática que deixavam a desejar: Portugal apesar de voltar a ter uma nunciatura de primeira classe, não a retribuiu com uma embaixada. Só em 1940, Portugal voltaria a ter uma embaixada em pleno, junto da Santa Sé. Este é um exemplo de como as relações nos anos 30 de facto, teriam que evoluir, sendo que a própria Santa Sé considerava que a situação religiosa portuguesa após o 28 de Maio, não se tinha alterado no essencial. As notas dominantes continuavam a ser o unilateralismo, discricionariedade, ficando claro que para a total normalização seria necessário negociar um tratado internacional com uma base sólida, ou seja uma concordata²⁰⁸. Seria através desta, que se viriam a resolver conflitos que se arrastavam desde os anos de 1920, nomeadamente a questão do Padroado. As arrastadas negociações, concluídas com a assinatura em 1940, trouxeram garantias jurídicas a ambas as partes e trouxeram finalmente a normalização das relações diplomáticas entre os dois estados.

Mais importante do que tudo isto, é entender qual é a situação específica a quando da chegada de Brazão a Roma. Entre 1936 e 1940, Vasco Quevedo tinha

²⁰⁷ REIS, Bruno Cardoso op cit. pp. 93-94

²⁰⁸ Id. *Ibid.* p. 70

assumido o cargo de ministro da legação portuguesa. Tal como ficou assente anteriormente, Salazar enquanto chefe de governo e ministro dos negócios estrangeiros, assumia um controlo rigoroso e muitas vezes quase pessoal, das relações diplomáticas. Quevedo, dentro de uma linha ideológica próxima de Mussolini, representava a ideia de que um eixo fascista-nazi no coração da Europa, representaria uma barreira essencial contra o comunismo, e por isso as suas simpatias ideológicas assumiam grande relevo nas palavras e atos que demonstravam a sua vontade de aproximação ao Eixo, enquanto representante de Portugal no Vaticano. Ora, precisamente balanceando essa tendência, Salazar que inicialmente convergia com o pensamento de Quevedo, manteve uma comunicação paralela com Monsenhor José de Castro, que enquanto consultor eclesiástico da representação portuguesa, ganharia a confiança de Salazar e faria concorrência a Quevedo enquanto “mão” da vontade de Salazar junto da Santa Sé. Nas negociações da concordata, chegar-se-ia mesmo ao ponto de pôr Quevedo de parte em detrimento de José de Castro, participando este último nas reuniões de Mário Figueiredo (ministro plenipotenciário e ex-ministro da justiça e dos cultos) com Eugénio Pacelli (papa Pio XII). Finalmente de 1940 a 1946, António Carneiro Pacheco, viria a substituir Quevedo, assumindo-se como o primeiro embaixador desde há muito. Representante da face do regime mais próxima dos Aliados, as suas preocupações centram-se essencialmente na verificação de que o acordo missionário e a concordata seriam levados à letra, tal como negociar a elevação de um segundo cardeal português, assegurar o privilégio cardinalício da nunciatura de Lisboa e voltarem a desenrolar-se processos de canonização de figuras históricas portuguesas²⁰⁹. Como podemos entender, Salazar via no Vaticano, um Estado com o qual Portugal, pela sua tradição católica, tinha uma relação merecedora de especial consideração, sendo a sua vontade que em ambos os Estados, os representantes fossem elevados ao mais alto nível e que o papel da tradição católica - e vejamos a questão das canonizações - contribuísse para o reforçar da sua imagem popular. Mas acima de tudo, como escreve Bruno Cardoso Reis, a Santa Sé é “um estado, portanto objeto de uma política de Estado sujeito no essencial, às regras da Realpolitik. (...) e em política externa regia-se essencialmente, dentro dos limites do que considerava ser o comportamento moralmente aceitável de um Estado , pela noção do interesse nacional português²¹⁰”.

²⁰⁹ Id. *Ibid.* pp. 102-117

²¹⁰ Id. *Ibid.* pp. 136-137

Compreendidas as circunstâncias e os objetivos de Portugal, vejamos qual a ação de Brazão neste período enquanto segundo secretário da embaixada. Carneiro Pacheco, é recordado como um homem de grande influência, que mesmo fora da atuação tradicional enquanto representante de Portugal, não obstante a intransigência que manteve enquanto defensor da neutralidade portuguesa, dizia ter “Roma na Mão²¹¹” pela forma como se comportava nos banquetes e atraia as atenções dos outros diplomatas. Brazão fazia notar que na realidade, o embaixador ganhou dentro dos círculos diplomáticos a alcunha de *papagaio chato*²¹², e que embora a sua influência fosse real, seria de alguma forma exagerada, até pelo facto dos círculos mais à direita do fascismo italiano, serem hostis à sua posição defensora da neutralidade. A confiança de Brazão, vai de facto ao encontro dessa hostilidade entre elementos italianos e embaixador português, parecendo-nos sempre que manteve a mais estreita colaboração com o seu embaixador quando necessário. No Verão de 1945, com Carneiro Pacheco em Rapallo, Brazão teve de assumir o papel de principal representante português na Santa Sé. O caso que lhe chegou às mãos, era literalmente de vida ou morte: chamado por Giovanni Montini (o futuro papa Paulo VI), então Substituto para os Negócios Extraordinários, foi-lhe pedido para que intercedesse junto do governo português em nome do Papa, a favor de oferecer asilo político aos antigos embaixadores de Itália - Dino Alfieri e Giuseppe Bastianini²¹³ - estando estes em vias de serem expulsos da Suíça e conseqüentemente condenados à morte em Itália²¹⁴. Não querendo intervir sem consultar o seu embaixador, tentou entrar em contacto com Pacheco, acabando por ir até Rapallo, onde o embaixador, segundo Brazão, se tentou esquivar do problema - talvez por motivos ideológicos até - concluindo que proteger os ex-embaixadores e aceder ao pedido do Papa, seria mal visto pelos aliados²¹⁵. Ambos os italianos acabariam por ficar na Suíça²¹⁶, ficando Portugal livre da responsabilidade aos olhos dos aliados.

A questão que mais tempo ocupou Brazão, seria a negociação para a elevação de um segundo cardeal português. Nas suas memórias, tal como no relatório que entrega em 1946, Brazão traçou os precedentes históricos desta questão. Relembrou

²¹¹ Id. *Ibid.* p. 118

²¹² Id. *Ibid.*

²¹³ BASTIANINI, Giuseppe, *Uomini, Cose, Fatti: Memorie di un ambasciatore*, Vitagliano, 1959, pp. 333-334

²¹⁴ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 58-60

²¹⁵ Id. *Ibid.* p. 60

²¹⁶ PASTORELLI, Pietro, “ALFIERI, Edoardo”, *Dizionario Biografico degli Italiani - Volume 34*, 1988, disponível em [treccani.it/enciclopedia/edoardo-alfieri_\(Dizionario-Biografico\)](http://treccani.it/enciclopedia/edoardo-alfieri_(Dizionario-Biografico)), consultado às 15:01, 4 de Maio de 2021

que desde 1899, com a morte de D. Américo Ferreira dos Santos, Portugal deixava de ter o seu segundo cardeal²¹⁷. Escreve Brazão que terá sido após a assinatura da concordata em 1940, que Salazar terá traçado como objetivo conseguir mais um purpurado²¹⁸. Num primeiro momento, Carneiro Pacheco, terá sugerido a ideia de elevar o patriarca das índias orientais - Mons. José da Costa Nunes - considerando a relação próxima que teria com o presidente do conselho, no entanto tal objetivo não seria prático. A saída do Reino Unido, da Índia, estaria para breve e os problemas que iriam surgir face a tal evento tornavam esta solução pouco responsável²¹⁹. Coincidiu com a presença de Brazão em Roma, a chegada de Mons. Teodósio Gouveia, Arcebispo de Lourenço Marques, que Brazão tinha conhecido na viagem a África em 1944. Carneiro Pacheco, tentou articular a sua posição com o arcebispo, dizendo a este que tentasse demover a cúria, fazendo ver à Santa Sé os serviços que o patriarca da Índia tinha prestado no capítulo missionário. A Portugal convinha obviamente, por motivos de legitimação ultramarina no contexto do pós-guerra, a criação de um purpurado no império²²⁰. Ora, Teodósio Gouveia, tal como alguns membros da Companhia de Jesus que eram simpatizantes com a posição portuguesa (ao contrário de outros Jesuítas que não o seriam), levaram de facto a cabo uma campanha para que isto acontecesse²²¹.

Brazão ficaria encarregue de ser o mensageiro das negociações levadas a cabo a este respeito. Do seu embaixador, recebera instruções para levar correspondência do Vaticano para Salazar e deste último receber instruções relativas ao caos do segundo cardeal, bem como missivas dirigidas ao papa²²². De novo partira pela Europa em ruínas. Passa por Rapallo, por Milão - onde não deixa de ver a praça onde o corpo de Mussolini foi pendurado pelos pés e onde o seu nome, tal como o de outros que ali tiveram o seu destino final, estava marcado²²³ - segue depois por Berna na Suíça, Narbona em França, Barcelona onde recorda a sua conversa com Teodósio Gouveia, que o acompanhou durante a viagem, mencionando que utilizar os contactos na

²¹⁷ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *O Grande Consistório de 1946 e Segundo Cardial Português*, Relatório referente ao ano de 1946, do 2º Secretário de Legação Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, p.12

²¹⁸ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 61

²¹⁹ Id. *Ibid.* p. 62

²²⁰ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *O Grande Consistório de 1946 e Segundo Cardial Português*, Relatório referente ao ano de 1946, do 2º Secretário de Legação Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, p.29

²²¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 62-63

²²² Id. *Ibid.* p. 63

²²³ Id *Ibid.* pp. 64-65

Companhia de Jesus seria um erro, “os jesuítas têm estado sempre na trincheira da Propaganda Fide, a atacar o nosso padroado como dizia, e era preciso inutilizar a sua ação²²⁴”. Para o arcebispo, a estratégia deveria passar pelo reforçar da mensagem de que Portugal sempre protegeu as missões católicas, sendo que Brazão considerava Mons. Gouveia como um hábil negociador, comentando nesta eventualidade que seria o arcebispo que deveria ter a honra de ser o segundo cardeal. Parece que de alguma forma, Mons. Gouveia, embora não ignorando a vontade geral da diplomacia portuguesa - a elevação do patriarca da Índia - tenha estado sempre atento à possibilidade de ser ele o segundo purpurado. No entanto, após se encontrar com Salazar, Brazão recebeu instruções para que se seguisse a campanha de influência junto dos jesuítas, recorrendo ao antigo professor de Brazão em La Guardia - Pe. Júlio Marinho. Do encontro com o ex-mentor, Brazão percebeu que poderia ali recolher algum crédito, mas teria insistido o jesuíta na negociação acerca de algumas propriedades jesuítas que tinham sido expropriadas no tempo anterior ao Estado Novo. Por entre encontros com figuras políticas do anterior regime italiano exiladas em Portugal, encontra-se de novo com Salazar, contando-lhe da posição jesuíta, que fez com que Salazar mudasse de opinião e deixasse de contar com a hipótese de um contacto com a Companhia para esta negociação, e chegando à conclusão que seria difícil a elevação do patriarca das índias orientais, resvalando agora para centrar as atenções para um purpurado que correspondesse ao resto do império. Voltaria a Roma, com a correspondência que Salazar destinava ao Santo Padre. Na reunião com o Papa, junto com Carneiro Pacheco, insistiram na necessidade de separar o assunto do segundo cardeal, dos acordos relativos à entrada de missionários estrangeiros nos territórios coloniais, acabando o Papa por ceder e confirmar que iria ser aberta uma exceção para um cardinalato das missões, correspondendo à elevação de Teodósio Gouveia²²⁵. No seu relatório que vem relatar esta reunião e as implicações históricas da mesma em conjunto com o documento que entregou ao Papa, Brazão considera que a criação em África duma sede cardinalícia, foi de uma importância sem precedentes, e que devia ter repercussões na posição internacional de Portugal²²⁶. Quando escreve acerca deste assunto anos mais tarde no *Memorial*, Brazão vê na entrada de

²²⁴ Id. *Ibid.* p. 70

²²⁵ Id. *Ibid.* pp. 70-81

²²⁶ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *O Grande Consistório de 1946 e Segundo Cardial Português*, Relatório referente ao ano de 1946, do 2º Secretário de Legação Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, pp. 29-30

missionários estrangeiros em Moçambique, o fim da coesão nacional naquele território, criando sentimentos antiportugueses²²⁷ que contribuiriam para a resistência dos povos autóctones e para o fim do domínio colonial.

A nomeação de Teodósio Gouveia, viria a ser confirmada no consistório de 1946. Sendo considerada apesar de tudo um sucesso para a diplomacia portuguesa na Santa Sé. Brazão continuaria até Março de 1946 em Roma. Viria a ser agraciado com a Graça Magistral da Ordem de Malta, mantendo boas relações com o ministro desta ordem junto da Santa Sé, bem como com o seu Grão-Mestre. Travaría contacto com o lugar-tenente do rei italiano, com a família real Belga, seria ainda recebido em audiência privada, em conjunto com o seu filho por Pio XII, o que só contribui para aumentar a sua ligação afetiva com a cidade que podemos considerar a sua segunda casa²²⁸.

A sua curta estadia, como já vimos centrada na negociação do segundo cardeal, e nas questões colaterais criadas pela guerra, dar-nos-ia também uma preciosa perspectiva acerca da questão da cada vez mais internacionalização da Santa Sé, i.e da maior participação na cúria e no colégio de cardeais de elementos não-italianos. Se no relatório já citado, relativamente ao segundo cardeal, vai trazer-nos algumas noções sobre o assunto - o consistório enquanto afirmação da política de internacionalização, ou o discurso natalício do Papa em 1945, em que o pontífice vê “Roma novamente como uma cidade universal²²⁹” - o relatório referente ao ano de 1944, escrito em 1945, tinha sido totalmente centrado nesta questão²³⁰. Antes de mais Brazão vai tecer algumas considerações relativamente ao acordo de Latrão, considerando que não diminuindo o trabalho de Pio XI, o acordo não tinha resolvido totalmente o problema romano e que este teria de ser estudado e resolvido no pós-guerra. Seria necessário, seguindo Gaparri (cardeal incumbido por Pio X de codificar o direito canónico, secretário de estado de Bento XV e Pio XI, integrante da das negociações de Latrão), uma parcela mínima de terreno nacional para a “viabilidade da independência e soberania da Santa Sé²³¹”. A guerra segundo Brazão, veio mostrar a ineficácia do que ficara acordado, tendo em conta uma visão a longo prazo e que vê no conflito um

²²⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 81

²²⁸ Id. *Ibid.* pp. 83-87

²²⁹ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *O Grande Consistório de 1946 e Segundo Cardial Português*, Relatório referente ao ano de 1946, do 2º Secretário de Legação Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, p. 3

²³⁰ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Internacionalização da Santa Sé*, Relatório referente ao ano de 1944, do 2º Secretário de Legação Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442

²³¹ Id. *Ibid.* p. 3

exemplo como futuras ameaças põem causa a soberania do Vaticano, recuperando um projeto curioso que via no Liechestein e na ilha de Maiorca possíveis territórios para uma administração romana em caso de exílio causado por conflitos militares em Itália²³². Este problema, relacionar-se-ia com a necessidade de uma maior internacionalização, até territorial, da Santa Sé, salvaguardando-se contra, o que à época, seriam as ameaças perspetivadas. De seguida Brazão tem em consideração aquela que é opinião do próprio Papa e até a de muitos católicos: “A igreja católica é universal por essência e definição. A sua cabeça tem de o ser também (...) não podendo nem devendo sofrer qualquer influencia estranha²³³”. Ou seja, o peso de uma só nacionalidade - neste caso, italianos - sobre a Santa Sé na cúria, seria contraproducente tendo em vista a necessária afirmação universalista da igreja. Estatisticamente, no final de 1944, das trinta e oito nunciaturas apostólicas, apenas três não eram chefiadas por Italianos, delegados apostólicos, apenas seis em vinte e dois, nas congregações, nos negócios extraordinários, chancelaria, dataria e até nos arquivos, tudo era dominado por italianos²³⁴. Podemos ver que no conclave de 1939, trinta e cinco dos sessenta e dois cardeais, eram italianos, sendo os restantes europeus, à exceção de quatro norte-americanos, um argentino, um brasileiro e um sírio²³⁵. Com a guerra e os inúmeros lugares que foram sendo deixados vazios, Brazão refere que apenas Eugène Tisserant, de origem francesa, se manteve enquanto cardeal de origem francesa²³⁶. Brazão seguia a escola de pensamento que via na Igreja uma organização supranacional apenas se esta fosse buscar às parcelas da sua existência (i.e a todos os continentes) membros que a fizessem verdadeira internacional, o que aliás tinha eco no clero norte-americano, alemão e francês²³⁷. Nas conclusões apresentadas no relatório, Brazão remete para a necessidade da internacionalização da Igreja, não só através de reformas que partam do interior, mas também da intervenção das nações junto da Igreja²³⁸. Além disso, defende que a modernização da Igreja enquanto instituição global, liberta de pressões e influências, deve ser também levada a cabo através de uma aposta clara na comunicação e tecnologia, tornando assim mais fácil o

²³² Id. *Ibid.* p. 4

²³³ Id. *Ibid.* p. 5

²³⁴ Id. *Ibid.* pp. 5-6

²³⁵ *Cardinal Electors for the 1939 papal conclave*, Wikipedia, (disponível em en.wikipedia.org/wiki/Cardinal_electors_for_the_1939_papal_conclave) consultado às 22:20, 26 de Fevereiro de 2020

²³⁶ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Internacionalização da Santa Sé*, Relatório referente ao ano de 1944, do 2º Secretário de Legação Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, p.7

²³⁷ Id. *Ibid.* p. 8

²³⁸ Id. *Ibid.* p. 12

processo de “desitalianizar” a Igreja, i.e, pôr em pé de igualdade a comunidade católica nas várias partes do globo no que diz respeito à informação e comunicação contrabalançando o centralismo italiano. Para além disso também o papel das comunidades católicas e do clero católico dos países de tradição protestante - Inglaterra e EUA - não pode ser menosprezado, tendo em conta a sua posição de liderança no mundo ocidental. Deixa claro que esta política deve ser praticada apenas depois do restabelecimento social e moral em Itália, mas que deve ser feita o mais breve possível. Por fim, conclui que Portugal deve prosseguir ativamente uma reavaliação da sua posição junto da Santa Sé, i.e, reaver a importância que já teve noutros períodos da história: “O padroado mostrou bem que a Santa Sé aprecia Portugal (...) é-nos devida uma alta situação na Cúria. Já aqui a tivemos em épocas passadas, quando alguns portugueses de superior cultura e eram ouvidos na direção da Igreja. Penso que teremos que reconquistar o nosso lugar²³⁹”.

A elevação de um grande número de purpurados não italianos no consistório de 1946 - três italianos (Núncio apostólico no Brasil, o Secretário para a congregação do concílio e o arcebispo de Palermo) num total de trinta e dois novos cardeais - vem confirmar que a Igreja se empenhou na ideia de internacionalização da sua estrutura. Além disso, vem mostrar, como Brazão defendeu, a aposta na ligação ao mundo de tendência protestante fora da Europa, com a elevação a cardeal dos arcebispos de St. Louis, Chicago, Detroit, Nova York, Toronto e Sydney²⁴⁰. Quando comparados os conclaves de 1939 com 1958, entendemos que de facto Itália, perdeu muito o seu peso, contando com trinta e cinco cardeais em 1939, para apenas dezassete em 1958. A Ásia, a América Latina, África (com Teodósio Gouveia representando o arcebispado de Lourenço Marques) e a Oceânia, passaram a ter mais representantes²⁴¹.

Antes de terminarmos a análise à primeira passagem de Brazão por Roma, enquanto diplomata, será necessário mencionar os contactos que manteve com o pretendente ao trono português - D. Duarte Nuno de Bragança - e como esteve envolvido na ligação cordial entre este e o presidente do conselho. O assunto foi

²³⁹ Id. *Ibid.* p. 12-14

²⁴⁰ *Consistory 1946*, Catholic Hierarchy, (disponível em catholic-hierarchy.org/event/cs1946.html) consultado às 21:36, 1 de Março de 2020

²⁴¹ *Cardinal Electors for the 1939 papal conclave*, Wikipedia, (disponível em en.wikipedia.org/wiki/Cardinal_electors_for_the_1939_papal_conclave) e *Cardinal electors for the 1958 papal conclave*, Wikipedia (disponível em en.wikipedia.org/wiki/Cardinal_electors_for_the_1958_papal_conclave) consultado às 21:44, 1 de Março de 2020

estudado com bastante rigor por Paulo Drumond Braga²⁴². Enquanto fazia Roma-Lisboa-Roma nos meses de Agosto e Setembro de 1945, Brazão manteve contacto com D. Duarte Nuno, combinando encontrar-se no regresso a Itália, com S.A.R. num almoço em Berna²⁴³. Em Lisboa, quando se reúne com Salazar, para discutir os assuntos relacionados com a negociação entre Lisboa e a Santa Sé, Brazão revela este encontro ao presidente do conselho e recebe instruções para quando se voltar a encontrar com D. Duarte Nuno ser discreto²⁴⁴, não comprometendo assim a posição de Salazar. 1945 estava a ser um ano particularmente interessante para a causa monárquica, o primeiro filho de D. Duarte Nuno e D. Maria Francisca nascia em Berna no dia 15 de Maio. O batismo de D. Duarte Pio deu-se na nunciatura apostólica suíça, com a presença dos condes de Barcelona, ministros do Reino Unido, Brasil e Portugal, sendo padrinho o Papa Pio XII²⁴⁵. O fim da guerra tinha trazido instruções de D. Duarte para que os monárquicos portugueses prosseguissem a sua colaboração com o Estado Novo, sendo que através de Teotónio Pereira o regime manteve contactos discretos com D. Duarte²⁴⁶. Se a simpatia que Salazar demonstrou pela causa monárquica era refreada pela frieza política, Brazão, sempre se mostrou um partidário de tal causa. Quando se reúne com Salazar em Setembro de 1945, diz ter estado com Caetano Beirão e João Ameal que revelaram a confusão no seio dos monárquicos, estando em disputa o lugar e até a existência da lugar-tenência depois da morte de Azevedo Coutinho. Salazar revelar-lhe-ia a inimizade que Hipólito Raposo vinha a demonstrar, pondo em causa a colaboração da Causa Monárquica com o regime, mesmo depois de Brazão ter informado as já referidas instruções de D. Duarte para essa colaboração²⁴⁷. De qualquer forma, deu instruções para que D. Duarte, se assim o desejasse, pudesse usufruir de passaporte diplomático português e estaria aberta a porta a uma passagem pelo país. Será necessário lembrar que, embora a constituição portuguesa de 1933, nada dissesse relativamente à presença de ex-membros da família real, e da visita clandestina de D. Duarte Nuno em 1929, bem como a já referida cordialidade nos contactos mantidos após a ascensão ao poder de Salazar, estariam em vigor as normas de 1834 e 1910, que baniam a família real²⁴⁸.

²⁴² BRAGA, Paulo Drumond, *Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança (1907-1976) entre a esperança e a desilusão*, Lisboa, Objectiva, 2017

²⁴³ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 75

²⁴⁴ Id. *Ibid.*

²⁴⁵ BRAGA, Paulo Drumond (2017), op. Cit. p. 149

²⁴⁶ Id. *Ibid.* pp. 155-156

²⁴⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 75

²⁴⁸ BRAGA, Paulo Drumond (2017), op. Cit. p. 174

Esta mensagem de Salazar, vinha em linha com os já referidos sinais de abertura - ou fechar de olhos - do regime perante a posição do herdeiro real, e que culminava com a colaboração de D. Duarte Nuno com Salazar. Quando se encontra com Brazão em Berna, na legação portuguesa, S.A.R. revela que “apoiava incondicionalmente Salazar, e não ambicionava o poder, acrescentando que era monárquico em Portugal por lhe parecer necessário esse regime no país, o que não queria dizer que não pudesse ser republicano em muitos outros. Desejaria uma monarquia de tipo socializante²⁴⁹”. Foi durante esta conversa, que Brazão entraria para a história da causa real, de forma não intencional: concordando D. Duarte Nuno que a causa em Portugal estava má orientada, levantava a questão de quem deveria ser o seu porta-voz. Brazão, que no momento pensou em Fezas Vital, terá sugerido o nome desse que seria um amigo íntimo de Salazar. Parece que nesse momento, D. Duarte Nuno terá interpretado a sugestão como um recado de Salazar, e tendo isto em conta, nomeou (pedindo autorização a Salazar para o fazer, segundo conta Nicolau Franco²⁵⁰) mesmo Fezas Vital. Relativamente a mensagem - a verdadeira mensagem - que Salazar lhe dirigia, D. Duarte Nuno não pode deixar de agradecer, e depois de tudo isso, existiu ainda tempo para o pretendente real deixar críticas a alguns titulados portugueses, especialmente ao Duque de Palmela, que tendo pedindo a Brazão para interceder junto de S.A.R., acabou apenas por irritar D. Duarte Nuno, considerando este que Palmela era “mais republicano que os verdadeiros republicanos²⁵¹”.

Compreendemos assim, que o tempo passado em Roma (e a passagem relâmpago pela Suíça e Lisboa) embora curto, foi crucial para a experiência de Brazão. O contacto direto que teve com as mais altas figuras de Estado - neste caso Salazar e o Papa - bem como os contactos pessoais com os círculos monárquicos, ou até mesmo com a companhia de Jesus, deram-lhe a possibilidade de estar no centro das negociações e decisões. Doze anos depois estaria de volta a Roma, não só mais experiente, não esquecendo a sua primeira passagem pela cidade eterna, como também com uma já longa carreira que contava com as passagens por Hong Kong, Irlanda, o Protocolo de Estado e o S.N.I.

²⁴⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 77

²⁵⁰ BRAGA, Paulo Drumond (2017), op. Cit. p. 164

²⁵¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 78

Madrid, 1946

Para contextualizar Brazão em 1946, podemos olhar um pouco para os anos anteriores. Como já vimos, as suas passagens pela Cifra, Vichy e África, marcaram o início da sua carreira diplomática. Enquanto historiador, paixão que pelo dever passou um pouco para segundo plano durante estes anos, vemos que entre 1941 e 1945, publicou menos obras do que em todo o ano de 1940. *Colecção de concordatas estabelecidas entre Portugal e a Santa Sé de 1238 a 1940*, já aqui referida e publicada em 1941; *Subsídios para a história do patriarcado de Lisboa: 1716-1740*, obra de 1943 e que ofereceu ao cardeal patriarca de Lisboa; *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes 4º Conde da Ericeira 1731-1733*, anotado e comentado por Brazão também no ano de 1943; *D. João V: subsídios para a história do seu reinado*, em 1945. Esta seria a sua última publicação até 1949.

Voltando a 1946, a sua esposa e os seus filhos, regressam a Portugal depois de Roma²⁵². Viviam-se uma renovação no seio do Ministério dos Negócios Estrangeiros: a morte de Texeira de Sampayo em 1945 abriu caminho a uma nova geração. O antigo secretário-geral, sempre ligado ao poder de decisão, criara um vazio à sua volta²⁵³. Existia agora uma nova geração, de homens que ganhando cada vez mais relevo assumiam posições de destaque. Era o caso de Marcello Mathias, António de Faria, Carneiro Pacheco e outros. Repare-se que estes eram já profissionais de destaque nos seus postos e todos nutriam a confiança de Salazar²⁵⁴.

Eduardo Brazão tinha uma enorme consideração, à época, por Teixeira de Sampayo. Via-o como uma figura que embora muitas vezes injusta para com os funcionários do ministério, era perfeito enquanto orientador da diplomacia portuguesa²⁵⁵. Recorda os comentários pouco simpáticos que este teceu sobre Calvet de Magalhães e Franco Nogueira, dizendo que talvez o seu defeito fosse ser de uma geração mais antiga, não compreendendo a capacidade que este dois homens teriam para ser algumas das melhores inteligências ao serviço do país²⁵⁶. Em Madrid, pela admiração que nutria por Sampayo, escreveu a Salazar elogiando as capacidades diplomáticas do recém desaparecido, notando que tal como o próprio Brazão,

²⁵² Id. *Ibid.* p. 222

²⁵³ PEREIRA, Bernardo Futscher (2013), op. cit. p.455

²⁵⁴ Id. *Ibid.* p. 456

²⁵⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 196

²⁵⁶ Id. *Ibid.* p. 197

Sampayo era um diplomata e um historiador²⁵⁷. Desta forma pede a Salazar autorização para reunir alguns estudos históricos de Sampayo para publicação²⁵⁸, dando a conhecer à comunidade o trabalho desenvolvido por este em vida. O volume só viria a público muitos anos depois, já quando Brazão estava reformado²⁵⁹.

Quando Brazão chegou a Madrid, no já referido mês de Março de 1946, renovava-se também a chefia daquele posto. Devido aos meandros do conflito interno espanhol, Teotónio Pereira tinha sido colocado enquanto representante português junto do governo de Franco, e assumiu-se como embaixador até 1945 em San Sebastian e depois Madrid. Em Outubro de 1945, Manuel Antas Oliveira era colocado em Madrid, no cargo de encarregado de negócios interino e só em Abril de 1946 Portugal voltaria a ter novo embaixador na figura de Carneiro Pacheco²⁶⁰. Esta era uma fase de transição, Teotónio Pereira tinha mostrado desejo de sair, achava que tinha visto e ouvido demais, o que o tornava incómodo nesta nova fase “americanófila” da política externa do país²⁶¹. De facto Espanha atravessa um período complicado, de muita ambiguidade diplomática, causado pela particularidade do regime vigente. As grandes potências fazem com que Espanha fique isolada perante a ONU, e o seu governo é considerado um governo fascista em linha dos regimes extintos com a guerra²⁶². A conferência em Agosto de 1945, definiu que os países neutros poderiam ingressar na futura organização das nações unidas, mas excluiu Espanha, que é ostracizada por todos²⁶³. Portugal deveria de medir muito bem as suas relações com o vizinho. Se por um lado essas eram essenciais pela proximidade e afinidade entre Franco e Salazar durante a guerra civil e nos períodos mais incertos da guerra mundial, a ameaça a Salazar que eram os laivos democráticos do pós-guerra, trouxeram um esfriar de relacionamento que também era sustentado pela lógica do novo relacionamento com a Inglaterra e os EUA já sem o paradigma da neutralidade. Espanha estava agora renegada e isolada no plano internacional, Franco não estava preparado para fazer concessões e Portugal manteve-se parada no que toca a dar passos significativos para a reaproximação dos dois países, sob pena de tal como Espanha, ser visto como um

²⁵⁷ ANTT, AOS, CP-040, cx. 897, f. 70-71, 29 de Julho de 1946

²⁵⁸ Id. *Ibid.*

²⁵⁹ SAMPAIO, Luís Teixeira de, *Estudos Históricos Luiz Teixeira de Sampayo prefaciado por Eduardo Brazão*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1984

²⁶⁰ Portal Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Relações Bilaterais, Países, Titulares, Espanha, (disponível em portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/titulares/espanha-titulares), consultado dia 2 de Fevereiro às 11:40

²⁶¹ PEREIRA, Bernardo Futscher (2013), op. cit. p.456

²⁶² NOGUEIRA, Franco, *Salazar Vol. IV O Ataque (1945-1958)*, Coimbra, Atlantida Editora, 1980, p.74

²⁶³ PEREIRA, Bernardo Futscher (2013), op. cit. p.469

estado pária. Teotónio Pereira teria mesmo convencido Salazar que Espanha não iria perder esta condição de pária enquanto Franco estivesse no poder. Dizia que a restauração monárquica apoiada pelo exército seria a melhor solução. Independentemente das soluções pensadas, a tranquilidade só chegou em 1949, Portugal não quis arriscar a sua posição no plano atlântico e priorizou-o em detrimento do normalizar de relações com Franco. Assim só depois de Portugal se tornar um dos membros fundadores da OTAN em Abril de 1949, pode Franco realizar em Outubro, para sua grande irritação, a visita de estado a Portugal que fora planeada desde 1946²⁶⁴.

Entendemos assim o contexto no meio do qual Brazão vai chegar a Madrid em Março de 1946. Recordo a sua chegada, de ficar instalado no hotel *Gaylor*, e do telefone de Lisboa estar permanentemente a tocar. Diz que muitas vezes se viam em Madrid portugueses que pediam empréstimos à embaixada, e que raramente eram pagos. Fora estes *fait divers*, nota que em Madrid entre aqueles que discutiam estes assuntos, invariavelmente todos acreditavam que o mundo estava agora assente na rivalidade entre Washington e Moscovo, sendo que entre os comunistas, previa-se já que Pequim viesse a ter uma palavra importante. Temia-se já que estas forças quisessem disputar a África negra, e que os europeus vissem o seu papel a ser secundarizado. Brazão entra também na Real Academia de la Historia de Madrid, por proposta do Duque de Alba que então presidia a instituição. Aberta esta porta, vai tentar desenvolver o projeto - que tantas vezes desenvolverá noutros postos, nomeadamente em Hong Kong, no Canadá, na Irlanda, etc. - de realizar um ciclo de conferências em Madrid, com o objetivo de promover Portugal e com a proposta que de Espanha se enviassem personalidades da cultura e da história, para se realizarem também em Lisboa conferências do mesmo tipo. Escreveu a vários intelectuais portugueses, nomeadamente Manuel Múrias, Caetano Beirão e João Ameal, mas a sua partida do posto fez cair por terra o projeto²⁶⁵.

Na chancelaria, vivia-se um ambiente estranho. Como vimos, Teotónio Pereira tinha saído de Madrid em Outubro, mas a sua marca ficou. Brazão traça-nos um retrato de que entre os meios diplomáticos e militares, o ex-embaixador era recordado de forma saudosista, e até o embaixador britânico Samuel Hoare deixaria na sua obra palavras de boa memória sobre Teotónio. Este apreço embora parecendo útil à causa

²⁶⁴ Id. *Ibid.* pp. 502-504

²⁶⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 224-225

portuguesa, parece ter causado desconforto aos sucessores do ex-embaixador: “Um bom português não gosta de ver elogiado, sobretudo no estrangeiro, um seu patrício, muito menos quando ele é seu antecessor numa situação importante²⁶⁶”. Esta situação era também marcada pela personalidade de Teotónio Pereira, que numa ocasião que não seria assim tão rara, entrou em conflito com um colega de Brazão - Manuel Anselmo - por este ter enviado informações políticas ao ministério, sem o conhecimento prévio de Teotónio Pereira²⁶⁷. Estes problemas eram explicados pelo já referido afastamento entre Portugal e Espanha numa altura em que naturalmente ainda existia incerteza em relação ao papel dos dois países na nova ordem mundial do pós-guerra, sendo natural que para os espanhóis toda e qualquer mudança causasse desconfiança.

Brazão passaria muito do seu tempo fora da vida profissional a aproveitar as oportunidades culturais que Madrid oferecia, dividindo-se entre o museu do Prado e o Arquivo Histórico Nacional, onde encontrou correspondência de D. Carlota Joaquina para o seu irmão Fernando VII, pedindo-lhe que ocupasse Portugal e a livrasse do seu marido, D. João VI²⁶⁸.

Do que hoje podemos recuperar, acerca da ação de Brazão em Madrid enquanto 2º secretário, exceção ao seu esforço de intercâmbio cultural entre os dois países, fica apenas o seu relatório oficial entregue ao ministério depois do seu regresso. Nessas páginas escritas com um perspectiva histórico-política, tenta enquadrar o consulado do general Franco numa lógica histórica que passaremos a analisar.

Brazão está convencido que que na base das condições necessárias para a função de diplomata, está o conhecimento aprofundado da História. “A evolução de cada povo, a trajetória de cada nação, tem no decurso dos tempos, variado ao sabor das correntes (...) Mas há certos elementos constitutivos da nação que se mantém inquebrantáveis no tempo.²⁶⁹”. Diríamos, parafraseando Jorge Borges de Macedo, que Brazão se refere às constantes e às linhas de força, que moldam a história e a ação diplomática de cada país. Deste modo, considera que Portugal e Espanha constituem exemplos elucidativos - diria-se tal como tantos outros casos - desta condição. Escreve Brazão que ao olharmos para a geografia da Península, decerto não

²⁶⁶ Id. *Ibid.* p. 226

²⁶⁷ Id. *Ibid.* p. 226

²⁶⁸ Id. *Ibid.* p. 228

²⁶⁹ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *As Duas Espanhas*, Relatório referente ao ano de 1946 do 2º Secretário da Embaixada de Portugal em Madrid, Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, Dezembro de 1946, p.1

descortinava-mos qualquer divisão baseada na atualmente existente. Ainda assim, foi também a geografia que nos levou, encurralados contra o oceano, a procurar uma política de alianças no exterior sempre hostil a Espanha²⁷⁰ - curioso paralelo numa situação em que em pleno final de guerra Portugal negociava o seu lugar com os EUA e a Inglaterra, face à isolada Espanha.

Em Espanha, são outras as influências que atuaram para se chegar à situação histórico-política então vivida. Brazão recupera a ideia de Fidelino de Figueiredo, que na sua obra de 1936, *As Duas Espanhas*²⁷¹, disserta acerca do carácter espanhol que desde à séculos se divide em dois hemisférios que sempre se destroem e inutilizam de forma complementar. Se para Figueiredo, a imagem das duas Espanhas se dividia entre a boa e a má, a provinciana e a desenvolvida, a conservadora e a progressista²⁷², Brazão acrescentava que essas Espanhas se dividiam também historicamente: a Espanha profundamente cristã, chegando até à loucura mística, dum misticismo energético à maneira de Santa Teresa de Ávila e Inácio de Loyola, monárquica por tradição e convicção e por necessidade de aglutinação dos povos espanhóis, sendo esta adversária de uma outra, anticlerical, socializante, anárquica, herdeira da “praga” lançada pelos árabes aquando da sua permanência na Península²⁷³. Nesta perspetiva, este dois núcleos diferenciadores e herdeiros de um grande legado histórico, não conseguem construir o mínimo compromisso, sendo que quando um governa, necessita de arrasar e fazer desaparecer o outro²⁷⁴. Notamos aqui que o pesado legado dos tempos da república e da guerra civil, estão obviamente presentes no pensamento de Brazão, que enquanto homem da Cifra e diplomata em Madrid, conviveu naturalmente de perto com as realidades narradas e vividas.

Assim, como integrar o regime de Fraco nestas duas tradições? Parece-nos óbvio anos depois, que Franco entraria facilmente no primeiro destes dois mundos, na narrativa da tradição, catolicismo, combatendo a república feita dos excessos anticlericais e impondo a ordem face à anarquia. No entanto é necessário relembrar, que no ano de 1946, estava ainda por esclarecer o estatuto dos herdeiros de Afonso

²⁷⁰ Id. *Ibid.* p.2

²⁷¹ FIGUEIREDO, Fidelino de, *As Duas Espanhas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1932

²⁷² FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues, *Iberismo, Hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016, p.58

²⁷³ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *As Duas Espanhas*, Relatório referente ao ano de 1946 do 2º Secretário da Embaixada de Portugal em Madrid, Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, Dezembro de 1946, p.4

²⁷⁴ Id. *Ibid.*

XIII, sendo esta uma questão que muito tinha a dizer a Portugal, até pela presença de D. Juan, que para irritação de Franco, não seria expulso de Portugal. A necessidade de Salazar equilibrar a sua hospitalidade (e até simpatia monárquica) para com D. Juan e a amizade com a Espanha franquista, deu aso a algumas complicações, no entanto essas viriam a terminar em 1947. Franco embora defensor dos valores enumerados acima, pertencentes tipicamente à “primeira” das “duas Espanhas”, era o fator que impedia uma possível restauração monárquica no país. No entanto, no já mencionado ano de 1947 com a promulgação da Lei da Sucessão e, da mentalização de D. Juan de que só através da aproximação a Franco poderia um dia ver o filho no trono²⁷⁵, ficaria esclarecida a total integração de Franco nesta corrente história da “primeira Espanha”.

Como ficou expresso, no ano de 1946 esta posição ainda não era clara, e para Brazão, no panorama tradicional do povo espanhol, o poder do generalíssimo representava uma usurpação²⁷⁶. Esta usurpação é em parte um romper com as duas tradições enumeradas, pois à época Franco não tinha ainda chegado a acordo com os monárquicos. Assim na análise do diplomata, o poder de Franco fica assente num vazio social. Os monárquicos odeiam o caudilho, pois sentem que a sua causa foi traída, a classe operária vê-se obrigada a aderir à revolução franquista mas artificialmente por força do medo. O clero, que é tradicionalmente monárquico, acaba por ser uma das poucas forças que realmente aceita o franquismo, mas mais pelo temor de que um regresso aos tempos da república o levasse de novo a ser sangrado. Brazão repara que durante as marchas e os desfiles promovidos pelo regime, sente-se a teatralidade e a forma como tudo é realizado de maneira programada, estando ausente qualquer devoção real. Ainda pior do que tudo isto, é que seria já comum atos da resistência espanhola contra o regime franquista sentindo-se já, nos últimos meses, o desenvolvimento de um “maquis” ainda na infância, sendo vários os atentados à bomba, os assaltos a bancos, cartazes insultuosos e assassinatos de guardas. Era também prática comum, intelectuais ligados à oposição, redigirem manifestos contra o governo e enviarem esses mesmos manifestos para embaixadas e consulados estrangeiros em Espanha. Num desses casos foi enviado um texto para o consulado português de Sevilha, que pretendia que Portugal cortasse relações com Franco e reconhecesse José Giral, primeiro ministro republicano do governo espanhol no

²⁷⁵ PEREIRA, Bernardo Futscher (2013), op. cit. pp. 502-503

²⁷⁶ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *As Duas Espanhas*, Relatório referente ao ano de 1946 do 2º Secretário da Embaixada de Portugal em Madrid, Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, Dezembro de 1946, p.6

exílio²⁷⁷. Como vimos já, este momento da história foi com certeza o momento onde as relações onde os dois países estavam mais distantes, sendo que a própria oposição espanhola parece ter compreendido isso. Ainda assim, parece-nos ambicioso pretender qualquer relacionamento diplomático com o governo espanhol no exílio, tratando-se estas ações propaganda. O momento político em que Salazar ambiguamente manteve contacto com a República, tinha ficado na década anterior.

Pensando nesta perspetiva, cria-se uma interrogação inultrapassável: se Franco não tinha apoio social, e se Espanha em 1946 estava assim tão despegada do caudilho, como é que este consegue manter o poder? Brazão vê a resposta para essa pergunta, na ação desastrosa das nações aliadas, que resolveram ostracizar Franco e qualquer tentativa de aproximação. A propaganda sistemática contra Franco, uniu os espanhóis em torno do inimigo comum que são as potências estrangeiras. A isso alia-se uma proximidade natural entre o topo do regime e as forças armadas, sendo este e estas muitas vezes a mesma coisa. Franco assegura também às altas chefias, interesses materiais que estes, sem o caudilho, nunca iriam conseguir. O caudilho foi também hábil em substituir-se ao Rei em momentos cerimoniais, assumindo-se como a grande figura paternal do Estado e da nação. Para além do mais, na perspetiva de Brazão, o realismo geopolítico dos aliados, reconhece que o anticomunismo franquista é obviamente favorável aos aliados numa perspetiva de oposição à União Soviética²⁷⁸.

No meio de tudo isto, escreve Brazão, existem ainda aqueles que esperam uma solução intermédia, talvez sem Franco mas com recurso à via tradicional e conservadora. Dá o exemplo do Duque de Maura, que à altura aconselhava D. Juan no Estorial, a não aceitar o legado de Franco, acreditando na restauração rápida da monarquia²⁷⁹.

Por fim, Brazão conclui com uma análise superficial do problema económico espanhol, e que o isolamento pode agravar uma já desigualdade social gritante. Perfilando-se sem ignorar a sua ideologia, tendencialmente monárquica, Brazão conclui que o governo franquista não parece ser a melhor solução para Espanha e é claramente pelo regresso do Rei ao comando do país²⁸⁰.

Brazão manteve-se no seu posto condignamente, numa altura em que os meandros da diplomacia, movidos pelos gostos e simpatias do passado, bem como o

²⁷⁷ Id *Ibid.* pp. 6-12

²⁷⁸ Id. *Ibid.* pp. 12-13

²⁷⁹ Id. *Ibid.*

²⁸⁰ Id. *Ibid.* pp. 15-16

contexto internacional de isolamento espanhol, faziam com que não fosse fácil ser-se diplomata em Madrid. A sua análise política parece-nos útil no retrato do sentimento de incerteza vivido naqueles momentos. Ainda assim as suas ambições eram maiores. Não queria com certeza sujeitar-se a caprichos dos seus superiores, e embora não o afirmasse com clareza, parece ser atraído pelo exotismo da sua próxima paragem. Em Dezembro de 1946, escreve a Marcello Caetano dizendo estar dececionado após dois anos (Roma e Madrid) a trabalhar no estrangeiro, isto por não se conformar com uma posição que não seja chefe de missão ou cônsul. Por esse motivo, mesmo deixando a esposa e os filhos em Portugal, pediu ao Secretário Geral interino, Marcello Mathias, para ser transferido para Hong Kong. Conclui dizendo que terá como objetivo durante a sua estadia, escrever uma história de Macau (aquela que viria a ser em 1957, *Macau: cidade do nome de Deus : na China não há outra mais leal*), e também traduzir para inglês as memórias do Visconde de Santarém²⁸¹.

Depois da Cifra, da tempestuosa viagem a Vichy no meio da guerra, dos meses passados em África, Roma e Madrid, seguir-se-ia agora a Ásia e o longínquo território de Hong Kong.

²⁸¹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº5, Madrid, 12 de Dezembro de 1946

Capítulo 3 - Cônsul em Hong Kong, 1946-1951

Pela incerteza vivida naquela região do globo, pelos cinco anos passados por Brazão em Hong Kong, e pela primeira vez se encontrar na chefia de um posto, parece-nos apropriado que a passagem de Eduardo Brazão por Hong Kong, enquanto cônsul de 2ª classe e posteriormente cônsul-geral, merece um capítulo próprio neste trabalho. Antes de descortinarmos o papel de Brazão em Hong Kong, parece-nos importante traçar de modo geral de que modo evoluíram as relações entre Portugal, Reino Unido e a Ásia, qual o papel de Hong Kong na história destas, de que forma a China (nomeadamente a República Popular) se torna um ator fundamental nesta equação, e como Macau estabelece um paralelo com Hong Kong - tal como Portugal com o Reino Unido - no que toca a um a política de defesa comum.

Portugal (e Macau), Reino Unido (e Hong Kong) e as relações Ocidente-China:

Primeiros e últimos Europeus a entrar e a sair da China, Portugal constitui uma ponte entre o ocidente e o oriente, revolucionando a forma como os europeus viam o mundo, negociavam com o mundo e se relacionavam com o mundo. Da chegada dos portugueses a Macau, em 1557, até 1999, quando a soberania de Macau é passada para a China, passaram-se 500 anos de subtilezas, negociações e tensões, não só entre Portugal e a China, mas também entre Portugal e as potências europeias que mais tarde vão entender a enorme importância da China. Perspetivando dois parâmetros de relacionamento - Cooperação e Domínio - percebemos que a relação de Portugal com a China sempre se prendeu dentro do primeiro, exceto num atribulado início de relações, onde as embaixadas de Portugal, nomeadamente de Tomé Pires, foram rejeitas fruto do agressivo comportamento comercial de Portugal junto dos novos territórios do Sudeste Asiático (Malaca). O desejo português para aceder ao mercado de Cantão, para o estabelecimento de uma rede comercial entre a China e o Japão, justificou um primeiro desentendimento. As tensões desses primeiros anos deram lugar a um entendimento, que no entanto foi renitente: “Os chineses permitiram o estabelecimento, segundo várias exigências, sendo uma delas o pagamento do “foro

do chão”, ou seja, o pagamento pelo usufruto do território onde se encontravam - 500 taéis, já em 1551 - mas nunca abdicando da sua soberania sobre o mesmo²⁸²”.

A longa relação entre Portugal e a Inglaterra, inclui momentos de intermitência e conflitualidade, sendo interessante para esta análise dentro do contexto das colónias de Macau e Hong Kong, perspetiva-la através das palavras de Clyde Grose: “The oldest alliance in the world is that between England and Portugal. It began in medieval crusading times. The two countries have usually had common enemies and seldom divergent interests, and their alliance, in spite of wars and revolutions, has therefore continued to the present. Resting on neither sentiment nor affection, it is based on community of fears: the most common root of alliances²⁸³”. A variação da natureza da aliança luso-britânica, nomeadamente as suas vantagens e desvantagens, evolui aos sabor do tempo e do contexto político das duas nações. Eduardo Brazão, acompanha as complicadas relações diplomáticas entre os dois países, através da compilação documental e comentário dos tratados firmados ao longo da história entre estas duas nações. Na obra de 1955, a que dará o nome *Uma Velha Aliança*, Brazão apresenta os seguintes documentos:

- Tratado de Comércio de 1353, onde a génese desta aliança assenta, num período de expansão das rotas comerciais entre o sul e o norte da Europa, através do oceano Atlântico²⁸⁴; Tratados de 1373 e 1386 (Windsor), onde a aliança ganha uma dimensão política e militar mais acentuada²⁸⁵; vários tratados do séc. XVII, incluindo Westminster, no contexto da diplomacia do pós-restauração (1640)²⁸⁶; vários tratados do séc. XVIII, com destaque para o tratado de Methuen, onde as questões económicas e a necessidade Inglesa de desenvolver políticas adequadas ao despertar do mercantilismo, marcam contrapartidas severas na cedências de posições do mercado português²⁸⁷; os tratados que foram levantados pelas questões das guerras napoleónicas e do tráfico negreiro, dizendo respeito aos anos de 1810 e 1815²⁸⁸; tratados do final do séc. XIX e início do séc. XX, sendo o seu conteúdo o famoso

²⁸² MONTEIRO, Anabela Nunes, *Macau e a presença portuguesa seiscentista no Mar da China interesses e estratégias de sobrevivência*, Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 125

²⁸³ GROSE, Clyde, “The Anglo-Portuguese Marriage of 1662”, *The Hispanic American Historical Review* 10(3), 1930, 13-52 Apud HENDERS, Susan, *Macau and Hong Kong: Anglo-Portuguese Relations on the South China Coast*, York University, Canada, [s.d], p.1

²⁸⁴ BRAZÃO, Eduardo, *Uma Velha Aliança*, Lisboa, Neogravura, 1955, p. 49

²⁸⁵ Id. *Ibid.* p. 56 e p. 77

²⁸⁶ Vide também, BRAZÃO, Eduardo, *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII*, vol. I, Lisboa, Resistência, 1979

²⁸⁷ BRAZÃO, Eduardo (1955), op. Cit., p. 145

²⁸⁸ Id. *Ibid.* p. 147

problema do “Ultimato” e a reafirmação da aliança no contexto da entrada de Portugal na Grande Guerra ao lado da Entente²⁸⁹; acordo relativo à cooperação Portuguesa junto dos aliados, tendo em conta o uso de facilidades dos Açores, datado de 17 de Agosto de 1943²⁹⁰. Entendemos assim que compreender o evoluir da aliança luso-britânica, é essencial para compreender o relacionamento de Portugal com Hong Kong, sendo que esse é um pormenor que Brazão não ignorou pelo estudo que empreendeu sobre a mesma.

É importante também fazer um pequeno resumo da história de Hong Kong, olhando a posição deste território enquanto peça chave do acentuar do domínio europeu sobre a China no séc. XIX. Embora pequena em dimensão, esta possessão da coroa britânica reteve uma grande importância. O grande embate China-Occidente nas guerras do ópio (1840-42 e 1856-60) deixaria para sempre uma marca no orgulho chinês, traduzida de facto na colonização da ilha de Hong Kong pelas autoridades do Reino-Unido, bem como na cedência de posições comerciais em Xangai, Cantão e outros portos. A China via-se agora, não mais como o império sem igual, mas sim como uma potência que poderia ser ultrapassada. Via assim também a necessidade de se reformar, de se remodelar seguindo os contornos das vitoriosas políticas ocidentais. Neste contexto é inegável o papel de Hong Kong, não só na formação de uma elite que viria a revolucionar a China, no que diz respeito ao seu entendimento do ocidente, como no desenrolar da revolução republicana, onde nomes cruciais como Sun Yat-sen - “o pai da nação” - se refugiaram e formaram. Steve Tsang, defende que com as humilhantes derrotas perante os Ingleses e os Franceses, a elite política chinesa entendeu finalmente a necessidade de se reformar, olhando para Hong Kong como um caso de sucesso, que depois de passar por anos de dificuldades no que diz respeito à assimilação da população chinesa às tradições ocidentais, funcionou a partir da década de 1860, como um polo de progresso social e económico²⁹¹. O polo de tradição política britânica, que representa a modernidade ocidental perante o atraso chinês, foi também um centro de radicalismo político, onde as mentes do Koumintang e os nacionalistas chineses, concertaram e planearam o que seria a futura China, uma China que olharia nos olhos o ocidente.

²⁸⁹ Id. *Ibid.* pp. 163

²⁹⁰ Id. *Ibid.* pp. 192-193

²⁹¹ TSANG, David, *A Modern History of Hong Kong*, Hong Kong, I.B. Tauris, 2007, p. 74

Historicamente, Hong Kong funcionou também como um elo de ligação do Reino Unido à diplomacia da Ásia-Pacífico, embora os britânicos contassem no século XX, com outros territórios nesse espaço (Austrália, Burma, entre outros) nenhum deles se localizava num espaço tão crucial como Hong Kong. Na porta da nova China e no caminho do Japão imperial, Hong Kong é o garante da presença dos britânicos na mesa de discussão do pacífico durante a Segunda Guerra Mundial, mas também um problema no que diz respeito à manutenção de um status de domínio britânico, que não poderia ficar igual depois de 1945. A situação perante uma China em guerra civil onde os partidários de Mao Tse Tung ganhavam cada vez mais terreno, era no mínimo incerta. Incerta era também a posição do EUA, que mesmo com o incremento da produção militar e a intransigência ideológica no combate ao Comunismo, não se comprometeram com a defesa de Hong Kong numa possível invasão chinesa, preferindo uma política de neutralidade que evitasse uma guerra nuclear em larga escala²⁹².

Esclarecido o contexto histórico de Hong Kong, é necessário olhar por fim para o omnipresente problema nas discussões diplomáticas deste período: a formação de um novo regime na China, e o seu impacto para as relações internacionais. Henry Kissinger estudou extensivamente, de uma posição que talvez seja a mais privilegiada de todas - Secretário de Estado dos EUA - a política externa de vários países. Para ele, o grande prêmio para o bloco que antagonizava o ocidente desde 1917, foi a vitória Comunista na China em 1949²⁹³. A RPC, tal como foi a União Soviética relativamente à Alemanha Nazi no ocidente, substituiria o Japão enquanto potencial agressor no espaço Ásia-Pacífico²⁹⁴. Com o desenvolvimento de armas nucleares por parte da China, e após a traumática experiência da Guerra da Coreia, a estratégia dos EUA (e por consequência do bloco ocidental) passou pelo isolamento diplomático dos líderes de Pequim, o que se traduziu em incidentes diplomáticos como a recusa de Dulles em cumprimentar Zhou Enlai em Genebra (1954) e o corte de relações diplomáticas. Mesmo assim o diálogo manteve-se sob terceiras vias, como as embaixadas dos dois países em Varsóvia²⁹⁵. Se os EUA aprenderam uma lição na Coreia, é verdade que essa lição foi aprendida dos dois lados. Mao Tse Tung, em momentos críticos, recusou enviar os exércitos da República Popular para fora do país, seguindo uma

²⁹² Id. *Ibid.* p.157

²⁹³ KISSINGER, Henry, *Diplomacy*, Nova York, Simon & Schuster, 1994, p. 623

²⁹⁴ Id. *Ibid.* p. 625

²⁹⁵ Id. *Ibid.* p. 719

política de intervenção militar mínima no que diz respeito a guerras onde existissem intervenções militares diretas de outras superpotências (EUA)²⁹⁶. Este poderia ser um ponto de vista sem nexo, tendo em conta os receios britânicos e portugueses durante o período inicial da RPC, no entanto temos de ter em conta um fator decisivo: a instabilidade política na liderança da RPC. Se Zhou Enlai é visto como um hábil negociante e um diplomata a temer no círculo internacional, as ações de Mao, nomeadamente o desenvolver de tumultos em grande escala, cortam as possibilidades de Enlai manter alguma estabilidade no seu discurso. A incerteza no estabelecimento da RPC em 1949, a catástrofe do “Grande Salto em Frente” (final da década de 50) e a “Revolução Cultural” (na década de 1960) mantiveram a RPC presa à habitual perspectiva de instabilidade, crucial para que as nações que com ela mantinham discussões diplomáticas relevantes (nomeadamente Reino Unido, Portugal e EUA) seguissem uma política de medo, i.e. sem segurança e com permanente incerteza no futuro.

No entanto, mesmo com a instabilidade política em vista, pensamos que a a RPC tem na sua política externa, nomeadamente no que diz respeito à questão de Hong Kong e Macau, uma perspectiva de longo-prazo, o que aliás é suportado pela forma como anos mais tarde Deng Xiaoping vai negociar com os britânicos, dando-lhes sempre a conhecer as dificuldades que enfrentariam em manter uma posição que passasse pela não cedência de Hong Kong²⁹⁷.

É claro que esta visão, em que Portugal não tinha motivos de preocupação com a RPC no final da década de 1940 e década de 1950, só pode ser suportada pelo distanciamento histórico e com o conhecimento de que a liderança chinesa teria uma estratégia mais moderada. Para a diplomacia portuguesa, obviamente que a RPC à época, teria que ser considerada uma ameaça à soberania portuguesa.

Desdobrando-se a China em duas - a República e a República Popular - Portugal manteve uma relação de extremo cuidado. Cônsul em Cantão entre Outubro de 1946 e Setembro de 1950, Calvet de Magalhães é um ator chave nesta relação. Calvet é um dos diplomatas mais alarmados com a situação chinesa, afirmando inclusive “a situação em Macau era inquietante visto terem surgido em Cantão repetidas manifestações populares reclamando a devolução de Macau e de Hong Kong à China. Disse-me ainda que o presidente do Conselho estava muito céptico sobre a

²⁹⁶ Id. *Ibid.* p. 645

²⁹⁷ TSANG, David (2007), *op. cit.*, pp. 224-225

possibilidade de nos mantermos por muito tempo em Macau. [...] Tudo o que eu pudesse fazer para melhorar a situação, acentuou, seria apreciado pelo Ministério que me concedia liberdade de ação²⁹⁸”. Uma das suas ações mais decisivas está no combate da campanha antiportuguesa na imprensa de Cantão, que defendia arduamente o retorno de Macau à China. É também um ator nos incidentes diplomáticos entre Portugal e a China, nas questões relacionadas com o reconhecimento da República Popular, ficando “preso” em Cantão até 1950, confirmando em parte a má atuação do governo português. Ainda assim o diplomata consegue chegar a acordo no que diz respeito ao fornecimento de arroz ao enclave, em disputas de carácter financeiro e ainda a um futuro acordo alfandegário. A cooperação entre os dois países e nomeadamente as cordiais relações diplomáticas entre Calvet e os diplomatas chineses, são vistas com maus olhos na metrópole, isto considerando Lisboa que a cooperação era pouco aconselhável se se queria manter o status de Macau²⁹⁹. Considerando o interesse nacional de Portugal, o ministro Ferreira da Fonseca - outro importante ator - entrega um memorando (datado de 6 de Janeiro de 1947) pedindo instruções relativas à política que deveria ser apreendida na China, aconselhando também que Portugal deveria seguir as linhas diplomáticas do Reino Unido e EUA, tendo em conta o objetivo máximo da retenção do status de Macau (como também de Hong Kong)³⁰⁰.

Zhou Enlai, em Fevereiro de 1947, esclarece a posição do Partido Comunista Chinês em relação às suas linhas diplomáticas, mantendo o contacto com o Encarregado de Negócios da Legação de Portugal em Xangai, Simões Affra, apresentando através deste a intransigência das posições diplomáticas do partido, dizendo que só podem ser tomadas depois de revistas pelo comité central³⁰¹. Fica claro, juntando também o conselho de Affra ao Ministro dos Negócios Estrangeiros que diz que a política anti-comunista de Portugal não iria favorecer o diálogo entre os dois países³⁰², que a RPC sempre quis reafirmar a sua ideologia, e por isso afirma que até mesmo ao nível da política diplomática tudo será revisto pelo comité central.

²⁹⁸ MAGALHÃES, Calvet de, *Macau e a China no Após Guerra*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1992, p. 1

²⁹⁹ FERNANDES, Moisés Silva, *Calvet de Magalhães nas relações luso-chinesas, 1946-1971*, *Relações Internacionais* n.º 8, Dezembro 2005, p. 132

³⁰⁰ MARTINS, Marco António, *Franco Nogueira e o processo de reconhecimento da República Popular da China*, *Negócios Estrangeiros* n.º 18, Dezembro de 2010, p. 239-270

³⁰¹ Id. *Ibid.*

³⁰² AHD - MNE, AFFRA, João, *Ofício para Ministro dos Negócios Estrangeiros*, n. 22, PA, 48, M.211

No relatório anual de Calvet de Magalhães, de Agosto de 1949, são reiterados os principais fatores na segurança de Macau: as operações militares entre as forças combatentes na guerra civil chinesa e potências estrangeiras no Mar da China, a atitude diplomática dos EUA e do Reino Unido perante uma possível vitória comunista e atuação do governo local de Cantão depois do final da guerra³⁰³. Outra questão, mais um vez, prendeu-se com o abastecimento de bens essenciais para Macau, que foi deixada ao acaso em 1949, visto a ausência de informação causada pelo caos da instalação do governo Comunista³⁰⁴. Ainda no mesmo ano, Ferreira da Fonseca, considera que Portugal só pode seguir uma posição diplomática: o reconhecimento, ainda que não oficial (i.e junto dos diplomatas comunistas) da RPC. Esta seria uma tentativa de apaziguamento das posições mais radicais dos chineses, evitando que esses dessem origem a uma campanha política para a invasão de Macau³⁰⁵.

Como escrevemos, a diplomacia portuguesa teve também de passar pelas relações entre Portugal e os derrotados, ou seja os partidários Republicanos do General Chiang Kai Shek. No jornal *Malay Tribune*, datado de 5 de Novembro de 1949, a imprensa anglófona relata a fuga desesperada das tropas de Chiang Kai Shek para Macau, bem como de população de Cantão, perante o avanço das tropas comunistas³⁰⁶. Na notícia relata-se que as tropas portuguesas desarmaram as tropas republicanas, sendo o exército desmantelado e os seus elementos partirem muitas vezes para parte incerta (por vezes deixando os portugueses que as tropas circulassem através de Macau até à ilha de Hainan, para se refugiarem). É também mencionada que a resistência republicana no norte da China está cada vez mais fragilizada, sendo a vitória comunista cada vez mais certa. Perante estes acontecimentos e a confirmação da vitória, o governo português tenta, mesmo com todas as dificuldades de comunicação, manter-se a par da evolução político-militar. Calvet de Magalhães informa o ministro dos negócios estrangeiros em Dezembro de 1949, qual a situação do pós-guerra: o governo republicano está já refugiado na ilha Formosa (Taiwan), sendo que os governos das recém-independentes Índia e Burma, estão prontos para reconhecer a legitimidade do governo de Taipei, bem como o Canadá. Perante este cenário o

³⁰³ MAGALHÃES, Calvet de, *Macau e os Comunistas Chineses*, Cantão, 1949. Relatório anual referente ao ano de 1948, pp. 50-60

³⁰⁴ MARTINS, Marco António (2010), op. Cit. p. 244

³⁰⁵ Id. *Ibid.* p.244

³⁰⁶ AHD - MNE, AFFRA, *Malay Tribune*, 5/11/49, PA, 48, M211

cônsul-geral sente-se numa posição delicada, isto porque “está em clara desconformidade com as mais elementares regras a ortodoxia diplomática³⁰⁷”, pedindo por isso informação ao governo de Lisboa de como proceder segundo o novo status político. João Affra em comunicação com o embaixador de Portugal em Paris, diz já no início de 1950, que Portugal, visto a situação de Macau, não tem outra escolha senão o reconhecimento do governo de Mao Tse Tung³⁰⁸. O reconhecimento, mesmo que officioso (i.e de jure) da RPC é assim uma inevitabilidade, tanto na opinião de Affra, como de Calvet de Magalhães e Ferreira da Fonseca³⁰⁹. Ainda em 1949, a embaixada em Washington vem contribuir para esta opinião, sendo clara a posição de neutralidade Americana³¹⁰, também reafirmada em nota enviada ao governador de Macau³¹¹, dizendo-se que nem Hong Kong poderia contar com o auxílio dos EUA em caso de invasão chinesa. Theutónio Pereira afirma mesmo que os EUA estão preparados para todas as eventualidades diplomáticas, mantendo diplomatas em Nanquim, Chung-King e Cantão³¹². Mais tarde Salazar entende que Portugal só deveria tomar alguma decisão, seguindo as correntes diplomáticas de outras potências, fossem elas os EUA ou o Reino Unido, “realçando-se o facto que o presidente do conselho ter pretendido obedecer à política norte-americana nesta matéria e não à posição do Reino-Unido, que acabara por reconhecer a China em 17 de Junho de 1954³¹³”.

Compreendido todo este contexto, e lembrando que Portugal no final da década de 1940 vem de longas negociações com a Inglaterra e EUA, sendo mesmo um dos membros fundadores da OTAN, vê criada a necessidade de se seguir uma política comum com o Reino Unido face a possíveis ameaças a Macau e Hong Kong por parte da RPC. No ofício mais extenso - relativo a esta matéria - do arquivo histórico diplomático, enviado por João Affra ao Ministérios dos Negócios Estrangeiros em

³⁰⁷ AHD - MNE, MAGALHÃES, Calvet de, Ofício para Ministro dos Negócios Estrangeiros, n. 426, PA, 48, M.211

³⁰⁸ AHD - MNE, AFFRA, João, Nota enviada a embaixada de Paris, nº33.171, 18 de Fevereiro 1950, PA, 48, M.211

³⁰⁹ AHD - MNE, FONSECA, Ferreira da, Relatório do Ministro de Portugal na China, sobre a situação política na China, PEA, 158 B

³¹⁰ AHD - MNE, PEREIRA, Theutónio Arquivo da Embaixada de Washingto, Nota da embaixada de Washington para o presidente do conselho, 24 de Julho de 1949, PA 48, M.212

³¹¹ AHD - MNE, Nota para o governador de Macau, PA, 48, M.211

³¹² AHD - MNE, PEREIRA, Theutónio Arquivo da Embaixada de Washingto, Nota da embaixada de Washington para o presidente do conselho, 24 de Julho de 1949, PA 48, M.212

³¹³ MARTINS, Marco António (2010), op. Cit. p. 249

Junho de 1949³¹⁴, o diplomata vem reafirmar a forte relação entre Portugal e os britânicos dentro do mesmo objetivo: conservar Macau e Hong Kong. “É difícil dizer-se - e demonstrar-se - que o estatuto da nossa colónia não tem paralelo com Hong Kong. (...) símbolos do imperialismo estrangeiro que durante um século, reduziu a China à condição de sub-colónia do mundo ocidental”, afirma Affra, citando de seguida Sun Yat Sen, que concorda que seja qual for a ideologia seguida pelos chineses - comunistas, nacionalistas, liberais, democratas, socialistas - todos se agregam neste facto³¹⁵. Concluindo o raciocínio, Affra, afirmando que toda esta era apenas a sua opinião pessoal, mas que parecia ser firmemente possível (o que se veio verificar mais tarde com a vitória efetiva de Mao Tse Tung), levanta questões mais pertinentes no que diz respeito ao interesses de Portugal: em caso de ataque comunista em ambas as colónias, não deveria ser posto qualquer plano em prática, tendo os portugueses que seguir os planos da diplomacia britânica, no entanto em caso de ataque a um dos territórios apenas, outras questões tinham que ser equacionadas. A equação mais fácil de resolver para a RPC parecia simples: invadir Macau, resistindo a todo e qualquer protesto do governo português, alicerçando a invasão no apoio popular e esperando a inação do governo britânico. É certo que esta ação apenas resolvia o problema de Macau e não o de Hong Kong, no entanto esta era apenas uma primeira fase. Nesta perspetiva, o problema de Hong Kong era esquecido para benefício da liderança chinesa, que deixaria de ser provisoriamente atacada pela sua inação contra o imperialismo, passando mais tarde a uma política de falsas ameaças junto do território britânico. Também neste cenário existia um perigo ainda maior para Portugal: o reaver do relacionamento entre Portugal e o Reino Unido, forçada pela hábil manobra de Mao, de querer fazer crer os britânicos de que um ataque “à insignificante Portugal” - como classifica na propaganda escrita - não poderia ser possível em Hong Kong, passando os britânicos a abandonar o eixo ocidental, para encetar conversações mais amigáveis junto dos chineses³¹⁶. Assim o interesse português passa por uma simples ação: manter a todo o custo a aliança britânica, não só de forma prática, como de forma “aparente”. Se é verdade que, segundo esta perspetiva, Mao acreditava que um ataque a Macau, ignorando Hong Kong, pudesse levar, seguindo a política diplomática certa, a um desinteresse do auxílio britânico a

³¹⁴ AHD - MNE, AFFRA, João, Ofício relativo ás relações entre o Reino Unido e Portugal tendo em conta a vitória da RPC, nº 47, 5 Junho de 1949, PA, 48, M.211

³¹⁵ Id, *Ibid.*

³¹⁶ Id. *Ibid.*

Portugal, o líder chinês acreditaria também que não seguindo a política certa e não reunidas as condicionantes do acaso, os dois governos nunca se iriam abandonar. Segundo os serviços secretos em Macau é sabido também que Mao reconhece que a posição de Macau e Hong Kong é inatacável do ponto de vista do direito internacional, sendo difícil fazer uma distinção das duas dentro do debate internacional³¹⁷. Embora exista um sem número de paralelos entre as duas colónias, justificando uma atuação portuguesa em linha com a ação britânica em Hong Kong, existia ainda uma grande diferença segundo Affra: ao contrário da população chinesa em Hong Kong, a população macaense, não ressentia o domínio português, o que no caso duma tentativa de infiltração prolongada dos interesses da RPC nas duas colónias europeias, levantaria outras hipóteses. Ou seja, em caso da liderança chinesa seguir uma linha de não agressão militar, nem política, preferindo uma visão a longo prazo que passaria pela infiltração progressiva da população chinesa em Macau e Hong Kong, Portugal sairia a ganhar³¹⁸.

Percebido que para salvar Macau, Portugal necessitaria de atuar conforme os acontecimentos se desenvolvessem em Hong Kong, no final de 1949 é da opinião da maioria dos diplomatas portugueses que o único passo lógico seria pressionar o Reino Unido para a construção de um plano de defesa mútua. Assim em Novembro de 1949, António de Faria informa o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de que chegava à altura de lembrar que durante a guerra, Macau foi uma salvaguarda para muitos refugiados de Hong Kong, chegando agora o momento dos britânicos terem uma atitude cordial. No entanto é dito que a atitude do Foreign Office é no mínimo de “um nível não muito elevado”, não querendo o governo comprometer-se de antemão³¹⁹. Segundo o diplomata português, os britânicos justificariam esta renitência devido aos acontecimentos da guerra. “O que nos queriam dizer é que na situação atual das duas colónias, em caso de ataque em forma, de pouco ou nada vale o auxílio da outra. Os militares em Hong Kong e Londres, estavam de tal maneira impressionados com o que se passou do ataque japonês que lhes era difícil admitir a possibilidade de auxílio³²⁰”. Ainda assim, a pressão dos diplomatas portugueses, lembrando os britânicos da existência de tratados de colaboração nos termos da defesa militar mútua, deixou os britânicos sem qualquer argumento que não fosse o silêncio. Mas se nos

³¹⁷ Id. *Ibid.*

³¹⁸ Id. *Ibid.*

³¹⁹ ANTT, AOS, A. FARIA, Relações entre Macau e Hong Kong, 1949, NE-2E2, cx. 432, pt. 27

³²⁰ Id. *Ibid.*

níveis diplomáticos existia silêncio, a imprensa denunciava a inação dos britânicos (imprensa britânica em Hong Kong) em relação à construção do tão necessário plano de defesa mútua, algo que poderia precipitar a China num ataque a Macau, sem temer a reação Britânica. A única boa notícia para a diplomacia portuguesa e consequentemente para o estado de paz em Macau, é que graças à pressão exercida sobre os britânicos, Faria informou o ministério das colónias que estava em marcha uma ação para pôr em permanente contacto os governadores militares, bem como outros altos funcionários das colónias de Macau e Hong Kong, e se esse plano não fosse possível, em ocasiões especiais o contacto permanente seria mantido através de um intermediário, que seria o Cônsul-Geral em Hong Kong (à época Eduardo Brazão)³²¹.

Eduardo Brazão em Hong Kong

Em Hong Kong Eduardo Brazão é ultrapassado pela sua própria circunstância. Não pela sua ação, não pelo seu passado, nem sequer pelo trabalho que vai desenvolver, mas sim por ser um diplomata num local onde a diplomacia política era dificilmente força de influencia, isto é, embora Brazão nunca tenha deixado de parte a sua responsabilidade como diplomata, muito dificilmente a diplomacia portuguesa conseguia levar avante a vontade nacional, face a um poderoso inimigo (China) e mesmo até face a um tão poderoso aliado (Reino-Unido).

Através de Josph Nye - cientista político que através da experiência adquirida nos meios da Defesa e Inteligência da Casa Branca, reinventou a teoria diplomática com a criação do(s) conceito(s) *Soft e Hard Power* - podemos falar em dois tipos de ação de Brazão: formal e informal. Como iremos verificar, o Cônsul construiu toda uma rede de contactos fora do protocolo de Estado e do meio oficial, podendo mesmo afirmar-se que a sua ação oficiosa, que no mínimo pode ser classificada como uma ferramenta indispensável para as relações diplomáticas oficiais, está ao nível do seu trabalho como representante oficial do governo português.

A sua decisão de pedir a mudança para Hong Kong, deverá ter tido vários motivos, de entre os quais ter os anos suficientes de carreira à frente de um posto, para poder progredir mais tarde até ministro plenipotenciário, o facto de querer algum grau

³²¹ Id. *Ibid.*

de independência no seu trabalho (lembramos que sendo cônsul em Hong Kong, dependia teoricamente da embaixada de Londres³²², mas os milhares de quilómetros de distância tendo em conta também a tecnologia de comunicações à época, davam-lhe um raio de ação relativamente livre). A presença de Calvet de Magalhães (em Cantão) e Franco Nogueira (em Tóquio) nos postos do Oriente (seus contemporâneos na entrada do mundo diplomático a quando do concurso em que consegue finalmente entrar) talvez tenha influenciado a sua escolha³²³. Um mundo como o Oriente, que ao principio vê como estranho, corrupto e decadente, vai sendo progressivamente enraizado, e quando deixa Hong Kong em 1951 leva consigo uma memória de um mundo diferente mas que também é seu, apesar de como veremos, não menos corrupto como o visualizou desde o princípio. Como veremos Brazão seguiu uma ação diplomática marcada pelo reavivar da cultura portuguesa em Hong Kong, no entanto temos de entender que não foi por falta de tentativas que não teve uma intervenção mais política. Em primeiro lugar, como já foi escrito, a própria circunstância temporal - 1946-1951 - onde a RPC ameaçava e bloqueava qualquer tentativa de ação diplomática entre pares, superiorizando-se não só pelo seu poder, mas também fanatismo e militarização, impedindo a diplomacia portuguesa de ações políticas mais decisivas. Brazão, numa das tantas notas de agradecimento pelo envio de obras históricas, lê a preocupação expressa nas palavras de George Schurhammer, admirando a sua perseverança de empreender um trabalho que a qualquer momento se pode tornar inútil (com a invasão chinesa)³²⁴. A forma como Schurhammer se despede resume bem como os diplomatas viam a situação internacional: “God Save Hong Kong and Macau on this dark days³²⁵”.

Marco Martins, citando o relatório que Brazão escreve após o seu primeiro ano em Hong Kong, escreve: “Por sua vez, o Cônsul de Portugal em Hong Kong, Eduardo Brazão, informa o Ministério dos Negócios Estrangeiros da influência e do papel das colónias de macaenses que se estabeleceram em Hong Kong e em Xangai. O Cônsul Eduardo Brazão assume a posição de que o Governo português não conseguiu traduzir as vantagens dessa comunidade com um forte espírito de nacionalidade. Pela ausência de uma política direcionada para essa Comunidade, a posição de Portugal nessa região

³²² BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 232

³²³ Id. *Ibid.* p. 229

³²⁴ AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 957 “G. Schurhammer”, 1 Junho 1949

³²⁵ Id. *Ibid.*

segundo Eduardo Brazão deriva da ausência de apoio por parte das autoridades nacionais³²⁶”. O próprio Eduardo Brazão, reconhecia ainda quando da sua escolha de Hong Kong, no período em que ainda se iria instalar, que os postos do extremo oriente têm uma importância pouco relativa, baseados na rotatividade dos enviados portugueses (neste caso Calvet de Magalhães de Cantão para Goa, Franco Nogueira de Tóquio para Timor)³²⁷, assumindo a diplomacia portuguesa um papel mais geral do que particular, i. e deveria existir uma ação concertada dos enviados portugueses tendo em conta os interesses maiores de Portugal no extremo oriente, talvez pondo em causa a ação particular em cada um dos lugares.

Instalado no Peninsula Hotel em Kowloon, Brazão é levado a passar todos os dias pelo porto de Victoria, nos ferrys onde todo o tipo de pessoas circulam, dos meios mais humildes aos meios mais abastados, isto porque o consulado português, vai-se instalar na Edinburgh House, propriedade no centro da ilha de Hong Kong, nas vias nevrálgicas de umas das cidades mais densas do Sudeste Asiático³²⁸. Depressa se sente isolado do corpo diplomático metropolitano, não porque as comunicações fossem escassas - lembrando que a guerra deixou uma herança negativa nesse sentido - mas sim pela “carta branca” que os diplomatas no extremo oriente possuíam, em torno do que era expectável fazerem. Diz mesmo mais tarde que, “nunca me senti tão plenipotenciário, dependendo apenas da embaixada de Londres³²⁹”, algo que possui um significado exposto, dado a sua experiência como diplomata nos vários continentes.

Como fizemos notar, a ação oficiosa de Brazão, foi bastante significativa. Sendo Macau e Hong Kong pequenos territórios um pouco à margem pela sua soberania estar sobre o domínio de nações longínquas, os assuntos de matéria financeira, ganham especial importância. Constituindo ponte, refugio, ou até porta de entrada para mercados financeiros e monetários, estes territórios tornaram-se alvo de negócios de extrema importância, e até de dúbia legalidade. Brazão relata por exemplo o encontro com *Sr. Xavier* (como é identificado por Eduardo Brazão, tratando-se de Pedro D’Alcantra Xavier, importante magnata da imprensa, proprietário da *Printing*

³²⁶ AHD - MNE, BRAZÃO, Eduardo, Os Portugueses em Hong Kong., Hong Kong, 1948. Relatório relativo ao ano de

1947, DBDA pp. 18-23, apud. MARTINS, Marco António, Franco Nogueira e o processo de reconhecimento da República Popular da China, Negócios Estrangeiros nº18, Dezembro de 2010, p. 242

³²⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 229

³²⁸ Id. *Ibid.* pp. 232-234

³²⁹ Id. *Ibid.* p. 232

Press, em Macau) que vinha negociar com o governo português um possível depósito de milhões de dólares³³⁰ em Moçambique ou Lisboa, no Banco Nacional Ultramarino. Devido ao evoluir da situação na China, muitos dos empresários mais abastados da China - principalmente de Xangai - vão tentar refugiar os seus ativos em Macau, Hong Kong e outros, algo que é relatado por Brazão, inclusive como política de Alexander Grantham (governador de Hong Kong) para tornar Hong Kong numa salvaguarda de capital chinês. Ora Brazão, através do seu contacto com Mr. Grane, gerente do Banco Nacional Ultramarino em Macau, vai conseguir fazer entrar uma grande quantidade de divisas em “Portugal”, sendo aplaudido inclusive por Caeiro da Matta à época já Ministro dos Negócios Estrangeiros³³¹.

Após verificar a falta de escrúpulos de várias partes, Brazão “(...) começa a bombardear o ministério com informações, as mais exactas de observação pessoal. Aquele viver de expedientes, de contrabando organizado de todas as espécies, de todos os vícios humanos (...)”³³². O diplomata refere-se assim à corrupção e tráfico (armas, ouro, ópio) existente em Hong Kong e Macau, levado a cabo por vários “*Lobos*”³³³, i.e, magnatas como Pedro José Lobo, maior figura do tráfico de ouro em Macau. Este é um problema levantado também no documento de António de Faria³³⁴, como o “caso Lobo-Montgomery”. Ora na documentação verificamos que nas longas discussões acerca das relações entre as duas colónias, nomeadamente no que diz respeito à tentativa de uma ligação permanente entre os altos funcionários das duas, existiram problemas causados pelas obscuras relações entre Macau e os empresários de Hong Kong, possivelmente ligados ao comércio do ouro. Mas não só, no documento de Outubro de 1949 enviado por Affra para Portugal, podemos verificar que existiam fugas de informação, i.e informações relativas às relações de Portugal/Macau e Hong Kong, nomeadamente atividades de “Montgomery” que seriam do conhecimento de Eduardo Brazão, que sendo comunicadas ao governo de Hong Kong, chegaram também aos ouvidos de “Lobo” (Pedro José Lobo)³³⁵. A quebra no secretismo nas negociações dos planos de colaboração diplomática e, possivelmente defensiva, criaram um pequeno escândalo.

³³⁰ Dado Brazão revelar que os negócios e pagamentos era efetuados em USD (Memorial Dom Quixote, p. 236) podemos acreditar que se tratam de USD's e não HKD, i.e Hong Kong Dollars.

³³¹ Id. *Ibid.* pp. 234-235

³³² Id. *Ibid.* pp. 238-239

³³³ Id. *Ibid.* pp. 234-241

³³⁴ ANTT, AOS, A. FARIA, “Relações entre Macau e Hong Kong”, 1949, NE-2E2, cx. 432, pt. 27

³³⁵ AHD - MNE, AFFRA, João, Telegrama confidencial “Relações entre Macau e Hong Kong”, 21 de Outubro de 1949, PA, 48, M.211

Desde já Brazão vai enfrentar dois problemas: o primeiro causado pelo próprio ministério, que suaviza a situação, fechando os olhos a muitas das situações testemunhadas por Brazão. Nem o apoio do Coronel Cotta de Moraes, comandante militar da colónia de Macau a partir de 1949, vai conceder credibilidade às críticas de Brazão junto do ministério. Outro problema passa pela própria administração britânica de Hong Kong e dos “Lobos”, escrevendo o diplomata que “todo aquele comércio clandestino só era possível com a conivência de alguns Lobos de Hong Kong”. Juntando as críticas do próprio ministério ao poder e influência dos negociantes britânicos e macaenses, Brazão acaba por não conseguir levar a cabo uma política de limpeza e denúncia dos atos de corrupção. Pedro Lobato diz-lhe: “Todos pensam assim quando chegam (referindo-se ao funcionar dos negócios em Hong Kong e Macau) mas depois vêm os calores, a época dos tufões, a humidade, alguns jantares chineses de boa companhia... e tudo passa”³³⁶.

“A minha política foi assim um total fracasso”³³⁷, escreve Brazão, revelando não só impotência e frustração, face ao cenário já descrito, mas também um entendimento da importância de toda esta obscuridade. As ilegalidades, tráfico e decadência dos negócios em Hong Kong e Macau, contribuiriam para a denúncia chinesa e o reforçar do “mito” chinês dos europeus corruptos, degradando a credibilidade de Portugal e do Reino Unido nas relações diplomáticas com a China. Ao olharmos para o desenvolvimento económico de Hong Kong nos anos 60 e 70 do séc. XX, percebemos que o período do pós-guerra foi a génese de muitos dos problemas relacionados com a corrupção financeira na colónia britânica, causando assim um grave argumento de queixa da população local junto do governo da colónia, minando a opinião pública e consequentemente as negociações entre os britânicos e os chineses até à declaração conjunta de 1984. Esta é uma ideia que se valida através das ações do governo britânico, criando legislação e organismos específicos - com orçamentos bastante alargados - para o combate à corrupção, como é o caso da Prevention of Corruption Ordinance em 1948 e a criação do ICAC (Independent Commission Against Corruption) já em 1974³³⁸.

Felizmente Brazão conseguiu encontrar outras formas de contribuição para o fortalecimento das relações internacionais de Portugal. Sendo Hong Kong um espaço

³³⁶ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 238

³³⁷ Id. *Ibid.* p. 243

³³⁸ TSANG, David (2007), op. cit, p. 203

de passagem internacional, o diplomata conseguiu estabelecer vários contactos de valor para Portugal e para as comunidades portuguesas por todo o mundo. Ainda nos primeiros tempos passados em Hong Kong, Brazão vai acompanhar Sun Fo (filho de Sun Yat-Sen, e na altura vice-presidente da República da China) a Macau. O encontro marcou a memória do diplomata português, na medida em que pretendeu mostrar a Sun Fo qual a importância de Macau para Portugal: “Veja, Excelência, isto é minúsculo para a imensidão da China... e tão grande para nós!³³⁹”. Esta frase feita de antemão, como escreve o próprio Brazão, não deixa de ser significativa para aquilo que é a importância simbólica de Macau. Apesar da pequena dimensão do território, tanto para Portugal como para a China, não deixa de ter uma enorme importância simbólica. Macau era, numa altura em que ambos os lados da guerra civil se debatiam, uma cicatriz no orgulho chinês, mas para Portugal era também um símbolo daquele que outrora foi um grande império e que se continua a agarrar a todos os custos, a qualquer possível conquista (neste caso manutenção da soberania de Macau). Mais tarde, Brazão acompanha também um grupo de “activíssimos monsenhores americanos, capitaneados por esse bussiness-man consagrado, o Cardeal Francis Spellman, Arcebispo de Nova York, o grand protector and spiritual advisor da Ordem de Malta nos EUA³⁴⁰”. Neste encontro, que reuniu várias figuras da igreja católica, vindos dos EUA e da Europa, acontece algo caricato, mas que é bastante revelador do que se passava em Macau. Numa das viagens de volta, um dos aviões teve dificuldades em descolar, algo que surpreendeu os visitantes mas não Brazão. Na verdade, os aviões - uma pequena frota de hidroaviões fretada por Portugal com o propósito de servirem como frota turística - serviam para mover milhões de patacas em ouro, algo que aconteceu nesta viagem em específico³⁴¹. O tráfico do ouro, desencadeado pelas decisões tomadas na restrição do comércio do metal precioso no sistema de Bretton Woods³⁴², deu aso inclusive a escândalos como aquele que foi precipitado pelo sequestro do avião Catilina, um dos aviões inseridos no esquema de Pedro José Lobo. O avião que acaba por se despenhar devido ao tiroteio ocorrido no

³³⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 241

³⁴⁰ Id. *Ibid.* p. 242

³⁴¹ Id. *Ibid.*

³⁴² SCHENK, C. R., ‘The Hong Kong gold market during the 1960s: local and global effects’, em BOTTED, S., *The Global Gold Market and the International Monetary System from the late 19th Century until Today*, Palgrave, 2013, pp. 139-158

seu interior, acabou nos cabeçalhos da imprensa, fabricando-se um escândalo bem presente na memória de Eduardo Brazão³⁴³.

Por fim outro encontro significativo dá-se nos últimos tempos passados por Brazão em Hong Kong: Bao Dai, que vivendo uma vida de bon vivant no exílio, foi o último imperador do Vietname (à época Imperador de Annam, da dinastia Nguyen), Embora este encontro não seja descrito com grande pormenor por Brazão, o facto de escrever de seguida acerca dos frustrados esforços franceses na conservação da Indochina, é bastante revelador. Bao Dai é considerado por boa parte da historiografia como uma marioneta do poder francês na Indochina, sendo Annam um protetorado francês. Como representante da primeira onda da descolonização, o Vietname é símbolo da luta internacional da autodeterminação dos povos, sendo a guerra que precipitou a sua independência, uma luta terrível que marcou o imaginário francês e europeu³⁴⁴. O significado deste encontro passa pela forma como marca Brazão na aprendizagem daquilo que viriam a ser as realidades da descolonização e pós-colonialismo, como também no descortinar de certos eventos diplomáticos por de trás das cortinas da oficialidade (neste caso o tráfico de armas da China para Ho-Chi-Minh através de Macau³⁴⁵). Brazão diria que de forma ingénua, vai visitar a Indochina em 1951, antes de regressar de vez à Europa, para “ver se conseguia evitar certo contrabando de armas que parecia ir através de Macau (...) Regressei sem ter resolvido o problema do contrabando de armas. Possivelmente estas seriam transferidas a boa distância da costa, de um junco para outro... Quem o poderia dizer? A guerra era sem quartel³⁴⁶”.

Como podemos entender, este foi um período atribulado na história do sudeste asiático, e Portugal tal como Brazão, mais não eram do que espetadores deste filme que decorria desde a década de 1930, com o expansionismo japonês, e que passando pela segunda guerra mundial, pela revolução chinesa, guerras na Indochina francesa/Vietname até 1975, dariam aso a que muitos oportunistas utilizassem o caos para construir os seus próprios impérios pessoais.

De regresso à teoria de Joseph Nye, dentro do âmbito dos diferentes tipos de práticas diplomáticas e de relações entre entidades, concebe-se o *Soft Power* como

³⁴³ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 243

³⁴⁴ CORFIELD, Justin, “The French Protectorate (1887–1945)” em *The History of Vietnam*, Greenwood Press, 2008, pp. 25-39

³⁴⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 252

³⁴⁶ Id. *Ibid.* pp. 252-253

sendo a habilidade de atrair, ou manipular de forma a que uma identidade queira o que outra quer. “This soft power – getting others to want the outcomes you want – co-opts people rather than coerces them³⁴⁷”. Assim, os recursos que constituem *Soft Power* de um país, são os seus valores, algumas das suas políticas e principalmente, a sua cultura³⁴⁸. Desprovido de poder e circunstância para outro tipo de ações, como já foi explicado, Brazão vai optar por seguir uma via diplomática ligada à cultura, uma obra que no entanto não se afigura fácil devido à longínqua ligação que praticamente já não existia, entre Portugal e a comunidade portuguesa em Hong Kong.

Ana Leal de Faria explica: “Num dos seus primeiros relatórios, referindo o estado de «desnacionalização» que encontrou, terminava lembrando que «a culpa do desportuguesamento dos que andam espalhados pelo mundo, é quase sempre nossa», situação tanto mais condenável quanto «é de resto tão fácil falar ao coração dos portugueses» (Relatório, 29 de Abril de 1947)³⁴⁹”. Neste relatório, onde Brazão traça uma perspetiva geral da história de Hong Kong desde o início do domínio britânico, e também uma pequena história das relações de Macau e Hong Kong com a China continental, Brazão acaba por ser forte nas críticas que faz ao Estado português, por este ter ignorado esta comunidade: “Qual foi a proteção que o Estado português e o governo de Macau deu aos seus imigrantes em Hong Kong?³⁵⁰”. O ambiente que o cônsul encontrou era de facto difícil. Seria necessário na sua perspetiva, que aquela comunidade se encontrasse de novo com os valores portugueses, nomeadamente com a história, geografia, cultura, literatura e especialmente a língua do seu país³⁵¹.

Segundo o quadro apresentado por Eduardo Brazão, a comunidade portuguesa era bastante significativa. Das cinco mil pessoas que se podiam inserir nessa comunidade, 90% seriam de origem macaense, constituindo uma importante base económica, não só pela óbvia ligação que mantinham com a colónia portuguesa, mas também por “terem lugares secundários, mas sobre os quais repousavam os organismos que serviam com dedicação (...) sendo apreciados pelos seus chefes também por serem considerados elementos mistos, ponto de contacto com a grande massa chinesa³⁵²”. A

³⁴⁷ NYE, Joseph, *Public Diplomacy and Soft Power*, SAGE Journals, Março 2008 (disponível em journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0002716207311699) consultado a 8 de Fevereiro de 2020

³⁴⁸ Id. *Ibid.*

³⁴⁹ FÁRIA, Ana Leal de, *Eduardo Brazão, Uma Biografia*, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, (disponível em idi.mne.pt/pt/esp/olios/eduardo-brazao-uma-biografia.html) consultado a 8 de Fevereiro de 2020, p. 5

³⁵⁰ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *Os portugueses em Hong Kong 1948*, Relatório do Cônsul de 2ª Classe, Eduardo Brazão, relativo ao ano de 1947, S03, E26, P03, 34442, p.16

³⁵¹ Id. *Ibid.* pp. 21-23

³⁵² BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 244

massa chinesa, e o resto da população, perfaziam os 2 milhões e 200 mil pessoas que habitavam em Hong Kong no ano de 1950³⁵³. Este número era uma multiplicação por quatro daquela que seria a população em 1945³⁵⁴.

Mais ou menos essencial, o que é certo é que o governo da colónia correspondeu à vontade de Brazão em apoiar e revitalizar a ligação entre a comunidade portuguesa e aquela que era a sua cultura-mãe. A miscigenação criou uma cultura única, própria dos processos coloniais encabeçados pelos impérios europeus, no entanto esta que se presenciava na prática, no dia-a-dia, nunca deixou de suplantar, por simpatia e nostalgia, a tradição cultural portuguesa.

Através do apoio do governo de Hong Kong, do governador de Macau e do Instituto da Alta Cultura³⁵⁵, construiu de raiz instituições, remodelou outras já existentes e inseriu a comunidade no sistema de ensino. Começou por convocar elementos do velho *Club Lusitano*, tentando desenvolver com eles os projetos que ambicionava, mas depressa tudo se deu por perdido devido a variados desentendimentos e burocracias³⁵⁶. Consegue ainda assim reunir interessados e ligar o destino das duas instituições. É através de Jack Braga, imigrante enraizado à várias gerações, fascinado com a história do extremo oriente, que consegue levar a cabo a fundação do Instituto Português de Hong Kong. Possuindo Braga uma coleção literária bastante interessante e estando interessado no desenvolvimento do Instituto, prestou um auxílio ímpar a Eduardo Brazão, naquele que foi talvez o seu maior legado³⁵⁷. Inaugurado a 4 de Novembro de 1947, a cerimónia contou com a presença do Governador de Macau - Albano de Oliveira - dedicando Eduardo Brazão grande parte do discurso inaugural a esse que foi o seu grande patrocinador³⁵⁸. Por entre as lembranças históricas e as referências àquilo que constituía a base da cultura portuguesa, Brazão lembrou no seu discurso que em Hong Kong “não se necessitava apenas reparar as paredes desmoronadas - era preciso levantar os escombros e o entulho para descobrir a estrada e procurar a alma que também se tinha perdido”. Presente também Alexander Grantham, Brazão faz questão de reafirmar que ali iriam a partir daquele dia, passar portugueses e estrangeiros, não se limitando o instituto a

³⁵³ CHAN, Shun-hing, LEUNG, Biatrice, *Changing Church and State Relations in Hong Kong, 1950-2000*, Hong Kong, HK University Press, 2003, p. 24

³⁵⁴ Id. *Ibid.*

³⁵⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 244

³⁵⁶ Id. *Ibid.* p. 245

³⁵⁷ Id. *Ibid.* p. 246

³⁵⁸ BRAZÃO, Eduardo, *Instituto Português de Hong Kong*, Macau, Imprensa Nacional, 1947, pp. 7-23

pertencer à comunidade portuguesa, mas também a todos aqueles que tenham interesse pela cultura lusa³⁵⁹. Anexados estão também os princípios/regras do Instituto³⁶⁰: I) O seu objetivo é a divulgação da alta cultura de Portugal em Hong Kong; II) A sua sede é no Club Lusitano e funcionará sobre o seu patrocínio; III) No caso de dissolução desse clube, caberá ao Cônsul manter a atividade do instituto; IV) A biblioteca ficará anexada à instituição, não podendo ser dissolvida sem a alçada da instituição; V) Deverão ser realizadas comunicações periódicas, com um mínimo de uma por mês; VI) As comunicações deverão ser impressas no boletim do instituto VII) A direção será encabeçada sempre pelo Cônsul de Portugal (...). O instituto, como podemos verificar no VI ponto, conta com um Boletim que irá ser publicado por três vezes. Em todas elas Eduardo Brazão editou e prefaciou aquelas que foram as comunicações nomeadas pelo instituto³⁶¹.

A obra estava já a ser levada a cabo através do já referido apoio do governador de Macau - que fazia com que Brazão contasse com nove mil patacas anuais para a gestão do consulado³⁶² - quando Brazão consegue também através das suas boas relações com o governo de Hong Kong, um orçamento extra de trinta mil HKD³⁶³³⁶⁴, conseguindo o consulado um espaço de manobra ainda maior para alcançar os objetivos pretendidos. Assim, além do instituto, vai conseguir expandir a sua ação para os meios de comunicação e para o ensino. Na rádio (*Radio Hong Kong*), consegue criar a “meia hora portuguesa”, tendo como objetivo um contacto permanente entre a comunidade e os acontecimentos no mundo português, dividindo-se assim esta meia hora, em notícias em português e do território português, com música de origem portuguesa³⁶⁵. Juntando a isto publicações do instituto, bem como a divulgação das publicações do secretariado (*Notícias de Portugal*)³⁶⁶ - às quais são anexadas notícias relativas a Macau e Hong Kong - a língua portuguesa chega finalmente à imprensa da colónia britânica. Na secção de música do instituto, chegou

³⁵⁹ Id. *Ibid.* p. 11

³⁶⁰ Id. *Ibid.* p. 23

³⁶¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 246

³⁶² AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *Os portugueses em Hong Kong 1948*, Relatório do Cônsul de 2ª Classe, Eduardo Brazão, relativo ao ano de 1947, S03, E26, P03, 34442, p.22

³⁶³ Hong Kong Dollars

³⁶⁴ Id. *Ibid.* p. 22

³⁶⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 246

³⁶⁶ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *Os portugueses em Hong Kong 1948*, Relatório do Cônsul de 2ª Classe, Eduardo Brazão, relativo ao ano de 1947, S03, E26, P03, 34442, p.22

a estar planeada a criação de uma orquestra, tendo em perspetiva concertos de música portuguesa³⁶⁷.

No campo do ensino escolar Brazão idealizou um grande projeto que não se chegou a realizar: a criação de uma escola portuguesa³⁶⁸. A opção passou antes por levar o ensino da história e língua portuguesa às escolas de Hong Kong. Assim “cada colégio onde haja portugueses terá o professor da sua língua e da sua história, pago por este consulado com o subsídio que lhe vai ser concedido pela nossa colónia vizinha³⁶⁹”. Como complemento foi também criado um infantário, nas instalações do clube de recreio, ficando assim a educação coberta desde a infância até ao mundo académico. Ficaram assim cobertas seis escolas em Hong Kong, sendo elas *La Salle College*, *St. Josep*, *Maryknoll*, *St. Mary*, *French Convent School* e *Sacred Heart School*. Para adultos foi criado um curso no próprio *Club Lusitano*, ficando a cargo do também do dirigente geral do ensino nas outras escolas, o Padre António Henriques³⁷⁰. Brazão vê o ensino de um ponto de vista prático mas não só: “Fundamentalmente era necessário ensinar o nosso idioma, completamente esquecido ou de tal modo algarviado pelos velhos, que ainda pretendem articular, que mais parece língua sertaneja do que aquele claro e preciso falar, trabalhado por Vieira e por Frei Luís de Sousa, renovado por Garrett e amaciado por Eça de Queiroz³⁷¹”. Compreendemos assim que o português, para Eduardo Brazão, era um veículo de cultura e portugalidade, um traço indispensável e insubstituível da ligação entre os povos e nações, e ainda mais do que isso, uma ferramenta essencial no âmbito da diplomacia cultural que via necessária ser empreendida em Hong Kong.

Por fim, outra importante área de atuação, passa pela ligação entre a comunidade portuguesa em Hong Kong e o seu catolicismo, bem como a questão sobre quem deve estar à cabeça do bispado de Hong Kong. No relatório que entrega em 1950, Eduardo Brazão alerta para esta questão. O cônsul português não entende que o bispado esteja entregue a italianos, neste caso Enrico Valtorta, nomeado como Bispo da Diocese de Hong Kong em 1946. Esta nomeação teria, segundo Brazão, uma ação negativa junto da comunidade portuguesa pois considera que um bispo português seria uma peça

³⁶⁷ Id. *Ibid.*

³⁶⁸ BRAZÃO, Eduardo, *Os Caminhos de Portugal*, Macau, Imprensa Nacional, 1947, p. 8

³⁶⁹ Id. *Ibid.* p. 9

³⁷⁰ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 247

³⁷¹ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *Os portugueses em Hong Kong 1948*, Relatório do Cônsul de 2ª Classe, Eduardo Brazão, relativo ao ano de 1947, S03, E26, P03, 34442, p.22

forte na promoção da comunidade entre os ocidentais³⁷². Brazão recua até ao século XVIII, passando pelo liberalismo oitocentista e pela Primeira República, traçando um plano geral das dificuldades da missão missionário portuguesa, perante alguns excessos destes períodos, estabelece uma ligação à origem da colónia britânica (anos 40 do século XIX), com o período liberalista que se vivia em Portugal, sendo que alguns macaenses católicos emigraram neste período para Hong Kong, e que em conjunto com militares irlandeses católicos³⁷³, estabeleceram uma comunidade católica significativa, que na opinião de Brazão, justificaria a instalação de um responsável máximo católico de nacionalidade portuguesa. O Pe. Theodor Joset³⁷⁴, primeiro prefeito apostólico em Hong Kong, colaborou de perto com a comunidade portuguesa³⁷⁵, essa que consolidou a presença católica em Hong Kong, através da construção de escolas e igrejas, inclusive a que em 1949 era a catedral em Glenealy, como também a Igreja do Rosário em Kowloon³⁷⁶. Apesar do progressivo desligar entre os portugueses (macaenses) em Hong Kong e a sua pátria, é o catolicismo o maior elo de ligação que mantém viva qualquer ligação entre esta comunidade e Portugal. As confrarias e associações católicas são obviamente maioritariamente integradas por portugueses³⁷⁷, e numa perspetiva estatística, Brazão considera que a comunidade se encontrava estável nos números já apresentados em 1946: cerca de cinco mil pessoas³⁷⁸.

Fazendo um balanço geral desta questão, Brazão chega a conclusões interessantes: primeiro que a civilização chinesa, e como tal os habitantes chineses de Hong Kong, era bastante hostis - a nível da conversão e práticas - à religião católica, afirmando inclusive que muitos dos chineses que se converteram o fizeram numa perspetiva de interesses terceiros, como uma maior igualdade social perante os habitantes ocidentais; considera ainda que existe uma óbvia ligação histórica entre os emigrados macaenses e a criação de uma comunidade católica, e que embora Portugal, enquanto Estado, tenha estado por razões políticas ausente da criação desta obra, não poderia continuar

³⁷² AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *O Bispado Católico de Hong Kong e a comunidade portuguesa*, Relatório do Cônsul de 1ª Classe, Eduardo Brazão, relativo ao ano de 1949, S03, E26, P03, 34442, pp. 1-2

³⁷³ Id. *Ibid.* pp. 3-5

³⁷⁴ Vide, *Father Theodor Joset*, (disponível em catholic-hierarchy.org/bishop/bjoset.html) consultado às 18:32, 9 Fevereiro 2020

³⁷⁵ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *O Bispado Católico de Hong Kong e a comunidade portuguesa*, Relatório do Cônsul de 1ª Classe, Eduardo Brazão, relativo ao ano de 1949, S03, E26, P03, 34442, p.5

³⁷⁶ Id. *Ibid.* p. 7

³⁷⁷ Id. *Ibid.* pp. 10-13

³⁷⁸ Id *Ibid.* p. 17

nessa condição; considerada assim a ausência do elemento estatal, o elemento agregador desta comunidade era o bispado, e estando o bispado em mãos estrangeiras, este seria um elemento desnacionalizador da comunidade católica. Recomendava assim o cônsul que a melhor solução seria intervir junto da Santa Sé, para que o próximo Bispo-Coadjutor de Hong Kong, fosse português, estando inclusive o atual já numa idade avançada, poderia esperar-se pela sua sucessão; pedir na mesma medida a passagem das paróquias, especialmente de Kowloon, para padres portugueses, sendo que é aí que vive a grande maioria da comunidade portuguesa³⁷⁹.

Comprendemos assim que até 1949, Brazão constrói a sua ação em volta da obra cultural, que pretende criar uma ligação renovada entre os portugueses (maioritariamente macaenses imigrados de várias gerações) e a sua longínqua pátria. No documento que vimos, Brazão considera natural que o passar dos anos tenha desgastado esta comunidade, mas numa perspetiva mais estrutural e relativa à posição portuguesa no oriente, como seria visto Portugal? Quais deveriam ser as maiores preocupações relativas aos desenvolvimentos geopolíticos na região, tendo em consideração a progressão da guerra civil chinesa? No relatório do ano anterior, Brazão dá todo o destaque às respostas a estas questões. Como sempre contextualizando numa perspetiva histórica, Brazão considera que foi Portugal quem dos países ocidentais ofereceu mais à China, enquanto país que trouxe o ocidente para aquelas paragens³⁸⁰. A China, vista até à década de 1940, enquanto a “maior força passiva do mundo”, acabou por saber usar essa característica, pois enquanto as nações procuraram infiltrar-se e domina-la, moldou-se sempre e voltou à sua posição original. A sua mentalidade, formada à milénios, expulsa tudo o que esteja em “desharmonia”. Acusa os políticos do ocidente de não se interessarem por este país, achando que por se terem aproveitado dos vícios do passado, de um território desunido, gasto e apodrecido, este não era agora um território de uma extrema coesão. Esta análise vem ao encontro da perspetiva que Brazão nos dá acerca da ameaça comunista em Hong Kong e Macau. Se por vezes os ocidentais viram na China um território com menor importância no xadrez da geopolítica mundial, a avalanche comunista, que conquistava vitória após vitória, era agora uma realidade incontornável. Achando que o governo de Hong Kong, tem naturalmente mais conhecimento que os seus colegas

³⁷⁹ Id. *Ibid.* pp. 13-19

³⁸⁰ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *Alguns Apontamentos Sobre a Posição de Portugal no Extremo Oriente*, Relatório do Cônsul de 1ª Classe, Eduardo Brazão, relativo ao ano de 1948, S03, E26, P03, 34442, p.1

na metrópole, vê na sua opinião, um válido conselho para Portugal: Mao é mais realista do que muitos pensam, e não arriscaria a invasão sobre as possessões portuguesas e britânicas. Assim, o verdadeiro perigo, nomeadamente para Hong Kong, seria o terrorismo, uma quinta coluna, dentro de Hong Kong, apoiada clandestinamente pelos comunistas chineses, e que viesse provocar um desgaste progressivo à posição britânica. Para Brazão, que terá lido alguma da obra de Mao, o líder chinês seria um homem realista, aproveitamento os sentimentos nacionalistas dos chineses, bastante anti estrangeiros à altura, para galvanizar a tal posição anti Ocidente nas colónias portuguesa e britânica, mas mais do que isso, numa chantagem feita de forma a que Portugal e Inglaterra viessem a reconhecer a República Popular em troca de estabilidade nas suas possessões. Apesar de criticar alguns membros da política britânica pela sua falta de mentalidade colonial - i.e no interesse de defenderem as suas posições nesta região e pior do que isso, por nem sequer conhecerem geograficamente as mesmas - confia que o Reino Unido nunca abandonará Hong Kong e que o estado de guerra na China e evoluir das tensões no mundo (nomeadamente entre a União Soviética e os EUA) deverão levar a um maior envolvimento dos europeus na política do oriente, nomeadamente na China³⁸¹. É curioso perceber que embora em último caso Portugal tenha que se alinhar com o Reino Unido numa defesa intransigente de Macau, o facto deste território ser fruto de uma relação comercial, a forte miscigenação e até o carácter mais “chinês do que ocidental” de Macau face a Hong Kong, poderá ser do interesse chinês manter uma boa relação com o território, oferecendo à China “a contribuição de cultura que sempre lhe entregou”, podendo inclusive ser no futuro um centro cultural no oriente e um ponto turístico para a China³⁸². É curioso como Brazão acertou em cheio, no destino que Macau teria para a China. De facto, hoje Macau é considerada a Las Vegas do mundo asiático, o turismo é a sua maior fonte de receita, e sua cultura única tornou-se um motivo de interesse para os chineses que visitam aquele território vindos do continente.

A grande bagagem que Brazão acumulou em Hong Kong durante a sua passagem, deu-lhe de facto, em conjunto com o seu estudo histórico relativo aos portugueses na região - *Apontamentos para a história das relações diplomáticas de Portugal com a China: 1516-1753* (ainda em 1949) e *Em demanda do cataio: a viagem de Bento de*

³⁸¹ Id. *Ibid.* pp. 1-7

³⁸² Id. *Ibid.* pp. 7-9

Goes à China 1603-1607 (1954), *Macau: cidade do nome de Deus: na China não há outra mais leal* (1957) - deram a Brazão uma autoridade única para entender a região e qual seria o seu futuro.

Em 1949 caber-lhe-ia ainda uma das suas mais importante missões: a imprensa em Hong Kong começava inquietar-se e a fazer duras críticas face à falta de ação do governo português relativamente ao abandono das comunidades portuguesas nas cidades chinesas que estavam agora sob o alcance do exército de Mao³⁸³. Xangai seria a cidade mais importante, por possuir à época uma comunidade de dois mil portugueses³⁸⁴. Em conjunto com o cônsul português naquela cidade - Lopo Semeão - Brazão conseguiu organizar, através de uma ponte aérea, a evacuação daqueles que desejaram sair da cidade, especialmente os mais velhos, doentes e outros, que partiram para Macau via Hong Kong. Ficaria reduzida a metade a comunidade portuguesa em Xangai, cerca de mil pessoas que desejaram ficar no território. As críticas da imprensa pararam, e Brazão escreve orgulhosamente sobre a forma como foram recebidos com aplausos os refugiados portugueses³⁸⁵. No entanto não podemos deixar de notar, uma peculiar situação em que numa das viagens de Xangai para Hong Kong, os aviões vieram cheios com russos brancos (i.e anti-comunistas) com passaportes portugueses que tinham adquirido ilegalmente, enganando os cônsules portugueses³⁸⁶.

No longo período que passou em Hong Kong, Brazão não deixou de manter o contacto com Portugal, nomeadamente com o que se passava na política portuguesa. Já vimos que não descurou a sua veia de escritor da história, e pela correspondência mantida com Marcello Caetano atestamos não só esse facto como também o já referido interesse pelos acontecimentos políticos em Portugal. Nas quatro cartas que podemos recuperar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, notamos que Brazão se esforça para acompanhar a carreira de Caetano, fazendo-lhe sempre largos elogios e considerando-o o futuro do país em contraste com um carácter algo imobilista e burocrático de Salazar³⁸⁷. Outro dos motivos que o faz manter o contacto, é facto da carreira do seu filho estar a começar. Brazão e Caetano sempre falaram ambos dos

³⁸³ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 253

³⁸⁴ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *Alguns Apontamentos Sobre a Posição de Portugal no Extremo Oriente*, Relatório do Cônsul de 1ª Classe, Eduardo Brazão, relativo ao ano de 1948, S03, E26, P03, 34442, p.10

³⁸⁵ Id. *Ibid.*

³⁸⁶ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 254

³⁸⁷ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº6, Hong Kong, 1 de Fevereiro de 1947

seus filhos, parecendo que Brazão tenha apelado algumas vezes a Caetano para agilizar a carreira do filho mais velho³⁸⁸, embora não lhe tirando o mérito do seu grande percursos académico³⁸⁹. Como já referimos, as críticas que faz ao governo português, acusando-o de imobilismo e especialmente de ineficácia, prendem-se sobretudo com a sua experiência no consulado em Hong Kong, da já referida falta de ligação do Estado português com as comunidades no sudeste asiático. Brazão diz que Portugal está “deixar cair das mãos a sua grande obra de expansão (...) as comunidades não foram amparadas e conduzidas (...) e os nossos arpões da cultura e propaganda têm os olhos fixados na Europa³⁹⁰”. Tal como antes, vai deixando alguma referência do seu trabalho enquanto historiador, para apreciação de Caetano, escrevendo-lhe acerca de alguns pormenores da sua futura obra *Macau: Cidade do nome de Deus (...)*³⁹¹, bem como a sua opinião acerca dos desenvolvimentos do conflito na China, sendo que num período mais tardio - final do ano de 1949 - escreve mesmo a Caetano dizendo que na sua opinião Portugal está há muito impotente face aos desenvolvimentos políticos na China e que o Reino Unido deverá reconhecer o novo regime chinês³⁹². Nesta última carta Brazão mostra já algum desgaste pelos anos passados em Hong Kong, dizendo que apreciaria trabalhar sob as ordens de Marcello Caetano, reconhecendo no entanto a sua utilidade enquanto cônsul-geral em Hong Kong, especialmente num período tão crítico³⁹³.

No Memorial, Eduardo Brazão faz notar que todo o pormenor que concede a este período da sua carreira na obra, se deve a um simples facto: “Ainda na esperança de chamar a atenção daqueles que, entufados da passageira autoridade que lhes dá o poder, partem e ouvem e voltam com ideias definitivas... e quase sempre erradas da vida e dos problemas do nosso imigrante³⁹⁴”. Estas são as palavras que precedem a crítica feroz que faz aos muitos institutos, enviados e imprensa portuguesa no estrangeiro, que acaba muitas vezes por se dividir em querelas insignificantes, em detrimento do serviço que deveria prestar às comunidades lusas. De facto se refletirmos sobre o período de cinco anos que passa em Hong Kong, podemos sem dúvida afirmar que cumpriu o seu desígnio e deixou uma valorosa obra, não só pelo

³⁸⁸ Id. *Ibid.*, tal como cartas nº12 (15 de Março de 1955) e nº21 (20 de Abril de 1959)

³⁸⁹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº12, Lisboa, 15 de Março de 1955

³⁹⁰ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº8, Hong Kong, 12 de Julho de 1949

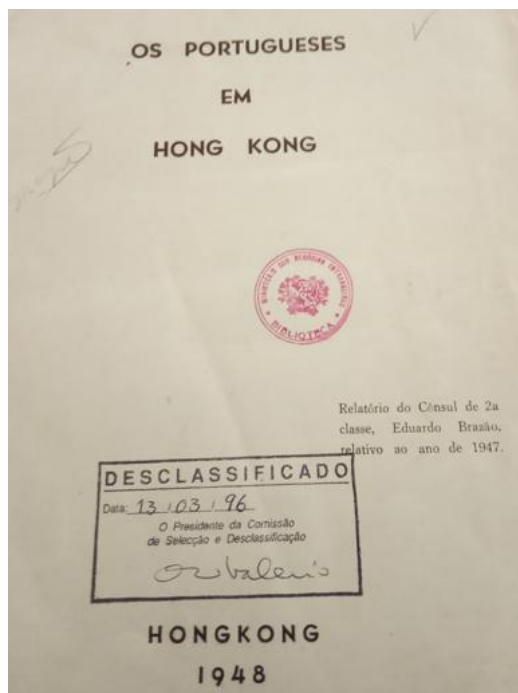
³⁹¹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº7, Hong Kong, 15 de Setembro de 1947

³⁹² ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº9, Hong Kong, 14 de Dezembro de 1949

³⁹³ Id. *Ibid.*

³⁹⁴ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 248

que deixou à comunidade com a criação do Instituto Português e de todas as estruturas de comunicação e cultura a ele ligadas, como também pelo ágil retorno dos portugueses na China continental a Macau num período tão crítico. No entanto a frustração pelo seu trabalho ser ainda assim um “pequeno remar contra a maré” de um Estado que quer pela impraticabilidade quer pela distância ignorou e muito o seu legado e as suas comunidades, deixou Brazão com uma sensação inconclusiva. É claro que Portugal nunca poderia assumir um papel de protagonismo como assumiu noutros tempos, mas como dissemos, Brazão foi um homem apaixonado pela história de Portugal e o seu estudo relativo ao império português nesta região, o que talvez tenha contribuído para uma ideia irrealista do que poderia ser feito neste crucial fim de década de 1940. Como escreve no final do capítulo relativo a Hong Kong, no seu regresso onde passou pelo Ceilão e atravessou o Suez, “na grande praça de Colombo, cresceu o meu orgulho ao ler, nas tabuletas das lojas em redor, nomes como estes - Pereira, Albuquerque, Noronha, Pacheco - o nosso passado por aquelas paragens. O que nós tínhamos sido, a fé nacional que nos abrasava! Completava a volta ao mundo e aumentava o meu conhecimento dos homens, mas sempre e cada vez mais acentuados os sonhos da Portugalidade. Ainda eram assim muitos da minha geração!...³⁹⁵”.



AHD - MNE, SE, DGSC,
RPA, Relatórios de Posto, *Os portugueses em Hong Kong*
1948, Relatório do Cônsul de
2ª Classe, Eduardo Brazão,
relativo ao ano de 1947 ,
S03, E26, P03, 34442

³⁹⁵ Id. *Ibid.* p. 254

Capítulo 4 - Encarregado de Negócios na Irlanda (1951-1954)

Depois do consulado aventuroso de Brazão no Oriente seguiam-se várias possibilidades. Paris e Estocolmo estiveram em cima da mesa, a primeira enquanto 1º secretário, a segunda enquanto encarregado de negócios³⁹⁶. Acabaria por ser Dublin a próxima paragem. Irlanda, país profundamente católico, característica aliás que partilha com Portugal, seguia de certo modo uma história paralela a Portugal no virar da primeira para a segunda metade do séc. XX. Ambos os países tinham adotado uma posição neutra na Segunda Guerra Mundial, com Portugal numa particular posição de neutralidade colaborante em fruto da aliança luso-britânica, enquanto que a Irlanda se mantinha neutra especialmente pela sua árdua relação recente com o Reino Unido, de que até há bem pouco tempo fazia parte. Os dois países inauguraram as suas relações diplomáticas em 1941, quatro anos depois do estabelecimento do Eire como Estado independente. A admiração política da liderança irlandesa por Salazar, bem como a necessidade de Lisboa enquanto placa giratória das importações irlandesas, tornavam a aproximação entre os dois países uma necessidade prática. Salazar via também com bons olhos De Valera, primeiro ministro irlandês, convidando-o para que visitasse o Santuário de Fátima. Esta ponto de união - o catolicismo - seria depois ultrapassado por questões do foro político, mas em 1953 o Taoiseach (Primeiro-Ministro) irlandês acabaria mesmo por visitar Portugal, numa visita essencialmente de caráter religioso³⁹⁷.

O governo irlandês, interessado no sistema corporativo português e na forma como Salazar utilizava os sistemas de informação e censura, procurou analisar este modelo vendo nele um sucesso através da recuperação financeira portuguesa e na construção de obras pública de valor. O artigo do jornal *Irish Independent*, enviado por Eduardo Brazão a Salazar, era prova da admiração irlandesa pelo sistema corporativo português. Segundo este jornal a “resposta de Salazar ao estado social”, levou a um controlo de preços, à recuperação financeira que permitiu uma larga modernização das infraestruturas portuguesas³⁹⁸. Alguns pediam mesmo um “Salazar irlandês”, vendo na figura do português um símbolo de recuperação económica³⁹⁹.

³⁹⁶ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 255

³⁹⁷ CASTAÑO, David, “Olhares Irlandeses” em *Relações Internacionais*, 11, Setembro de 2006, pp. 175-176

³⁹⁸ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 76, 12 de Maio de 1952, “Dr. Salazar’s Answer to the Welfare State”, *Irish Independent*

³⁹⁹ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 75, 11-12 de Abril de 1952, “An Irish Salazar”, *Dublin Evening Mail*

No entanto depressa se criou uma percepção das fragilidades e incoerências do sistema português. Existia uma certa incompreensão pela desistência da oposição da ida às urnas nos atos eleitorais, embora reconhecessem (em linha aliás com os britânicos) que havia uma ausência de alternativas viáveis a Salazar. Em 1952 esta primeira desconfiança vai-se materializar num arrefecimento nas relações entre os dois países, fruto de um incidente que tocou na sensível questão da soberania britânica da Irlanda do Norte: a marinha portuguesa aportou várias embarcações no porto de Londonderry, na zona britânica da Irlanda, criando assim desagrado ao governo Irlandês que via naquela ação que ofendia diretamente a integridade do território irlandês. Este incidente caía nas mãos de Brazão que não pôde deixar de responder que este seria um assunto a tratar entre a Irlanda o Reino Unido, sendo que a estadia dos navios portugueses estava alinhada com as obrigações da Aliança Atlântica. Abstendo-se assim de tomar qualquer posição fora dos compromissos internacionais, esta resposta não agradou à diplomacia irlandesa que não esqueceria e quando Portugal requisitou o apoio político irlandês face à situação de Goa, viria ao de cima. Em Março de 1953, um documento viria de forma esquemática a resumir todas as questões a ter em conta no relacionamento dos dois países, nomeadamente por enumerar do ponto de vista irlandês os fatores positivos e negativos do regime português. Se por um lado os valores católicos (refletidos também na presença de colégios religiosos irlandeses em Portugal), a neutralidade durante a guerra, o anticomunismo, e a aparente tentativa de conciliação entre os interesses antagónicos do sistema económico na forma do corporativismo eram bem vistos pela Irlanda, por outro não se via com bons olhos o autoritarismo do regime refletido na ausência de oposição democrática, a incapacidade do sistema económico dar frutos e melhorar as condições de vida da população, estando essa numa patamar de baixíssima literacia, e sobretudo o incidente de Derry em 1952⁴⁰⁰. Entendemos assim que a admiração particular do regime irlandês pelo regime Salazarista também suportada pela ligação católica, acabaria por ser progressivamente suplantada por razões de ordem política, com especial destaque para a falta de progresso democrático do sistema português e da posição pró-britânica da diplomacia portuguesa.

Voltemos a 1951. A quando da chegada de Brazão o problema de Derry ainda não tinha existido e as suas prioridades eram outras. O lugar que ia ocupar tinha

⁴⁰⁰ CASTAÑO, David, “Olhares Irlandeses” em *Relações Internacionais*, 11, Setembro de 2006, pp. 176-177

pertencido a Nunes Silva, que tinha sido seu colega no Vaticano, sendo que os problemas ali iam ao encontro do ambiente geral de acalmia e que contrastava com a agitação de uma cidade que não dorme como Hong Kong⁴⁰¹. Se o assunto que lhe ocupou o final de 1951 e início de 1952 foi a aquisição das instalações da embaixada, que através do anterior aluguer constituíam uma grande despesa para o ministério⁴⁰² e a posterior remodelação das instalações⁴⁰³, depressa se apercebeu de um modo de pensar dominante de todos os irlandeses, das várias classes sociais com que contactou: o ódio ao domínio britânico e à partição da Irlanda⁴⁰⁴. A questão da independência da Irlanda era central em qualquer tentativa de aproximação política entre os dois países. No seu segundo relatório anual, escrito em 1952, Brazão põe esta questão no centro da discussão. Embora considere que a aliança luso-britânica e a projeção do Reino Unido no mundo, não sejam o que outrora foram, a Irlanda está ainda de todos os pontos de vista integrada na esfera inglesa, necessitando de ser tratada tendo em conta a sua relação omnipresente com Inglaterra. A Irlanda era aliás, do ponto de vista histórico, uma extensão do território britânico, estando integrada numa visão idílica fruto do bucolismo das suas paisagens, uma espécie de retiro rural para caçadores britânicos. Marcada pelo domínio da monarquia inglesa e pelo desaparecimento progressivo do gaélico em detrimento do predomínio cada vez maior da língua inglesa, a Irlanda tinha apenas uma arma ao seu dispor para fazer valer a sua posição: o catolicismo. Este fator, o mais determinante para o pro-independentismo, radicava numa forte reação às reformas anglicanas, à ação de Henrique VIII e Isabel I, incitando a uma mais forte diferenciação face aos Ingleses⁴⁰⁵. A evolução dessa luta, criadora de um Estado independente, que possuía agora uma constituição, um presidente, um primeiro ministro e um parlamento próprio, era ainda assim posta em causa por Brazão: “Seria esta uma real independência?”⁴⁰⁶. Embora a Irlanda reunisse de facto as condições para a sua soberania, levantam-se sérias questões relativas à sua total autonomia política e económica. Em primeiro lugar a independência irlandesa fluía exatamente desse sentimento católico não estando, na perspectiva de Brazão, completamente assente numa base política. “O elemento político é estruturalmente

⁴⁰¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 255-256

⁴⁰² AHD - MNE, SE, SC, DGNPAI, Processos Relativos à Legação de Portugal em Dublin, 1946-1952, SC, E55, P06, 3025, processos 2 a 24, 29 de Agosto de 1951 a 10 de Novembro de 1952

⁴⁰³ Id. *Ibid.*

⁴⁰⁴ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 257

⁴⁰⁵ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Irlanda Independente 1953*, Relatório Anual, referente ao ano de 1952, do primeiro secretário de legação Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, pp.1-6

⁴⁰⁶ Id. *Ibid.* p. 9

constituído pela massa que foi proeta pela igreja (...) e dos combates do Sin Feinn⁴⁰⁷. Para além deste facto, a reação face à divisão da ilha resultando sempre no ódio à Inglaterra, faziam com que a independência política da Irlanda não tivesse em si um carácter político determinado mas sim um carácter reativo, i.e existia uma identidade política reativa e não construtiva, que resultava também numa organização partidária confusa apenas unida pelo objetivo comum de união da ilha. Embora esta crítica seja útil para que a diplomacia portuguesa entenda a extrema sensibilidade irlandesa face à sua independência, parece-nos não ser um fator assim tão exclusivo. Afinal muitas nações tanto no passado como no séc. XX, estando dentro ou fora da Europa, fizeram-se através de uma reação a uma outra nação que a dominava. Brazão tenta caracterizar essa reação como estando no centro da construção política da Irlanda, mas parece-nos que esta leitura menospreza a juventude da Irlanda enquanto Estado independente, sendo assim natural uma excessiva centralidade da questão antibritânica. Para além disso não podemos ignorar que a Irlanda do Norte era uma ferida aberta, sendo impossível basear a política irlandesa noutra fator que não o independentismo. Outro dos fatores que de certa forma tornava incompleta a independência irlandesa, era a dependência económica da ilha face ao mercado Inglês. A indústria da ilha, concentrada na região norte, deixava inclusive a Irlanda refém comercialmente. Segundo Brazão o acordo comercial de 1953 é testemunho dessa mesma característica, sendo que só será possível à Irlanda sair desta esfera de influência quando conseguir equilibrar os níveis de industrialização⁴⁰⁸.

Por fim, o próprio catolicismo irlandês enquanto fator de independência tem particularidades que valiam a pena ter em conta. Segundo o diplomata, embora exista quem pense que a luta irlandesa é essencialmente uma luta de classes sociais, representando os ingleses a camada superior que explorava a Irlanda, essa leitura é essencialmente errada. Embora os britânicos queiram de alguma forma descaracterizar a realidade política irlandesa, atribuindo a luta essencialmente ao classismo, afirmando também que o catolicismo é uma interferência de Roma como reação protestante, a verdade é que essa influência não seria assim tão sentida e o próprio catolicismo irlandês continuava a ser influenciado por Inglaterra, ganhando um carácter muito próprio e independente face a Roma⁴⁰⁹. O facto da Irlanda durante oito

⁴⁰⁷ Id. *Ibid.* p. 10

⁴⁰⁸ Id. *Ibid.* pp. 9-15

⁴⁰⁹ Id. *Ibid.* p. 19

anos não ter tido qualquer representação cardinalícia, sendo o único arcebispo da ilha pertencente aos seis condados (que integravam a Irlanda do Norte) reflete bem algum grau de conflitualidade entre o clero irlandês e Roma⁴¹⁰.

Desta forma compreendemos que a independência irlandesa, não só era um assunto de extrema sensibilidade como podia ser interpretada num contexto de integração total na esfera de influência britânica, devendo as suas relações externa terem em conta não só este facto como a possibilidade do surgimento de um nacionalismo cada vez mais excessivo⁴¹¹.

As incompatibilidades entre Portugal e a Irlanda, exemplificadas pelo incidente de Derry, refletiam a forma como a diplomacia portuguesa via na Irlanda um país ocidental e católico, não contando com o que Brazão assinalou no relatório acima mencionado: uma ex-colónia que a custo se tinha libertado do jugo imperial britânico⁴¹². Este problema não seria, nem poderia ser, ultrapassado por Eduardo Brazão. Portugal não podia no triângulo de relações com o Reino Unido e com a Irlanda agradar a ambos os lados no plano político, tendo assim mais uma vez que apostar em sublinhar e criar ligações socioculturais. Vejamos então a análise de Brazão nesta perspetiva e a sua tentativa de dinamização no plano cultural e educacional.

Portugal era visto na Irlanda essencialmente através de dois símbolos: Salazar, que como vimos era admirado pela liderança política irlandesa e por alguma imprensa, e Fátima⁴¹³. A fé cristã, como já vimos, era o ponto de união entre os dois países, defendendo o diplomata português que o cristianismo (neste caso católico) poderia servir como fator de coesão entre a Europa ocidental. Esta ideia partia não só do seu forte carácter católico, como também da noção de que a Rússia mantém a sua posição de força através da coesão do seu ideal⁴¹⁴. Vivendo-se o início da Guerra Fria, começa neste ponto a verificar-se a forte presença de um ideal - também um medo - anticomunista em Eduardo Brazão, que muitas vezes servia de comparação e paralelo para as suas análises políticas.

Voltando à Irlanda, Brazão diz em Junho de 1951 já ter traçado um plano cultural, vendo que na ilha encontra apenas recetividade. Restava agora esperar pela aprovação

⁴¹⁰ Id. *Ibid.* p. 20

⁴¹¹ Id. *Ibid.* pp. 23-24

⁴¹² CASTAÑO, David, “Olhares Irlandeses” em *Relações Internacionais*, 11, Setembro de 2006, p. 178

⁴¹³ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *Portugal na Irlanda*, Relatório anual referente a 1950, do primeiro secretário de legação Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, p. 1

⁴¹⁴ Id. *Ibid.* p. 2

da secretaria de estado para o diplomata poder dar início à primeira fase da propaganda portuguesa naquele país. As dificuldades que viveu em Hong Kong, servir-lhe-iam de base moral, enquanto exemplo de obra desenvolvida num país que tão pouco conhecia Portugal. Numa análise superficial ao estado da cultura irlandesa enquanto fator de fácil ou difícil penetração e compreensão dos seus planos, considera que a língua, perdendo o seu domínio para o inglês, reforçou o fator católico e estabelece um paralelo entre o desenraizamento dos irlandeses com a sua diáspora que viria a deixar marcas pelo mundo (como seriam os exemplos de Bernard Shaw, ou a família do presidente Truman). Assim poderia o diplomata criar uma comparação entre as duas tradições histórias - diáspora irlandesa e a expansão portuguesa - fazendo ver a academia irlandesa como os dois países tinham mais em comum do que se aparentava à primeira vista. Brazão pretendia assim explorar esta ligação através da divulgação científica, num curso permanente na Universidade de Dublin mas com possíveis ramificações em Cork e Galway, “articulado na matéria, com estrangeiros e portugueses, numa série de lições divididas por setores de influencia portuguesa e por especializações⁴¹⁵”. Dentro dos temas das navegações, da expansão cultural e das missões portuguesas, pretendia-se seguir um plano semelhante ao de Hong Kong, onde os estrangeiros seriam uma ferramenta no modo de sobressair o interesse em Portugal, ie. seria o objetivo de Brazão despertar o interesse num conjunto de intelectuais irlandeses e ingleses de modo a que estes, de forma autónoma, despertassem posteriormente o interesse de outros elementos⁴¹⁶. O professor Michael Tierney, reitor do University College of Dublin, ex Universidade Nacional da Irlanda, acolheu de bom grado os planos de Brazão, estando interessado em inserir os estudos portugueses no programa da universidade. De igual modo, Brazão conseguiu atrair o interesse de nomes influentes da academia portuguesa - Virginia Rau, Francisco Leite Pinto e Caetano Beirão - bem como de Charles Boxer, nome maior no plano internacional relativo à temática da expansão portuguesa, para que pudessem viajar até à Irlanda e colaborassem com a Universidade em Dublin⁴¹⁷. Para Brazão a escolha de Charles Boxer tinha um grande significado. Embora Boxer tenha em 1962 na Universidade da Virginia nos EUA, criticado o racismo do império colonial português, algo que viria a magoar Brazão⁴¹⁸, aquela época um lusófilo estrangeiro de grande

⁴¹⁵ Id. *Ibid.* p. 8

⁴¹⁶ Id. *Ibid.* pp. 2-8

⁴¹⁷ Id. *Ibid.* pp. 9-10

⁴¹⁸ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 261

reputação e experiência, podia comunicar com o público irlandês como nenhum português o conseguiria fazer⁴¹⁹. Posteriormente foi Luís da Cunha Rebelo, leitor em Liverpool, que por sugestão do Instituto de Alta Cultura viria a assumir as lições de literatura e história de Portugal⁴²⁰.

É assim que em 1954 está já no ativo e com perspectiva de evolução, o plano que Brazão traçou para a expansão da cultura portuguesa na Irlanda. No plano cultural, as lições do Dr. Luís Rebelo mantiveram-se no UCD em Dublin, sendo preparada a sua expansão para o Trinity College⁴²¹, juntando-se a este esforço na academia o do Dr. Ivo Cruz, diretor do conservatório nacional de Lisboa, que em colaboração com Dinorah Elvas Leitão e com a orquestra sinfónica de Dublin realizaram vários concertos no Grande Hall da rádio Éireann (a rádio pública irlandesa) e na legação de Portugal. Também nesta rádio passaria a ser introduzida música portuguesa. O trabalho nos meios de comunicação, ao que se juntou também a larga informação divulgada pela legação na imprensa irlandesa, relativa ao vigésimo quinto aniversário da subida ao poder de Salazar, criaram um interesse de facto por conhecer melhor Portugal. Esse interesse seria refletido nos inúmeros convites recebidos por Luís Rebelo da parte de várias associações irlandesas que organizavam sessões dedicadas a Portugal, sendo nelas conferente e arguente o leitor português. Além de Rebelo e Boxer, juntar-se-ia ainda o Pe. Francisco Bata de Macau, com o objetivo de reforçar o ensino da língua portuguesa, ficando assim criadas as bases para um leitorado permanente. De forma inteligente, Brazão defendeu um equilíbrio entre a distribuição das aulas entre UCD e o Trinity College, de forma a não causar rivalidades desnecessárias⁴²². Organizara-se ainda a entrega de duzentos livros da Universidade de Coimbra para a Universidade Nacional da Irlanda, e procurou-se criar um intercâmbio de personalidades ligadas à arte, nomeadamente pintores⁴²³.

O plano de Brazão foi sem dúvida bem-sucedido, na forma como conseguiu durante os anos em Dublin, traçar as necessidades urgentes e aplicar o que delineou ainda em 1950. Na segunda parte do seu relatório de 1954, volta a reforçar a ideia de que a expansão cultural era o centro da propaganda portuguesa. A obra de Portugal, renegada pelos regimes liberais e pela República foi, segundo o diplomata português,

⁴¹⁹ Id. *Ibid.* pp. 261-263

⁴²⁰ Id. *Ibid.* p. 261

⁴²¹ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Expansão da Cultura Portuguesa na Irlanda*, Relatório anual referente a 1953, do primeiro secretário de legação Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, p. 1

⁴²² Id. *Ibid.* pp. 2-10

⁴²³ Id. *Ibid.* p. 12

o causar de desconfiança e desconforto noutros países. Assim quando comparado com o estado da divulgação cultural espanhola, holandesa, italiana, alemã e francesa, Portugal está num patamar muito baixo, sendo a sua perda de prestígio nos momentos mais delicados historicamente - Brazão traça aqui um paralelo entre a revolução em França e a recuperação do seu estatuto devido ao esforço propagandístico - proveniente da falha do esforço da propaganda. Passando a sua opinião da análise histórica para o plano prático e institucional, considera que o Instituto de Alta Cultura, prestador de serviços impagáveis ao país, deveria de ser integrado no MNE enquanto direção geral. Os leitores passariam a ser adidos culturais das embaixadas e legações, trabalhando em permanência com ela. Em contraste, o trabalho do SNI fora de portas era segundo a sua opinião, contraproducente, referindo como exemplo a sua experiência em Madrid⁴²⁴. Podemos assim concluir que Brazão defendia uma organização mais centralizada da propaganda portuguesa no estrangeiro, bem como uma continuação do que tinha começado três anos antes de modo a não ser necessário recomeçar um dia: “Se for continuada (a obra), julgo que houve toda a vantagem neste grande esforço. Caso contrário tudo de perderá, pois ainda tudo está aqui na superfície. (...) a obra impõe-se, mas não pode ser apenas um esforço pessoal, nem trabalho disperso de leitores semeados ao acaso e isolados no seu labor (...) muito o Instituto de Alta Cultura tem feito, mas precisam-se muito mais obreiros e uma organização definitiva. Esta só a pode dar, no meu critério, a Secretaria de Estado se um dia incluir no seu quadro, como tantos países o fazem, a direção superior da expansão cultural portuguesa, inteiramente ligada no exterior à nossa representação diplomática⁴²⁵”. Será interessante especular se o trabalho desenvolvido por Brazão na Irlanda, ou até a sua perspectiva de reforma do sistema de propaganda integrado na secretaria de estado do MNE, terão contribuído para a escolha do diplomata para Chefe de Protocolo e depois para Secretário Nacional da Informação, no entanto não existem elementos concretos que apontem para isso e como veremos Brazão não ficou totalmente satisfeito com esses dois cargos⁴²⁶.

A forma como descreve a passagem rápida dos anos que passou na Irlanda⁴²⁷, fazem-nos acreditar que aqueles terão sido anos agradáveis para o diplomata, não só pela realização profissional e a conquista do plano que empreendeu, mas também pela

⁴²⁴ Id. *Ibid.* pp. 3-12

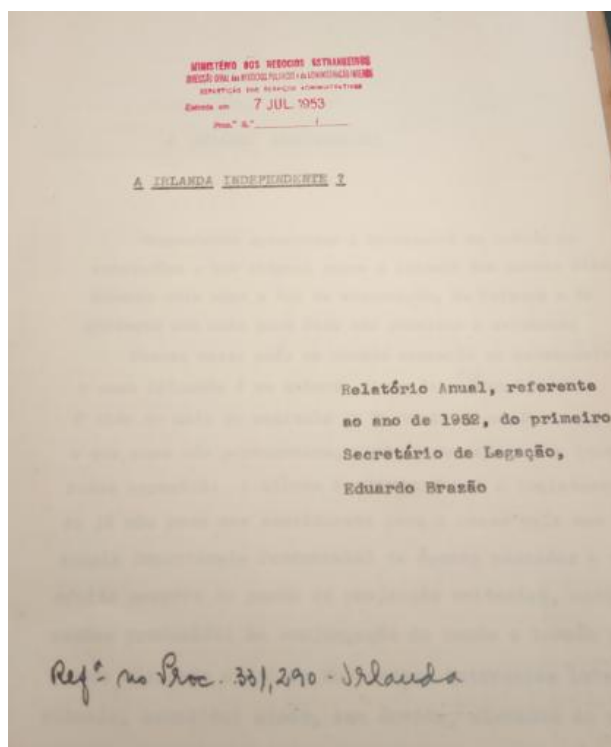
⁴²⁵ Id. *Ibid.* pp. 12-13

⁴²⁶ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 270 e 313

⁴²⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 269

ligação afetiva que tinha com o país: os seus três filhos tinham uma ligação ao país no que diz respeito à sua educação. O mais velho, Eduardo José, formou-se em economia na Universidade Nacional (ex Universidade Católica) onde Brazão encontrou apoio para o início dos estudos portugueses na Irlanda. O filho mais novo, Duarte Miguel, viria a formar-se em matemática noutra instituição também ligada ao trabalho de Eduardo Brazão, o Trinity College. Por fim José Luís, teve por mestre Patrick Hennessy da Royal Hibernia Academy, orientando a sua carreira enquanto pintor⁴²⁸.

Acabaria por deixar a Irlanda rumo a Portugal via Liverpool... “Mais uma página se passava na minha vida. Como era rápido aquele folhear⁴²⁹”.



AHD - MNE, SE, DGSC,
RPA, Relatórios de Posto,
A Irlanda Independente 1953,
Relatório Anual, referente ao
ano de 1952, do primeiro
secretário de legação
Eduardo Brazão , S03, E26,
P03, 34442

⁴²⁸ Id. *Ibid.* pp. 257-258

⁴²⁹ Id. *Ibid.* p. 269

Capítulo 5 - De Regresso à Pátria (1955-1958)

Chefe do Protocolo do Estado

A necessidade de manter um conjunto de regras essencialmente respeitando as normas e rituais de cada situação, região e tradição, estão no centro da função do chefe do Protocolo de Estado. As receções a chefes de Estado estrangeiros, as visitas de representantes de Portugal a outros países, devem seguir o já mencionado conjunto de regras que deve a sua codificação ao legado histórico deixado pelos acordos do passado - nomeadamente o Congresso de Viena (1814-1815). Para Brazão a ligação histórica de tal cargo não foi suficiente para satisfazer as suas preferências. Convidado por Paulo Cunha, ministro dos negócios estrangeiros, a quando da sua estadia em Dublin, viria a aceitar ser chefe do protocolo devido ao salto profissional que isso acarretava. O facto de o chefe de protocolo “ser uma pessoa odiada, forçada a assistir a toda a espécie de vaidade humana” afastavam-no de exercer a sua função com gosto, no entanto sentia que deveria seguir as vicissitudes da sua carreira e cumprir com zelo a sua função. Desta forma defendia que “(...) o Protocolo dum Estado deve ser uma arma de especial relevo, mas extremamente delicada na utilização”, requerendo assim uma forma de atuar ambígua: se por um lado existe necessidade de forçar certas normas de maneira inflexível, também isso deve ser feito de forma aparentemente invisível. O Protocolo, na opinião de Brazão, deve assim ser usado na medida política conveniente, “não deve ser codificado ou escrito para não se espalhar (...) sem nunca abandonar as regras fixas da precedência e outras que vêm da tradição e da lei (...) tudo o resto deve ser fluído, para ser empregado na medida que interessa”. Para o chefe de protocolo, Portugal deveria seguir um estilo mais internacional, tentando afastar-se daquela que seria a perspectiva que o mundo tinha dos latinos (e em especial de Portugal), que seguiriam um estilo exagerado de “simpáticos provincianos”. Esta visão de Eduardo Brazão era sem dúvida ligada à sua influência anglo-saxónica, utilizando o diplomata a Grã-Bretanha como exemplo contrastante com o latino ao nível do protocolo⁴³⁰.

De Setembro de 1955 a Fevereiro de 1956, Brazão ocupou este cargo máximo do cerimonial diplomático, sendo responsável pela receção aos presidentes brasileiros

⁴³⁰ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 270-275

Café Filho e Juscelino Kubitschek, pela visita do Presidente Francisco Craveiro Lopes à Guiné e Cabo Verde, e ainda à visita do presidente português a Londres.

A receção de altas figuras de Estado estrangeiras em Portugal, era habitualmente acompanhada de banquetes na Ajuda, almoços em Sintra e visitas distintas consoante a perceção daquilo que eram os gostos dos convidados. A organização e planeamento destas visitas, era para Brazão “(...) um trabalho insano (...) acrescido das habituais reclamações (...). O pessoal era pouco, devendo-se chamar funcionários de outras repartições para ajudar⁴³¹”. A deficiência de meios e a falta de um estilo internacional protocolar (segundo a perspectiva de Brazão), eram ainda assim compensados pelos laços históricos de Portugal com os países de origem dos chefes de Estado que Brazão teve a oportunidade de receber.

A 22 de Abril de 1955, Café Filho chegava a Portugal sendo a sua receção exemplo dos laços acima mencionados, refletindo-se no carinho dos portugueses pela figura presidencial Brasileira: “Desde as primeiras horas da manhã (...) a cidade apresentava o aspeto dos grandes dias festivos. Além de centenas de milhares de bandeiras e de galhardetes, com as cores portuguesas e brasileiras, viam-se grandes massas de populares nas ruas e nas praças, enquanto forças armadas se deslocavam em direção ao Terreiro do Paço. (...) Ao entrar na barra do porto de Lisboa, o navio presidencial foi acompanhado por navios da armada portuguesa e por centenas de outras embarcações até ao Cais das Colunas, no Terreiro do Paço. À sua espera, estava Craveiro Lopes, presidente da república portuguesa e Salazar, presidente do conselho. Seguiu-se um desfile de forças motorizadas em frente à tribuna presidencial, muito aplaudido pelo público presente⁴³²”. Brazão testemunhou também que no Norte o público era ainda mais fervoroso e ligava este facto à presença de milhares de imigrantes portugueses que conseguiram ser bem-sucedidos por terra de Vera Cruz e tinham retornado com a vida consolidada. No Portugal dos anos 1950 o Brasil era ainda visto como “o Eldorado, a última tábua de salvação, a miragem da riqueza”. A organização daquele percurso por Braga, Guimarães e finalmente à cidade do Porto, seria dificultada por esses milhares de portugueses que insistiam em aproximar-se de Café Filho, ainda assim um pequeno preço a pagar por tão agradável mostra de simpatia coletiva. O almoço em Sintra e o banquete na embaixada do Brasil, seriam

⁴³¹ Id. *Ibid.* pp. 283-284

⁴³² *Diário de Lisboa*, n.º 11631 de 22-04-1955, pp. 1, 4, 7, 8, 9, 10 e 16 apud. *Leme Magazine*, (disponível em leme.pt/magazine/efemerides/0422/visita-a-portugal-do-presidente-do-brasil-cafe-filho.html) consultado às 15:15, 6 de Setembro de 2020

também repetidos na altura da visita de Kubitschek em Janeiro de 1956. Por esta altura aconteceria que o Ministro da Educação Pires de Lima, informaria Brazão que uma alta figura da época ficou magoada por ser cidadão honorário do Rio de Janeiro e não ter sido convidado para a receção de Kubitschek na Ajuda. Posteriormente, num jantar onde Brazão esteve presente com a tal figura - que menciona sempre de forma anónima nas suas memórias - mostraria essa que Kubitschek teria insistido com o protocolo para que tal figura estivesse presente, sabendo Brazão que não era de toda verdade⁴³³. Este episódio, apesar da sua pouca relevância mostrava o descontentamento de Brazão por um mundo de aparências e cerimonial que apesar das oportunidades, não era de todo a sua preferência: “Assim são, em geral, as importâncias deste mundo, quando as vemos dos bastidores!”⁴³⁴.

A 2 de Maio de 1955, Brazão partiria em viagem pela Guiné, Cabo Verde e Madeira, para acompanhar o Presidente da República, regressando a 4 de Junho de 1955. A viagem incluiu a visita de todas as ilhas do arquipélago de Cabo Verde, numa fase em que o clima, segundo Brazão, era depauperante, só ultrapassado pela sua experiência anos antes em São Tomé e Príncipe⁴³⁵. Vale a pena recordar que essa viagem, onze anos passados, quando acompanhou o Cardeal Cerejeira no seu périplo pelo continente africano, dar-lhe-ia uma base de experiência para esta sua nova missão junto de Craveiro Lopes. Apesar disso, fruto do clima, Brazão sentiu-se dentro das descrições dadas por Ivens e Capelo décadas antes⁴³⁶: a poeira fina e vermelha que entrava pela pele, a intensidade das cores da flora e a viscosidade da humidade que o cercava, faziam-no percorrer as ilhas com desconforto⁴³⁷. Já na Guiné, Brazão pouco se afastou de Bissau, já que - e apontando o dedo ao governador Diogo Alvim - não tinham sido feitos esforços para organizar os encontros entre o Presidente da República e o governador do Senegal, tal como também com o representante libanês em Paris, encontros de relevo pela proximidade da então província francesa do Senegal e porque existia uma grande comunidade de trabalhadores libaneses na Guiné-Bissau⁴³⁸.

A organização da viagem e das receções oficiais, a cargo de Brazão, partiriam da sua noção de que “da ação protocolar quanta simpatia pode nascer pelo Estado (...)”

⁴³³ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit. pp. 284-286

⁴³⁴ Id. *Ibid.* p. 287

⁴³⁵ Id. *Ibid.* p. 275

⁴³⁶ CAPELO, Hermenegildo, IVENS, Roberto, *De Angola à Contra-Costa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886

⁴³⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 270

⁴³⁸ Id. *Ibid.* p. 276

quantas arestas se podem por ela quebrar, quanta dignidade, aprumo, respeito, se pode fazer por ela surgir ou aumentar⁴³⁹”, desta forma “só os Estados perfeitos, velhos e ricos de tradição, entendem da necessidade duma bem organizada função cerimonial⁴⁴⁰”. Traçando os precedentes históricos das viagens das altas figuras de Estado portuguesas ao ultramar, Brazão recua ao príncipe D. Luís Filipe, que acompanhado por Mouzinho de Albuquerque, iria tentar atenuar o legado deixado pelo ultimatum inglês na memória dos habitantes das províncias ultramarinas⁴⁴¹. Já aquando da visita do Marechal Carmona em 1939, a situação política aproximava Portugal de Inglaterra, e para Brazão, era mais uma vez Inglaterra e a monarquia britânica que davam o mote para o modelo das viagens dos chefes de Estado portugueses a África⁴⁴². A quando do seu exercício de funções na Irlanda, Brazão teve oportunidade de observar a preparação das viagens da Rainha Isabel II ao Quênia e Uganda⁴⁴³, fazendo-se mais uma vez notar a influência anglófila no chefe de protocolo português. Numa perspetiva política marcada pela bipolarização americano-soviética, África como o único campo de ação - esfera de influência - da velha Europa, fazia crescer a necessidade de uma atuação condigna e preocupada, deixando forçosamente a mensagem da soberania portuguesa sobre os territórios em causa⁴⁴⁵.

Como foi referido acima Brazão deixou claro no seu relatório que a visita poderia ter sido mais eficiente, dispersando-se por vezes os percursos em pequenos pormenores desligados de importância, faltando tanto na Guiné como em Cabo Verde, uma preparação que deveria de estar a cargo dos governadores locais. A nível protocolar procurou dar à visita um ritmo natural, de modo a que a simpatia dos habitantes locais chegasse junto do Presidente, mas equilibrando essa proximidade de modo a que o chefe de Estado não fosse de qualquer forma diminuído. Nos banquetes, procurou-se seguir a fórmula organizacional também utilizada na metrópole, distinguindo-se o banquete e receção em Bissau por ter um tom mais solene, na Praia

⁴³⁹ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *Breves Notas Sobre a Viagem Do Chefe de Estado à Guiné Cabo Verde e Madeira de 2 de Maio a 4 de Junho de 1955*, Eduardo Brazão, Chefe do Protocolo da Viagem Presidencial, Conselheiro de Legação, S03, E26, P03, 34442, p.4

⁴⁴⁰ Id. *Ibid.*

⁴⁴¹ Id. *Ibid.*

⁴⁴² Id. *Ibid.* p. 5

⁴⁴³ Id. *Ibid.*

⁴⁴⁴ *List of Commonwealth Visits made by Elizabeth II*, Wikipedia, (disponível em en.wikipedia.org/wiki/List_of_Commonwealth_visits_made_by_Elizabeth_II) consultado às 15:48, 11 de Setembro de 2020

⁴⁴⁵ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *Breves Notas Sobre a Viagem Do Chefe de Estado à Guiné Cabo Verde e Madeira de 2 de Maio a 4 de Junho de 1955*, Eduardo Brazão, Chefe do Protocolo da Viagem Presidencial, Conselheiro de Legação, S03, E26, P03, 34442, p. 5

um toque mais intimista e no Funchal uma maior distinção procurando-se pôr o Presidente e a Primeira Dama em contacto com os convidados de maior importância política. Na já referida recepção a altas figuras de Estado estrangeiras - o embaixador do Líbano em Paris, o alto comissário da África Ocidental Francesa e o governador da Gâmbia britânica - seguiu-se o cerimonial correspondente ao das entregas de credenciais em Lisboa, sendo também a todos eles apresentadas honras militares e cívicas inerentes aos seus cargos⁴⁴⁶. Nas cerimónias religiosas realizadas em Bissau, Praia e Funchal, usou-se um cerimonial que na opinião de Brazão deveria ser seguido futuramente em cerimónias na metrópole: o Presidente era recebido pelo prefeito apostólico e respetivos bispos, sendo que os prelados seguiriam à frente, seguidos pelo Presidente acompanhado pelas altas figuras locais, seguido pelas comitivas militar e civil. Nestas ocasiões as esposas do Presidente, ministros e governadores, ocupavam já os seus respetivos lugares. Esta fórmula diferenciava-se das cerimónias adotadas na Sé de Lisboa, nas Igrejas de São Vicente e São Domingos, onde o Cardeal ricamente ornamentado, era seguido pelo Presidente que de forma solitária apagava a grandeza da figura do chefe de Estado⁴⁴⁷.

Por fim Brazão deixou marcadas críticas pela forma como toda a comitiva era obrigada a deslocar-se a África num navio de guerra - neste caso o regresso no aviso de 1ª classe Bartolomeu Dias - que se tornava extremamente desconfortável para qualquer membro da comitiva, incluindo o Presidente da República. Outro reparo dizia respeito às deslocações internas na Guiné, que poderiam ter sido efetuadas de avião, poupando-se na fadiga da comitiva que seguia vermelha da poeira acumulada⁴⁴⁸.

Apesar de todos os percalços a viagem não deixaria de ser um sucesso. Por toda a Guiné e em todos os locais de Cabo Verde por onde passou, Craveiro Lopes seria aclamado com uma ternura genuína comum em quase todas as visitas das altas personalidades da metrópole às províncias ultramarinas⁴⁴⁹. Assumindo uma posição própria do paternalismo contemporâneo, enraizado no pensamento do diplomata português, este considerou que “o Presidente da República poderia por ali andar sozinho, sem escolta - todos respeitariam o Chefe branco, que nenhum preto olhava

⁴⁴⁶ Id. *Ibid.* pp.7-9

⁴⁴⁷ Id. *Ibid.* p. 10

⁴⁴⁸ Id. *Ibid.* pp. 10-11

⁴⁴⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 276

como inimigo ou opressor⁴⁵⁰”. Acompanhado durante a viagem pelo Ministro do Ultramar, Manuel Sarmiento Rodrigues, é com satisfação que Brazão decidiu incluir nas suas memórias, as palavras que o Ministro lhe transmitiu a 6 de Julho de 1955: “(...) A circunstância de ter incidido a preparação dessa viagem com a estadia do Chefe de Estado do Brasil em Portugal, não permitiu que tivessem sido feitos, em todos os pormenores, os preparativos necessários. No entanto verificou-se posteriormente que o essencial tinha sido cuidado e que nenhuma omissão fora cometida que pudesse comprometer a boa organização do complexo protocolo. Mas a presença e atenção contínuas do Dr. Eduardo Brazão, a sua notável facilidade para apreciar e resolver situações difíceis, o tato, competência e distinção com que se houve, não só evitaram as sucessivas dificuldades que se apresentaram, como tiveram o efeito de conduzir o cerimonial de viagem de maneira aparentemente mais simples e natural. (...) A sua atuação foi assim a de um verdadeiro e perfeito diplomata⁴⁵¹”. Também o próprio Salazar prestará a sua admiração em nota enviada a Brazão⁴⁵², sendo que a grande recompensa no fim de todo este rol de elogios seria o dever de acompanhar Craveiro Lopes na sua visita oficial ao Reino Unido.

A pedido do SNI, ainda antes da partida para Londres, iria completar e acabaria por publicar, uma obra de maior interesse para o estudo da diplomacia luso-inglesa: *Uma Velha Aliança*⁴⁵³, apresentava uma compilação de tratados entre Inglaterra e Portugal ao longo da história (do séc. XIV até ao séc. XX) bem como uma análise referente à génese e evolução daquela que é considerada uma das mais antigas alianças político-militares da história.

A visita estava programada para os dias 25 a 28 de Outubro de 1955, sendo que o diplomata português partiu dias antes para preparar a receção a Craveiro Lopes na embaixada portuguesa e, seguindo junto do representante britânico em Lisboa Sir Charles Stirling, transportar a Custódia de Belém para Inglaterra. Este tipo de iniciativa onde as grandes obras portuguesas eram expostas no estrangeiro deixavam Brazão desagradado, a sua sensibilidade para com a importância histórica das peças faziam com que temesse possíveis acidentes⁴⁵⁴.

⁴⁵⁰ Id. *Ibid.*

⁴⁵¹ Id. *Ibid.* p. 278, Ministério do Ultramar, Carta de M. M. Sarmiento de Rodrigues, 6 de Julho de 1955

⁴⁵² Id. *Ibid.* p. 279

⁴⁵³ BRAZÃO, Eduardo, *Uma Velha Aliança*, Lisboa, Neogravura, 1955

⁴⁵⁴ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 288

Em conjunto com Salisbury Jones, marechal do corpo diplomático britânico, coube a Brazão organizar os procedimentos de recepção, viagens e banquetes da comitiva portuguesa, sendo o ponto alto desta visita o grande banquete no palácio de Buckingham. A tarefa de organizar o banquete seria complicada por diversos motivos. Theotónio Pereira, então embaixador em Londres, discordava da vontade de Brazão em arranjar lugares à mesa para os membros da missão portuguesa em Londres - Franco Nogueira, então cônsul-geral, fica de fora para desagrado de Brazão - sendo que Theotónio Pereira, a esposa, o ministro dos estrangeiros Paulo Cunha e o próprio Brazão, seriam em conjunto com o casal presidencial português, os únicos portugueses no meio de um mar de lordes britânicos⁴⁵⁵. Outra questão que seria levantada resolveu-se pelo pior: apesar da presença do primeiro ministro britânico Anthony Eden, Brazão queria contar com Wiston Churchill, que apesar da sua malfadada relação com Salazar, continuava a ser um ícone da política (e história) britânica⁴⁵⁶. O mais ilustre Marlborough, como escrevia Brazão, estivera em Portugal mas apenas na ilha da Madeira, talvez para não ter de ir a São Bento prestar os devidos cumprimentos a Salazar. Ora desta vez Churchill recusaria mesmo o convite português para a presença na recepção da rainha ao presidente português, achando Brazão que o teria feito precisamente pela sua complicada relação com a elite política portuguesa⁴⁵⁷. Apesar da opinião de Brazão, é possível que a recusa de Churchill não tivesse qualquer motivação política. Recentemente fora do cargo de primeiro ministro pela última vez (deixava o cargo em Abril de 1955), Churchill tinha sofrido um grave AVC no início de 1953, tendo demorado longos meses a recuperar completamente as funções corporais⁴⁵⁸. Embora não retirado da vida pública, Churchill passaria os últimos meses de 1955 a trabalhar em casa na sua obra *History of the English-Speaking Peoples*, sendo ajudado Maurice Ashley, Bill Deakin e Denis Kelly, e passado grande parte do tempo fora desse projeto dedicando-se à leitura⁴⁵⁹.

Como já foi referido anteriormente, Brazão defendia um estilo protocolar diferente do habitual e regularmente posto em prática em Portugal. O “estilo internacional e digno⁴⁶⁰” do qual o Reino Unido era o maior representante, estava agora à vista de Brazão. Seria com esse estilo que poderia finalmente trabalhar,

⁴⁵⁵ Id. *Ibid.* pp. 288-289

⁴⁵⁶ Id. *Ibid.* p. 290

⁴⁵⁷ Id. *Ibid.*

⁴⁵⁸ ROBERTS; Andrew, *Churchill: Walking with Destiny*, Penguin UK, 2018, p. 527

⁴⁵⁹ Id. *Ibid.* p. 502

⁴⁶⁰ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 275

sentindo-se radiante. Craveiro Lopes seguia mais uma vez no *Bartolomeu Dias*, parando desta vez na foz do Tamisa para ser escoltado com toda a pompa e circunstância pela marinha e força aérea britânica⁴⁶¹. Nesse dia 25 de Outubro o povo de Londres saudava a mais alta figura de Estado portuguesa, que pouco depois do meio dia desembarcava acompanhado pelo Duque de Gloucester no cais de Westminster. O cais, organizado em duas plataformas, contava com a presença da rainha e da família real, que recebeu pessoalmente os dois últimos membros da comitiva a desembarcar: o presidente e a sua esposa. Posteriormente a rainha acompanhou o presidente da república à plataforma superior, onde apresentou várias personalidades distintas como o primeiro ministro britânico Anthony Eden e o secretário do interior Gwilym Lloyd George⁴⁶². A comitiva seguiria posteriormente para o palácio de Buckingham, em carruagens com escolta montada, sendo a ordem das carruagens a seguinte: a primeira onde seguiria a rainha, o duque de Gloucester e o presidente da república; a segunda onde a esposa de Craveiro Lopes seguia acompanhada pelo duque de Edimburgo; a terceira com o ministro dos negócios estrangeiros português e a sua esposa, contando também com a condessa de Leicester e o duque de Beauford. À chegada, ficaria reservado o palácio de Buckingham para os membros da comitiva aí instalados (Presidente e esposa, Almirante Nuno de Brion, o diretor geral dos negócios políticos Manuel Rocheta, o coronel Bento de França e Eduardo Brazão) poderem partilhar tempo a sós com a família Real, sendo o ministro dos negócios estrangeiros instalado na embaixada portuguesa, como era aliás hábito⁴⁶³.

Em Buckingham Brazão lembra como era ainda reverenciado o nome do Marquês de Soveral. Amigo íntimo de Eduardo VII, era ainda em 1955 lembrado como um dos melhores representantes de Portugal a passar naquele palácio, deixando uma marca positiva na família real britânica que aproximava ainda mais os dois países⁴⁶⁴. Brazão estava deslumbrado por toda aquele legado e pela magnificência do ambiente que se vivia no palácio: “Quatro dias em Buckingham constitui um grande banho lustral, mesmo útil para os mais apetrechados. Aprende-se a ser simples, o à-vontade que tem os seus limites, o humor que não fere o próximo mas que aligeira a conversa, a disciplina sem ser orquestrada visivelmente⁴⁶⁵”. A *britishness* em todo o seu

⁴⁶¹ Id. *Ibid.* p. 291

⁴⁶² Id. *Ibid.* pp. 294-295

⁴⁶³ Id. *Ibid.* pp. 296-298

⁴⁶⁴ Id. *Ibid.* pp. 299-300

⁴⁶⁵ Id. *Ibid.* p. 301

esplendor seria o pináculo da satisfação de um trabalho que assumiu e onde as expectativas não podiam ter sido mais altas. O estilo britânico, os modos e protocolo de uma monarquia tão simbólica, finalmente cruzavam-se com as suas funções.

O banquete seria um dos eventos mais luxuosos em que um estadista português esteve presente no séc. XX: “A grande sala estava decorada com maravilhosas flores, cristais raros, talheres antigos de vermeil, pratas das melhores épocas jorgianas - as mais belas que existem. Presente um mundo de rara distinção: eles, ostentando nomes famosos que conhecíamos de cor, uns da História, outros da Guerra e da Política; elas replandecendo (...) com jóias e tiaras preciosas. Todo esse conjunto, completado com a Família Real Britânica, dava aquele encontro elegante um sabor único, mesmo para os que no decorrer da vida, no seu vagamundear, tenham estado em contacto com a grande, a autêntica alta sociedade (...) uma época da nossa vida, toda ali presente por ordem da rainha”. A cerimónia correu de feição, inclusive o discurso do presidente da república, que mesmo não dominando a língua inglesa, leu-a com a devida dignidade⁴⁶⁶.

Nas suas memórias Eduardo Brazão mostra-se altamente crítico relativamente a como os procedimentos ocorreram em contraste com as algumas regras e trivialidades do protocolo português. Durante o banquete, e como sempre defendeu que acontecesse em Portugal, os convidados já estavam nos seus lugares a quando da entrada do chefe de Estado português e da rainha. Pormenores tão triviais como não fumar na presença dos dois eram alvo de aviso durante a cerimónia, pois em Portugal por vezes esse pormenor protocolar era desrespeitado⁴⁶⁷.

Nesta visita houve ainda espaço para outros dois eventos: um almoço em Guildhall, onde estiveram presentes os grandes barões do comércio e finanças da City londrina; e a exposição de arte portuguesa, motivo pelo qual Brazão tinha viajado com a Custódia de Belém. Intitulada *Exhibition of Portuguese Art - 800-1800*, esta exposição teve lugar na Royal Academy of Arts, tendo sido organizada por Reinaldo dos Santos, médico, escritor, historiador e “brilhantíssimo amador em arte” como o classificava Eduardo Brazão. Ora esta exposição foi altamente criticada pelo chefe de protocolo português. Em primeiro lugar a extensão cronológica da exposição era, na sua opinião, completamente desnecessária. Não só a data de 800 antecedia a nação portuguesa enquanto Estado independente de jure por mais de três séculos, como na

⁴⁶⁶ Id. *Ibid.* p. 303

⁴⁶⁷ Id. *Ibid.* pp. 302-304

opinião de Brazão a verdadeira manifestação positiva centrar-se-ia depois de Aljubarrota. Para além da cronologia, a exposição era pobre: a Custódia de Belém, pratas dos séculos XVI e XVII, e algumas pinturas que segundo o diplomata português, ficariam aquém do que era a qualidade britânica a nível das exposições de pintura. Brazão via na Inglaterra um país com acesso, histórico e contemporâneo, às mais ricas escolas de pintura europeias, a sua proximidade com a Flandres, Alemanha e até Norte de Itália, fariam os quadros portugueses - na sua opinião essencialmente copiados em estilo da Flandres e Itália - parecer rudimentares. Para o português não restavam dúvidas que este tipo de exposição deveria privilegiar o génio inventivo dos Descobrimentos, e não a arte medieval/quatrocentista⁴⁶⁸.

A visita de Craveiro Lopes seria retribuída dois anos mais tarde quando em 1957, naquela que é considerada a mais faustosa receção do séc. XX⁴⁶⁹, o Terreiro do Paço se enchia com centenas de embarcações dando vivas ao desembarque da rainha Isabel II. Quanto a Brazão, a visita oficial de Craveiro Lopes foi o único trabalho que deixou boas recordações dos seis meses que liderou o protocolo. A condecoração que recebeu - Grande Oficial da Ordem Victoriana⁴⁷⁰ - e que reconhecia o mérito da execução das suas funções, contrastava com a sua opinião pessoal de que estava perante um “espetáculo de vaidade humana (...) ainda mais reles do que imaginava⁴⁷¹”. Ao juntar a isso a interminável viagem pelas colónias atlânticas e talvez ao facto de ver no protocolo português muitos hábitos de difícil alteração, fizeram-no não ficar com saudades daqueles longos seis meses.

Uma Breve Passagem Pelo Secretário Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo

Num espírito carregado de interrogações, Brazão aceitou integrar o cargo de Secretário Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. Embora se considerasse um homem pouco político (ou melhor pouco envolvido como profissional ativo da política⁴⁷²) sempre teve a convicção nacionalista - como já foi mencionado, de pendor monárquico - entre os seus ideais. A convite de Marcello

⁴⁶⁸ Id. *Ibid.* pp. 304-305

⁴⁶⁹ FRANCISCO, Susete, “A mais faustosa receção do séc. XX”, *Diário de Notícias*, (disponível em dn.pt/portugal/a-mais-faustosa-rececao-do-seculo-xx-5504012.html) consultado às 14:57, 19 de Outubro de 2020

⁴⁷⁰ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 298

⁴⁷¹ Id. *Ibid.* p. 271

⁴⁷² Id. *Ibid.* p. 307

Caetano, aceitaria integrar o cargo embora numa perspectiva de “autodidatismo político⁴⁷³” um pouco à descoberta do que estas novas funções pudessem trazer enquanto experiência, mas também porque estava perante um cargo que além de político, era eminentemente cultural. Sabemos que Brazão sentiu um verdadeiro entusiasmo ao aceitar o convite, pois assim o transmitiu ao seu ex-colega de faculdade então ministro da presidência⁴⁷⁴.

Eduardo Brazão via de forma crítica o organismo de que agora assumia a liderança: “S.N.I. era uma aproximação da política, mas num conjunto de elementos de tipo cultural, ainda que alguns deles mais folclóricos que clássicos. Tornava-se atraente o panorama, que não deixava de ser heterogéneo e mal ligado. (...) Uma trapalhada simpática ali implantada no palácio da Foz com muito amorismo (...) um organismo português, desprovido duma base sólida e inteiramente desarticulado⁴⁷⁵”. Num ideal reformista e renovador daquele organismo, tentou trazer à luz aqueles que eram na sua visão homens de valor e começou desde o início das suas funções a libertar dum “congelamento absurdo e inquisitorial⁴⁷⁶” todas as peças de teatro que lhe pareciam estar censuradas sem qualquer explicação lógica: Pinheiro Chagas (*A Morgadinha de Valflor*)⁴⁷⁷, José Régio (*El-Rei Sebastião*)⁴⁷⁸, António Patrício (*Pedro O Cru*)⁴⁷⁹, Júlio Dantas (várias peças)⁴⁸⁰ e ainda outros, viam agora as suas peças reintegradas na legalidade. A ligação emocional que tinha com o teatro, tornava a questão da censura sobre as peças uma questão pessoal. O chefe dos serviços de propaganda lembrava-se da sua paixão de juventude e da forma dedicada como estudou e interpretou algumas peças de Júlio Dantas⁴⁸¹. No momento em que a censura levantou as proibições sobre as peças, o seu ídolo de juventude bem como José Régio, agradeciam-lhe e faziam lembrar precisamente essa ligação afetiva e familiar que Eduardo Brazão tinha para com a arte da representação: “Muito agradeço a amabilidade de me comunicar ter sido levantada a interdição que - nunca cheguei a compreender porquê - pesava sobre a minha peça "El Rei Sebastião". Oxalá as "novas

⁴⁷³ Id. *Ibid.* p. 313

⁴⁷⁴ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 15, 12 de Janeiro de 1956

⁴⁷⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 314

⁴⁷⁶ Id. *Ibid.* p. 315

⁴⁷⁷ Id. *Ibid.*

⁴⁷⁸ AHD - MNE, Aquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 964 “José Régio”, Portalegre, 26 de Abril de 1956

⁴⁷⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 314

⁴⁸⁰ Id. *Ibid.* p. 315, carta presente em AHD - MNE, Aquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 948 “Júlio Dantas”, Academia das Ciências de Lisboa, 23 de Abril de 1956

⁴⁸¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 316

diretivas para a Cultura Teatral" venham a ser cumpridas (...) qualquer pequena ação que pudesse exercer nesse campo (...) o filho de um dos grandes actores portugueses⁴⁸²." escreveu José Régio. Já Júlio Dantas ao agradecer lembrou "A reparação a que eu tinha direito pelo vexame sofrido, devo-a - não o esqueço - ao filho ilustre de Eduardo Brazão, intérprete glorioso de algumas das minhas obras, cuja memória venero⁴⁸³".

Outra questão levantada pelos autores, e neste caso por José Régio, dizia respeito ao financiamento público das obras de teatro e ao modo como eram atribuídos os respetivos subsídios estatais. O Fundo do Teatro, que à época (1956) atingiu um valor que seria equiparável a vinte mil euros na atualidade⁴⁸⁴, seria segundo Eduardo Brazão "um período de proteção transitória"⁴⁸⁵. Vasco Morgado, que se considerava um dos empresários mais injustiçados do teatro português, foi referência nas queixas de José Régio a Eduardo Brazão: o autor achava que a peça que Vasco Morgado pretendia levar à cena no teatro Monumental, "Jacob e o Anjo" da autoria de Régio, foi discriminada relativamente a peças estrangeiras por não ter sido subsidiada no que diz respeito à montagem⁴⁸⁶. Os argumentos apresentados pelos organismos estatais respondiam contra José Régio na medida que as peças de teatro deviam "aspirar a ser subsidiadas⁴⁸⁷" e "acessíveis à compreensão das grandes massas⁴⁸⁸", exercendo assim a censura um papel de paternalismo social que apesar de não censurar a peça *stricto sensu*, obrigaria a uma auto-censura sob troca da competitividade económica no momento de subida à cena das obras de teatro.

Apesar dos atos que fizeram com que Dantas, Régio e outros agradecessem a Eduardo Brazão, depressa se despedaçou qualquer esperança de uma maior reforma e, pelo contrário, o Estado acabaria por intervir junto da possibilidade de representação das obras em causa. "Todas as manifestações que recebia pelo meu acto decidido, enchiam-me de coragem para outros passos de maior ousadia. Eis senão que recebi ordens terminantes para não autorizar a representação de peças libertadas por mim,

⁴⁸² AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 964 "José Régio", Portalegre, 26 de Abril de 1956

⁴⁸³ AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 948 "Dr. Júlio Dantas", Academia das Ciências de Lisboa, 23 de Abril de 1956

⁴⁸⁴ MOURA, Nuno Costa, "Indispensável dirigismo equilibrado" *O Fundo de Teatro entre 1950 e 1974*, Vol. I, dissertação de Mestrado em Estudos de Teatro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, p. 141

⁴⁸⁵ Id. *Ibid.* p. 142

⁴⁸⁶ AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 964 "José Régio", Portalegre, 26 de Abril de 1956

⁴⁸⁷ Id. *Ibid.*

⁴⁸⁸ Id. *Ibid.*

durante dois anos, em teatros subsidiados pelo S.N.I.⁴⁸⁹”. As razões de queixa de José Régio e Vasco Morgado encontravam aqui validade. A forma como o processo se desencadeou, estando o regime a dar um passo à frente para logo a seguir dar outro atrás, não só deixavam Eduardo Brazão como alvo das suspeitas e rancores dos autores que outrora elogiaram - “Júlio Dantas passava daquela admiração e reconhecimento até ao ponto de me ter rancor. Para ele e certamente para os outros eu tinha-lhe comido a cabeça e cabeça aureolada. Conservei-me silencioso como devia, tomando a responsabilidade de uma decisão que não me pertencia e com a qual inteiramente discordava⁴⁹⁰” - como apagavam qualquer chama reformista que o Secretário Nacional poderia ter pensado alimentar de um teatro português menos sujeito ao controlo, que nem para um defensor do regime salazarista fazia qualquer sentido.

Também nas artes plásticas acabaria por ser a hesitação entre a tradição e a reforma, que levariam a que Brazão acentuasse a sua atitude apática perante a impossibilidade de realizar aquilo que seria não só a sua vontade, mas também uma concretização do ímpeto reformista de Marcello Caetano⁴⁹¹. O legado de António Ferro pairava sobre o organismo que agora era comandado por Brazão, e apesar de Marcello Caetano ter reiterado que fora da informação, do desenvolvimento da indústria hoteleira e a expansão do conhecimento acerca da vida social e acontecimentos da vida política a um povo ruralizado⁴⁹², nem todos esses desígnios seriam concretizáveis. Seria realizada a última Exposição Geral das Artes Plásticas, que criaria controvérsia pelo facto dos artistas reclamarem a usurpação das obras e dos próprios autores para a propaganda nacional⁴⁹³. De resto esta exposição criaria dificuldades ao SNI não só pela sua dimensão⁴⁹⁴, como pela sempre difícil relação entre os artistas e o regime⁴⁹⁵.

Outras áreas como o turismo, as traduções, o cinema e até a propaganda internacional, viriam a ocupar o tempo de Brazão. Em 1954 num contexto de tentativa de modernização estrutural do país, o SNI ficaria responsável pelo lançamento do

⁴⁸⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 316

⁴⁹⁰ Id. *Ibid.* p. 319

⁴⁹¹ PORTELA, Artur, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 2ª ed., 1987, p. 120

⁴⁹² Id. *Ibid.* pp. 121-122

⁴⁹³ Id. *Ibid.* p. 123

⁴⁹⁴ AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope n° 941 (Prof. Marcello Caetano), S.L., S.D.

⁴⁹⁵ PORTELA, Artur, op. cit, 1987, p. 123

Novo Plano de Pousadas⁴⁹⁶. A falta de articulação entre os ministérios seria um problema que Brazão enfrentaria. Embora em 1957 esteja já a ser levada a cabo a construção da pousada de Bragança que iria abrir dois anos depois, Brazão comenta com Salazar acerca da dificuldade em contactar e coordenar os planos com o ministro das obras públicas, acabando por caber ao secretário de Estado a articulação dos contactos⁴⁹⁷. Brazão soube utilizar a sua relação pessoal com Salazar para agilizar os processos que lhe cabiam, mas nunca ousou fazê-lo no que diz respeito a matérias de regime como a censura dos artistas. Neste caso, o interesse do desenvolvimento da economia nacional coincidia com a vontade de Brazão, podendo assim servir-se da sua relação pessoal sem pôr em causa qualquer matéria política. A campanha na imprensa em prol da promoção da indústria hoteleira nacional fez com que Brazão fosse também ao encontro de assuntos sensíveis para o regime. O *Diário Ilustrado*, uma das ferramentas que Salazar queria usar como meio publicitário, esteve sob fogo precisamente no ano de 1957, acabando com o despedimento coletivo dos trabalhadores e ao exílio de Miguel Urbano Rodrigues chefe de redação do diário. Em carta escrita pouco depois da polémica em torno do *Diário Ilustrado*, Brazão fala na ligação do chefe de redação ao “Le Monde” e de como o artigo encomendado por Salazar não poderia passar pelo *Diário Ilustrado* agora que este se tornara um problema⁴⁹⁸. A apresentação dos projetos das pousadas na *Revista de Arquitetura*⁴⁹⁹, eram assim um exemplo desta política que pretendeu construir uma narrativa de modernização do turismo nacional.

A campanha pelo turismo cruzaria também o cinema, onde documentários como *Açores*, *Minho* ou *Sintra*, que Brazão apresentaria no cinema Tivoli⁵⁰⁰, inseria-se numa tradição com já algumas décadas da promoção para consumo interno de turismo de classe média alta, mas que se confundia com a veiculação de propaganda e onde será difícil distinguir o objetivo político da pura prática de promoção turística⁵⁰¹. Este

⁴⁹⁶ PRISTA, Marta Lalanda, *Discursos sobre o passado: Investimentos patrimoniais nas pousadas de Portugal*, Tese de Doutoramento em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 32

⁴⁹⁷ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 96-98, Lisboa, 30 de Agosto de 1957, Gabinete SNICPT

⁴⁹⁸ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 99-100, Lisboa, 14 de Outubro de 1957, Gabinete SNICPT

⁴⁹⁹ PRISTA, Marta Lalanda, *Discursos sobre o passado: Investimentos patrimoniais nas pousadas de Portugal*, Tese de Doutoramento em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 94

⁵⁰⁰ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 102, 20 de Novembro de 1957, Gabinete SNICPT

⁵⁰¹ SAMPAIO, Sofia “O Filme Turístico em Portugal: 1930-1949”, em *Atas do III Encontro Anual da AIM*, ed. Paulo Cunha e Sérgio Dias Branco, Coimbra, AIM, pp. 416-430

cruzamento entre a promoção de Portugal no âmbito mais comercial acabaria sempre por ser secundário face ao objetivo político do SNI.

Como Secretário Nacional da Propaganda, Brazão foi também responsável pela correta tradução e divulgação dos discursos do presidente do conselho, necessitando de uma rede de tradutores de excelência que fizesse passar a mensagem política portuguesa pelos diversos países nas suas respectivas línguas. Depressa surgiriam problemas neste plano. Na chegada às funções Brazão requisitou com urgência tradutores de qualidade especificamente para traduzir os discursos de Salazar⁵⁰². Levantar-se-ia o problema de que o quadro de tradutores para o expediente do SNI, não teria a qualidade necessária, sendo que uma das traduções em Inglês de um discurso de Salazar, não passaria no escrutínio posterior que Brazão mandou efetuar junto de Frank Holliday, leitor de Inglês na Universidade de Lisboa e professor no instituto britânico⁵⁰³. Em nota feita pela embaixada em Washington, Luís Esteves, apontava erros grosseiros em “*Notes to the International Situation*”, incluindo aberrações sintáticas, vernáculo inexistente e no geral erros indesculpáveis⁵⁰⁴. A solução encontrada por Brazão passou por utilizar os serviços do adido de imprensa junto da Embaixada em Londres A. Potier, o que embora a demora nas traduções garantia mais segurança⁵⁰⁵. Um dos problemas que terá feito o SNI cair numa situação tão degradante no que diz respeito a este assunto, terá que ver com um problema comum a muitas repartições estatais: o favorecimento pessoal. Segundo João Pedro Cotrim, “assiste-se também àquilo que só se pode considerar pedidos com base em relações pessoais no sentido de facilitar a conquista de posições no SPN/SNI. Como seria de esperar, os responsáveis pelos pedidos são figuras de relevo da sociedade portuguesa. O primeiro pedido assinalado data de 20 de Setembro de 1949 – Artur Marques de Carvalho, deputado, recomenda Joaquim Porto (A. Marques de Carvalho, Deputado da Nação, apresenta ao Dr. Tavares de Almeida o seu amigo Joaquim Porto de quem há tempos lhe falou). No ano seguinte, a 22 de Maio, encontramos um cartão de visita de Xavier da Silva, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros no final da 1.^a República, o qual continha uma nota manuscrita de Júlio Dantas, solicitando —emprego como tradutor de francês para este seu amigo dos tempos do Colégio Militar. Finalmente, em 1957, Ruy d’Andrade pede ao Secretário

⁵⁰² ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 82, Lisboa, 16 de Julho 1956, Gabinete SNICPT

⁵⁰³ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 82-83, Lisboa, 16 de Julho 1956, Gabinete SNICPT

⁵⁰⁴ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 85-86, Washington, 2 de Julho 1956

⁵⁰⁵ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 82-83, Lisboa, 16 de Julho 1956, Gabinete SNICPT

Nacional, Eduardo Brazão, que empregue Maria de Lourdes Pereira Sanches Pimenta de Castro Guimarães —no cargo de redactora de segunda classe, tradutora ou outro compatível com as suas habilitações⁵⁰⁶”. No caso de Brazão, o autor diz não ter encontrado qualquer prova do atendimento de favores⁵⁰⁷.

Seria também no SNI, que entraria em contacto com o futuro candidato presidencial Humberto Delgado, à época chefe da missão militar portuguesa em Washington. De interesse retemos o que era o exemplo das situações que Secretário Nacional achava desnecessárias, fastidiosas e que o acabariam por afastar do interesse do cargo e do cargo em si: dizia o general em carta endereçada a Brazão, que existia um conflito de interesse entre a manutenção do pagamento de milhares de contos ao norte-americano Peabody, agente da propaganda portuguesa, que na opinião do general não estaria a ser feita de forma eficaz, em detrimento da rede das Casas de Portugal e de portugueses como José Bensaúde que escrevia no *New York Times*, e que exercia uma expressiva influência no que diz respeito às questões da Índia Portuguesa⁵⁰⁸. Esta questão ilustrava bem como diversos interesses disputavam a atenção e financiamento do aparelho burocrático do Estado, entrando em conflito direto com a visão reformista e aberta de Brazão.

Não podemos afirmar que Brazão seria à época - mesmo em privado - um contestatário à política de Salazar, a sua lealdade e o seu respeito pela responsabilidade política estavam acima de tudo, só a forte ligação emocional com o teatro e os conflitos de interesses burocráticos, faziam esmorecer um pouco o zelo pela manutenção de uma política alinhada com o sector mais conservador, podendo-se concluir que a existência de um ímpeto reformista não foi o suficiente para que o mesmo se tenha concretizado fora da esfera do teatro. A política de censura - no fundo integrada nas suas funções de forma inultrapassável - passaria por uma estratégia não tanto de proibir tendo em conta o critério político óbvio mas sim a qualidade intrínseca de cada obra. A título de exemplo ficaria Della Costa na peça de Sartre, *La Putain respectueuse*, que ao ser validada por Eduardo Brazão, valeria crítica acérrima na imprensa nacional que considerava que a censura era mais apertada para com os vanguardistas portugueses. Ao mesmo tempo, ao conceder um

⁵⁰⁶ COTRIM, João Pedro Caeiro da Silva Bernardo, *Tradutores e Propagandistas. Da tradução como ferramenta de Propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado (...)*, Tese de Mestrado em Tradução, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010, p. 31

⁵⁰⁷ Id. *Ibid.*

⁵⁰⁸ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 322, Carta de Humberto Delgado

subsídio de quatrocentos contos a António Pedro do Teatro Experimental do Porto, seria acusado de subsidiar os “comunistas do norte”, mantendo-se assim entre uma espada dos artistas nacionais e uma parede da comunidade política essencialmente conservadora⁵⁰⁹.

Por fim o Secretário cruzar-se-ia com as suas antigas funções de Chefe do Protocolo, pois Isabel II viria devolver a visita do Presidente Craveiro Lopes a Inglaterra. Ao protocolo, juntar-se-ia o SNI enquanto auxiliar na preparação da visita, escrevendo Brazão que terá sido este um dos períodos mais trabalhosos da sua vida profissional. A preparação do Mosteiro de Alcobaça para receber a monarca ficaria a cargo das Obras Públicas, mas todos os acabamentos, decorações, mobiliário e pormenores que Brazão tão bem conhecia das suas anteriores funções, ficariam a seu cargo em colaboração com Manuel de Melo⁵¹⁰ e Maria Mafra⁵¹¹. Brazão reclama para si, no meio da preparação do Mosteiro, a ideia do regresso da disposição pés com pés dos túmulos de D. Pedro e D^a. Inês, o que causaria problemas como o afundar do pavimento no local onde se colocou o túmulo do rei medieval português. Este pormenor que recupera o simbolismo histórico e que se mantém ainda hoje é demonstrativo de como a paixão pela história, seja de um modo sério na produção e trabalho de investigação ou no modo mais corrente, era omnipresente na mentalidade de Eduardo Brazão. A Grã-Cruz da Ordem Vitoriana seria o agradecimento da família real nesse mês Fevereiro de 1957. O orgulho de Brazão era próprio de um homem que se sentia atacado pelos “lamentos” daqueles que dele podiam sentir inveja ou que viam no seu ímpeto reformista algo de negativo⁵¹².

A propaganda política que foi forçado a exercer fruto das necessidades práticas do seu cargo - que classifica ser “informação, tipo propaganda à Goebells⁵¹³” - motivou a sua saída. Não deixa de ser irónica a passagem de um suposto reformista do SNI à diplomacia em Roma e mais tarde mesmo ao Vaticano, um ambiente contrastante mas que era também exemplo - já no final dos anos de 1960 quando Brazão ocupa o cargo - de reformas doutrinárias que se iriam refletir na diplomacia junto de Portugal.

⁵⁰⁹ Id. *Ibid.* p. 324

⁵¹⁰ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 89-90, Lisboa, 2 de Dezembro 1956, Gabinete SNICPT

⁵¹¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 326

⁵¹² Id. *Ibid.* pp. 327-331

⁵¹³ Id. *Ibid.* p. 331

Portalegre
26/4/56

Ex. mo
Senhor:

964

Muito obrigado a amabilidade de me recomendar ter sido levantada a interdição que nunca cheguei a compreender porque pesava sobre a minha peça "El Rei Sebastião". Crealá as "novas directivas para a Cultura Teatral" ventavam a ser cumpridas, e passou, ainda, produzi a meu gosto: pois, em verdade, o Teatro português não só como não parece já conhecido em Portugal, mas antes desconhecido em relação ao Teatro estrangeiro. Como prova desta importância afirmada, (e foi esse mesmo que outra minha peça, "A Salvação do Mundo", foi produzida no nosso Teatro Nacional) cito o facto de não ter sido conhecido

AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 964 "José Régio", Portalegre, 26 de Abril de 1956

Parte II - Chefe de Missão

Capítulo 6 - Embaixador junto da República Italiana (1958-1962)

Mais de uma década depois da sua passagem por Roma no fatídico ano de 1945, Brazão voltaria em 1958, não como conselheiro de embaixada mas sim como ministro plenipotenciário de 1ª classe⁵¹⁴. A morte de António Ferro, em Novembro de 1956, deixara, até 1958, o lugar nas mãos dos encarregados de negócios interinos Rui Medina e Fernando Vieira⁵¹⁵, retomando Brazão a assumir a responsabilidade enquanto embaixador. Depois da passagem pelo S.N.I onde a sua proximidade com Salazar lhe deu um certo estatuto, tinha agora algum receio de ser olhado de forma diferente no regresso às ordens do MNE⁵¹⁶. A residência do ministro situava-se no norte de Roma, perto da ponte Milvio, num edifício projetado por Armando Brasini - nome famoso da arquitetura italiana durante o consulado fascista e que chegou a ter grande proximidade com Mussolini - e onde estavam reunidas preciosidades da antiguidade clássica e do renascimento, sendo algumas possivelmente falsificações, mas que Mussolini teria entregue a Brasini para as proteger das mãos de Hermann Goering durante a guerra⁵¹⁷. A chancelaria, estava instalada no Palácio Orsini⁵¹⁸, perto da ilha Tiberina no coração de Roma, junto também das instalações da Casa de Portugal, e das residências de Leonardo Vitetti, experiente diplomata que serviu a Itália em Washington e nas Nações Unidas, e de Heitor Lira, que representava o Brasil junto da Santa Sé⁵¹⁹.

São conhecidas as semelhanças e diferenças dos regimes em causa, bem como a admiração de Salazar por Mussolini e do Duce pelo ditador português⁵²⁰, não obstante a desconfiança ser também um elemento na caracterização da visão de Salazar para com o condottieri italiano, deixando marcada a originalidade do Estado Novo, tentando distanciá-lo teoricamente do fascismo⁵²¹. Ainda assim, tendo em conta o mais recente trabalho sobre a diferenciação dos regimes de características fascistas -

⁵¹⁴ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 91

⁵¹⁵ Portal Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Relações Bilaterais, Países, Titulares, Itália, (disponível em portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/titulares/italia-titulares), consultado às 11:18, dia 11 de Abril de 2020

⁵¹⁶ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 91

⁵¹⁷ Id. *Ibid.* p. 93

⁵¹⁸ Vide anexo

⁵¹⁹ Id. *Ibid.* p. 94

⁵²⁰ Id. *Ibid.* p. 23

⁵²¹ Id. *Ibid.* pp. 23-24

Salazar e os Fascismos, de Fernando Rosas - registamos alguns pontos que nos ajudam a enquadrar esta relação. Definir ou não o Portugal de Salazar como um regime fascista arrasta um sem número de problemas, muitas vezes causados por metodologias pobres ou mesmo interesses ideológicos feridos de parcialidade. Fernando Rosas constrói duas tipologias distintas facilitadoras na compreensão das distinções entre os vários fascismos experimentados na Europa: um fascismo-movimento plebeu, subversivo, antiliberal, anticomunista e miliciano⁵²² e um fascismo-regime ou *fascismo-poder*, onde existe um compromisso entre os poderes tradicionais, sejam eles políticos, económicos ou religiosos com o movimento fascista⁵²³. A esta distinção juntemos as pré-condicionantes específicas da Europa das décadas de 1920 e 1930, marcada pela memória coletiva da Grande Guerra, pela crise económica e social e pelo enfraquecimento do Estado liberal⁵²⁴. Tanto na tipologia como nas condicionantes, o regime de Salazar é distinto do de Mussolini, na medida em que o regime italiano demorou mais tempo a assumir o compromisso com as classes tradicionais e os poderes económicos, enquanto que em Portugal o movimento militar (apoiado pelas classes tradicionais) esteve na génese do golpe militar que iria servir de base para a construção do Estado Novo poucos anos depois. Relativamente ao contexto em que se desenvolveram, a Itália, pela sua maior intervenção na Grande Guerra e pelo facto de ter uma economia mais industrializada, insere-se de forma mais profunda nas pré-condicionantes básicas para o surgimento do regime-tipo fascista europeu do séc. XX. Rosas afirma mesmo que enquanto que no caso italiano existe um compromisso entre o fascismo plebeu e o poder conservador, em Portugal o fascismo conservador retira qualquer espaço ao chamado fascismo plebeu⁵²⁵.

Mas para além de uma diferente afirmação tipológica e, como veremos de um afastar face às realidades da evolução da guerra, não podemos deixar de notar os pontos comuns dos dois regimes que os fazem cair na categoria de regime fascista: um Estado organicista e corporativo⁵²⁶, o recurso à violência política seja ela em menor ou maior escala⁵²⁷, a afirmação de um chefe carismático com tendência paternalista⁵²⁸ e até o desenvolvimento de um totalitarismo refletido na impregnação

⁵²² ROSAS, Fernando, *Salazar e os Fascismos*, Lisboa, Tinta da China, 2019, p. 27

⁵²³ Id. *Ibid.* pp. 28-29

⁵²⁴ Id. *Ibid.* pp. 83-84

⁵²⁵ Id. *Ibid.* pp. 134-140

⁵²⁶ Id. *Ibid.* pp. 160-161

⁵²⁷ Id. *Ibid.* p. 214

⁵²⁸ Id. *Ibid.* pp. 236-238

do Estado e da ideologia até nos aspetos mais particulares e privados, muito para além da vida pública⁵²⁹. Assim, Rosas afirma mesmo que não é possível dissociar o efeito da afirmação do regime mussoliniano na dinâmica fascizante e totalitária do Estado Novo⁵³⁰.

Ora se ideologicamente existiu de facto num período inicial, propício ao culto dos valores autoritários e mais tarde totalitários que se faziam crescer na Europa, diplomaticamente o contraste entre a incerteza das ações de Mussolini (numa primeira fase até 1935⁵³¹) e a agressividade belicista (numa segunda fase), com a política de neutralidade e de caráter defensivo do Salazarismo, marca as relações entre os dois países. Este contraste acabou por se suavizar com o problema espanhol. A instabilidade na Península Ibérica, acabaria por juntar Portugal e Itália num espírito de colaboração pragmático, indo ao encontro da maior aproximação ideológica do regime português com o fascismo (sendo disso exemplos as organizações de tipologia fascista criadas em 1936), bem como a assinatura do acordo comercial luso-italiano de Dezembro de 1936 e a inauguração do *Istituto Italiano di Cultura di Lisbona*, que sob direção de Aldo Bizarri “intentava a aproximação ideológica dos dois regimes através de encontros e conferências relativos à jurisprudência, ao corporativismo, à arte, à cultura e aos laços históricos luso-italianos⁵³²”.

Com o conflito europeu entre 1939 e 1945, a lógica das relações entre os dois países modificou-se consideravelmente, ao sabor também da evolução da situação bélica. Salazar formulava a ideia de uma paz de compromisso, onde uma Alemanha estável seria importante face ao poderio soviético, e uma Itália onde o equilíbrio no Mediterrâneo - e a extensão territorial em África - espelhavam também a presença histórica, legitimista do colonialismo português. Numa segunda fase do conflito, marcada pelo avanço aliado, a ligação entre Portugal e Itália, através da Santa Sé, foi considerada oportuna por Roosevelt e Churchill⁵³³. Lisboa seria inclusive palco de negociações para uma possível paz separada⁵³⁴. De notar ainda que a ideia de latinidade (já apresentada no capítulo relativo à passagem de Brazão por Vichy) concebida por Salazar, encontrou também nesta segunda fase, eco dentro dos círculos diplomáticos italianos, nomeadamente em Bova Scoppa, que sendo ex-ministro de

⁵²⁹ Id. *Ibid.* pp. 224-226

⁵³⁰ Id. *Ibid.* p. 229

⁵³¹ MILZA, Pierre e BERSTEIN, Serge 1980, *Le fascisme italien 1919-1945*, Seuil, Paris, p. 327

⁵³² PIMENTEL, Irene, 1995, “A presença do fascismo italiano em Portugal 1926-1943”, *História*, n.º4, ano XVII (nova série), Janeiro, pp.14-25

⁵³³ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 42

⁵³⁴ Id. *Ibid.* p. 49

Itália em Portugal e ministro de Itália na Roménia até ao final da guerra⁵³⁵, revelava a Mussolini a importância de Salazar, que mesmo estando à cabeça de uma potência neutra, defendia ser fundamental a presença de Itália no Mediterrâneo⁵³⁶. Como já foi mencionado, a evolução dos acontecimentos militares, a queda e o curto ressuscitar do regime fascista, com a República Social, demonstraram - através do não reconhecimento do regime de Mussolini nesta última fase, apesar das pressões alemãs⁵³⁷ - o pragmatismo deste relacionamento entre Salazar e Mussolini. Obviamente que as relações continuaram a ser cordiais, mas o reconhecimento político ficaria com o governo da monarquia⁵³⁸.

Com o final da guerra e a afirmação do atual sistema republicano em Itália, estavam em desenvolvimento os processos políticos que dariam contexto à estadia de Brazão entre 1958 e 1962. Como já ficou expresso, esses processos dizem respeito às políticas coloniais portuguesas e à opinião italiana sobre as mesmas, à inclusão de ambos os países no eixo euro-atlântico e aos meandros da política interna italiana. Estes são também os temas centrais na correspondência de Eduardo Brazão, por isso é necessário olharmos para eles. A divisão entre os socialistas e comunistas italianos por um lado, e o partido democrata cristão, por outro, viriam a marcar a segunda metade do séc. XX na política italiana. A difícil coesão partidária, resultando também na impossibilidade de pôr em prática qualquer programa e mantendo os partidos simultaneamente no governo e na oposição, era segundo as palavras de Calheiros e Menezes, o maior problema da política italiana⁵³⁹. Ao juntarmos a este facto as permanentes cisões partidárias, que ocorreram neste período dentro da jovem democracia italiana, e as pressões externas tanto da União Soviética através do PCI, como dos EUA através de pressões de natureza financeira⁵⁴⁰, percebemos que o jogo político italiano se iria revelar extremamente complexo, o que aliás se reflete no número de governos (seis) entre 1958 e 1962 - Zoli, segundo de Fanfani, segundo de Segni, Tambroni, o terceiro e quarto de Fanfani - período que corresponde à missão diplomática de Brazão. Muita da correspondência de Brazão trata desta matéria, da sua opinião relativamente à estabilidade, ou falta dela, dos governos italianos.

⁵³⁵ Renato Bova Scoppa, (disponível em baldi.diplomacy.edu/diplo/biogra/bovascoppa.htm) consultado às 15:13, dia 13 de Abril de 2020

⁵³⁶ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 43

⁵³⁷ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 58

⁵³⁸ Id. *Ibid.*

⁵³⁹ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 107

⁵⁴⁰ Id. *Ibid.*, p. 108

Exemplo disso é a missiva que envia em Abril de 1959, respondendo a comentários anteriores de Marcello Caetano, e admitindo que a democracia cristã, é um sistema perfeito entre o equilíbrio de esquerda e direita necessário para Itália - recordemos, como se poderá ler mais à frente, que existe neste período um medo dos excessos políticos, não só da esquerda, mas também de neofascistas italianos, pese embora as relações positivas, essencialmente de opinião, entre esses grupos e o governo português⁵⁴¹ - considerando ainda, relativamente ao presidente Giovanni Gronchi, que é um homem “um homem de esquerda, intrometido demasiadamente e até anti-constitucionalmente na política italiana (...) sendo acima de tudo um homem do partido⁵⁴²”, e que na altura gozava de grande popularidade pela sua defesa da posição pro NATO. Revela ainda que o governo de Segni - que contava com o apoio de fações mais radicais da direita italiana - parecia dar-lhe garantias de estabilidade⁵⁴³. Percebemos que o maior interesse português, relativamente à política italiana neste período (1945-1960), no que diz respeito exclusivamente à política interna do país, seria a manutenção e estabilização contínua de governos democrata-cristãos. O medo de uma viragem à esquerda é atestado pela análise do ministro italiano em Lisboa⁵⁴⁴, sendo uma constante presença também nos documentos deixados por Eduardo Brazão⁵⁴⁵. Ainda assim, será necessário lembrar, que esta preocupação se mantém apenas relativa à política interna, onde um governo democrata-cristão, sendo ele apoiado ou não por outras forças de direita, seria sempre preferível na perspetiva portuguesa, a governos como os de centro esquerda, no entanto há que ter em conta que a diplomacia portuguesa, como veremos, via muitas vezes na democracia-cristã um inimigo relativamente à política colonial. Esta tendência acentuava-se naturalmente com a atividade política da terceira legislatura italiana (1958-1963), que irá girar em torno do problema da abertura à esquerda⁵⁴⁶. Em 1954, durante o grande congresso napolitano da Democracia Cristã, a eleição de Fanfani para secretário-geral levaria à afirmação de nomes como Moro, Rumor e Segni. Começava uma nova fase na democracia cristã, que projetava uma colaboração política com o PSI⁵⁴⁷. Ainda

⁵⁴¹ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CP-040, cx. 897, f. 105-134, 26 de Julho de 1961

⁵⁴² ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº21, Roma, 20 Abril de 1959

⁵⁴³ Id. *Ibid.*

⁵⁴⁴ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 113

⁵⁴⁵ A título de exemplo, ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº26, 22 de Outubro de 1959, Carta nº 48, 30 de Janeiro de 1962, Carta nº49, 22 de Fevereiro de 1962, onde as possíveis coligações da Democracia Cristã com os partidos de esquerda, e a efetiva realização dessas coligações, é vista com preocupação acrescida.

⁵⁴⁶ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 182

⁵⁴⁷ Id. *Ibid.* p. 184

segundo a análise de Vera Matos da correspondência de António Ferro enquanto embaixador, o PCI utilizava estrategicamente as suas ligações com o PSI, incentivando os socialistas e explorando as brechas dentro da coesão ideológica da Democracia Cristã⁵⁴⁸. Em 1956, a *Iniziativa Democratica* (a já mencionada ala esquerda da DC, liderada por Fanfani) propunha definitivamente uma abertura ao PSI. Em 1958, Fanfani era não só presidente do conselho, como ministro dos negócios estrangeiros interino, sendo ainda secretário geral do partido⁵⁴⁹. Ao olharmos para a constituição do governo italiano de Segni em 1959-1960, vemos que de facto o predomínio continua na tendência para as coligações da DC com a direita mais radical italiana (nomeadamente o Movimento Social, partido neofascista, bem como o Partido Liberal conservador e o partido Monárquico) sendo no entanto o gabinete inteiramente composto por democratas-cristãos⁵⁵⁰. Esta conjuntura, levaria à cisão da *Iniziativa Democratica* em dois grupos, ambos com visões diferentes de como a DC deveria agir enquanto líder da política italiana: Segni, Rumo e Aldo Moro, mais à esquerda e o grupo de Fanfani mais à direita⁵⁵¹. Esta divisão é atestada por Brazão ainda em 1959, quando escreve a Caetano mostrando-se preocupado com o surgimento de fações mais à esquerda, inclusive algumas que viam com bons olhos o apoio ao mundo árabe ou até simpatia pela União Soviética⁵⁵². A incerteza era grande, devido à pouca coerência mostrada pelos partidários da DC: se por um lado e como vemos em 1959 a ligação cada vez maior à esquerda é notável (tendência que continuará em 1960 e 1961 como veremos), Brazão não deixa de mencionar em 1959, que no congresso de Florença parece ter havido uma maior ligação entre o topo do partido e as suas franjas de extrema-direita⁵⁵³, assim como no mesmo período (final de 1960⁵⁵⁴), reafirma o rejuvenescimento do *Grupo Primavera*, que alegadamente queria extremar a posição da DC o mais à direita possível⁵⁵⁵. Na primeira destas duas cartas, Eduardo Brazão escreve mesmo que “não há forma normal de raciocínio⁵⁵⁶” dentro do partido. Em 1961, Brazão parece agora certo de que de entre as divisões

⁵⁴⁸ Id. *Ibid.*

⁵⁴⁹ Id. *Ibid.* p. 185

⁵⁵⁰ *List of prime ministers of Italy*, Wikipedia (disponível em [en.wikipedia.org/wiki/List_of_prime_ministers_of_Italy#Italian_Republic_\(1946–present\)](https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_prime_ministers_of_Italy#Italian_Republic_(1946–present))), consultado às 18:55 do dia 15 de Abril de 2020

⁵⁵¹ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 185

⁵⁵² ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº26, 22 de Outubro de 1959

⁵⁵³ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº27, 16 de Novembro de 1959

⁵⁵⁴ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº28, S.D.

⁵⁵⁵ Id. *Ibid.*

⁵⁵⁶ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº27, 16 de Novembro de 1959

dentro da DC, é a ala esquerda que triunfará. Nos ofícios já analisados por Vera Matos, percebemos que o embaixador considera as já mencionadas ligações da DC com o PSI e como consequência com o PCI, uma “grave ameaça para a vida política italiana” dadas “as infiltrações imediatas que se produziriam dos partidários mais ou menos convictos, mas sempre obedientes, dos ditadores de Moscovo”. Se estes objetivos se concretizassem, continuava o diplomata, “teríamos amanhã uma Itália francamente a caminhar para o neutralismo” na política externa⁵⁵⁷. Em Setembro de 1961, Brazão estava já certo de que o governo de Fanfani iria ceder às pressões do PSI, e empurrar Itália para uma posição de neutralidade, pois sendo os socialista críticos da política pró-atlântica, queriam o fim da colaboração com os EUA⁵⁵⁸. O neatlantismo defendido pela ala esquerda da DC, ia também ao encontro de um projeto onde ficava assente como objetivo o estabelecimento de relações com os dois blocos, Soviético e Americano, bem como um estreitamento da relação com o Terceiro Mundo⁵⁵⁹. A Itália encontrava-se assim entre numa posição que contrapunha os seus aliados atlânticos, com a sua “insaciável ambição de prestígio e comando⁵⁶⁰”. Já no início do ano de 1962, o congresso democrata cristão em Nápoles, resulta na vitória da facção de Fanfani apoiado por Aldo Moro. Fanfani acabaria por formar um novo ministério, com base no apoio do PSI⁵⁶¹, confirmando o inédito e abrindo o precedente para futuros governos italianos com base no alargamento do espetro político. A correspondência de Brazão atesta o medo do embaixador de que esse alargamento viesse por fim, além da “completa abertura à esquerda⁵⁶²”, a incluir num futuro próximo o PCI⁵⁶³. Ainda assim o português nota com surpresa a entrada inesperada de Antonio Segni para os negócios estrangeiros. Considerava-o um defensor acérrimo da política atlântica e de Andreotti, enquanto ministro da defesa, um dos homens, no congresso, a denunciar a “aventura fafaniana⁵⁶⁴”. Estes dois homens, que aceitaram integrar o governo por pressão do presidente do conselho, seriam peças chave para a manutenção da união dentro do partido, sossegando também os aliados relativamente à política seguida pela Itália em relação ao Ocidente

⁵⁵⁷ AHD - MNE, PEA M364, ofício n.º 323, confidencial, de 16 de Setembro de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE

⁵⁵⁸ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 186

⁵⁵⁹ Id. *Ibid.*

⁵⁶⁰ AHD - MNE, PEA M364, ofício n.º 332, confidencial, de 2 de Outubro de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE

⁵⁶¹ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 187

⁵⁶² ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta n.º49, 22 de Fevereiro de 1962

⁵⁶³ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta n.º48, 30 de Janeiro de 1962

⁵⁶⁴ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 187

e à NATO⁵⁶⁵. De facto Brazão era um grande admirador de Antonio Segni, que em Maio passaria a ser o novo presidente Italiano. Considerava-o como o baluarte “ocidental, anti-comunista, defensor da NATO e do catolicismo⁵⁶⁶”, destacando-o do executivo italiano, que na sua perspetiva estava ideologicamente concertado com o comunismo, não só pela ala esquerda da DC, mas especialmente pela presença do PSI, que diz “depende diretamente de Moscovo e não da internacional socialista⁵⁶⁷”. O governo italiano era de facto atacado por todos os lados e sinteticamente Vera Matos comenta que os ataques se faziam “pela direita, porque não fazia parte do Governo, pelo centro, porque não considerava possível o objectivo de isolar os socialistas dos comunistas, e pelo PCI, que queria evitar o afastamento dos socialistas – as críticas não se destinavam a abater o Executivo⁵⁶⁸”, sendo que Brazão considerava que ninguém parecia querer a responsabilidade de governar⁵⁶⁹. Com o fim da terceira legislatura na primavera de 1963, as eleições legislativas tiveram lugar a 28 de Abril. A tendência era clara, com uma descida expressiva dos democratas-cristãos, contrastando com os lugares obtidos pelo segundo maior partido de Itália - o PCI - e com a subida também do PSI. A preconização de Brazão, que no verão de 1962 escrevia a Marcello Caetano, considerando que a “democracia cristã está a cair de poder⁵⁷⁰”, é confirmada na perspetiva de que o embaixador finalmente viu concretizado o seu vaticínio de uma viragem à esquerda em Itália.

Parece-nos que, embora seja claro também nos ofícios do MNE, que Brazão tentou transmitir a ideia da crescente força da esquerda italiana na política do país, na correspondência com o futuro presidente do conselho português, os seus receios ganhavam uma maior expressividade, estando em causa não só as políticas socio-económicas em Itália, mas um verdadeiro medo de que a posição geopolítica italiana - até então claramente ocidental - estivesse comprometida.

A política externa italiana, nomeadamente o acima assinalado posicionamento face às organizações internacionais e a sua relação com as super-potências, é de facto alvo de controvérsia durante as décadas de 1950 e 1960. Intimamente ligado também ao posicionamento ideológico das forças e das narrativas que alimentavam com

⁵⁶⁵ Id. *Ibid.*

⁵⁶⁶ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº51, 13 de Maio de 1962

⁵⁶⁷ Id. *Ibid.*

⁵⁶⁸ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 187

⁵⁶⁹ AHD - MNE, PEA M364, ofício n.º 18, confidencial, de 14 de Janeiro de 1963, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE

⁵⁷⁰ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº52, 15 de Julho de 1962

objetivos eleitorais e não só. De facto, no início dos anos 50, a política italiana estava orientada para honrar os compromissos da assinatura do tratado do Atlântico Norte de 1949, estando também integrada na recém-criada CECA, alinhando-se estes dois factos com o “esforço de auto-valorização no plano internacional, onde a Itália subordinava grande parte da sua política externa a uma atitude fundamental: entrar, com maior destaque, em todos os projectos europeístas de forma a adquirir o estatuto de média potência⁵⁷¹”. Portugal por outro lado, opta por integrar a aliança atlântica, por motivos obviamente distintos, sendo um deles a influência anglo-saxónica na política externa, que contrasta diretamente com a relutância inglesa em aceitar a Itália. No entanto, existia também o objetivo comum de tentar balancear o eixo norte europeu, com a presença de países latinos. Diga-se que os receios de algumas franjas políticas italianas, coincidiam com os receios de Salazar, sejam eles o descrédito de uma política europeísta no geral, como também o crescente poder internacional dos EUA. No entanto o primeiro fator, só ganharia relevo mais tarde. Voltando à linha temporal que nos remete para a década de 1950, Itália continua interessada em fazer-se promover enquanto potência europeia, através da cooperação entre os vários Estados europeus, tendo apenas algumas reservas relativas à criação de um mercado comum, querendo ver salvaguardada nesse mesmo mercado, a sua emigração e a circulação de capitais que permitissem investimento externo no país⁵⁷². Encontramos assim esclarecidos os principais interesses italianos e o conseqüente encontro desses interesses com a assinatura do tratado de Roma em 1957. Chegando ao consulado de Braço em Itália, começaria também a controvérsia relativa ao posicionamento internacional de Itália: o neatlantismo, desenvolvido por Fafani, enquanto presidente do conselho e depois ministro dos negócios estrangeiros, pretendia fazer uma nova interpretação da conceção atlântica de Itália. Da cooperação indiscutível com a Europa ocidental e EUA, a Itália queria agora abrir novas vias de diálogo com o terceiro mundo. Não é que estivesse em causa a colaboração na política de defesa do ocidente, mas sim uma colaboração aberta com aqueles que em Bandung se viam como “não-alinhados”, e também com outros países fora do movimento, de modo a afastá-los da esfera de influência soviética. De forma mais simples, Itália parecia querer desenvolver um papel mediador entre estes países e o ocidente, ganhando

⁵⁷¹ AHD - MNE, PEA M284, ofício n.º 569 de 17 de Novembro de 1952, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE

⁵⁷² MATOS, Vera (2014), op. cit. pp. 138-143

assim relevo no panorama internacional. Fora da política oficial dos governos italianos, acontece também, tal como podemos ler nas palavras de Brazão, que a Itália se sente um país ultrapassado desde o final da guerra, existindo na franja política interesses distintos sobre qual deve ser a posição a tomar: a tradicional política junto da NATO, uma política em direção à neutralidade (e que vê com bons olhos as teses do neatlantismo) e uma larga franja de esquerda, que inclui o PCI e outras forças, que cada vez mais ganhavam notoriedade⁵⁷³. Exemplo desta influência, foram as manifestações promovidas pela esquerda contra o chanceler alemão Adenauer em 1960, ou o estabelecimento de acordos culturais entre a Itália e a União Soviética, que segundo Brazão, mais não seriam do que canais de propaganda soviética dentro da Europa⁵⁷⁴. Na opinião do diplomata, o diálogo que foi tentado levar a cabo pela esquerda italiana com a URSS, bem como todo o diálogo ocidente-soviético é impossível, e a atitude certa seria a da preparação para o inevitável conflito, através do desenvolvimento de uma aparelhagem política, social e religiosa adequada, sob pena de que se falhar, o ocidente entrará em guerra aberta com a Rússia⁵⁷⁵. Ainda assim sobre Itália, e em conversa com o chanceler alemão, revela este último, que não está preocupado com a posição italiana e que embora reconheça que o comunismo podia encontrar no país, uma base de propagação, vê a política italiana em 1960, a orientar-se para uma colaboração total com o Ocidente⁵⁷⁶. Podemos concluir que a perspectiva de Brazão, embora exagerada pelo receio da influência do PCI em Itália, vai ao encontro de uma leitura atual, i.e, embora tenham existido franjas políticas que não estavam de acordo com o aprofundamento da relação entre Itália e a aliança atlântica, e apesar das frustrações futuras sobre as ambições nucleares do país, o envolvimento americano no Vietname e a perceção de instabilidade no Mediterrâneo⁵⁷⁷, no geral a Itália estava disposta a ir ao encontro das políticas promovidas pela aliança atlântica.

Tendo assim em conta estas noções, vamos encontrar o maior desafio que Brazão enfrentou em Itália, e talvez até na sua carreira: as reações e diplomacia por de trás do início do conflito ultramarino português e da descolonização no geral. A partir de 1961, com a abertura do conflito em Angola, o grupo dos países africanos e asiáticos

⁵⁷³ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº30, 21 de Janeiro de 1960

⁵⁷⁴ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº31, 16 de Fevereiro de 1960

⁵⁷⁵ Id. *Ibid.*

⁵⁷⁶ Id. *Ibid.*

⁵⁷⁷ LOCHER, Anna, NUENLIST, Christian, WENGER, Adreas (ed.), *Transforming NATO in the Cold War. Challenges beyond deterrence in the 1960s*, Zurich, Center for Security Studies, Routledge, 2007, p. 9

levou muitas vezes a questão colonial portuguesa à discussão dentro das Nações Unidas. Itália, tendo de orientar a sua política pelas fações internas e pela sua orientação atlântica, tentou no geral pressionar o governo português para que procedesse a uma maior abertura relativamente aos territórios ultramarinos que reclamavam a independência, mas também não deixou de atuar junto dos países afro-asiáticos para que não existissem ações drásticas⁵⁷⁸. Gaetano Martino, ex ministro dos negócios estrangeiros em Itália, assumia perante a Assembleia Geral da ONU em 1960 que Itália deveria prosseguir com uma política de pressão sobre os Estados membros, de forma a que estes cedessem os seus territórios ultramarinos⁵⁷⁹. Em relatório entregue na NATO, acerca do problema comunista em África e a descolonização, o representante italiano escrevia: “Portuguese Africa seems to have remained outside the modern trends, a relic of the past where stagnation prevails. Its remarkable poverty seems the consequence of lack of initiative, depopulation and contract-work, a semi-compulsory system still legal there. Apparently there is no communism or communist penetration, but it is hard to imagine that the present Africa stir-up will never reach those forgotten lands. Anyhow, as yet the situation remains dormant there and even riots do not seem to go further than the old acts of desperate rebellion. On the whole, if no danger for the western set-up seems to come from Portuguese Africa, scant benefits come either and one might wonder whether inertia and absence are nowadays not a danger in themselves. The question is how long the Portuguese could stay inside their ancient walls or whether there will be time enough for such a deliberate slow pace while elsewhere matters are advancing rapidly⁵⁸⁰”. Estas palavras constituíram um verdadeiro ataque na perspetiva da diplomacia portuguesa, tendo sido prontamente respondidas com ataques à política africana de Itália no passado⁵⁸¹. Brazão encontrava-se assim no meio de uma plena tempestade. Se junto de Marcello Caetano, já tinha afirmado que via a posição italiana essencialmente ligada à inveja que esta nutria pela perda das possessões em África⁵⁸², também nos ofícios que redige para o MNE, interliga a perda de influência internacional de Itália, com a posição que explora em 1960, junto dos povos africanos:

⁵⁷⁸ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 205

⁵⁷⁹ *Id Ibid.*

⁵⁸⁰ AHD - MNE, DELNATO M49, memorando, secreto, intitulado «The situation in Africa with special reference to communist propaganda», distribuído pelo Representante da Itália junto do Conselho Atlântico aos representantes dos restantes Estados-membros da NATO, apud. MATOS, Vera (2014), op. cit. pp. 206-207

⁵⁸¹ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 207

⁵⁸² ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº25, 5 de Outubro de 1959

“Procura-se, por todos os processos, levar outra vez este país à mesa das grandes potências mundiais, forçando-se convites, aparecendo sem ser chamado, anunciando sucessos que vivem em pura imaginação, adaptando-se a todas as condições que possam trazer um triunfo [...]. Joga-se, como sempre, no vencedor. E hoje pensa-se aqui que o senhor da África de amanhã é o negro. É portanto ao negro [...] que é necessário agradar para conquistar um comprador, uma larga região de emigração, um terreno a desenvolver e, portanto, necessitado dos técnicos deste país⁵⁸³”. O embaixador complementa esta análise do porquê da ação italiana contra Portugal, com o lamento de que “Já há muito tempo verifiquei que não vale a pena nem explicar, nem esclarecer a Itália da nossa acção em África. Sabem muito bem os políticos e os jornalistas de todas as tendências a posição excepcional do nosso país no continente negro, mas não lhes convém perceber... Se corremos hoje perigos nas nossas duas grandes possessões africanas, pois o fogo tem sido ateado em nossa volta e os desejos não faltam para o lançar no que nos pertence, no entanto o que neste país não se nos perdoa é a manutenção integral dos nossos domínios ultramarinos⁵⁸⁴”. Entre 1959 e 1961, os problemas para Brazão relativamente a este assunto, não partiram apenas da posição tomada por Itália na ONU, mas também dos vários eventos que testemunhou e que entendia “minarem” a posição portuguesa. Em Outubro de 1959, ao estar presente numa conferência sobre a Guiné, cria polémica ao enfrentar posições tomadas pelo embaixador francês e pela presença de representantes ganeses e da recém independente Guiné (ex Guiné francesa)⁵⁸⁵. A visita de Eisenhower junto de João XXIII em Dezembro de 1959, fazendo ligação entre o encontro e a percepção gerada em torna da perda de força da Europa junto de África e a cada vez maior intromissão dos EUA nas matérias que antes diziam respeito à Europa⁵⁸⁶ (de notar que este paralelo embora incompreensível à primeira vista, tem em conta que a visita de Eisenhower era apenas a segunda visita oficial de um presidente dos EUA ao Vaticano). Relativamente a uma conferência dos “Amigos de Portugal, Roma e Florença”, comenta a conclusão geral dos participantes em que a prática portuguesa não corresponde à teoria e onde um dos participantes da conferência, identificado como I. Monteiro, teria deixado Brazão envergonhado pela forma como descrevia a

⁵⁸³ AHD - MNE, PAA M 423, ofício n.º 281, confidencial, de 23 de Setembro 1959, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE, apud. MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 208

⁵⁸⁴ AHD - MNE, 2P A64 M211, ofício n.º 110, confidencial, de 15 de Abril de 1960, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE, apud. MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 208

⁵⁸⁵ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta n.º26, 22 de Outubro de 1959

⁵⁸⁶ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta n.º28, 7 de Dezembro de 1959

gestão portuguesa das colónias: “numa mão o pão, na outra a chibata”. Conclui Brazão que: “tive vontade de me esconder debaixo da mesa”⁵⁸⁷. Nesta carta, Brazão mostra ainda que Portugal encontra na África do Sul apoio político e reafirma a visão de que a liderança política italiana, defende a descolonização apenas por puro oportunismo político⁵⁸⁸. Por fim, apenas a escassos dois meses do início do conflito em Angola, revela a Marcello Caetano a dificuldade que tem tido em divulgar em Itália os discursos de Salazar, num momento em que até os órgãos oficiais da imprensa democrata-cristã propagam a ideia de maus tratos dos portugueses sobre os nativos em Angola, defendendo a libertação imediata do território⁵⁸⁹. Recomenda inclusive que Botelho de Moniz, então ministro da defesa com uma conferência marcada em Itália, não se deslocasse para tal evento, devido às numerosas manifestações anticolonialistas que ocorriam naquele momento⁵⁹⁰. Na vez de Botelho de Moniz, Brazão aconselhava que se enviase a Itália, Adriano Moreira, político com uma visão mais progressiva⁵⁹¹. A visita do general Botelho de Moniz, acabaria por acontecer na mesma e Brazão nada fala acerca da forma como ocorreu a visita no que diz respeito à temidas manifestações, no entanto menciona que além dos encontros próprios com o presidente do conselho e ministro italianos, Botelho de Moniz terá estado reunido de forma não programada com Andreotti, fazendo o diplomata uma ligação entre este encontro e o golpe de Estado encabeçado pelo general pouco tempo depois. A falta de provas, leva-o a afirmar também que tudo poderá não ser mais do que uma falsa conjectura da sua parte, no entanto não deixa de mencionar este episódio e a sua revelação do mesmo mais tarde perante Salazar, que parece não ter revelado interesse nessa teoria⁵⁹². Voltando à carta, no plano mais pessoal, Eduardo Brazão revela que defende, tal como Caetano, uma política de autonomia progressiva mas alicerçada ainda pelos portugueses, sendo defensor de que tal política deve ser posta em prática o mais rápido possível, tendo em conta a instabilidade que poderá resultar (como dois meses depois se confirmaria) num conflito armado aberto⁵⁹³.

1961, o ano *horribilis* do colonialismo português, via o conflito em Angola arrancar e Vasco Garin, representante português na ONU, a defender a posição

⁵⁸⁷ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº32, 31 de Março de 1960

⁵⁸⁸ Id. *Ibid.*

⁵⁸⁹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº37, 6 de Dezembro de 1960

⁵⁹⁰ Id. *Ibid.*

⁵⁹¹ Id. *Ibid.*

⁵⁹² BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 106-108

⁵⁹³ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº37, 6 de Dezembro de 1960

portuguesa perante a discussão no Conselho de Segurança, reclamando o princípio da não ingerência em assuntos internos. Itália era um dos países que votava favoravelmente o projeto de resolução condenatório, que saíra da discussão sobre os acontecimentos em Angola. Durante todo o ano de 1961, a Itália revelou a sua posição em linha da posição neatlântica: acreditava que os aliados deviam defender a posição portuguesa, sob condição de Portugal demonstrar que a sua posição no Ultramar iria desenvolver-se politicamente, contrastando com a rígida posição que demonstrava na ONU. No ano seguinte, podemos verificar ainda o mesmo posicionamento italiano face à questão: o assunto voltava a ser discutido na Assembleia Geral da ONU e os italianos consideravam que utilizar sanções ou outro tipo de posições que aprofundassem a crise no ultramar português, seria contraproducente. O projeto de resolução 1514 (XV), que tinha sido aprovado no final de 1960, voltaria à discussão em Agosto de 1962, e neste caso Itália revelou a outra face da moeda (a do apoio aos países africanos no seu direito de autodeterminação) revelando assim coerência na manutenção da sua linha mestre neatlântica. Remetendo esta discussão para a utilização de repressão armada sobre o povo e responsabilidade da NATO na violência ocorrida no território angolano e moçambicano (pois Portugal era um membro pleno da NATO), Itália não podia deixar de se posicionar contra Portugal⁵⁹⁴. Neste contexto, Brazão via Portugal mal preparado para a luta diplomática que se estava a desenrolar. Nos primeiros meses de 1961, viu com grande preocupação o desenvolvimento dos acontecimentos em África, mas não só, também o caso do navio Santa Maria, que diz Brazão ser tratado em Itália como um simples caso de pirataria, ficando desiludido pelo facto da imprensa italiana não condenar o caso politicamente⁵⁹⁵. Sente ainda assim que a opinião nos meios diplomáticos e na imprensa é que Portugal irá mais tarde ou mais cedo, perder os seus territórios, fazendo um balanço histórico de como tal trará o reavivar de problemas estruturais como o estatuto de Portugal na Europa, mencionando inclusive o paralelo histórico do problema da independência face a Castela⁵⁹⁶. Como sempre, o pensamento de Brazão é estruturado pelo estudo da história e pelo nacionalismo que não esconde. Entre o início de 1961 e o Verão do mesmo ano, a sua correspondência vai ganhando um tom cada vez mais sério, como seria de esperar. Relata a preocupação da comunidade

⁵⁹⁴ MATOS, Vera (2014), op. cit. pp. 213-221

⁵⁹⁵ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº39, 27 de Janeiro de 1961

⁵⁹⁶ Id. *Ibid.*

diplomática portuguesa⁵⁹⁷, a necessidade de cabeça fria e a grande expectativa que em Itália os portugueses têm sobre as ações que a metrópole vai tomar relativamente ao problema em Angola⁵⁹⁸. Como já foi referido a sua opinião, e não esconde em escrevê-lo, é que Portugal não está preparado para uma luta internacional, i.e para o conflito que já tinha começado e continuaria a desenrolar-se no âmbito da propaganda e da diplomacia⁵⁹⁹. Para além disso era da opinião clara que quer as palavras de Salazar nos discursos feitos em Portugal mostrando a sua intransigência relativamente ao escalar dos problemas em Angola, quer a atuação de Franco Nogueira nos organismos internacionais - como por exemplo o já mencionado repetir das teses oficiais do regime perante o conselho atlântico em Setembro⁶⁰⁰ - eram prejudiciais relativamente à perspectiva que os italianos tinham do problema português⁶⁰¹. Brazão viria a olhar para trás anos depois, e perante o surgimento de todas estas questões em simultâneo, relembra: “O panorama português ameaçava tempestade (...) mas agora era um autêntico tufão⁶⁰²”.

No final de 1961, início de 1962, levantar-se-ia outra questão que não deixou Brazão descansar no final da sua segunda estadia em Roma. A questão do Estado português da Índia, fora levantada desde o início do governo de Jawaharlal Nehru ainda no início da década de 1950. Tal como relativamente aos territórios africanos, a Itália nunca pôde assumir uma posição ao lado de Portugal, recomendando que se aceitassem as recomendações da NATO, lembrando os italianos que mantinham e pretendiam continuar com boas relações com ambos os países⁶⁰³. A Itália assumia assim mais uma vez o papel de mediadora nas questões diplomáticas, fazendo crescer ligeiramente a sua influência nas relações internacionais. Em Dezembro de 1961, chegava a não surpreendente invasão dos territórios portugueses, Goa, Damão e Diu, e conseqüente vitória militar da Índia. Se é verdade que a maior parte dos governos do ocidente não mostravam indignação com a agressão de Nehru, também é verdade que os esforços diplomáticos seriam inúteis na prática - i.e. a soberania portuguesa sobre os territórios no subcontinente indiano- conseguindo Portugal apenas capitalizar a simpatia dos países ocidentais para um suavizar das suas reações perante um governo

⁵⁹⁷ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 41, 2 de Junho de 1961

⁵⁹⁸ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 40, 9 de Fevereiro de 1961

⁵⁹⁹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 43, 15 de Julho de 1961

⁶⁰⁰ MATOS, Vera (2014), op. cit. pp. 217-218

⁶⁰¹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 45, 10 de Outubro de 1961

⁶⁰² BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 96-97

⁶⁰³ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 168

intransigente do ponto de vista da política colonial. Curiosamente, escassos dias antes da invasão indiana, e apesar das críticas ferozes de Brazão para com a falta de uma linha de pensamento generalizada relativamente a todos os problemas que se estavam a desenvolver⁶⁰⁴, a reação que obteve da embaixada italiana em Nova Deli, era a de que a Índia estava apenas a ameaçar Portugal por motivos de política interna, sendo que em conjunto com a oposição das grandes potências relativamente a qualquer ação militar de Nehru⁶⁰⁵, seria ainda possível a situação resolver-se a favor de Portugal. Não fica completamente explícito se a opinião generalizada da comunidade diplomática, e nomeadamente de Brazão, seria a de que a situação seria favorável, pela simpatia que traria a Portugal tal ação por parte da União Indiana, no entanto em Janeiro de 1962, Brazão reconhecia que Portugal tinha ganho bastante crédito junto de muitos setores italianos, que consideravam injusto o destino dos territórios do Estado português da Índia perante o triunfo militar da União Indiana⁶⁰⁶. Parece-nos que balanceando a posição portuguesa na Índia, contra a necessidade de crédito diplomático de Portugal num momento em que se via obrigado a agir também em África, a primeira perderia claramente peso. Ainda assim o diplomata português reconhece que estava aberto um precedente crítico face à existência história de Portugal enquanto nação pluricontinental⁶⁰⁷.

A questão colonial era bastante complexa. E não podemos de forma nenhuma, generalizar afirmando que o interesse italiano, e dos italianos, nas colónias portuguesas, se devia a motivos humanitários, políticos ou até mesmo económicos, na sua inteira exclusividade, mas não nos parece bem eclipsar o envolvimento italiano nas colónias portuguesas. De facto, a quando do primeiro plano de fomento português, entre 1953-1958, despertaram-se vários interesses na indústria italiana, especialmente os projetos hidroelétricos, o fornecimento de material para os caminhos-de-ferro, a construção e o equipamento de portos, o fornecimento de navios e de maquinaria às novas indústrias e a construção de silos⁶⁰⁸. Rui Medina, encarregado de negócios em Roma à época, e do ministro em Itália, António Ferro, viam com bons olhos o investimento italiano e defenderam a criação de um Centro de Informações em Itália, para que se pudesse divulgar o potencial de investimento e turismo nas colónias

⁶⁰⁴ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 47, 11 de Dezembro de 1961

⁶⁰⁵ Id. *Ibid.*

⁶⁰⁶ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 48, 30 de Janeiro de 1962

⁶⁰⁷ Id *Ibid.*

⁶⁰⁸ MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 158

portuguesas. Depois de consultado o SNI, chefiado na altura por Eduardo Brazão, procedeu-se à abertura do Centro, sendo este uma peça importante para o início de uma mais aproximada relação comercial entre Itália e o ultramar português⁶⁰⁹. Foi precisamente Brazão, que vendo o cada vez mais difícil desenvolvimento de uma política amigável de Itália para com a posição colonial portuguesa, que defendeu uma estratégia de abertura económica das colónias aos interesses italianos, acolhendo o maior número de propostas possíveis, de modo a apaziguar em parte o conflito diplomático. Ora segundo Vera Matos, este incentivo do embaixador, foi uma viragem completa, em linha da abertura já aconselhada por Medina e Ferro anos antes e que contrastava com a política do início da década anterior, quando os conselhos dados pela embaixada portuguesa iam exatamente na direção contrária⁶¹⁰. No *Memorial* Brazão revela que foi Salazar que lhe pediu pessoalmente para sondar, embora com prudência, o interesse italiano no potencial económico das colónias, isto porque embora a política de atrair capital fosse um objetivo, não estaria interessada a gestão portuguesa em atrair um grande número de mão-de-obra italiana para Angola e Moçambique⁶¹¹.

A utilização dos interesses económicos italianos, perante a tempestade anti-portuguesa (na verdade mais anti-colonial) que se fazia sentir no início da década de 1960 em Itália, não era no entanto o único recurso de Brazão. Lembramos que, se como veremos, existia uma forte oposição ao governo português em muitos setores políticos italianos, Brazão pode ainda assim explorar a franja política mais à direita que simpatizava verdadeiramente, ou convenientemente, com o Salazarismo.

A oposição ao Estado Novo em Itália, partia naturalmente dos partidos Socialista e Comunista, bem como da ala esquerda da DC. Itália não só tinha uma tradição de esquerda gerada pela oposição ao fascismo, como um dos maiores partidos comunistas na Europa e foi local de passagem para exilados portugueses que, a caminho do bloco de leste, foram por vezes patrocinados pelas franjas políticas já enumeradas⁶¹². Brazão registara vários episódios desta oposição, sendo que nos podemos centrar sinteticamente em três de maior relevo: o “ataque” da RAI à política portuguesa em África; as manifestações promovidas durante a crise académica de 1962; o problema da expulsão de jornalistas italianos de Portugal. O primeiro

⁶⁰⁹ Id. *Ibid.* pp. 159-160

⁶¹⁰ Id. *Ibid.* pp. 261-262

⁶¹¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 103

⁶¹² MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 272

episódio remonta a 1961, quando a Democracia Cristã era atacada pelo PSI, utilizando este último o argumento da relação do governo com Portugal, para fazer campanha política. Ora a RAI, a televisão pública italiana, estava à altura intimamente ligada ao PSI, atacando muitas vezes Portugal, tanto quanto ao governo da metrópole, como ao do ultramar. Em Julho de 1961, a RAI transmitia, na rubrica semanal sobre política internacional, uma reportagem que fazia uso de imagens que demonstravam as condições degradantes das habitações da população negra de Angola, em contraste com o luxo nos bairros dos europeus. Depressa Brazão pediu para ser ouvido pelo Secretário-Geral do MAE, dizendo que não compreendia como a RAI, organismo público, podia atacar de tal forma Portugal, utilizando como argumento não só a “má vontade” de retirar do contexto a obra de melhoramento empreendida por Portugal em Angola, mas também dizendo que bairros com más condições existiam em todos os cantos do mundo, tanto em Angola, como também em Washington ou Roma. O governo italiano acabaria por ceder, dizendo que de facto a reportagem era desadequada e faltava ao respeito a Portugal. Brazão acabaria por notar, que os ataques da RAI à política portuguesa, acabariam por se tornar úteis à diplomacia portuguesa, através dos apoios das alas de centro e direita da DC, a Portugal, criticando a RAI. As críticas chegariam mesmo a partir do Ministro da Justiça italiano, Gonella, chegando à imprensa com acusações diretas ao diretor de informação da RAI, Enzo Biagi. Fanfani, reagia criticando o ministro, acusando-o de indisciplina. Brazão via assim criados frutos através da cisão dentro da DC, considerando “o caso da televisão serviu aos políticos da Democracia-cristã para definirem, em face do país, uma fractura profunda dentro do seu partido⁶¹³”. Ficava assim criada uma ligação entre a política interna italiana e a questão colonial portuguesa, sendo que sempre que a última viesse à discussão, as políticas portuguesas podiam agora ser apoiadas por elementos mais independentes da direita e extrema-direita italiana⁶¹⁴. Neste contexto, a embaixada portuguesa procurou apoio na imprensa monárquica e independente, em jornais com peso em Itália como o *Il Tempo*, *Giornale d’Italia*, de Roma e o *Corriere della Sera*, em Milão, Roma e Nápoles⁶¹⁵. Mais longe ainda, ia a imprensa neofascista, que Brazão considerava como um trunfo no apoio político a Portugal. Movida essencialmente pelo interesse da crítica à ala esquerda italiana, não deixou de

⁶¹³ MATOS, Vera (2014), op. cit. pp. 226-228

⁶¹⁴ Id. *Ibid.*

⁶¹⁵ AHD - MNE, PAA M422, ofício n.º 36, confidencial, de 10 de Fevereiro de 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE

apresentar casos onde Portugal era intensamente elogiado. A revista *Il Borghese*, foi sem dúvida o maior exemplo. De índole fascista, baseada numa idealização do ressurgimento cultural italiano, Brazão enviaria vários exemplares a Marcello Caetano, traçando paralelos sobre os artigos apresentados pelos exemplares e a política que poderia ser seguida. No caso do exemplar enviado em Março de 1962, e como já vimos a ambiguidade do posicionamento italiano face à questão da Índia, Brazão sugeria explorar ao máximo a vitimização portuguesa face a este assunto extremamente divisivo⁶¹⁶. Já em 1961, tinha enviado para Marcello Caetano um exemplar daquela revista, classificando como relevante por opinar variadas vezes sobre Portugal⁶¹⁷ e outro para Salazar onde podemos ler um artigo bastante favorável a Portugal, tendo forma de uma carta aberta destinada ao presidente do conselho. Na nota que segue junto da revista, Brazão elogia o autor, dizendo que é um dos verdadeiros aliados da política portuguesa em Itália, chegando a sugerir mesmo que fosse condecorado com a ordem do Infante⁶¹⁸. Francesco Piccolo, escrevia assim em “*Lettera a Salazar L’Europa è sola*⁶¹⁹”, que as palavras de Salazar no mais recente discurso dirigido à Assembleia Nacional, deviam constituir um exemplo para toda a Itália, vendo em Salazar um bastião de resistência numa perspectiva de confronto já iniciado entre o ocidente e o oriente. Também exemplo disso, seria a denúncia feita por Portugal relativa à rebelião no Congo e da forma como em Angola, Portugal começava a resistir, culpando a União Soviética por ambos os acontecimentos. A isto incluía também críticas aos EUA e às Nações Unidas, por na sua perspectiva não defenderem os interesses ocidentais.

Os outros dois episódios que Brazão teve de enfrentar, ao contrário dos ataques da RAI, não se converteram em vitórias. O primeiro diz respeito às manifestações organizadas contra Portugal em solidariedade pela repressão do governo português sobre os estudantes, a chamada crise académica de 1962. Os contactos do PCI com organismos do PCP, levaram vários anti-fascistas italianos a estarem presentes em Coimbra nos dias das manifestações. Arrigo Repetto, Joyce Lussu e Angelo Sferazza, três das personalidades presentes, viriam a divulgar a sua experiência no meio da situação tensa em Portugal, levando a que Brazão recebesse várias notas de protesto na

⁶¹⁶ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 50, 29 de Março de 1962

⁶¹⁷ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 44, 10 de Agosto de 1961

⁶¹⁸ ANTT, AOS/CP-040, cx. 897, f. 105-106

⁶¹⁹ ANTT, AOS/CP-040, cx. 897, f. 113-114, *Il Borghese*, nº 29, 1961, pp. 453-454

embaixada⁶²⁰. Brazão era da opinião, de que o movimento estudantil em Portugal era orientado em parte por elementos exteriores - “Não pode haver qualquer dúvida que todos os organismos e personalidades que nos escrevem receberam para isso ordem expressa do seu partido comunista e também se vê claramente – caso ainda fosse necessário – que o movimento estudantil em Portugal tem uma base orientadora cujas instruções vêm de Moscovo e talvez mesmo, como pensa o Embaixador de Espanha [...] através de Roma⁶²¹” - sendo que após a ação de Reppeto, Lussu e Sferazza, ocorreu também uma manifestação dirigida a Portugal com o apoio das juventudes partidárias da DC, PSI, PCI e outros. Ficou também no ar a possibilidade de uma nova manifestação desta vez junto à embaixada de Portugal, organizando-se um aparato de segurança que não chegou a ser necessário. No dia seguinte no entanto, os manifestantes entregariam uma mensagem de protesto onde condenavam a repressão contra estudantes e opositores do regime, pedindo também amnistia para os estudantes, presos políticos e exilados⁶²². Também em Maio de 1962, aconteceriam duas detenções em Portugal, por parte da PIDE, de jornalistas italianos - Luigi Boffa, do *Unità*, e Ricardo Minuti, do *Paese Sera* - que seriam exploradas politicamente em Itália. Os jornalistas, acusados de estarem em contacto com o PCP, seriam libertados rapidamente e expulsos de Portugal, não sem o protesto das autoridades italianas. Regressados, os jornalistas tentaram ser recebidos por Eduardo Brazão, negando-se o embaixador, alegando que eram do PCI. Os dois jornalistas invocavam a relação de amizade entre Portugal e Itália e pretendiam que Noémia O’Neil, detida em conjunto com eles, fosse libertada⁶²³. Entre os desentendimentos e falta de esclarecimento do governo português, foi também detida a já mencionada jornalista Joyce Lussu, restando a Brazão apenas protestar pelos ataques constantes a Portugal e alegando a revogação célere da detenção, tendo em consideração a categoria da personalidade⁶²⁴.

Resumidamente, lembramos também alguns eventos significativos para Brazão durante esta estadia de quatro anos em Roma, mas no plano mais pessoal. Seria a primeira vez que o diplomata apresentava credenciais⁶²⁵, pois lembramos também que só dois anos antes, as legações de Portugal em Roma e da Itália em Lisboa eram elevadas à categoria de embaixada na perspetiva do estreitamento das relações

⁶²⁰ MATOS, Vera (2014), op. cit p. 275

⁶²¹ AHD - MNE, PEA M532, ofício n.º 210 de 23 de Maio de 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE

⁶²² Id. *Ibid.*

⁶²³ MATOS, Vera (2014), op. cit. pp. 277-280

⁶²⁴ Id. *Ibid.*

⁶²⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 104

bilaterais entre os dois países⁶²⁶. O quadriénio em Roma, serviu para Brazão produzir pelo menos duas obras de valor significativo: *O Conclave de 1903 e o veto de exclusão*, inspirado por um estudo de Teixeira de Sampayo e em sua homenagem, este trabalho diz respeito à morte de Leão XIII e ao conclave de 1903, seria publicado em 1961⁶²⁷; *A unificação de Itália vista pelos diplomatas portugueses (1848-1870)*⁶²⁸, dois volumes editados pela Universidade de Coimbra, mas num primeiro momento fruto da intenção de Brazão captar as simpatias da comunidade italiana, editados em 1962 pelo *Instituto per la Storia del Risorgimento Italiano*⁶²⁹. Esta obra foi realizada sobre o auspício do Prof. Alberto Ghisalberti, presidente do instituto, então diretor da Faculdade de Letras e Filosofia da *Sapienza* e prefaciada pelo mesmo, tendo sido descrita pelo professor como um contributo fundamental para o conhecimento do período histórico do *risorgimento*⁶³⁰, e sendo considerada na imprensa “un’opera di rilevantissima importanza, senza la qual la storia di quel fondamentale período della nostra formazione nazionale non sarebbe stata completa⁶³¹”. Brazão ligaria a realização desta obra, com o facto de mais tarde, o Rei Humberto II de Itália, último monarca italiano, lhe ter enviado a grã-cruz de São Maurício e São Lázaro⁶³². Viria também a receber a grã-cruz de Mérito da República Italiana⁶³³, o que em conjunto com o reconhecimento já expresso, da imprensa italiana, contrastou com a sua desilusão devido ao facto de em Portugal não ser reconhecido, exceto por Salazar, que insistiu em Coimbra pela apressar da edição da obra em português⁶³⁴. A este respeito parecem ter havido algumas críticas feitas relativamente a problemas movidos pela edição do livro, deixando Brazão já em Julho de 1962, nos últimos momentos da sua estadia, exasperado: “Portugal é um vespeiro⁶³⁵”.

Apesar da intensa atividade causada pela problemática ultramarina a partir de 1961, conseguiu ainda em 1960 ajudar à criação, em Milão, da cadeira do professor José da Costa Miranda⁶³⁶, que além de leitor de português nesta cidade, viria também

⁶²⁶ MATOS, Vera (2014), op. cit p. 130, nota nº 385

⁶²⁷ BRAZÃO, Eduardo, “O Conclave de 1903 e o veto da exclusão”, *Lvsitania Sacra*, nº6, pp. 177-237

⁶²⁸ Universidade de Coimbra, 2 vol., 1963-1966

⁶²⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 97

⁶³⁰ Id. *Ibid.* pp. 97-97

⁶³¹ *Il Tempo*, 21 de Novembro de 1962, em FARIA, Ana Leal de, “BRAZÃO, Eduardo (Lisboa, 1907 - Cascais, 1987)” em *Dicionário de Historiadores Portugueses*, dichp.bnportugal.pt, (disponível em dichp.bnportugal.pt/imagens/brazao.pdf) consultado às 17:10 de 20 de Abril de 2020

⁶³² BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 98

⁶³³ Id. *Ibid.* p. 123

⁶³⁴ Id. *Ibid.* pp. 123-124

⁶³⁵ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº52, 15 de Julho de 1962

⁶³⁶ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº33, 20 de Maio 1960

assumir funções em Roma. Nesse mesmo ano, assiste às cerimónias de abertura e fecho dos Jogos Olímpicos, acompanhando pouco do desenrolar dos jogos por não ser apaixonado pelo desporto⁶³⁷. Fruto das receções organizadas pelo MAE, travou contacto com vários líderes e famílias reais de vários locais: Reza Pahlevi do Irão, Príncipe Renier do Mónaco, Charles de Gaulle, de quem era um admirador confesso⁶³⁸, até porque segundo escreve, admitiu no seu encontro com o embaixador português, de que se embora os franceses estivessem a preparar a sua retirada da Argélia, Portugal deveria manter-se em África, essencialmente pelas diferenças apresentadas entre a África do Norte e os territórios de Moçambique e Angola⁶³⁹.

Os últimos dos acontecimentos a ter em conta, testemunhados por Eduardo Brazão dizem respeito à morte de Pio XII e à eleição do novo papa, João XXIII. A morte de Pio XII deixaria uma triste memória na mente de Brazão, mostrando-se indignado pelo tratamento da imprensa e pela negligência mostrada pelo arquiatrio. Enchia-se depois o Vaticano com representantes diplomáticas de todo o globo, incluindo Francisco Calheiros e José Nosolini, da parte de Portugal. O relato que Brazão faz do dia da eleição de João XXIII faz notar a sua comoção e admiração perante a oportunidade de assistir a um momento histórico como é a eleição de um papa⁶⁴⁰. A Marcello Caetano confessa que o eleito lhe agradou, achando-o um homem de aspeto bondoso e que estará mais perto do povo⁶⁴¹. Entre 1958 e 1962, Brazão parece ter mostrado vontade de se afastar das questões levantadas entre a Santa Sé e Portugal⁶⁴², insistindo quando lhe era comunicada qualquer questão relacionada com o bispo do Porto, que fosse Vasco Cunha a tratar da problemática, insistindo no entanto na urgência de se resolver o problema⁶⁴³. Este período particularmente delicado, fez com que nem sempre mantivesse boas relações com Vasco Cunha, queixando-se inclusive da sua atuação⁶⁴⁴. No entanto, este foi o único elemento de Portugal no Vaticano com quem manteve uma relação mais difícil. Iria depois elogiar bastante o substituto de Vasco Cunha, e antecessor do próprio Brazão na Santa Sé, António Augusto de Faria, bem como Carneiro Pacheco, pela sua proximidade com os Gerais das várias Ordens e o futuro cardeal D. José da Costa Nunes, pela delicadeza com que

⁶³⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 108-110

⁶³⁸ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº27, 16 de Novembro de 1959

⁶³⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 112

⁶⁴⁰ Id. *Ibid.* pp. 115-117

⁶⁴¹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 17, 22 de Novembro de 1958

⁶⁴² ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 23, 17 de Julho de 1959

⁶⁴³ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 25, 5 de Outubro de 1959

⁶⁴⁴ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 29, 24 de Dezembro de 1959

tratava os assuntos respeitantes a Portugal⁶⁴⁵. Diga-se também, que relativamente a Costa Nunes, não são raras as vezes que Brazão mencionou junto de Marcello Caetano que Portugal deveria insistir junto do Vaticano, para que ao contrário de 1945, se pretendesse elevar Costa Nunes a cardeal⁶⁴⁶, o que viria a acontecer em 1962. No entanto esta nomeação não deixa de ser recordada com alguma controvérsia por Brazão, que diz que a nomeação embora viesse satisfazer uma velha aspiração do governo de Lisboa, sendo Costa Nunes patriarca emérito da Índias Orientais, bloqueava também a possibilidade de Portugal vir pedir junto da Santa Sé a elevação de outro cardeal da África portuguesa, que substituísse o falecido Teodósio Gouveia, arcebispo de Lourenço Marques. O objetivo da igreja, tendo em conta a sua internacionalização, passaria agora por nomear cardeais negros, mas não querendo fazer uma recusa a Portugal, Costa Nunes foi uma alternativa perfeita da Igreja para agraciar Portugal sem por em causa a sua política geral⁶⁴⁷.

Percebemos assim que os quatro anos em que Brazão representou Portugal junto do governo italiano, foram de luta permanente. Menos ativo noutros assuntos, não deixou no entanto a sua paixão pela história, conseguindo completar uma obra de bastante valia⁶⁴⁸. O combate contra a oposição portuguesa, embora parcialmente bem-sucedido, não deixaria de fazer danos, sendo que o facto de Brazão não conseguir completamente travar a ofensiva antiportuguesa, foi alvo de críticas até de António Faria⁶⁴⁹. Brazão acabaria por sair rumo ao Canadá, sentindo-se nas suas próprias palavras castigado pelo que não podia controlar⁶⁵⁰.

⁶⁴⁵ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Cartas nº 31, 16 de Fevereiro de 1960 e nº44, 10 de Agosto de 1961

⁶⁴⁶ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Cartas nº 31, 16 de Fevereiro de 1960 e nº 34, 18 de Julho de 1960

⁶⁴⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 121

⁶⁴⁸ BRAZÃO, Eduardo, *A unificação de Itália vista pelos diplomatas portugueses (1848-1870)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2 volumes, 1963-1966

⁶⁴⁹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 52, 15 de Julho de 1962

⁶⁵⁰ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 337



Pallazo Orsini, Roma
(disponível em discoverplaces.travel/en/the-palaces-of-the-noble-families-of-rome-palazzo-orsini-and-palazzo-colonna consultado às 15:47, 4 de Fevereiro de 2022)



Capítulo 7 - Canadá e Costa Rica (1962-1966)

Eduardo Brazão rumou ao Canadá, em 1962. Como sabemos, a sua despedida de Roma foi triste, em especial pela dificuldade de enfrentar os movimentos, partidos e opinião pública anticolonialista. Pela primeira vez em solo americano, Brazão enfrentaria novamente as consequências da política portuguesa colonial, mas não só. A agressiva imprensa canadiana, a questão da imigração portuguesa, das simpatias e antipatias levantadas pelos imigrantes relativamente ao governo português, tendo de empreender uma campanha de defesa aguerrida da posição ultramarina, não lhe deram tréguas. O seu sucesso - considerado inclusive por Salazar⁶⁵¹ - dependeu muito da sua aproximação ao meio académico e da forma como publicitou e divulgou a ligação histórica entre Portugal e o Canadá. Seria também pioneiro na divulgação da ideia de uma presença pré-colombiana na América do Norte, inclusive portuguesa. Não deixaria ainda a América sem passar pela Costa Rica, onde, em 1966, numa curta estadia, assumiu o cargo de embaixador não residente.

Embaixador no Canadá

Eduardo Brazão rumou ao Canadá desde Le Havre, no paquete France, com escala nos EUA e acompanhado pela obra prima de Leonardo Da Vinci, a Gioconda, que em conjunto com o Conservador do Louvre, se dirigia a Nova Iorque e Washington para exibição entre 1962-1963. Brazão terá dito então ao próprio Conservador, que não lhe agradava a ideia de tais obras circularem com o perigo de se danificarem. Pensamento próprio de alguém com enorme sensibilidade pela história. Chegaria a Otava na véspera de Natal, ficando deslumbrado com o clima de amizade e a beleza própria das decorações que tão bem combinavam com a neve... “O Natal no Canadá o esquecerei!”. Instalado na Island Park Drive, residência da embaixada, sentia o embaixador um conforto sem paralelo com o que já tinha experimentado, fruto da forma como no Canadá, ao contrário da Europa, se faziam as coisas de modo mais simples⁶⁵². A sua atividade, que se iria centrar em Otava, mas que também o fez percorrer longas distâncias até diversas províncias canadianas, embora tivesse sido do seu agrado, não deixaria de o afastar da sua família, não podendo estar ao lado da mãe

⁶⁵¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 129

⁶⁵² Id. *Ibid.* pp. 337-344

no derradeiro momento do seu falecimento (tal como a sua esposa que também perdeu a mãe enquanto vivia com Eduardo Brazão no Canadá), como também perto dos seus filhos e netos, que iam nascendo e crescendo longe do patriarca. Consequências naturais do ofício de um diplomata em missão longe da sua pátria.

País de diversas tradições - nativa, anglo-saxónica e francófona - o Canadá distinguia-se historicamente dos países por onde Brazão tinha passado, pela sua jovem autonomia. Mesmo antes de ser independente (ou autónomo⁶⁵³), quando comparado com a França, Itália ou até mesmo com a China, as relações com Portugal eram relativamente recentes. Fruto da integração do território do Canadá no largo rol, primeiro de possessões francesas e depois do império britânico, nada ligava diretamente - no que diz respeito à diplomacia - Portugal ao Canadá. No entanto, é preciso dizer que fora as relações institucionais, Portugal tinha de facto uma longa história de ligação ao território do atual Canadá cuja costa Atlântica foi reconhecida e navegada pelos portugueses desde o séc. XV.

Cerca do ano de 1470, João Vaz Corte Real, terá explorada a costa da Terra Nova, numa época em que ainda se procurava a passagem marítima para a Ásia, sendo depois em 1493 a vez de Pedro de Barcelos⁶⁵⁴. Os filhos de Corte Real, Miguel e Gaspar, desapareceriam naquela região em missão de reconhecimento ⁶⁵⁵. Este seria, como veremos, um ponto importante para Brazão, sendo ele um historiador pioneiro na divulgação das viagens de Corte Real ainda no séc. XV. Durante o séc. XVI, iniciar-se-ia a tradição pesqueira de origem portuguesa naquelas costas - em 1598 registar-se-ia a partida do Porto e de Viana do Castelo de uma frota de 50 barcos de pesca - mas que progressivamente deixou de existir, com o domínio inglês do Atlântico Norte. Em 1673 Pedro da Silva chegava à Nouvelle France e já em 1705 seria nomeado Primeiro Correio daquele território⁶⁵⁶, sendo durante muito tempo a personalidade portuguesa de maior destaque no Canadá.

Já no século XIX, com o desenvolvimento da pesca da baleia em maior escala, seria dos Açores que partiriam portugueses para paragens do Atlântico Norte e

⁶⁵³ Lembramos que até 1982, a Constituição Canadiana podia ainda ser modificada pelo parlamento britânico, sendo o *Constitution Act, 1982*, o último grande marco de um longo processo que levou o Canadá à atual configuração política soberana, Vide, en.wikipedia.org/wiki/Patriation, consultado às 19:25 de 4 de Abril de 2020

⁶⁵⁴ ANDERSON, Grace, HIGGS, David *A Future to Inherit-Portuguese Communities in Canada*, Toronto, McClelland & Stewart, 1976, p. 4 apud. VAZ, Maria Laurentina Fagulha, *Ecos da Cultura de Raiz Portuguesa em Terras do Canadá*, Tese de Mestrado em Estudos Americanos, apresentada à Universidade Aberta de Lisboa, 2005, p. 14

⁶⁵⁵ Id. *Ibid.*

⁶⁵⁶ Id *Ibid.* pp. 14-16

finalmente no séc. XX, retomada a pesca do bacalhau que ligou os portugueses desde cedo ao Canadá - algo atestado pela etimologia de vários locais (Baccalieu Island, Frei Luis, Terra Nova, Labrador, e outros⁶⁵⁷) - estando assim criadas as bases para uma imigração contínua de portugueses para esta região. Nas primeiras décadas de século XX, a imigração portuguesa manteve-se, sendo que em 1951, conheciam-se números a rondar os 600 habitantes de origem portuguesa no Canadá⁶⁵⁸. Foi na década de 1950 que começou verdadeiramente a imigração em grande escala para o Canadá. Fruto da imigração direta dos Açores e Madeira em grandes números, mas também do Continente e de outros países como a Venezuela, iriam instalar-se até 1960, mais de 21 mil imigrantes⁶⁵⁹ um pouco por todo o país, com especial destaque para Ontário⁶⁶⁰. O acordo de migração laboral assinado entre o governo português e o canadiano, permitiu em 1953 a chegada de autênticos “pioneiros”, grupos de algumas dezenas de pessoas dos Açores e da Madeira que viriam a consolidar a sua posição no mercado local (especialmente nos caminhos-de-ferro e agricultura) levando posteriormente a que mais vagas de imigração, influenciadas pela inicial, se viessem a instalar⁶⁶¹. A juntar a estas vagas, foram-se instalando numerosos imigrantes ilegais, fruto da ausência de necessidade de visto de visitante, tal como também um número de imigrantes que antes se dedicavam à pesca do bacalhau na “Frota Branca”⁶⁶². A pluralidade de origens dentro da comunidade imigrante portuguesa, permite assim perceber a dicotomia existente nas reações encontradas por Brazão junto da comunidade. Em conjunto com a criação de uma campanha pro política ultramarina junto da comunidade político-diplomática, foi a imigração portuguesa o grande desafio de Brazão.

Embora num primeiro momento o diplomata tenha sido da opinião que a representação portuguesa no Canadá se podia limitar a uma legação⁶⁶³, a verdade é que rapidamente entendeu estar perante uma comunidade complexa, no que diz respeito ao contexto da imigração portuguesa, mas também um país politicamente sensível às críticas, sobretudo na sua ligação com a velha Europa e ao seu estatuto

⁶⁵⁷ Id *Ibid.* p. 15

⁶⁵⁸ HIGGS, David, *The Portuguese in Canada*, Ottawa, Canadian Historical Association, 1982, p.4

⁶⁵⁹ Id. *Ibid.*

⁶⁶⁰ FERNANDES, Gilberto, “Os Portugueses em Toronto, 1953-2013. 60 anos de Emigração Portuguesa para o Canadá”, adaptado de *Milénio-Stadium*, Toronto, 29 de Março de 2013, pp.6-7, (disponível em fernandesgilberto.files.wordpress.com/2014/01/exhibit-catalogue-inside-pt-low-res.pdf) consultado às 14:50 de 7 de Maio de 2020

⁶⁶¹ Id. *Ibid.*

⁶⁶² Id. *Ibid.*

⁶⁶³ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº53, 23 de Dezembro de 1962

independente⁶⁶⁴. Notamos por exemplo a observação de Brazão, relativamente à possível emancipação do Quebec, vendo nesse evento uma provável integração do restante território do Canadá nos EUA⁶⁶⁵, algo impensável aos nossos olhos, mas de alguma forma possível na visão contemporânea de Eduardo Brazão. Compreendemos assim que o paralelo entre o legado histórico do Canadá enquanto colónia europeia, e as então atuais colónias portuguesas, era um fator significativo, assim como a ligação histórica da comunidade francófona com as posições mais liberais ou mais conservadoras dos sectores correspondentes em França. Mas nesta mistura de “Inglaterra vitoriana com o Far West⁶⁶⁶”, o diplomata português sentia ser possível empreender tal campanha de propaganda pois o total conflito entre a posição governamental do Canadá com a política ultramarina portuguesa, não era motivo de falta de cordialidade entre a comunidade diplomática dos dois países⁶⁶⁷.

Voltando à questão da comunidade imigrante no Canadá, a opinião de Brazão não deixava de refletir um característico elitismo. Observando em primeira mão a miséria em que muitos portugueses viviam, não podia deixar de considerar que tinham feito uma péssima escolha em sair do seu país⁶⁶⁸. Considerava mesmo que a comunidade portuguesa “era um grande problema naquele país⁶⁶⁹”, na medida em que “aquela gente mal formada, com ódio à sua pátria⁶⁷⁰”, defendia a democratização do regime português, insistindo particularmente no fim do colonialismo⁶⁷¹. Na sua perspetiva, a imigração europeia para o continente norte-americano no geral, era uma herança dos falhanços de uma certa camada social no passado: “O continente Americano é diferente, habitado por imigrantes, são filhos dos falhados da Europa⁶⁷²”. Colava esta perspetiva ao facto de os imigrantes portugueses criticarem fortemente - “odiarem” - o seu país, sendo deste modo o ódio, movido pela inveja de não ter singrado no território de origem⁶⁷³.

Estando assim identificados os principais desafios de Eduardo Brazão - atitude da classe política canadiana face à soberania do ultramar português e a relação da comunidade imigrante com Portugal - entendamos a sua ação essencialmente

⁶⁶⁴ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº54, 27 de Fevereiro de 1963

⁶⁶⁵ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº56, 30 de Março de 1963

⁶⁶⁶ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº53, 23 de Dezembro de 1962

⁶⁶⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 346

⁶⁶⁸ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº55, 10 de Março de 1963

⁶⁶⁹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº56, 30 de Março de 1963

⁶⁷⁰ Id. *Ibid.*

⁶⁷¹ Id. *Ibid.*

⁶⁷² ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº62, 21 de Janeiro de 1964

⁶⁷³ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº64, 28 de Julho de 1964

enquanto agente da propaganda nacional. Lembremos que Portugal estava neste momento (1962-1966) sobre grande pressão por parte das Nações Unidas. Segundo Brazão, a “ofensiva na ONU contra Portugal, tinha animado os anti-salazaristas no Canadá⁶⁷⁴”, ficando abertas raturas entre a imprensa Canadiana e a embaixada. O problema africano internacionalizava-se, a embaixada enfrentava agora não só a retirada de jornalistas canadenses convidados a visitar Angola⁶⁷⁵, como também a posição intransigente do governo do Canadá na defesa dos cidadãos no caso dos missionários de origem canadense no ultramar português⁶⁷⁶ que minavam a ação repressiva e legitimadora da soberania portuguesa no ultramar. Perante estas questões, e de acordo com o ministro dos negócios estrangeiros Belga, Brazão defendia que apenas lhe restava uma diplomacia de carácter histórico-cultural⁶⁷⁷. Portugal estava longe de ser uma potencia regional na Europa, não podia enfrentar a ONU e a comunidade internacional recorrendo a argumentos estritamente político-jurídicos, mas sendo uma potência colonial, restava-lhe a legitimidade - do ponto de vista do regime português - que advinha do legado histórico. Essa era a única via de Eduardo Brazão.

A primeira grande ação neste plano, passou pela entrevista dada no final de 1962 ou início de 1963⁶⁷⁸, ao programa *Diplomatic Passport* na cadeia de televisão CBC Ottawa. Neste programa, onde se apresentavam os embaixadores de cada país no Canadá, as instalações das suas embaixadas e se dava a conhecer o país de origem dos embaixadores - Brazão além dos assuntos de foro pessoal, relacionados com o dar a conhecer a influência que o seu pai exerceu sobre ele ao longo da carreira, bem como das habituais menções à cultura portuguesa na pessoa de Amália Rodrigues - centrou sobretudo o seu discurso na posição portuguesa em África⁶⁷⁹. O programa, dividido entre meia hora em língua inglesa e um quarto de hora em francês, seria bem recebido no Quebec, parecendo ter o embaixador uma relação especial com a comunidade francófona⁶⁸⁰. Tendo em conta a pluralidade cultural, que também se fazia refletir no

⁶⁷⁴ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº60, 3 de Agosto de 1963

⁶⁷⁵ Id. *Ibid.*

⁶⁷⁶ Id. *Ibid.*

⁶⁷⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 342

⁶⁷⁸ Eduardo Brazão dá a entender que a entrevista terá passado no início de 1963 (ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº54, 27 de Fevereiro de 1963), no entanto a lista de programas da CBC Ottawa disponível em [queensu.ca/filmandmedia/sites/webpublish.queensu.ca.fmwww/files/files/CBC Television Linked Listings.pdf](http://queensu.ca/filmandmedia/sites/webpublish.queensu.ca.fmwww/files/files/CBC%20Television%20Linked%20Listings.pdf) (consultado às 15:30 de 8 de Maio de 2020) dá conta das emissões do programa terem decorrido entre 16 de Outubro de 1961 e 30 de Abril de 1962

⁶⁷⁹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº54, 27 de Fevereiro de 1963

⁶⁸⁰ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº55, 10 de Março de 1963

plano político com uma maior ou menor receptividade às políticas portuguesas, Brazão não podia deixar de visitar as várias regiões do Canadá em detrimento de um trabalho centrado apenas na capital. Assim, o ano de 1963 ficaria marcado pelas suas duas tournées - a primeira por Ontario (Toronto) , Quebec (Montreal) e a segunda pela Terra Nova - não só pretendendo visitar as grandes cidades indicadas como também medir o pulso às comunidades portuguesas dessas três províncias, não esquecendo a frota pesqueira portuguesa na Terra Nova⁶⁸¹. Nesta campanha, Brazão terá “esgotado todos os recursos da propaganda nacional⁶⁸²”. Participa em programas televisivos, é entrevistado nas rádios, realiza vários almoços com as comunidades portuguesas locais e discursa em várias universidades⁶⁸³. Diz ter sido no Québec, devido especialmente à simpatia de alguns estratos sociais pela velha França, que encontrou a imprensa mais amigável⁶⁸⁴, em Ontário tem o maior sucesso na sua perspectiva, visto ser um dos locais - Toronto - de maior rivalidade entre as comunidades portuguesa pro e anti Salazar⁶⁸⁵. Nas universidades de Otava, Toronto, Laval (Quebec) e Montreal, opta por apresentar e comentar o seu velho trabalho *Portugal no Continente Africano - a questão colonial portuguesa na segunda metade do séc. XIX*⁶⁸⁶, reforçando a ideia da legitimidade da soberania portuguesa tendo por base o seu legado histórico⁶⁸⁷.

Nos jornais e na televisão, segue a mesma estratégia: na televisão, num momento mais informal quando lhe foi questionado qual seria o melhor local para visitar em Portugal, responde reiteradamente “a África portuguesa⁶⁸⁸”; nos jornais, o rol ideológico do Estado Novo é largamente demonstrado, tentando Brazão provar à imprensa canadiana que Portugal se inseria numa tradição completamente distinta das democracias liberais. Na entrevista concedida ao jornal *Globe and Mail*, a 11 de Maio de 1963, Brazão defende que as pressões em África na defesa da independência de Angola e Moçambique, estariam a criar uma onda de racismo anti-branco prejudicial à obra civilizadora portuguesa, sendo isto especialmente decorrente da ação da ONU - “It’s quite criminal to make definite decisions about our procedures without being on

⁶⁸¹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº56, 30 de Março de 1963

⁶⁸² ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº57, 6 de Junho de 1963

⁶⁸³ Id. *Ibid.*

⁶⁸⁴ Id. *Ibid.*

⁶⁸⁵ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº58, 15 de Junho de 1963

⁶⁸⁶ BRAZÃO, Eduardo, *Portugal no Continente Africano - a questão colonial portuguesa na segunda metade do séc. XIX*, Lisboa, 1935

⁶⁸⁷ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº59, 4 de Julho de 1963

⁶⁸⁸ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº57, 6 de Junho de 1963

the spot⁶⁸⁹”. Brazão comentou o facto de as missões de paz da ONU serem inúteis, dando o exemplo do Congo, e tentou criar um contraste entre a atitude da China face a Macau e da Indonésia face a Timor - ambas garantindo não interferir na soberania portuguesa - com a posição do ocidente face aos territórios portugueses em África. Ainda segundo o embaixador e seguindo o exemplo colonial mais próximo do Canadá, o Reino Unido teria concedido a independência a territórios africanos totalmente impreparados para tal, referindo o caso do Gana, que era agora a mais forte ditadura africana. Entendia Brazão que era preciso compreender que as já referidas diferenças de tradição política entre Portugal e o Reino Unido, justificavam a posição de Portugal, e que se caminhava agora para que os africanos tivessem um lugar como iguais dentro da sociedade portuguesa. Esta entrevista, apesar de repetir a típica posição estado novista, não deixou de mostrar uma curiosidade na forma como Brazão apresenta o parlamentarismo britânico - baseado na democracia representativa, diferenciado do monopartidarismo português - justificando, assim, a falta de representatividade dos africanos na política portuguesa, quando isso deveria ser um objetivo do regime. O partido único e a tradição governamental portuguesa, seriam justificações naturais para a não democratização dos territórios africanos, o que de qualquer forma era apresentado como uma ideia absurda⁶⁹⁰.

Já na Terra Nova, região que iria visitar ainda mais duas vezes depois da visita de 1963, Brazão iria proceder ao mesmo tipo de propaganda, visando ainda, como veremos mais à frente, o reforço da ligação histórica com Portugal. Teria ficado bastante satisfeito com a autêntica viagem “à chefe de Estado” na qual foi disponibilizado pelo governo do Canadá uma carruagem privada e uma embarcação para o transportar até St. John’s, a capital do território insular da Terra Nova⁶⁹¹. Recebido pelo primeiro ministro da Terra Nova, Joseph Smallwood, no parlamento local, sentia naquele local uma reminiscência do território escocês, algo que lhe agradava⁶⁹². Tal como noutros locais encontra um contraste entre os que discordavam inteiramente da política portuguesa, influenciados pelas liberdades americanas conquistadas na resistência ao colonialismo do Velho Mundo, com a admiração por Portugal, enquanto país de grandes feitos no seu passado histórico, embora tudo isso

⁶⁸⁹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº58, 15 de Junho de 1963, Anexo nº1, *Globe and Mail*, 11 de Maio de 1963

⁶⁹⁰ Id. *Ibid.*

⁶⁹¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 346-347

⁶⁹² Id. *Ibid.* p. 347

fosse já à época um legado que chegava diluído pelo tempo⁶⁹³. Estas perspetivas incompatíveis segundo a sua perspetiva, estariam no centro dos problemas da diplomacia portuguesa no continente americano. A modernidade das posições progressivas das franjas políticas de esquerda nos EUA resultando no receio de que o movimento de emancipação negro reforçasse ainda mais as posições anti-coloniais no ocidente⁶⁹⁴, estava omnipresente naquela que era a tendência histórica que viria a desenvolver-se segundo a perspetiva de Brazão. Lembremos que durante a sua estadia no Canadá, o embaixador manteve uma forte relação com os EUA, não só com contacto permanente com a Casa de Portugal em Nova Iorque, mas também com aquela que era a sensação político-social generalizada nos EUA cada vez mais abertos ao progresso social posto no centro do discursos político pelos grupos defensores dos direitos civis e pelas próprias estruturas governamentais⁶⁹⁵. Ao juntar a essa tendência que cada vez mais se tornava factual, à oposição católica de esquerda⁶⁹⁶, Portugal encontrava-se assim preso entre um conservadorismo religioso que evoluía para o progressismo humanista e um progressismo sócio-político de influência liberal. A aproximação à França e à Alemanha, numa perspetiva europeísta resistente à influência norte-americana seria o ideal num futuro a médio prazo⁶⁹⁷. Não deixa de ser paradoxal, que embora na posição oficial, como também nos comentários que faz ao nível privado, Brazão defenda uma posição luso-tropicalista necessária à soberania do país, como é aliás típico das teses salazaristas, no entanto tenha a clareza de perspetivar uma alternativa europeísta num futuro sem data.

De volta à campanha de Brazão, restava a intensificação da intransigência portuguesa na imprensa. O embaixador português colaborava estritamente com determinados jornalistas que teriam como função influenciar a opinião política e pública do Canadá. Lawrence, jornalista que seria enviado para Angola de modo a reportar o desenvolvimento do território na imprensa canadiana e Silva Marques em Toronto, estariam na linha da frente desta missão⁶⁹⁸. O trabalho de Brazão nos anos de 1962 e 1963, seria fortemente elogiado, não só pelo Ministro dos Negócios

⁶⁹³ Id. *Ibid.* p. 347

⁶⁹⁴ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº65, 20 de Agosto de 1965

⁶⁹⁵ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº61, 23 de Agosto de 1963

⁶⁹⁶ Id. *Ibid.*

⁶⁹⁷ Id. *Ibid.*

⁶⁹⁸ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº60, 3 de Agosto de 1963 e nº 61, 23 de Agosto de 1963

Estrangeiros, Franco Nogueira⁶⁹⁹, como pelo próprio Presidente do Conselho que segundo Brazão seguiria agora a imprensa canadiana com o maior interesse⁷⁰⁰.

Entendemos assim que existiu um forte elemento de propaganda política no trabalho de Brazão nos primeiros anos passados no Canadá. No entanto, como seria de esperar, não se ficaria por aqui: como vimos a modernidade da influência norte-americana e o liberalismo próprio dos canadianos, que se opunha ao colonialismo português, contrastava com a admiração daquilo que Portugal fez ao longo da história. Seria este último ponto que Brazão exploraria. Foi a sua convicção e objetivo de provar que tinham sido os navegadores portugueses a avistar pela primeira vez o continente Norte Americano e a ilha da Terra Nova, que o levaram em 1963 a preparar uma série de lições para as universidades canadianas, acerca das navegações dos mesmos navegadores durante o séc. XV e XVI⁷⁰¹. Inspirado⁷⁰² em James Williamson⁷⁰³ e Samuel Morison⁷⁰⁴, crê que João Fernandes Lavrador juntamente com Pedro de Barcelos, provenientes dos Açores, terão explorado a costa canadiana sensivelmente no mesmo período que John Cabot, embora a viagem deste último tenha de certa maneira eclipsado na História, as viagens dos dois navegadores portugueses⁷⁰⁵. Tal como estas viagens, também as viagens dos Corte Real, de Fernão Teles ou de Diogo de Teive, são tidas em consideração apesar da escassez de documentos, especialmente porque recuam ainda mais na cronologia: 1452 (para Teive), 1472 (Corte Real) e 1476 (Fernão Teles)⁷⁰⁶. Esta tese, encontrava base por exemplo na correspondência entre Toscanelli e Fernão Martins, falando na passagem para a Índia por Ocidente, referida por T. P. Jost em *Portuguese activity along the Canadian shore (...)*⁷⁰⁷, ou na tese de Jaime Cortesão, a que Morison por exemplo se opunha, do avistamento da Terra Nova por parte de Diogo de Teive sem no entanto ter desembarcado⁷⁰⁸.

⁶⁹⁹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº57, 6 de Junho de 1963

⁷⁰⁰ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº62, 21 de Janeiro de 1964

⁷⁰¹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº60, 3 de Agosto de 1963

⁷⁰² Id. *Ibid.*

⁷⁰³ WILLIAMSON, James, *The Cabot Voyages and Bristol Discovery Under Henry VII*, Haklyut Society, 1962

⁷⁰⁴ MORISON, Samuel, *Portuguese Voyages to America in the Fifteenth Century*, Harvard University Press, 1940

⁷⁰⁵ BRAZÃO, Eduardo, *La Découverte de Terre-Neuve*, Université Montreal, 1964, p. 47

⁷⁰⁶ Id. *Ibid.* pp. 61-62

⁷⁰⁷ Id. *Ibid.* p. 92

⁷⁰⁸ Id. *Ibid.* p. 109, Vide também acerca desta tese de Jaime Cortesão, SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de, “Diogo de Teive e Pedro de Velasco supostos descobridores do banco da Terra Nova”, em *Revista de História*, 22(45), p. 161, (disponível em researchgate.net/publication/322612178_Diogo_de_Teive_e_Pedro_de_Velasco_supostos_descobridores_do_banco_da_Terra_Nova), consultado às 16:02 de 13 de Maio de 2020

Entendemos que as expedições anteriores às viagens de Cabot e Fernandes, eram para Brazão mais suportadas na tradição. O próprio reconhecia a falta de credibilidade das fontes sugeridas pelos autores anteriores, no entanto constituíam base para a possibilidade de presença europeia pré-colombiana, ainda que mesmo a ser verdade, as viagens dos portugueses no séc. XV seriam sempre uma redescoberta pois Brazão acreditava que Nórdicos e Irlandeses tivessem precedido por muito os Europeus do Sul, na descoberta do continente americano⁷⁰⁹. Assim além da publicação das suas conferências em francês, publicou-as também em inglês e português (*A Descoberta da Terra Nova*⁷¹⁰) publicaria também, com base na sua obra de divulgação universitária em Montreal e na universidade de Laval, *Os Corte Reais e o Novo Mundo*⁷¹¹ e ainda aquele que segundo Brazão terá sido o trabalho de maior utilidade, como também de maior dificuldade⁷¹²: *Os Descobrimientos Portugueses nas Histórias do Canadá*⁷¹³, que explorando o trabalho de nove historiadores francófonos e catorze de expressão inglesa, traçou uma realidade de omissão ou até deturpação da presença portuguesa nas explorações europeias do Canadá⁷¹⁴. Brazão sentia que a própria rivalidade entre britânicos e franceses, naquela que era a discussão sobre quem “reclamava para si a construção e obra do Canadá⁷¹⁵”, esmagou na historiografia a parte que tocava a Portugal enquanto nação pioneira na descoberta do Atlântico Norte. Embora esta narrativa fosse típica da sobrevalorização dos Descobrimientos portugueses no período estado-novista, é inegável que não só pela curiosidade das fontes, pelas ligações à altura recentemente descobertas entre os povos nórdicos e a Terra Nova (lembramos que em 1960 foi descoberta aquela que é a prova material da presença Viking na América do Norte, o sítio arqueológico de L’Anse aux Meadows⁷¹⁶, sendo Brazão um apaixonado pela progressão da evolução das descobertas arqueológicas relativamente a este assunto⁷¹⁷) como também pelo valor cultural da ligação entre Portugal e o Canadá, estes trabalhos foram sem dúvida de um caráter importante para a época.

⁷⁰⁹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº60, 3 de Agosto de 1963

⁷¹⁰ Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964

⁷¹¹ Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1965

⁷¹² BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 342

⁷¹³ Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1969

⁷¹⁴ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 342

⁷¹⁵ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº65, 20 de Agosto de 1965

⁷¹⁶ Acerca desta descoberta, vide, BOISSONEAULT, Lorraine, “L’Anse aux Meadows and the Viking Discovery of North America”, em JSTOR Daily, 23 de Julho de 2015, (disponível em daily.jstor.org/anse-aux-meadows-and-the-viking-discovery-of-north-america) consultado às 17:15 de 13 de Maio de 2020

⁷¹⁷ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº66, 1 de Fevereiro de 1966, Brazão refere que tem acompanhado de forma apaixonada várias publicações de Yale, relativas ao tema.

Ainda com o objetivo de fortificar a percepção da ligação histórica entre o Canadá e Portugal, Eduardo Brazão com a colaboração financeira do Almirante Henrique Tenreiro, inaugura em 1965 uma estátua de Gaspar Corte Real⁷¹⁸ na cidade de St. John's na Terra Nova. Da autoria do escultor português Martins Correia⁷¹⁹, a estátua ainda hoje figura no proeminente local de Prince Philip Drive, adjacente à sede de governo da província⁷²⁰.

Toda esta obra de Brazão acabaria por ser extensamente elogiada. Historiadores e críticos canadianos, como Lionel Groulx e Roger Duhamel, escreveram à época sobre como as obras de Brazão acabaram por desmitificar certas noções como a exclusividade da presença francesa e inglesa na América do Norte, valorizando também a tese portuguesa, viking e irlandesa⁷²¹. Com o reconhecimento da crítica, viria também um inesperado doutoramento *honoris causa* em direito da parte da Universidade de St. John's, algo que deixou Brazão extremamente emocionado e foi visto pelo mesmo como o coroar da sua persistência em torno da questão da exploração portuguesa do Atlântico Norte⁷²². No início de Fevereiro de 1966, Brazão mostrava já algum desgaste causado pela longa estadia no Canadá⁷²³. A juntar também a morte da sua mãe e da sua sogra em Portugal, a sua esposa insistia em voltar ao país. A necessidade de uma transferência para outro posto e a sensação de dever cumprido levaram-no a escrever a Salazar pedindo a tão desejada transferência⁷²⁴. Acabaria por sair do Canadá sentindo que tinha vencido os obstáculos que muitas vezes enfrentou, na medida em que o interesse pelo legado histórico português nem sempre era o maior.

Embaixador não residente na Costa Rica, 1966

Poucos dias antes da cerimónia relativa ao doutoramento *Honoris Causa* de Eduardo Brazão, o embaixador foi notificado para seguir imediatamente para San José,

⁷¹⁸ Vide Anexo

⁷¹⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 345

⁷²⁰ Caxinas-Poça da Barca, De Lugar a Freguesia, "A Estátua de Gaspar Corte Real", 13 de Janeiro de 2015, (disponível em caxinas-a-freguesia.blogs.sapo.pt/a-estatua-de-gaspar-corte-real-367924), consultado às 09:57 de 14 de Maio de 2020

⁷²¹ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 138-141, 6 de Outubro de 1964, GROULX, Lionel, *Revue D'Histoire de L'Amérique Française*, [s.l.],[s.d.], pp. 303-305 e DUHAMEL, Roger, *L'amérique aux Portugais*,[s.l.],[s.d.].

⁷²² BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 346

⁷²³ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº69, 1 de Fevereiro de 1966

⁷²⁴ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 142-144, 20 de Maio de 1966

capital da Costa Rica. Não podendo Vasco Garin, à altura embaixador dos EUA e por isso muitas vezes responsável pelas relações com países da América Central como a Costa Rica, proceder à viagem devido a um qualquer impedimento, coube a Brazão percorrer a longa distância entre a Terra Nova e o segundo país mais a sul do continente norte americano. Ultrapassadas as dificuldades burocráticas causadas pelo facto da Costa Rica não ter qualquer consulado no Canadá, fazendo-se tudo via Washington, Brazão seguiu por Montreal-Nova Iorque-Miami, sendo o último voo até San José num velho avião pre-1945. O embaixador português seguia em missão de charme, tentando causar boa impressão na América Latina para que os países dessa região não votassem contra Portugal nas resoluções das Nações Unidas⁷²⁵.

Apesar dos problemas com as autorizações, Brazão ficaria bastante surpreso e agradado com o que iria encontrar em San José. Dizia sentir-se numa pequena aldeia espanhola e via na Costa Rica um cenário idílico entre a tropicalidade da paisagem e o ambiente permanente de *fiesta*. Outra das surpresas que Brazão notou foi o facto da Costa Rica não possuir forças armadas próprias, suportando-se apenas no corpo de polícia que vai aumentando ou diminuindo sob as ordens de cada chefe. Perante este facto, Brazão considerou na altura se não seria aquele o modelo a seguir no futuro⁷²⁶.

Muitos países da América Latina tinham enviado embaixadores não residentes para a Costa Rica, sendo que o Vaticano tinha enviado o núncio na Colômbia enquanto representante da Santa Sé na Costa Rica. Como escrevemos, embora Brazão tenha dito que a sua viagem se deu por impossibilidade da presença de Garin, é verdade que existia uma embaixada na Costa Rica desde 1964 e se a chefia da missão na Costa Rica estava anteriormente ligada à legação do Panamá, não é explícito quem seria o chefe de missão até Março de 1966⁷²⁷.

No dia seguinte à sua chegada a San José, Brazão iria em conjunto com os seus colegas diplomatas de vários pontos do globo, apresentar as suas credenciais numa longa cerimónia que primeiro incluía um desfile no estádio nacional, onde cada delegação desfilava com a sua bandeira ao estilo dos Jogos Olímpicos⁷²⁸. Lembramos que a Costa Rica tinha passado por uma recente renovação política, onde um novo presidente - José Joaquín Fernández - liderando a oposição ao principal partido costarriquenho, conseguiu ser eleito. Ora Brazão teria que apresentar as suas credenciais

⁷²⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 353-354

⁷²⁶ Id. *Ibid.* pp. 355-356

⁷²⁷ Informação ausente no site do Ministério dos Negócios Estrangeiros

⁷²⁸ Id *Ibid.* pp. 356-357

ao novo ministro dos negócios estrangeiros, juntamente com o encarregado de negócios português António Leite Cruz, mas a descoordenação da viagem fez com que não tivessem sido enviadas qualquer tipo de credenciais. A solução arranjada, a falsificação de credenciais através da mão da esposa do encarregado de negócios bem como da agilidade mental de Brazão, resolveram o problema⁷²⁹.

As cerimónias, longas e desagradáveis do ponto de vista de todos os diplomatas presentes, duraram desde manhã até à tarde, sendo que por fim no jantar de gala no hall do teatro de San José, Brazão entregou finalmente as suas “falsificações”. Além deste caricato episódio e do agradável ambiente costa riquenho, pouco se passou durante esta viagem relâmpago. Brazão acabaria por reunir alguns volumes sobre a história do país e partir rapidamente rumo a St. John’s onde a cerimónia do seu doutoramento estava prestes a realizar-se. Ficaria na sua memória as considerações que teceu acerca da natureza da soberania da Costa Rica, como país limitado territorialmente e dependente de outras potências, bem como o seu desejo de ter passado mais tempo na Guatemala e no México, países onde fez escala e que lhe despertavam a curiosidade pelas marcas deixadas pelas civilizações pre-colombianas⁷³⁰.

⁷²⁹ Id. *Ibid.* p. 357

⁷³⁰ Id. *Ibid.* pp. 359-360



Estátua e placa comemorativa de Gaspar Corte-Real, Terra Nova, Canadá
(Diário de Notícias, *Entre a aventura marítima e a pesca do bacalhau: esta é a história da estátua de Corte-Real*, 16 JUN 2020 N°55209, em dn.pt/edicao-do-dia/16-jun-2020/entre-a-aventura-maritima-e-a-pesca-do-bacalhau-esta-e-a-historia-da-estatuade-corte-real--12311379.html consultado às 15:49, 4 de Fevereiro de 2022)

Capítulo 8 - Bélgica e Luxemburgo (1967-1968)

Embaixador na Bélgica

Em 1967 Brazão parte para a Bélgica. Embora nunca tenha visitado aquele país, tinha algumas ligações afetivas e familiares à Flandres. A sua esposa tinha sido educada no colégio de Hougart em Tirlemont (Tienen), o próprio Brazão admirava a monarquia belga e via nas ligações históricas entre a família real belga e a portuguesa, um símbolo das suas convicções de juventude⁷³¹. Existia também o natural deslumbramento de estar junto do Rei, de explorar aquela cultura e legado histórico que o deslumbrava a cada igreja, vitral, pintura renascentista⁷³².

A ligação histórica entre os dois países, que Brazão adorava apontar nos pequenos pormenores dos edifícios históricos - como a casa quatrocentista em Bruges onde se instalara no passado a feitoria portuguesa⁷³³ - serviu também como base para estudos históricos que fazemos notar mais à frente. Naquela época, ao contrário do passado, a divisão política era inegável. A Bélgica fora forçada a libertar o Congo, ficando dado o tiro de partida para demais descolonizações no continente africano. Em 1959, depois da generalização de motins por todo o território congolês, o Rei Balduino, o mesmo monarca a quem Brazão viria a entregar as credenciais sete anos depois, anunciou que tencionava conduzir o Congo sem pressa à independência⁷³⁴. A independência e conseqüente crise do Congo no ano seguinte, com milhares de colonos brancos num êxodo maciço e conflito armado entre as várias fações congoleas prontamente apoiadas pelas grandes potências, marcaria a política portuguesa e a forma como Portugal e a Bélgica manteriam as suas relações. Por um lado, a crise congolea constituiu um verdadeiro trauma para Portugal que temia ver-se na mesma situação no território que fazia paredes meias com o Congo: Angola. A situação congolea foi sempre um fator determinante no decorrer dos eventos em Angola a partir de 1960, agudizando-se a partir da inauguração do conflito armado em 1961, com o Congo (Leopoldville) a servir por exemplo como base para a criação da

⁷³¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 361

⁷³² Id. *Ibid.* pp. 363-364

⁷³³ Id. *Ibid.* p. 364

⁷³⁴ PEREIRA, Bernardo Futscher, *Crepúsculo do Colonialismo. A Diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2017, p.179

UPNA (futura UPA/FNLA de Holden Roberto)⁷³⁵. Por outro lado, como já ficou assente em cima, as dinâmicas diplomáticas entre Portugal e a Bélgica ficaram alteradas. A Bélgica, especialmente com a subida ao poder de Mobutu, passou a ter uma relação delicada com o Congo, fornecendo apoio logístico e militar⁷³⁶. A sua política de descolonização progressiva que mascarava na verdade aquele que era um dos países com maior movimento pro-colonial⁷³⁷, passava agora a ter um carácter neo-colonial, marcado pelas relações económicas mas também pela intervenção militar conjunta com os EUA em 1964⁷³⁸. Nesse mesmo ano de 1964 a Bélgica movia o seu embaixador em Lisboa devido ao que se passava na fronteira congoleza com Angola. Paul-Henri Spaak, o ministro dos negócios estrangeiros belga, protestava pela infiltração de rebeldes catangueses refugiados no extremo nordeste angolano⁷³⁹. Entendemos que o que se passava no Congo, mesmo depois de 1960, continuava a estar no topo das prioridades da Bélgica apesar da sua posição de nação não colonial.

Quando Brazão chega a Bélgica, em 1967, a posição belga, tal como a política neo-colonialista praticada em conjunto com os EUA no Congo, tornava-se bastante ambígua. Se nos jornais, no parlamento belga e nos meetings internacionais, a Bélgica se posicionava contra Portugal no que diz respeito à sua política colonial, em privado as posições e comentários mudavam. Segundo o embaixador português os belgas “segredavam da admiração que tinham pela nossa conduta, resistido a uma colonização precipitada que eles foram forçados a aceitar (...) perdendo a parte mais substancial dos seus proventos e muito do seu prestígio internacional⁷⁴⁰”.

Com apenas dois meses de estadia na Bélgica e no Luxemburgo, Brazão revelou com agrado o bom ambiente com que foi recebido em todos os locais que visitou entre os dois países. Para o embaixador a situação em que se encontrava agora, que contrastava com alguma hostilidade progressista do antigo posto no Canadá, devia-se ao excelente trabalho desenvolvido ao longo de mais de vinte anos pelo ex-embaixador português Eduardo Leitão⁷⁴¹. O que encontramos na correspondência com Marcello Caetano, tem igual destaque na carta que envia a Salazar em Junho de 1967,

⁷³⁵ AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos de Matos, *Guerra Colonial*, Lisboa, Ed. Diário de Notícias, 1998, pp. 28-29

⁷³⁶ VANTHEMSCHE, Guy, *Belgium and the Congo 1885-1980*, Cambridge University Press, 2012, p.204

⁷³⁷ Id. *Ibid.* p. 140

⁷³⁸ Id. *Ibid.* p. 215

⁷³⁹ NOGUEIRA, Franco, *Salazar. Vol. V A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984, pp. 559-560

⁷⁴⁰ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 365

⁷⁴¹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº71, 28 de Abril de 1967

onde encontramos a mesma satisfação pela recetividade belga bem como o contacto com as franjas políticas mais à direita - neste caso o clube Cercle Gaulois - que apreciam a política portuguesa em África⁷⁴². Levantar-se-ia também a questão da visita papal de 1967. Em contacto com o núncio em Bruxelas, mostra-se preocupado com as reações internacionais da visita do Papa a Portugal. A comunidade universitária em Louvain organizara-se para protestar esta visita. Em Paris o “Le Monde” criticava-a da mesma forma, no entanto a imprensa conservadora de ultra direita utilizou a visita de Paulo VI de forma irónica para defender a posição portuguesa: em artigo escrito por Jo Gerard na *Europa Magazine*, o autor tenta desmontar as críticas dos universitários de Louvain, tal como as do “Le Monde”, comentando ironicamente a posição do Papa na defesa dos independentista de Angola e Moçambique, contrastando a situação vivida nas colónias portuguesas com os massacres no Congo independente e apontando o dedo ao Papa quando este critica Salazar encontrando-se no mesmo ano com o ditador da Jugoslávia, Josep Broz Tito, ou se aproxima alegadamente de uma posição menos contestatária relativamente a Fidel Castro ou ao regime de Kadar na Hungria⁷⁴³.

O sector progressista da sociedade Belga, nomeadamente as franjas políticas ligadas à esquerda e a juventude universitária (que vivia a tensão revolucionária que desencadearia o Maio de 1968), moviam-se permanentemente contra a política portuguesa: entre manifestações anti-salazaristas já tinham atacado a embaixada portuguesa três vezes em tempos recentes⁷⁴⁴. No entanto no plano governamental e internacional estaria-se perante uma nova aproximação entre Bruxelas e Lisboa: em Junho de 1967, Mobutu terá raptado o seu rival político e ex-presidente do Katanga, Tshombe, iniciando também um processo de insurreição e protestos que culminariam em ataques à comunidade Belga um pouco por todo o país⁷⁴⁵. A diplomacia belga, agora liderada pelo social-democrata Pierre Harmel, ponderava uma retirada dos interesses estratégicos no Congo⁷⁴⁶. Neste contexto de insurreição, o governo congolês acusava a Bélgica, mas também Espanha e Portugal, de apoiarem os mercenários que combatiam as forças governamentais⁷⁴⁷. Embora as relações belgo-

⁷⁴² ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 146-150, 1 de Junho de 1967

⁷⁴³ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 151-152, GERARD, Jo, “Sa Saintete Chez Les Fascistes”, *Europa Magazine*, [s.l.], Junho de 1967

⁷⁴⁴ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 366

⁷⁴⁵ VANTHEMSCHE, Guy (2012), op. Cit. pp. 220-221

⁷⁴⁶ Id. *Ibid.* p. 221

⁷⁴⁷ NOGUEIRA, Franco, *Salazar. Vol. VI O Último Combate (1964-1970)*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1986 p. 296

congolesas tenham sido normalizadas nos anos seguintes, incluindo duas visitas simbólicas de Mobutu em 1968 e 1969⁷⁴⁸, Brazão beneficiou do curto espaço de tempo em que a hostilidade congoleza uniu os interesses belgas aos interesses portugueses.

Rapidamente integrado na comunidade académica belga, Brazão centrou o seu tempo no desenvolvimento de uma obra que refletisse a profunda ligação histórica entre os dois países. Em prol do acesso às melhores fontes, estabeleceu uma rede de contactos com vários historiadores locais⁷⁴⁹, e em Setembro de 1967 notava com grande agrado que a Biblioteca Real de Bruxelas colaborava sem qualquer restrição enviando para a embaixada todos os volumes requisitados⁷⁵⁰. É através destes que vai conseguir empreender uma história geral das relações da Bélgica com Portugal desde a origem da monarquia portuguesa até à Bélgica independente, considerando que “será de grande valor para as relações entre os dois países, no que diz respeito especialmente ao legado português, que à muito foi esquecido pelos belgas⁷⁵¹”. Em *Portugal na Bélgica: de Filipe da Alsácia a Leopoldo I*⁷⁵², obra prontamente apoiada pela Diamang - companhia de Diamantes de Angola - Brazão radica inclusive a origem de Portugal, enquanto Estado independente, nos condes de Borgonha e da Flandres (a dinastia Afonsina não só radicava naquela região histórica, como tinha ligações por casamento e por sangue com a Flandres, sendo um dos exemplos o conde da Flandres que dá título à obra, Filipe da Alsácia, que desposou D^a. Teresa filha de D. Afonso Henriques⁷⁵³). A presença de cruzados flamengos na reconquista⁷⁵⁴, ou as relações comerciais entre Lisboa e Bruges⁷⁵⁵, que atestam a importância das pequenas nações estarem ligadas ao mar de forma a poderem expandir a sua esfera de influência, são outros dos temas históricos duma análise que termina com a primeira missão diplomática portuguesa na Bélgica independente, com um encarregado de negócios deveras famoso pelas suas qualidades enquanto escritor: Almeida Garrett⁷⁵⁶. A dedicação a esta obra terá sido tal - comentando Brazão no Memorial que foi sem

⁷⁴⁸ VANTHEMSCHE, Guy (2012), op. Cit. pp. 221

⁷⁴⁹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº72, 29 de Maio de 1967

⁷⁵⁰ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº73, 29 de Setembro de 1967

⁷⁵¹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº74, 7 de Dezembro de 1967

⁷⁵² BRAZÃO, Eduardo, *Portugal na Bélgica: de Filipe da Alsácia a Leopoldo I*, Lisboa, Museu do Dundo, 1969

⁷⁵³ Id. *Ibid.* pp. 27-38

⁷⁵⁴ Id. *Ibid.* p. 21

⁷⁵⁵ Id. *Ibid.* pp. 87-112

⁷⁵⁶ Id. *Ibid.* p. 141

dúvida de entre os seus trabalhos o preferido⁷⁵⁷ - que muitas vezes dedicava os pequenos intervalos no meio dos seus deveres oficiais a elaborá-la⁷⁵⁸.

A importância do seu trabalho enquanto historiador, refletia-se não só por ter empreendido pela primeira vez uma obra bastante completa com o intuito de valorizar as relações entre os dois países, mas também no facto de durante a realização da obra se ter aproximado da comunidade académica em Louvain, num dos locais que como vimos contestava a política portuguesa e de onde partiram críticas à visita do Papa aquele que consideravam ser um país sob um regime ditatorial. Através desta aproximação, Brazão serviu de intermediário entre o Visconde Terlinden (professor emérito da Universidade de Louvain) e Salazar. Tentou-se de certa maneira agradar a Terlinden, estando este agora em contacto com uma personalidade política que admirava. Brazão inclusive recomendou que o visconde pudesse ser agraciado com a Grã-Cruz de Santiago⁷⁵⁹, algo que não chegaria a acontecer mas a resposta de Salazar agradou de tal forma Terlinden que este comentou que tal honra seria desnecessária⁷⁶⁰. Esta ação, que como ficou assente, tencionava diminuir a hostilidade do círculo académico progressista para com a política portuguesa, era característica da ação diplomática ofíciosa de Eduardo Brazão e foi de facto aquilo que mais o diferenciou do restante corpo diplomático.

No Luxemburgo

Além de embaixador em Bruxelas, coube também a Brazão o cargo de embaixador junto do Grão-Ducado do Luxemburgo. O pequeno Estado que completou o seu trajeto desde a independência de parte do império napoleónico até ao fim da união pessoal sob a alçada dos monarcas holandeses em 1890, teve na pessoa do Conde de Selir o primeiro enviado, com a posição de ministro plenipotenciário não residente (1896)⁷⁶¹. Em 1926 Alberto de Oliveira viria a inaugurar a tendência do ministro português na Bélgica ser também ministro no Luxemburgo, algo continuado pelo antecessor de Brazão, Eduardo Vieira Leitão que entre 1945 e 1967, seria em

⁷⁵⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 368

⁷⁵⁸ Id. *Ibid.*

⁷⁵⁹ ANTT, AOS/CP-040, cx. 897, f. 154-156, Bruxelas, 22 de Agosto de 1967

⁷⁶⁰ ANTT, AOS/CP-040, cx. 897, f. 157-158, Bruxelas, 27 de Setembro de 1967

⁷⁶¹ Portal Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Relações Bilaterais, Países, Titulares, Luxemburgo, (disponível em portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/titulares/luxemburgo-titulares), consultado dia 25 de Junho de 2020 às 21:57

primeiro lugar ministro não residente e depois embaixador, nos dois países⁷⁶². Brazão entregaria as suas credenciais um mês depois de assumir oficialmente a sua posição em Bruxelas. O grão-duque Jean tinha sucedido à grã-duquesa Charlotte há pouco mais de dois anos, sendo que na apresentação das credenciais, pela ligação a Portugal - a grã-duquesa era neta de D. Miguel - foi com amabilidade que apesar de não ser habitual, recebeu o embaixador português e a esposa⁷⁶³. A sempre marcada paixão pela monarquia portuguesa não podia deixar Brazão de outra forma que não deliciado pela longa conversa que manteve com aqueles que eram realeza tão ligada a Portugal. As histórias trocadas das recordações da grã-duquesa da sua passagem por Portugal durante a primeira guerra e visita ao palácio de Queluz tão elogiado pela sua mãe, bem como a oportunidade que tinha através de Brazão de saber informações de familiares e associados em Portugal que o tempo afastou⁷⁶⁴, fortaleceram os laços de amizade entre o embaixador português e a família real luxemburguesa. A década de 1960, viu o início de uma vaga de imigração portuguesa para o Luxemburgo, sendo que no final da década o ritmo anual de entradas de imigrantes portugueses no país ascendia aos três mil⁷⁶⁵. Brazão recorda que essa era a principal questão das relações entre os dois países, e que o cônsul honorário de Portugal, Mendes da Costa, era à altura um homem que se “agitava apaixonadamente” na defesa dos interesses e na ajuda à comunidade portuguesa cada vez mais numerosa⁷⁶⁶. Sendo este o pequeno e único problema da relação entre os dois países, sobraria espaço e tempo para Brazão poder usufruir de todo um ambiente que fazia recordar uma diplomacia mais antiga, um ambiente oitocentista luxuoso e bucólico que o faz escrever: “Aquele ar dos grandes séculos europeus, o seu bastão de marfim nas recepções solenes, a maneira de anunciar o Grão-Duque e receber os plenipotenciários estrangeiros, atirava-nos para a História dum passado já distante (...) Como seria agradável para um diplomata viver nessas época! Mas poderia eu então ser um embaixador?⁷⁶⁷”.

⁷⁶² Portal Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Relações Bilaterais, Países, Titulares, Bélgica, (disponível em portaldiplomatico.mne.gov.pt/reacoesbilaterais/paises-geral/titulares/belgica-titulares), consultado dia 25 de Junho de 2020 às 21:58

⁷⁶³ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 375

⁷⁶⁴ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 375-376

⁷⁶⁵ MARQUES, José Carlos, *Empresários Portugueses no Luxemburgo*, Observatório da Emigração, ISCTE-IUL, Maio de 2015, p. 6, fig. 1, (disponível em repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8894/4/OEmWorkingPaper_01_2015_Luxemburgo.pdf), consultado dia 25 de Junho de 2020 às 22:30

⁷⁶⁶ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 376

⁷⁶⁷ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 377

Nos anos em que esteve na Bélgica e no Luxemburgo, dois acontecimentos viriam marcar a carreira e a vida pessoal de Eduardo Brazão. De dia 25 para 26 de Novembro de 1967, um fenómeno meteorológico extremo causou a queda de chuva com uma intensidade nunca antes registada em todo o distrito de Lisboa e sul do distrito de Santarém. A zona mais afetada percorreu numa ligeira curva de norte para sul as regiões de Cadaval, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira, Loures, Odivelas, Amadora, Cascais e Oeiras⁷⁶⁸. Os 170 litros por m², que atingiram o pico ao início da noite, deixariam sem vida perto de 500 pessoas, deixando prejuízos económicos na ordem dos milhões de contos⁷⁶⁹. Para Eduardo Brazão, levantou-se automaticamente uma preocupação desmedida: a sua casa em Loures estava obviamente dentro do trajeto das piores chuvadas. Apesar de tudo, em Dezembro de 1967, diz a Marcello Caetano que segundo o que a sua esposa vira de regresso a Lisboa, quase todo o recheio da sua casa seria recuperável⁷⁷⁰. Na realidade, como viria a verificar posteriormente, os danos foram enormes. A água e a lama atingiram os dois metros de altura dentro da habitação destruindo quadros, móveis, porcelanas e sobretudo para seu grande desgosto, livros⁷⁷¹. A sua grande biblioteca enriquecida com anos de aquisições e ofertas dos vários cantos do mundo, verdadeiras preciosidades dos recantos de Roma, memórias da Europa em guerra, volumes adquiridos no novo mundo, tudo isso se desvaneceu em grande parte. Na Bélgica, levantar-se-ia uma onda de solidariedade para com o embaixador e para com a população lisboeta. Falava-se em recolha de órfãos, existiram doações muitas delas feitas a partir do anonimato⁷⁷², correspondendo assim estes anos a uma comoção que segundo o embaixador tinha origem nos sentimentos belgas face à perda, vinte anos antes, do seu património durante a guerra⁷⁷³. Anos mais tarde, já em Roma no ano de 1971, Brazão escreveria a Marcello Caetano comentando como muitas das suas poupanças tiveram que ser necessariamente investidas na reconstrução da sua casa e na restauração do património que teria resistido à força e desgaste das águas de 1967⁷⁷⁴.

⁷⁶⁸ BOURGARD, Joana, SOARES, Dina “Cheias de 1967. A tragédia que Salazar quis esconder”, *Rádio Renascença/Sapo*, 26 de Novembro de 2017 (disponível em rr.sapo.pt/cheias-1967) consultado dia 28 de Junho de 2020 às 16:15

⁷⁶⁹ Id. *Ibid.*

⁷⁷⁰ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº74, 7 de Dezembro de 1967

⁷⁷¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 370

⁷⁷² ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº74, 7 de Dezembro de 1967

⁷⁷³ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 371

⁷⁷⁴ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº89, 1 de Fevereiro de 1971

Um outro acontecimento, diria respeito à mudança da liderança política do país. A 21 de Agosto de 1968, Brazão escrevia pela última vez ao presidente do concelho António Oliveira Salazar, naquela que era a correspondência típica entre os dois, muitas vezes envolvendo uma análise crua relativa à ameaça comunista na Europa, neste caso refletindo acerca dos acontecimentos recentes na Checoslováquia e como a tentativa de diálogo do Ocidente com o mundo comunista seria sempre infrutífera⁷⁷⁵. O que o embaixador português desconhecia é que no dia 3 desse mesmo mês, Salazar teria o acidente que ditava o seu fim político, algo que só viria a público no início de Setembro de 1968⁷⁷⁶. O desaparecimento político de Salazar, viria a criar diversas expetativas distintas consoante o espetro político. Em Setembro de 1968 na Bélgica, todos esperavam que sem Salazar o regime fosse derrubado, “todos esperam que, com o desaparecimento (de Salazar) a sua obra caia estrondosamente demonstrando-se assim que tudo, afinal, era apenas acção pessoal do Presidente do Conselho⁷⁷⁷”. Brazão, que durante toda a sua carreira contou com os concelhos e amizade de Marcello Caetano, dizia esperar que o mundo visse como estavam errados ao pensar que o regime colapsaria de imediato sem Salazar⁷⁷⁸, e afirmava mesmo que Caetano era “a única solução para o país⁷⁷⁹”. No mesmo período em que a transição de poder se dava em Portugal, as revoltas estudantis iniciadas com o Maio de 1968 em Paris e que agora se estendiam também a Bruxelas deixavam, como já escrevemos, a embaixada portuguesa na mira dos protestos anti-coloniais. Apesar dos protestos Brazão sentia-se feliz na Bélgica⁷⁸⁰, onde confessa que gostaria de ficar até ao fim da carreira⁷⁸¹. No entanto, provavelmente por influência de Marcello Caetano, reconhecendo a experiência do diplomata no que toca à Santa Sé e Roma⁷⁸², isso não viria a acontecer.

No final de 1968 a quando da saída de Brazão, os esforços do movimento estudantil que contestava o regime português estavam enfraquecidos pelas expetativas e pequenas aberturas trazidas e prometidas por Marcello Caetano⁷⁸³. As relações

⁷⁷⁵ ANTT, AOS/CP-040, cx. 897, f. 160, Bruxelas, 21 de Agosto de 1968

⁷⁷⁶ MADAÍL, Fernando, “A queda (quase) fatal de Salazar da cadeira foi há 50 anos”, revista *Sábado*, 3 de Agosto de 2018, (disponível em sabado.pt/portugal/politica/detalhe/a-queda-quase-fatal-de-salazar-da-cadeira-foi-ha-50-anos) consultado dia 28 de Junho de 2020 às 17:00

⁷⁷⁷ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº77, 17 de Setembro de 1968

⁷⁷⁸ Id. *Ibid.*

⁷⁷⁹ Id. *Ibid.*

⁷⁸⁰ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº78, 31 de Outubro de 1968

⁷⁸¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 370

⁷⁸² ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº78, 31 de Outubro de 1968

⁷⁸³ Id. *Ibid.*

históricas, oficiais e informais entre a monarquia e governo belga e o regime de Caetano, bem como a simpatia de alguns círculos académicos já mencionados, em conjunto com o desvanecer da força dos sectores anti-colonialistas face às reformas marcelistas, faziam Brazão sair de Bruxelas pela porta grande. Mais uma vez ficaria provada a importância da *soft power* cultural e da informalidade suportada pelas relações pessoais e históricas. A dificuldade com que a sociedade belga lidava com o crescente descontentamento do movimento estudantil, ficaria também patente na sua experiência, auspiciando uma grande agitação social que viria a acontecer já depois da saída de Brazão. Na sua última carta para o presidente do conselho, onde relata um encontro com Henry Kissinger após uma conferência em Bruxelas, conta que o local foi invadido por estudantes que rebentaram petardos e causaram distúrbios, sendo este tipo de episódios cada vez mais frequentes⁷⁸⁴. Para Brazão, a Bélgica estaria a entrar numa “grave crise de autoridade em todos os sectores⁷⁸⁵” temendo-se que este tipo de convulsões em Paris e Bruxelas, se espalhassem um pouco por todo o ocidente europeu. Este comentário é útil na compreensão daquilo que é a perceção do diplomata português relativamente à ameaça de decadência do Ocidente face ao Oriente/comunismo muitas vezes presente na sua correspondência⁷⁸⁶ e constituindo uma pedra basilar na sua conceção daquilo que eram os desafios diplomáticos portugueses e da política europeia.

⁷⁸⁴ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº78, 15 de Novembro de 1968

⁷⁸⁵ Id. *Ibid.*

⁷⁸⁶ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 31, 16 de Fevereiro de 1960, Roma (Ideia de choque ocidente-oriental e de como o comunismo estaria pronto para a usar a Itália como base para se espalhar por todo o continente); carta nº62, 21 de Janeiro de 1964, Otava (estabelece um paralelo entre a evangelização e a doutrina comunista, sendo esta a raiz dos movimentos que à data começavam a dominar o panorama social norte-americano);

Capítulo 9 - Embaixador junto da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta (1968-1974)

No Vaticano

Muito tempo passou entre 1962 e 1968, relativamente à evolução política em Portugal, como também no que diz respeito às relações de Portugal com a Santa Sé. Não que Caetano tenha rompido efetivamente com o Salazarismo, o que sabemos não ser verdade, mas não podemos ignorar a mudança depois de mais de trinta e cinco anos passados no país com o mesmo chefe de governo. Relativamente à Santa Sé, não que as relações se deteriorassem pela mudança Marcelista, mas sim porque num espaço contínuo de tempo, Portugal manteve-se irredutível na sua política ultramarina, contrastando com um Vaticano que mostrava uma abertura progressista. Marcello Caetano, embora tenha sido um militante católico, tornou-se independente da Igreja, agnóstico. Para o presidente do conselho, a relação entre o Estado e a Igreja em Portugal era um problema de difícil solução, e se embora na década de 1940, com a concordata, as relações se tivessem estreitado, existiu na prática um esforço para que os interesses do Estado prevalecessem sempre sobre os da Igreja. Não ignoremos de facto a existência de certos hábitos, de cariz cerimonial e cultural, que legitimaram também o poder do Estado, mas aos poucos surgiam resistências contrárias a essa legitimidade. Era também verdade, que a Igreja Católica portuguesa, acompanhando parte da sociedade, mostrava-se mais plural e diversificada, não sendo já um organismo que se confundia com a própria identidade nacional de um país ou regime político⁷⁸⁷.

Esta evolução, não era obviamente uma consequência total da tendência laicizante de Marcello Caetano, pois como foi escrito, criou obstáculos à continuidade de uma legitimação que, embora menos essencial, continuava a ser um trunfo do Estado Novo. Era sim maioritariamente uma reação à própria evolução da Igreja em Roma. Em 1958, como vimos, Brazão testemunhou o início de um pontificado que acabaria por modificar profundamente a Igreja. O concílio do Vaticano II (1962-1965), mudaria a Igreja Católica tanto em relação a temas doutrinários fundamentais, como

⁷⁸⁷ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Marcello Caetano Uma Biografia 1906-1980*, Lisboa, Objetiva 2016, pp. 417-419

no posicionamento da Santa Sé, face a questões de política internacional⁷⁸⁸. Bruno Cardoso Reis afirma mesmo que “A Igreja Católica tinha vivido, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), um processo de renovação ou *aggiornamento* quase revolucionário. Este facto, e visões cada vez mais afastada da realidade internacional – nomeadamente da descolonização – tinha levado a tensões crescentes entre o Papado e o regime de Salazar⁷⁸⁹”. O Vaticano estava agora essencialmente centrado nos assuntos de valor ecuménico, valorizando sobretudo a paz mundial, o repúdio da guerra, substituindo uma política mais fechada de Pio XII em questões diplomáticas. O diálogo no centro do papado de João XXIII, seria continuado por Paulo VI. Esta política refletir-se-ia assim numa projeção do Vaticano no Terceiro Mundo, onde às variadas viagens pastorais a África de cardeais e arcebispos, bem como as diversas canonizações de mártires africanos, juntar-se-ia em Agosto de 1969 a primeira visita oficial de um papa a África (Uganda). Esta mudança, só poderia culminar assim na pressão desenvolvida pela Santa Sé, sobre o regime de Lisboa, relativamente à política ultramarina, culminando, como veremos na audiência concedida por Paulo VI, aos líderes dos movimentos de libertação de Angola, Guiné e Moçambique⁷⁹⁰. Marcello Caetano consideraria que esta querela entre Portugal e a Igreja de Roma, devia ser compreendida através da tensão inerente à própria história de Portugal, que radicando em vários exemplos - demora do reconhecimento do Papa de como Afonso Henriques era o rei legítimo dos portugueses ou o posicionamento da Santa Sé em 1640 ao lado de Filipe III - demonstravam como esta relação partia duma dialética onde Portugal corrigia os erros da Igreja. Seguindo a linha de pensamento de Francisco Martinho, entendemos assim que “Caetano tentava distinguir a Igreja pertencente aos seus fiéis e a diplomacia do Vaticano, atenta e preocupado com as questões temporais, como qualquer outra diplomacia⁷⁹¹”.

É neste contexto, de um regime que via uma das suas forças de legitimação tornarem-se em parte num inimigo relativamente aos objetivos ideológicos - i.e as pretensões de continuidade do próprio regime e da manutenção da presença territorial em África - que Eduardo Brazão é enviado para o seu último posto enquanto diplomata. De 1968 até à revolução de 1974, seria o embaixador português junto da

⁷⁸⁸ MATOS, Vera (2014), op. cit p. 243

⁷⁸⁹ REIS, Bruno Cardoso, *Vaticano e Portugal uma visão de muito longo prazo*, Lisboa, ICS-UL [s.d.], site do IDI-MNE (disponível em idi.mne.pt/images/docs/conferencias/concordata/003.pdf) consultado às 17:46 de 24 de Abril de 2020

⁷⁹⁰ MATOS, Vera (2014), op. cit. pp. 243-244

⁷⁹¹ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, (2016), op. cit. pp. 481-482

Santa Sé, juntando também até 1971 a posição de ministro e embaixador junto da ordem soberana de Malta. Neste período, além de questões de menor importância, foi obrigado a enfrentar as quezílias que sobravam da questão do bispo do Porto, bem como os já referidos problemas relativamente à questão colonial.

Chamado por Franco Nogueira sem consulta prévia, a mudança para Roma trazia-lhe sensações contraditórias. Se por um lado “adorava” a Bélgica e o Luxemburgo, onde estava colocado, por outro estava satisfeito por se apresentar junto de Montini - o papa Paulo VI - a quem costumava mandar os seus livros de todas as partes do mundo e que visitou várias vezes em Milão enquanto embaixador no Quirinal, quando Paulo VI era ainda arcebispo e depois cardeal. Recorda Brazão, talvez para demonstrar a sua familiaridade com os corredores do Vaticano, que a quando da morte de João XXIII, quando se encontrava na Terra Nova, foi questionado se tinha conhecido o então defunto Papa, ao que Brazão terá respondido que não, no entanto conhecera o próximo. Esta resposta, dada antes do conclave se realizar, prendia-se, segundo Brazão, com a noção, mesmo já durante a eleição de João XXIII, que Montini poderia ser um futuro papa⁷⁹². Também segundo o diplomata, terá sido o próprio Salazar, numa das suas últimas decisões a escolhê-lo para o posto junto da Santa Sé, agradado - como Brazão demonstra numa carta enviada por Salazar em Outubro de 1967⁷⁹³ - com o trabalho desenvolvido primeiro no Canadá e depois na Bélgica, dizendo que tão bons resultados resultavam de uma política através da cultura⁷⁹⁴. Instalado na Vila Elia⁷⁹⁵, uma luxuosa mansão que mudara agora de nome para Vila Lusa, encontrou velhos conhecidos entre os funcionários da embaixada no seu tempo de bolseiro e secretário⁷⁹⁶. Dias depois da sua chegada, era tempo de entregar as credenciais junto daquele que tinha sido cardeal, seu amigo, mas que agora era sumo pontífice. Brazão recorda as palavras desse dia 21 de Dezembro de 1968, onde o Papa referiu a tripla tradição católica portuguesa - histórica, religiosa e missionária - e que se deveria afirmar agora também como intelectual⁷⁹⁷. Brazão sentia nestas palavras, em conjunto com o cada vez maior esforço missionário da igreja em África, uma afirmação de mudança, que seria confirmada com o encontro com os líderes dos movimentos de libertação dois anos depois. Na visão de Brazão,

⁷⁹² BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 125-127

⁷⁹³ Id. *Ibid.* pp. 128-129

⁷⁹⁴ Id. *Ibid.* p. 129

⁷⁹⁵ Vide Anexo

⁷⁹⁶ Id. *Ibid.* pp. 131-132

⁷⁹⁷ Id. *Ibid.* pp. 134-136, Carta de Paulo VI para o representante português junto da Santa Sé, Eduardo Brazão

este seria um erro histórico por parte da igreja, no sentido em que os esforços da Santa Sé colidiam com a ação cubana e chinesa nas colónias, contribuindo assim indiretamente para uma política prejudicial ao próprio catolicismo. O embaixador português viria a encontrar uma barreira desde o início, que se levantava cada vez que estava em contacto com as altas personalidades do Vaticano, o que o levou, desta vez mais empurrado pelas circunstâncias, mas também obviamente pela sua paixão, a concentrar-se na História. Com o apoio financeiro de Azeredo Perdigão, primeiro presidente da Fundação Gulbenkian e a vontade de Adriano Moreira através da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, que publicou a obra, e através do acesso ao Arquivo do Vaticano que não teve quando foi Secretário em 1945, realizar os oito volumes das *Relações Diplomáticas de Portugal com a Santa Sé*, (*Um ano dramático, 1848*, 1969, *A Queda de Roma 1870*, 1970; *A morte de Pio IX e a preparação dum novo pontificado 1878*, 1971; *O reconhecimento do Rei D. Miguel 1831*, 1972, *Da revolução francesa a Bonaparte (1790-1803)*, 1973 em dois volumes, *De Bonaparte a Napoleão (1803-1805)*, 1974). Esta obra de carácter verdadeiramente épico, acabou por ser elogiada em várias universidades europeias, como Lovaina, Salamanca e Roma, escrevendo Brazão que só por si terá justificado a sua presença em Roma entre 1968 e 1974⁷⁹⁸. Mas como podemos verificar, obviamente que nem tudo seria História, e mais tarde ou mais cedo Brazão teria que estar na linha da frente do conflito diplomático.

Quando D. António Ferreira Gomes escreveu a famosa carta a Salazar em Julho de 1958, desencadeou uma cadeia de processos incómodos ao regime, que passaram também pelo exílio do Bispo durante dez anos, em Espanha. A sua presença no concílio do Vaticano II, a publicação de outros textos e sobretudo o desagrado de Salazar para com a falta de vontade do Vaticano em atuar junto do Bispo, deram aso a um conflito entre Portugal e a Santa Sé⁷⁹⁹. Se como vimos, estas questões, tanto por não ser da sua competência, mas também pelos espinhos de tais problemas deixaram Brazão com pouca vontade interventiva⁸⁰⁰, em 1969, chegaria a sua vez. Em Junho desse ano, Brazão escrevia que Franco Nogueira considerava já o caso, um “não-assunto”, dizendo que apesar de tudo ter feito durante o primeiro ano em Roma, para não tocar no assunto, percebeu que a Santa Sé também se teria desinteressado do caso.

⁷⁹⁸ Id. *Ibid.* pp. 137-142

⁷⁹⁹ SOUSA, Filipe Capelo de Passos, *As Relações entre o Estado Novo e o Vaticano*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa/Roma, 2013, pp. 84-85

⁸⁰⁰ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 25, 5 de Outubro de 1959

Restaria agora a Portugal considerar a sua posição, pois percebemos que na perspectiva da Brazão, o problema não era agora diplomático, mas sim interno. D. António Ferreira Gomes, podia ser visto como uma bandeira da oposição, no entanto a continuidade do seu exílio, seria pelo contrário um enorme sinal de franqueza do regime, que se veria desta forma frágil ao ponto de não deixar um velho bispo voltar ao seu país de origem. O regresso do bispo, seria assim não só uma vitória para Brazão no Vaticano, como também uma confirmação aos olhos do mundo de que a transição de Salazar para Caetano, e o seu progressismo, seriam uma realidade. É também a sua opinião de se for necessário requisitar a transferência do bispo para outro local do país, poderia fazê-lo, no entanto mantê-lo no Porto seria o mais acertado⁸⁰¹. No mesmo documento onde remete esta importante informação baseada também na sua opinião pessoal, defende uma mudança geral no paradigma isolacionista e de combate, que existiu durante muitos anos no país, e que também ele considerou importante no passado mas que via agora desnecessária⁸⁰². Já em Setembro do mesmo ano, com D. António Ferreira Gomes em Portugal, Brazão viria a reafirmar a boa decisão tomada por Caetano, dizendo que a Santa Sé considerava agora o caso, como um assunto interno português⁸⁰³. Nas suas memórias, em 1976, Brazão afirma que Caetano terá pedido em último caso o seu parecer, que como vimos foi expressamente positivo, notando a contribuição que a calorosa receção que Caetano recebeu no Porto em Maio desse ano, como sendo um fator também decisivo, pois se era do Porto que se poderiam levantar as ligações entre o bispo e o desagrado com o regime, terá sido após essa receção o momento perfeito para o regresso do bispo⁸⁰⁴. Mesmo após o regresso, o bispo não se coíbiu de mostrar o seu desagrado com o desenvolvimento da política portuguesa, quer na metrópole quer no ultramar: viria a manifestar publicamente o seu apoio a membros do clero que se mostravam contra o regime, como Monsenhor Neves, o famoso vigário de Angola, o bispo D. Franklin, ou o padre Joaquim Pinto de Andrade; denunciou também o massacre de Wiriyamu e em 1972, na homilia do Dia Mundial da Paz, defendeu o posicionamento

⁸⁰¹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 82, 6 de Junho de 1969

⁸⁰² Id. *Ibid.*

⁸⁰³ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 83, 15 de Setembro de 1969

⁸⁰⁴ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 82, 6 de Junho de 1969 e BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 119

ideológico anti-guerra denunciando a “virtude militar” dos capelães na assistência à guerra⁸⁰⁵.

Para além do fim do exílio do bispo do Porto, Marcello Caetano incluiu o nome de Deus na revisão constitucional de 1971, oficializou as primeiras faculdades da universidade católica, resistiu à alteração da dissolução do casamento canónico e aceitou a nomeação do primeiro bispo negro, D. André Muca⁸⁰⁶. Todos estes pontos eram positivos face às posições do Vaticano, no entanto não atenuaram as tensões diplomáticas decorrentes das posições contraditórias entre Portugal e a Santa Sé, sobre o ultramar. Brazão comenta, ainda em Fevereiro de 1969, acerca da divisão no Vaticano, relativamente a Portugal⁸⁰⁷, evoluindo essa divisão para uma política cada vez mais hostil da secretaria de Estado de Paulo VI⁸⁰⁸. Juntando-se também a esse rol de oposição, diversos padres contestatários incluindo alguns portugueses⁸⁰⁹. Por entre o progressivo degradar da situação, incorre ainda Brazão na ideia de que o Vaticano poderia estar prestes a insistir numa substituição do Cardeal Cerejeira enquanto patriarca que iria supostamente resignar à sua posição, por D. Manuel de Almeida Trindade, o que não estaria de acordo com o artigo X da Concordata de 1940, que anunciava a necessidade de qualquer mudança desta natureza, ser antes comunicada ao governo português⁸¹⁰. Em Maio de 1970, Brazão estaria a planear incluir na agenda da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Ruí Patrício a Roma, um encontro com altos representantes do Vaticano, incluindo o Papa⁸¹¹, sendo que dias depois do envio do documento em que escreve sobre esse planeamento, escreve enigmaticamente a Caetano dizendo que por vezes sobrecarrega o ministério com informações pelos “movimentos por vezes estranhos, da administração da Igreja Católica⁸¹²”. Apesar desta frase, nada parecia mostrar e antecipar, na visão de Brazão, o que aí vinha, exceto claro a progressiva abertura da Igreja relativamente à posição dos povos africanos.

No primeiro dia de Julho de 1970, dias depois da conferência de solidariedade para com os povos das colónias portuguesas, onde estiveram presentes elementos do

⁸⁰⁵ LINDA, Manuel, “D. António Ferreira Gomes e a discussão sobre a Guerra Colonial”, *Humanística e Teologia*, 24, 2003, pp. 111-123

⁸⁰⁶ ALMEIDA, João Miguel, “A Oposição Católica ao Marcelismo (1968-1974)”, *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 16, 2004, pp. 278-279

⁸⁰⁷ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 80, 1 de Fevereiro de 1969

⁸⁰⁸ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 81, 30 de Abril de 1969

⁸⁰⁹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 85, 25 de Outubro de 1969

⁸¹⁰ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 83, 15 de Setembro de 1969

⁸¹¹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 86, 12 de Maio de 1970

⁸¹² ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 87, 15 de Maio de 1970

PCP, ASP e FPLN, Paulo VI recebia em audiência, os líderes dos movimentos de libertação - Agostinho Neto do MPLA, Amílcar Cabral do PAIGC e Marcelino Santos com Armando Guebuza da FRELIMO - demonstrando solidariedade para com o sofrimento dos povos africanos com a guerra. Estava aberta uma cisão quase total entre a diplomacia portuguesa e a Santa Sé. Brazão terá sido assim apanhado neste desencontro. Segundo a interpretação de Mário Barbosa, do telegrama enviado a 14 de Agosto de 1970, Brazão temendo alguma represália por não ter antecipado o acontecimento, explica-se dizendo: “Roma mede os seus interesses, mesmo abstraindo da sua deformação, numa escala que não pode ser a dos Estados laicos. Estes têm reagido por diferentes formas. [...] Roma mede os seus interesses e não hesita em sacrificar outros interesses menores.”⁸¹³ Recordando depois momentos históricos de afastamento e conflito com a Igreja Católica para desvalorizar o acontecimento⁸¹⁴. No mesmo dia, enviando cópia do documento acima citado, Brazão insiste com Marcello Caetano que tentou traçar esta linha histórica de avanços e recuos da igreja - curiosamente refletida na ideia defendida por Caetano e já aqui mencionada da história das relações entre a Santa Sé e Portugal como uma construção dialética⁸¹⁵ - para justificar a necessidade de continuidade de uma relação harmoniosa mais útil do que nunca⁸¹⁶. Apesar disso, o governo português acabaria por mandar Brazão regressar a Portugal em forma de protesto e criticou severamente a posição tomada pelo Vaticano⁸¹⁷. Brazão, ao visitar o cardeal Jean Villot, então secretário de Estado do Vaticano e amigo de Eduardo Brazão, para apresentar o protesto do governo português, acabaria por receber uma resposta fria de que nada de extraordinário tinha acontecido, adicionando ainda o cardeal que a quando da visita do Papa ao Uganda, este tivera o cuidado de nos seus discursos não ferir a sensibilidade de Portugal⁸¹⁸. De volta a Lisboa, retirando-se em forma de protesto, Brazão encontrar-se-ia com o ministro Rui Patrício e com Marcello Caetano, insistindo no facto de ser necessário não censurar as notícias a respeito do acontecimento, de forma a seguir uma linha de naturalidade e despreocupação, desvalorizando o encontro e reforçando a necessidade de não se cortarem as relações

⁸¹³ ANTT, AMC, Correspondência/Igrejas/Brazão, cx. 29, nº1 apud. BARBOSA, Márcio Sérgio Costa, *Novo Estado Marcelista (1929-1974)*, Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015, nota nº 314, p. 105

⁸¹⁴ Id. *Ibid.*

⁸¹⁵ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, (2016), op. cit. p. 482

⁸¹⁶ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 88, 14 de Agosto de 1970

⁸¹⁷ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, (2016), op. cit. p. 481

⁸¹⁸ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 145

com a Santa Sé⁸¹⁹. Dizia Brazão: “A Igreja Católica em fraco declínio, ainda era mais forte que o Estado mais municiado e preparado para a guerra⁸²⁰”. Foi da sua opinião, que o Papa quis reagir assim à controvérsia em torno da sua peregrinação a Fátima em 1967⁸²¹, mas isso apenas se podia compreender com a completa percepção por parte da Santa Sé do esgotamento português e do impasse militar no ultramar, tendo agora a oportunidade, perante um líder sem opções⁸²², de proceder à reconversão total em direção à política anti-colonial que há muito era defendida pela Igreja. Pouco tempo depois Brazão voltava ao Vaticano e ouviria do Secretário para os Negócios Extraordinários, Casaroli, que o Papa estava magoado pela sua breve retirada para Lisboa (lembramos que Paulo VI como já aqui foi mencionado, conhecia Brazão à trinta anos), ao que o embaixador retorquiu: “Mas eu não sou o núncio apostólico, mas sim o embaixador de Portugal!⁸²³”.

Rapidamente se levantaria outro problema espinhoso. Em Maio de 1971, e após um longo conflito que punha em causa a liberdade missionária, a congregação dos Padres Brancos (Sociedade dos Missionários de África), resolvera retirar-se de Moçambique, mas antes que tal fosse avante, o governo português antecipou-se e a dia 27 desse mês a notificação feita pela DGS e tornada pública pelo MNE, dava ordem de expulsão aos missionários sob acusação de colaborarem com a FRELIMO⁸²⁴. Em conjunto com a denúncia feita pelos Padres Brancos de vários massacres alegadamente - e comprovadamente - cometidos pelas forças portuguesas, o ataque na imprensa católica generalizou-se⁸²⁵, sendo que Brazão via mais uma vez uma barreira a elevar-se entre si e Casaroli, e por consequência com o Vaticano⁸²⁶. Para Brazão este era um assunto sensível, na carta já referida de Agosto de 1970, o diplomata recomendava prudência relativamente a qualquer ideia de expulsar os Padres Brancos do território português⁸²⁷, temendo as represálias que iria sofrer no Vaticano. Apesar de ao momento - final de 1970, início de 1971 - o governo português estar claramente contra qualquer intervenção política da Santa Sé no

⁸¹⁹ Id. *Ibid.* p. 146

⁸²⁰ Id. *Ibid.*

⁸²¹ Id. *Ibid.*

⁸²² REIS, Bruno Cardoso, “Portugal e a Santa Sé no sistema internacional (1910-1970)”, *Análise Social*, vol. XXXVI, 2001, p.1058

⁸²³ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 147

⁸²⁴ ESTEVÃO, Nuno, “Os Meios Católicos Perante a Guerra Colonial: Reconfigurações da Questão Religiosa em Portugal”, em *Lusitania Sacra*, 2ª Serie, 12, 2000, p. 248

⁸²⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 147

⁸²⁶ Id. *Ibid.*

⁸²⁷ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 88, 14 de Agosto de 1970

território ultramarino, Brazão achou que seria melhor tentar combater a intervenção dos Padres Brancos através do Vaticano, criando uma espécie de ultimato antes de intervir diretamente junto da congregação⁸²⁸. Parece-nos, que apesar de não estar em causa a posição de Brazão, sempre fiel ao seu país - o que ficou patente com a já aqui citada declaração junto a Casaroli a quando do regresso ao Vaticano) - o diplomata defendeu sempre uma posição moderada e não radical, mesmo quando os assuntos eram de grande sensibilidade, como a reunião com os líderes africanos em 1970 e agora com esta questão dos missionários em Moçambique. Embora considere, mesmo já em 1976, que a posição dos Padres era incompreensível, sendo o que se passava “um espetáculo confrangedor, onde o ódio e o despeito campeavam⁸²⁹”, traçando comparações com a posição histórica dos missionários no Oriente que tinham mostrado no passado um comportamento, do seu ponto de vista, completamente oposto ao dos missionários atuais⁸³⁰, percebia que a posição de Portugal junto da Igreja era de extrema importância. Um último problema espinhoso levanta-se nos anos seguintes, desta vez envolvendo o arcebispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto. Com o suporte dos missionários combonianos, mostrava-se abertamente desafiante perante a política portuguesa, chegando, segundo Brazão, a pôr as suas dioceses à disposição direta do papado⁸³¹. O massacre de Wiriyamu, em Dezembro de 1972, estava no centro das reivindicações dos sacerdotes, sendo que a situação se tornou insustentável do ponto de vista do governo português. Em Janeiro de 1974, D. Manuel Vieira Pinto proferia na homilia do dia mundial da paz na catedral de Nampula: “Importa, porém, não confundir a paz com a ordem estabelecida, com as forças da ordem, com a ausência de armas, com o medo dos fracos, com a repressão dos fortes, com o silêncio dos mortos. (...) A paz em Moçambique impõe-nos, antes de mais, o dever de repensar a guerra - «a guerra que não queremos» - com uma mentalidade nova e com uma nova determinação. Repensar a guerra, aqui e hoje, é reconhecer e identificar os conflitos que, dentro e fora do nosso contexto, concorrem para a destruição da paz. É rever, em espírito de diálogo, os direitos e deveres que dão consistência à paz do povo de Moçambique. É interrogarmo-nos serenamente se esta guerra será um meio digno e um meio apto para resolver o conflito aberto; se na base do litígio não estará em causa, mais do que uma «agressão» e uma «legítima defesa»,

⁸²⁸ Id. *Ibid.*

⁸²⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 147

⁸³⁰ Id. *Ibid.*

⁸³¹ Id. *Ibid.* p. 148

uma justa aspiração deste povo à emancipação.⁸³²”. Em Fevereiro com o seu manifesto “*Um Imperativo de Consciência*⁸³³”, seria notificado pela DGS, tal como os missionários combonianos, da ordem de expulsão. Iria ficar em “prisão domiciliária” no Cartaxo em Santarém, pois ficou permanentemente vigiado pelos serviços de segurança até à revolução de Abril⁸³⁴. Brazão nada podia fazer relativamente a estas questões, a cisão estava completa, e embora o governo português conta-se do seu lado com uma figura como o Arcebispo de Lourenço Marques, D. Custódio Alvim Pereira, que poderia um dia ser elevado a Cardeal, essa esperança perdia-se precisamente pelo seu posicionamento político⁸³⁵.

Neste início da década de 1970, levantam-se ainda outras questões de menor importância mas que nos parecem poder ser mencionadas, relacionadas com assuntos não diretamente ligados à Santa Sé.

O primeiro diz respeito à intervenção italiana no Biafra, onde largos milhares de italianos foram apanhados no meio de uma guerra civil, e ao conseqüente divergir de opiniões. Em Junho de 1969, Brazão escrevia a Marcello Caetano que a intervenção italiana era claramente um caso de neo-colonialismo, que apesar de tudo tinha sido positivo para o desenvolvimento de simpatia entre os italianos de direita pela situação colonial portuguesa⁸³⁶. Só por si este não é um facto de alguma forma especial, no entanto é necessário pôr em contexto as simpatias demonstradas pela franja política de direita e extrema-direita, que se movia junto de Brazão, de modo a criar redes informais de apoio à política portuguesa e à própria sobrevivência do regime português. Não nos compete aqui, divagar acerca do envolvimento do regime português com organizações de extrema direita europeia, sejam elas de carácter clandestino (Aginter Press) ou imprensa. No entanto não seria correto menosprezar as referências feitas na correspondência de Brazão a grupos de imprensa deste tipo. Em Maio de 1970, Brazão escrevia acerca do contacto movido pelo antigo núncio belga, cardeal Silvio Oddi, pedindo uma recepção do embaixador português ao Barão de Bonvoisin, querendo este criar uma colaboração entre o governo português e a

⁸³² “Repensar a Guerra”, 1 de Janeiro de 1974, (disponível em arquiocesedenampula.blogspot.com/p/repensar-guerra-homilia-no-dia-mundial.html), consultado às 22:40 de 27 de Abril de 2020

⁸³³ Id. *Ibid.* (disponível em arquiocesedenampula.blogspot.com/p/um-im.html)

⁸³⁴ “O Bispo de Nampula disposto a regressar à sua diocese”, Jornal *O Século*, Lisboa, Domingo, 28 de Abril de 1974, Repositório Instituto Camões 1998-2002 (disponível em sites.google.com/site/institutocamoes19982002/bases-tematicas/historia/25-de-abril/imprensa-da-epoca/o-bispo-de-nampula-disposto-a-regressar-a-sua-diocese), consultado às 22:51, 27 de Abril de 2020

⁸³⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 148-149

⁸³⁶ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 82, 6 de Junho de 1969

publicação *Nouvelle Europe*⁸³⁷. Já em Março de 1971, Brazão volta a ser interpolado por Bonvoisin, mas desta vez em conjunto com Jean Violet, advogado próximo do ex primeiro ministro francês Antoine Pinay. Na opinião destes, França estava em risco de cair sobre pressão dos grupos de esquerda - sindicatos e estudantes - querendo tentar uma aproximação de França a Portugal e Espanha, de modo a criar uma política comum anti-comunista⁸³⁸. Deste modo, Violet requisitava a Brazão um encontro com Marcello Caetano para discutir esta possibilidade⁸³⁹. Estes elementos, estavam inseridos num eixo franco-belga, de tendência claramente radical e que juntava, além dos nomes mencionados da *Nouvelle Europe*, a *Nouvelle École* de Émile Lecerf⁸⁴⁰. Não sabemos se esta ligação foi posteriormente continuada, no entanto é verdade que os grupos de extrema-direita europeia, tentaram de facto uma aproximação no início da década de 1970, ao governo de Marcello Caetano.

Outra questão diz respeito à abordagem do embaixador de Espanha na Santa Sé, Antonio Garrigues y Diaz, querendo este apresentar uma ideia relativa a um projeto político de aproximação entre Portugal e Espanha e os governos sul-americanos. Segundo Garrigues y Diaz, existia a pretensão de formar um bloco, paralelo ao mercado comum europeu, da mesma tipologia da Commonwealth britânica ou do movimento Pan-Islamico, com o objetivo de contrapor a influência das democracias liberais europeias e do comunismo internacional⁸⁴¹. Do encontro de Brazão com Garrigues y Diaz e os representantes dos países presentes - Bolívia e Paraguai - resultavam as seguintes conclusões retidas nos documentos assinados por ambos os embaixadores junto da Santa Sé: Romero Loza, da Bolívia, destacava o sucesso do mercado comum europeu, e que carecendo os países ibero-americanos de poderio militar e económico, fruto da sua ação individualizada no plano internacional, defendia que seria um erro não aproveitar as afinidades culturais, religiosas e políticas dos países em questão. O enorme potencial económico de um bloco ibero-americano, embora tivesse que enfrentar o nacionalismo económico típico da América do Sul e a tradição anti-colonial da mesma, impediria os EUA de reforçarem a sua posição e poderia mesmo ser um substituto à altura da Organização dos Estados Americanos⁸⁴².

⁸³⁷ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 86, 12 de Maio de 1970

⁸³⁸ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 90, 4 de Março de 1971

⁸³⁹ Id. *Ibid.*

⁸⁴⁰ CAMUS, Jean-Yves, LEBOURG, Nicolas, *Far-Right Politics in Europe*, Harvard, Harvard University Press, 2017, p. 138

⁸⁴¹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 84, 30 de Setembro de 1969

⁸⁴² Id. *Ibid.* Anexo 2, *Apuntes de una conversacion*, J. Romero Loza, Roma, Outubro de 1969

Oscar Cabello, por parte do Paraguai, considerava esta futura organização como essencial na oposição ao desenvolvimento de regimes marxistas e à intervenção dos mesmos. O embaixador via a violência em Cuba, Bolívia, Colômbia e Venezuela e a criação de uma nova liderança de intelectuais, sindicalistas e universitários no Brasil, Uruguai e Guatemala, como uma ameaça clara. Vê no presidente Nixon um fracasso do ponto de vista de quem queria encontrar bases de entendimento na América, e neste bloco hipotético uma oportunidade de libertação face a mecenaz (EUA e URSS). Na sua visão, vê a constituição de um acordo não só de princípio mas sim de fixação de metas, planificação e construção de um mercado comum, com projeção inclusive nos territórios africanos⁸⁴³. Brazão ficou deveras impressionado com Garrigues e a iniciativa demonstrada pelos sul-americanos. Anos depois aconselhava Caetano a manter uma relação próxima com o ex-embaixador no seu regresso a Espanha, sendo da opinião que este iria ter um papel importante futuro político do país⁸⁴⁴. Também o contacto que manteve com Joseph Amichia, embaixador da Costa do Marfim na Santa Sé, tendo por objetivo uma maior colaboração dos dois países em África, resultaria no envio de José Manuel Vilas Boas para um encontro com o presidente Houphouët-Boigny, no entanto tal como o projeto Sul-Americano, não existiria possibilidade de uma colaboração continuada⁸⁴⁵.

Ao fazermos um balanço dos seis anos passados na Santa Sé, percebemos que Brazão passou por enormes dificuldades ao ter de enfrentar a política anti-colonial de Paulo VI, afirmando mesmo sair profundamente triste do seu último posto, apenas encontrando consolo nas obras que escreveu durante este período. Em vão seria também a sua tentativa de reformar o Instituto Português de Santo António em Roma, onde mesmo trabalhando com o ministro Rui Patrício, tendo o objetivo de tornar o velho Instituto numa academia como as da Bélgica, França e Espanha em Roma, moderno e dinâmico, esbarraria na indisponibilidade de recursos. Seria ainda agraciado com a grã-cruz de Pio IX, mas escreveu dizendo ver nos seus livros um maior valor do que na condecoração⁸⁴⁶. Enquanto período representativo de toda a sua carreira, percebemos que foi na escrita da história que encontrou a sua redenção, saindo goradas as suas pretensões de uma diplomacia mais pacífica entre Portugal e a

⁸⁴³ Id. *Ibid.* Anexo 3, Carta do Professor Oscar Cabello para Antonio Garrigues y Diaz, Roma, 8 de Outubro de 1969

⁸⁴⁴ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 96, 18 de Dezembro de 1972

⁸⁴⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 150-151

⁸⁴⁶ Id. *Ibid.* pp. 149-154

Santa Sé, tanto pelas circunstâncias na metrópole, mas especialmente pelos eventos no ultramar. Da mesma forma não passariam da fase embrionária as alianças pretendidas pelos mais diversos sectores, desde a direita europeia aos regimes sul-americanos.

Na Ordem Soberana e Militar de Malta (1968-1971)

Segundo Brazão, terá sido o próprio, quando de uma conversa com Marcello Caetano em Portugal, a insistir na elevação da legação junto da Ordem de Malta a embaixada. Com uma história quase milenar e relações diplomáticas com mais de uma centena de países, esta Ordem, descendente da vulgarmente conhecida Ordem Hospitalária, era vista por Brazão como uma organização de grandes tradições, ligada a Portugal à séculos, sendo disso prova os quatro portugueses Grão Mestres da ordem: D. Afonso Henriques, Afonso de Portugal, Luis Mendes de Vasconcelos, António Manoel de Vilhena e Manuel Pinto da Fonseca⁸⁴⁷. A Ordem, passando por diversas crises consecutivas desde a sua saída da ilha de Malta, conseguia finalmente estabilizar a sua sede em Roma, no ano de 1834, sendo que anos antes, em 1805 sob o auspício do Pio VII, via-se de novo reunida sob o Grão Mestre Giovanni Tomasi⁸⁴⁸. Esta organização, segundo Brazão, procurou adaptar-se às novas condições de vida, conseguido em parte manter a sua independência, nomeadamente através da diversificação de atividades médicas e sociais⁸⁴⁹. Sendo atualmente soberana e possuindo qualidade de sujeito no direito internacional, tem o poder de assinar tratados e emitir passaportes⁸⁵⁰, embora seja maioritariamente uma organização com expressão cerimonial. Em 1968, quando Brazão apresenta as suas credenciais, já a Ordem tinha uma representação em Lisboa, na pessoa do Conde Alvisé Emo Capodilista⁸⁵¹, embora pareça que os diplomatas e governo português, vissem naquela Ordem uma ideia de tempos passados, mais pertencente à história do que ao presente⁸⁵². Foi com o antecessor de Brazão, António Leite de Faria, que Lisboa ficou convencida em se fazer representar junto da ordem com um ministro, sendo que

⁸⁴⁷ Id. *Ibid.* p. 157

⁸⁴⁸ NETO, Dirceu Marchini, “Ordem de Malta entre a História e o Direito Internacional”, em *Estudos Históricos CDHRPyB*, Uruguai, Ano X, Dezembro 2018, nº20 (disponível em estudioshistoricos.org/20/eh2012.pdf) consultado às 19.20 de 29 de Abril de 2020, p.14

⁸⁴⁹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 159

⁸⁵⁰ NETO, Dirceu Marchini (2018), op. Cit. p. 3

⁸⁵¹ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 159

⁸⁵² Id. *Ibid.*

deveria esse ser o representante de Portugal na Santa Sé. Segundo Brazão, a não elevação das legações europeias a embaixadas, seria uma condição sem sentido, pois um grande número de países latino-americanos, o Brasil e países recém independentes de África, tinham já uma embaixada, sendo os europeus - países que tinham relações com a Ordem à séculos - os que tinham apenas legações. De Gaulle, recusava-se a reconhecer a Ordem, sem essa ter pelo menos um pedaço de terra que considerasse seu, de modo a ter alguma soberania territorial de facto, situação apontada por Brazão como sendo irónica, pois tinha sido Napoleão Bonaparte no fim do séc. XVIII a conquistar a ilha de Malta⁸⁵³.

Embora se compreenda a pouca importância factual das relações entre Portugal e esta Ordem no período em que Brazão ocupou o cargo, não deixou de ser um facto que Brazão se sentia orgulhoso de o ocupar. Homem ligado à história, via com grande interesse o papel, ainda que cerimonial, da Ordem, passando longos períodos de tempo no palácio de Malta⁸⁵⁴. Curiosamente tinha sido outro português - o Grão Mestre António Manoel de Vilhena - no séc. XVIII, a deixar a sua marca neste edifício, renovando-o profundamente⁸⁵⁵, estando agora complementado pelo retrato do Grão Mestre Angelo de Mojana, feito por José Luís, o segundo filho de Eduardo Brazão. Tal como o filho mais velho, Eduardo José, também José Luís foi condecorado pela Ordem, sendo agraciado com a Comenda de Mérito e o seu irmão com a grã-cruz da Graça Magistral. O próprio Eduardo Brazão, concluía assim, através da grã-cruz de Mérito, recebida enquanto embaixador, toda uma inteira ligação familiar com a Ordem⁸⁵⁶.

Desta ligação, tanto diplomática como familiar, mas especialmente afetiva, foram criadas ideias (ou melhor, “sonhos”) de uma possível concretização territorial da Ordem, na Terra Santa, onde a palavra da Ordem do Santo Sepulcro - de que Brazão era também lugar-tenente português - reinava, criando uma rivalidade entre as duas. Pela sua profunda ligação à história, pela sua crença cristã e sobretudo por um modo de ver a sociedade, ligada à tradição de um passado perdido, esta relação com a Ordem de Malta, é um exemplo perfeito da perspectiva pessoal de Brazão relativamente ao mundo⁸⁵⁷.

⁸⁵³ Id. *Ibid.* pp. 159-160

⁸⁵⁴ Id. *Ibid.* p. 161

⁸⁵⁵ *Palazzo Malta*, Wikipedia, (disponível em en.wikipedia.org/wiki/Palazzo_Malta) consultado às 19:30 de 29 de Abril de 2020

⁸⁵⁶ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 161-162

⁸⁵⁷ Id. *Ibid.*



Villa Lusa, ex Villa Elia, Roma
(rerumromanarum.com/2014/07/villa-elia-lusa, consultado às 15:51, 4 de Fevereiro de 2022)

Conclusão - o fim da carreira de Eduardo Brazão e um balanço da mesma

O fim da carreira de Eduardo Brazão ficaria marcado pela incerteza que coincidia também com os destinos do país. As cheias de 1967 deixaram o diplomata português sem alternativa que não fosse o estender da sua carreira para compensar a aplicação da grande maioria das suas poupanças na recuperação do seu património⁸⁵⁸. Conseguiria prolongar a sua carreira diplomática, mas já no ano de 1972 queria voltar a Portugal de forma definitiva. Na correspondência com o Presidente do Conselho afirma querer voltar ao país, trocando Roma por um possível cargo na Fundação Calouste Gulbenkian ou no Diário de Notícias⁸⁵⁹, algo que nunca viria a ser concretizado. Com o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e consequente revolução, daria por encerrada uma longa carreira com mais de trinta anos ao serviço da diplomacia portuguesa, fazendo ainda notar o seu amigo Marcello Caetano (exilado no Brasil) alguns pontos relativos ao estado do país e à instabilidade dos governos provisórios, rotineiramente como se Brazão ainda fosse um dos homens ao seu serviço⁸⁶⁰.

O fim do diplomata não foi o fim do historiador, pois a História continuou a ter em Brazão um fiel servo. O intuito de escrever uma *História Diplomática de Portugal* saiu vencido pelo já mencionado dano das cheias de 1967, bem como pelo roubo que sofreu ainda em Roma, sendo abortado o projeto⁸⁶¹. Ainda assim, fruto da renovada colaboração com a Academia Portuguesa de História, vai escrever vários artigos em publicações da Academia⁸⁶², assim como na *Revista Portuguesa de História*⁸⁶³. Em 1979 e 1980 surge ainda a *A Diplomacia Portuguesa nos séculos XVII e XVIII*⁸⁶⁴, que em dois volumes compila trabalhos anteriores. Como mencionado, estes trabalhos são resultado de uma renovada presença na Academia Portuguesa de História. Correspondente desde 1938 e efetivo a partir de 1956, em 1975 vai ser eleito

⁸⁵⁸ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 89, 1 de Fevereiro de 1971

⁸⁵⁹ ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Carta nº 95, 21 de Novembro de 1972

⁸⁶⁰ AHD - MNE, Aquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 941 “Professor Marcello Caetano”, Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 1974

⁸⁶¹ FARIA, Ana Leal de, “BRAZÃO, Eduardo (Lisboa, 1907 - Cascais, 1987)” em *Dicionário de Historiadores Portugueses*, dichp.bnportugal.pt, (disponível em dichp.bnportugal.pt/imagens/brazao.pdf) consultado às 14:27, de 9 de Agosto de 2021

⁸⁶² BRAZÃO, Eduardo, “Notícia de Duas Missões a Roma pelo Embaixador D. Alexandre de Sousa e Holstein”, em *A Historiografia Portuguesa Anterior a Herculano*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1977; BRAZÃO, Eduardo, “Reflexões sobre uma página de Herculano: A deposição de D. Sancho II”, em *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1977

⁸⁶³ BRAZÃO, Eduardo, “A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, criação de D. João V”, Tomo XVI, Coimbra, 1978

⁸⁶⁴ Vol. I, (1640-1700), Lisboa, 1979; Vol. II, Lisboa, 1980

vice-presidente. O discurso de Caeiro da Matta excessivamente traduzido em elogios um pouco exagerados, bem como a hipocrisia de alguns membros que no passado teriam dificultado a carreira do diplomata, refletiam aquela que era a sua verdadeira opinião acerca das Academias: “Nós os portugueses somos a antítese do espírito académico, pois não sofremos o anonimato, o que nos impede de trabalhar em grupo numa estreita colaboração e disciplina. Interessa-nos sobretudo, fazer vista! Assim as Academias transformaram-se em cenáculos, em que se pratica em alta escala o elogio mútuo... para os seus componentes se debitarem cá fora!⁸⁶⁵”. Esta opinião era ainda assim mitigada por se sentir honrado pela posição, mas especialmente pela presença de vários colegas que via com bons olhos - Coronel Costa Veiga, Gastão de Melo de Matos, Joaquim Veríssimo Serrão, e outros - sentindo que se deixassem a Academia seguir o seu trabalho livre de influências, poderia-se ainda esperar muito daquela instituição⁸⁶⁶.

Eduardo Brazão viria a falecer a 7 de Dezembro de 1987 em Cascais com oitenta anos. Quatro anos passados, em 1991, Franco Nogueira viria a proferir o elogio do embaixador, continuando a tradicional prática da Academia Portuguesa de História de honrar os antecessores académicos. O documento que reúne o relato da sessão, o elogio do embaixador e a bibliografia de Eduardo Brazão, constitui uma importante peça para avaliar o legado de um homem visto aos olhos dos seus pares - tanto historiadores, como Veríssimo Serrão, como diplomatas, caso de Franco Nogueira, talvez a mais importante figura da diplomacia portuguesa do século XX. Pertencente ao grupo original de diplomatas que iniciaram a carreira com Brazão (Calvet de Magalhães e um outro diplomata que terá falecido jovem⁸⁶⁷), Franco Nogueira recordou o seu amigo e companheiro de passagens pela cifra durante a guerra ou no Oriente na década de 1940. Considerando Brazão como um diplomata de comportamento exemplar em contextos muitas vezes de conflitos causadas pelas tensões naturais da diplomacia, juntava ainda uma menção ao humor e sobretudo à elevada cultura de um homem que “viveu e soube viver em ambientes formais (...) mas adorava a informalidade⁸⁶⁸”. Posicionando Brazão nos momentos chave dos locais onde passou, destacando a delicadeza de cada um deles: “as questões em África

⁸⁶⁵ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., p. 335

⁸⁶⁶ Id. *Ibid.* pp. 335-336

⁸⁶⁷ NOGUEIRA, Alberto Franco, *Elogio ao embaixador Eduardo Brasão*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1991, p. 18

⁸⁶⁸ Id. *Ibid.* p. 19

com o Canadá; os problemas do então Congo com Bruxelas; as divergências na cúria post-Vaticano II ⁸⁶⁹”. Eduardo Brazão soube ligar a sua paixão, pela investigação e divulgação do conhecimento histórico, com a sua profissão de diplomata, “de tal forma que as duas passaram a fazer parte integrante do seu ser, da sua atuação, do seu pensamento, da sua vida e da sua personalidade⁸⁷⁰”. Ficou também na memória dos seus pares a noção de que Brazão se entregou a milhares de documentos, mergulhando em arquivos, superficialmente ou até nunca antes tocados. Franco Nogueira leu em Brazão a demonstração de um particular sentido ecumenista e universal típico das relações dos portugueses com Oriente, não deixando essa relação com o Oriente ficar para trás a entrega a estudos mais clássicos da política externa portuguesa - nas relações com França, Espanha, Inglaterra, Itália e Santa Sé - sendo da opinião do ex ministro dos negócios estrangeiros que as obras de Brazão constituíram por vezes verdadeiros manuais para os estudiosos no futuro, destacando particularmente o *Relance da História Diplomática de Portugal*⁸⁷¹. Ficaria a faltar a já mencionada *História Diplomática de Portugal* que não conseguiu concretizar, não sendo por isso que Franco Nogueira minoriza a obra de Brazão⁸⁷².

Distinguímos assim várias fases na carreira de Brazão, que fruto do posicionamento em determinados locais, acabariam obviamente por influenciar o seu estilo de escrita e os seus interesses: uma luso-oriental, centrada nas relações de Portugal com o Oriente e nomeadamente com a China durante a História Moderna; uma outra centrada nos descobrimentos portugueses na história do Canadá, que na nossa opinião é precoce face ao grande interesse no tema ter surgido décadas mais tarde; por fim um aspeto mais centrado na velha Europa e nas já mencionadas relações de Portugal com várias velhas nações e famílias reais europeias⁸⁷³, não esquecendo a devida contextualização dentro de aspetos da história social e do estudo dos sistemas políticos (como é exemplo *Relações de Portugal com a Santa Sé no ano Dramático de 1848*⁸⁷⁴). Parece-nos que no futuro, analisar a historiografia comparada entre a desenvolvida por Brazão com a nacional e europeia sobre os mesmos temas, poderá ser um desafio interessante a ter em conta.

⁸⁶⁹ Id. *Ibid.* p. 20

⁸⁷⁰ Id. *Ibid.* p. 21

⁸⁷¹ Porto, Livraria Civilização, 1940

⁸⁷² NOGUERIA, Alberto Franco, *Elogio ao embaixador Eduardo Brazão*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1991, p. 25

⁸⁷³ Id. *Ibid.* pp. 25-31

⁸⁷⁴ Lisboa, 1969

Fazendo um balanço daquilo que podemos designar como as influências historiográficas de Eduardo Brazão, não podemos deixar mencionar o pendor nacionalista que marcou a obra de Brazão. Mas vamos para além disso. Embora a imparcialidade de Brazão não esteja em causa de forma intencional ou consciente, há uma marca clara de uma mentalidade luso-tropicalista que não deixa de ser fruto do seu tempo. O exemplo desta mentalidade está patente nos relatórios que escreveu - na viagem com Cerejeira⁸⁷⁵, sobre a situação na Bélgica, Itália e Canadá, e de forma esclarecedora em *Portugal no Continente Africano - a questão colonial portuguesa na segunda metade do séc. XIX*⁸⁷⁶ - de onde a missão civilizadora de Portugal nunca esteve ausente. Ainda assim, mesmo dentro do contexto, concordamos com as palavras mais uma vez de Franco Nogueira: “a história que lhe interessava não era a de uma grei portuguesa voltada para si mesma mas a de todo um povo em constante contacto e actuação entre outros povos⁸⁷⁷”. Cabe ao historiador analisar, não sendo juiz da moral, não condenando e não absolvendo o passado. No entanto devemos notar o seu incómodo quando enfrenta a realidade das condições de vida e trabalho dos africanos na sua visita a São Tomé⁸⁷⁸, demonstrando um humanismo de certa forma ingénuo.

A sua religiosidade, muitas vezes presente em perspetiva daquilo que levou os portugueses a um tão glorioso passado, ou como fator de união das comunidades portuguesas no estrangeiro, influenciou sem dúvida a sua obra. As variadas presenças em Roma tão perto do trono de São Pedro, em termos geográficos e profissionais, foram sem dúvida um fator de mais apego a Deus. A sua juventude monárquica, próxima até de elementos do integralismo lusitano, não se notaria em qualquer influencia profissional, mas terá tido peso na forma como sempre olhou para a relação entre as famílias reais de cada país e sua relação com a portuguesa.

Não podemos deixar de mais uma vez sublinhar aquele que foi o maior desígnio de Eduardo Brazão: a prática da diplomacia cultural. Parece-nos que este tema - fruto dos ainda recentes conceitos nas relações internacionais de *Soft Power* - tem espaço para ser explorado no que diz respeito ao desenvolvimento da diplomacia

⁸⁷⁵ AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Viagem do Legado Pontifício Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao Império Português*, Relatório do Secretário da Legação Eduardo Brazão, Delegado do Protocolo de Estado na viagem de Sua Eminência S03, E26, P03, 34442, Novembro de 1944

⁸⁷⁶ BRAZÃO, Eduardo, *Portugal no Continente Africano - a questão colonial portuguesa na segunda metade do séc. XIX*, Lisboa, 1935

⁸⁷⁷ NOGUERIA, Alberto Franco, *Elogio ao embaixador Eduardo Brazão*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1991, p. 36

⁸⁷⁸ BRAZÃO, Eduardo (1976), op. Cit., pp. 207-208

e história relações internacionais de Portugal no séc. XX. Não será estranho ser neste aspeto - a cultura - que Brazão encontrou o maior afastamento entre as suas ideias (e até as suas práticas) e as do regime de Salazar. Nunca negando admirar Salazar e o regime que o ditador construiu, é verdade que tentou reformar na medida do possível o teatro português, dando espaço para que mais peças escapassem ao âmbito da censura que apertava de forma explícita e menos explícita (através do jugo económico desigual) a criatividade dos autores, encenadores e atores portugueses.

Relativamente a limites desta investigação - e recomendações - destaca-se a necessidade de, no aprofundamento de algumas questões no futuro, o complemento dos arquivos estrangeiros, nomeadamente os arquivos diplomáticos estatais dos países onde Brazão esteve colocado, para um cruzamento de informação que leve a novas informações. Gostaríamos também de referir que nem sempre foi possível descodificar a importância das relações pessoais entre os protagonistas da diplomacia portuguesa, e que embora muitas vezes essas consigam ser reveladas através das memórias póstumas, reconhecemos algumas limitações em ter presentes todos os pormenores. A análise comparativa da historiografia das obras do diplomata-historiador será uma possibilidade de futuras investigações, nomeadamente quando colocada em confronto com grandes vultos da historiografia portuguesa do séc. XX, tentando perceber se a tendência já mencionada - de uma historiografia marcadamente nacionalista e por vezes luso-tropicalista - é mitigada pelo maior contacto com o mundo da diplomacia e da cultura, ou se pelo contrário Brazão se enquadra totalmente nas correntes dominantes da historiografia estado-novista. Deixaríamos também aberta a possibilidade, de futuras investigações relacionadas com a ideia de latinidade entre os projetos políticos europeus do séc. XX, virem a incluir a análise do próprio Brazão e a sua perspetiva desses mesmos projetos políticos.

Bibliografia:

Arquivos

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 936 “Cartas de D. Luis I (...)”

AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 951 - “Columbano”

AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 941 “Professor Marcello Caetano”

AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 950 “Cardeal Cerejeira”

AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 957 “G. Schurhammer”

AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 964 “José Régio”

AHD - MNE, Arquivo Pessoal de Eduardo Brazão, Cartas de Personalidade Portuguesas e estrangeiras (S02, E02, P01, N°14672) - envelope 948 “Júlio Dantas”

AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A França em Abril de 1944*, Relatório do 3º Secretário da Legação, Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 3444

AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Viagem do Legado Pontifício Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao Império Português*, Relatório do Secretário da Legação Eduardo Brazão, Delegado do Protocolo de Estado na viagem de Sua Eminência S03, E26, P03, 34442, Novembro de 1944

AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *As Duas Espanhas*, Relatório referente ao ano de 1946 do 2º Secretário da Embaixada de Portugal em Madrid, Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442, Dezembro de 1946

AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *O Grande Consistório de 1946 e Segundo Cardial Português*, Relatório referente ao ano de 1946, do 2º Secretário de Legação Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442

AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Internacionalização da Santa Sé*, Relatório referente ao ano de 1944, do 2º Secretário de Legação Eduardo Brazão, S03, E26, P03, 34442

AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *Os portugueses em Hong Kong 1948*, Relatório do Cônsul de 2ª Classe, Eduardo Brazão, relativo ao ano de 1947 , S03, E26, P03, 34442

AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *Alguns Apontamentos Sobre a Posição de Portugal no Extremo Oriente* , Relatório do Cônsul de 1ª Classe, Eduardo Brazão, relativo ao ano de 1948 , S03, E26, P03, 34442

AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *O Bispado Católico de Hong Kong e a comunidade portuguesa* , Relatório do Cônsul de 1ª Classe, Eduardo Brazão, relativo ao ano de 1949 , S03, E26, P03, 34442

AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *Portugal na Irlanda*, Relatório anual referente a 1950, do primeiro secretário de legação Eduardo Brazão , S03, E26, P03, 34442

AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Irlanda Independente 1953*, Relatório Anual, referente ao ano de 1952, do primeiro secretário de legação Eduardo Brazão , S03, E26, P03, 34442

AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *A Expansão da Cultura Portuguesa na Irlanda*, Relatório anual referente a 1953, do primeiro secretário de legação Eduardo Brazão , S03, E26, P03, 34442

AHD - MNE, SE, DGSC, RPA, Relatórios de Posto, *Breves Notas Sobre a Viagem Do Chefe de Estado à Guiné Cabo Verde e Madeira de 2 de Maio a 4 de Junho de 1955*, Eduardo Brazão, Chefe do Protocolo da Viagem Presidencial, Conselheiro de Legação , S03, E26, P03, 34442

AHD - MNE, AFFRA, João, Nota enviada a embaixada de Paris, nº33.171, 18 de Fevereiro 1950, PA, 48, M.211

AHD - MNE, AFFRA, João, Ofício para Ministro dos Negócios Estrangeiros, n. 22, PA, 48, M.211

AHD - MNE, AFFRA, João, Ofício relativo às relações entre o Reino Unido e Portugal tendo em conta a vitória da RPC, nº 47, 5 Junho de 1949, PA, 48, M.211

AHD - MNE, AFFRA, João, Telegrama confidencial “Relações entre Macau e Hong Kong”, 21 de Outubro de 1949, PA, 48, M.211

AHD - MNE, FONSECA, Ferreira da, Relatório do Ministro de Portugal na China, sobre a situação política na China, PEA, 158 B

AHD - MNE, MAGALHÃES, Calvet de, Ofício para Ministro dos Negócios Estrangeiros, n. 426, PA, 48, M.211

AHD - MNE, PEREIRA, Theutónio Arquivo da Embaixada de Washingto, Nota da embaixada de Washington para o presidente do conselho, 24 de Julho de 1949, PA 48, M.212

AHD - MNE, Nota para o governador de Macau, PA, 48, M.211

AHD - MNE, RNP, Informações políticas e militares sobre a guerra, provenientes das legações de Vichy e Paris, 1939-1942, S13, E14, P02, 82736

AHD - MNE, SE, SC, DGNPAI, Processos Relativos à Legação de Portugal em Dublin, 1946-1952, SC, E55, P06, 3025, processos 2 a 24, 29 de Agosto de 1951 a 10 de Novembro de 1952

AHD - MNE, PEA M364, ofício n.º 323, confidencial, de 16 de Setembro de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE

AHD - MNE, PEA M364, ofício n.º 332, confidencial, de 2 de Outubro de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE

AHD - MNE, PEA M364, ofício n.º 18, confidencial, de 14 de Janeiro de 1963, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE

AHD - MNE, DELNATO M49, memorando, secreto, intitulado «The situation in Africa with special reference to communist propaganda», distribuído pelo Representante da Itália junto do Conselho Atlântico aos representantes dos restantes Estados-membros da NATO

AHD - MNE, PAA M 423, ofício n.º 281, confidencial, de 23 de Setembro 1959, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE, apud. MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 208

AHD - MNE, 2P A64 M211, ofício n.º 110, confidencial, de 15 de Abril de 1960, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE, apud. MATOS, Vera (2014), op. cit. p. 208

AHD - MNE, PAA M422, ofício n.º 36, confidencial, de 10 de Fevereiro de 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE

AHD - MNE, PEA M532, ofício n.º 210 de 23 de Maio de 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT, AMC, 12-202, Eduardo Brazão, Cartas n.º 1 a n.º 96

ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-040, cx. 897, f. 65 a 179

ANTT, AOS, A. FARIA, *Relações entre Macau e Hong Kong*, 1949, NE-2E2, cx. 432, pt. 27

Fontes Impressas:

ALMEIDA, João Miguel, *Correspondência política Oliveira Salazar e Pedro Teotónio Pereira (1945-1968)*, Lisboa, Temas e Debates, 2008

BRAZÃO, Eduardo, *Memorial de Dom Quixote*, Coimbra Editora, 1976

BRAZÃO, Eduardo, *Memórias de Eduardo Brazão que o seu filho compilou e Henrique Lopes de Mendonça prefacia*, Lisboa, Empresa da Revista de Teatro, 1925

CAPELO, Hermenegildo, IVENS, Roberto, *De Angola à Contra-Costa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886

CARVALHO, Rita Almeida de, *António de Oliveira Salazar Manuel Gonçalves Cerejeira Correspondência 1928-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010

MADUREIRA, Joaquim, *Impressões de teatro: Cartas a um provinciano e Notas sobre o joelho*, 1905, Lisboa, Ferreira & Oliveira

MENESES, Filipe Ribeiro de, *Correspondência Diplomática Irlandesa sobre Portugal, o Estado Novo e Salazar*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2005

NOGUERIA, Alberto Franco, *Elogio ao embaixador Eduardo Brasão*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1991

SAMPAIO, Luís Texeira de, *Estudos Históricos Luiz Teixeira de Sampayo prefaciado por Eduardo Brazão*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1984

Obras Gerais

AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos de Matos, *Guerra Colonial*, Lisboa, Ed. Diário de Notícias, 1998

ALPALHÃO, João António, e ROSA, Victor Manuel Pereira da, *Les Portugais du Québec*, Otava, Editions de L'Université, 1979

ANDERSON, Grace, HIGGS, David, *A Future to Inherit-Portuguese Communities in Canada*, Toronto, McClelland & Stewart, 1976

BAPTISTA, Carla, “A Mediatização do caso do Bispo do Porto nos jornais portugueses (1958-1969) - o poder do jornalismo em tempo de censura”, *Notícias em Portugal*, Lisboa, ICNOVA, 2018, pp.301-312

BASTIANINI, Giuseppe, *Uomini, Cose, Fatti: Memorie di un ambasciatore*, Vitagliano, 1959

BOISSONEAULT, Lorraine, “L’Anse aux Meadows and the Viking Discovery of North America”, em JSTOR Daily, 23 de Julho de 2015, (disponível em daily.jstor.org/anse-aux-meadows-and-the-viking-discovery-of-north-america)

BRAGA, Paulo Drumond, *Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança (1907-1976) entre a esperança e a desilusão*, Lisboa, Objetiva, 2017

CAMUS, Jean-Yves, LEBOURG, Nicolas, *Far-Right Politics in Europe*, Harvard, Harvard University Press, 2017

CHAN, Shun-hing, LEUNG, Biatrice, *Changing Church and State Relations in Hong Kong, 1950-2000*, Hong Kong, HK University Press, 2003

CORFIELD, Justin, “The French Protectorate (1887–1945)” em *The History of Vietnam*, Greenwood Press, 2008, pp. 25-39

COGGINS, Patrick John, *Philippe Henriot: The Voice of France, "The French Goebbels", 1924-1944*, McGill University, 1996

EVERAERT J. e E. STOLS (dir.), *Flandres e Portugal*, Lisboa, Edições Inapa, 1991

FARIA, Ana Leal de, “BRAZÃO, Eduardo (Lisboa, 1907 - Cascais, 1987)” em *Dicionário de Historiadores Portugueses*, dichp.bnportugal.pt, (disponível em dichp.bnportugal.pt/imagens/brazaopdf)

FERNANDES, Gilberto, “Os Portugueses em Toronto, 1953-2013. 60 anos de Emigração Portuguesa para o Canadá”, adaptado de Milénio-Stadium, Toronto, 29 de Março de 2013, pp.6-7, (disponível em fernandesgilberto.files.wordpress.com/2014/01/exhibit-catalogue-inside-pt-low-res.pdf)

FIGUEIREDO, Fidelino de, *As Duas Espanhas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1932

FLORENTIN, Eddy, *Quand les Alliés bombardaient la France*, Paris, Perrin, 1997

HIGGS, David, BUCKNER, P.A. (dir.), *The Portuguese in Canada*, Otava, Canadian Historical Association, 1982

HUNTER, Douglas, *The Race to the New World. Christopher Columbus, John Cabot and a Lost History of Discovery*, Douglas and McIntyre, 2ª ed., 2013

LOCHER, Anna, NUENLIST, Christian, WENGER, Adreas (ed.), *Transforming NATO in the Cold War. Challenges beyond deterrence in the 1960s*, Zurich, Center for Security Studies, Routledge, 2007

LOPES, Duarte Nuno, *Peregrinação: Uma história das Comunidades Portuguesas do Québeque, 1953-1999*, Açores, Direção Geral das Comunidades, Governo da Região Autónoma dos Açores, 2000

MAGALHÃES, Calvet de, *Macau e a China no Após Guerra*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1992

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Marcello Caetano Uma Biografia 1906-1980*, Lisboa, Objetiva, 2016

MARQUES, José Carlos, *Empresários Portugueses no Luxemburgo*, Observatório da Emigração, ISCTE-IUL, Maio de 2015, (disponível em repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8894/4/OEmWorkingPaper_01_2015_Luxemburgo.pdf)

MATTOSO, José, *História de Portugal Vol. VII - O Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998

MILZA, Pierre e BERSTEIN, Serge, *Le fascisme italien 1919-1945*, Seuil, Paris, 1980

MIRA, Manuel, *Os Portugueses na Formação da América. Melungos e os Primeiros Pioneiros da América*, Franklin, Fundação Luso-Americana de Pesquisa Histórica, 2001

MORISON, Samuel, *Portuguese Voyages to America in the Fifteenth Century*, Harvard University Press, 1940

NOGUEIRA, Franco, *Salazar Vol. IV O Ataque (1945-1958)*, Coimbra, Atlantida Editora, 1980

NOGUEIRA, Franco, *Salazar. Vol. V A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984

NOGUEIRA, Franco, *Salazar. Vol. VI O Último Combate (1964-1970)*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1985

PASTORELLI, Pietro, “ALFIERI, Edoardo”, *Dizionario Biografico degli Italiani* - Volume 34, 1988, disponível em [treccani.it/enciclopedia/edoardo-alfieri_\(Dizionario-Biografico\)](http://treccani.it/enciclopedia/edoardo-alfieri_(Dizionario-Biografico))

PIMENTEL, Irene Flunser, *Cardeal Cerejeira: o príncipe da Igreja*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010

PORTELA, Artur, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação e Cultura, 2ª ed., 1987

RIBERA, José António Moya, *Árvore de Costados*, Lisboa, Dislivro Histórica, 2005, Árv. 88

ROBERTS; Andrew, *Churchill: Walking with Destiny*, Penguin UK, 2018

ROSAS, Fernando, BRITO, José Maria Brandão de, *Dicionário do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996

ROSAS, Fernando, *Salazar e os Fascismos*, Lisboa, Tinta da China, 2019

SAMPAIO, Sofia, “O Filme Turístico em Portugal: 1930-1949”, em *Atas do III Encontro Anual da AIM*, ed. Paulo Cunha e Sérgio Dias Branco, Coimbra, AIM, pp. 416-430

SANTOS, Vítor Pavão dos (Org.), *A companhia Rosas & Brazão 1880 – 1898* (catálogo da exposição organizada pelo Museu Nacional de Teatro). Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1979

SCHENK, C. R., ‘The Hong Kong gold market during the 1960s: local and global effects’, em BOTTED, S., *The Global Gold Market and the International Monetary System from the late 19th Century until Today*, Palgrave, 2013, pp. 139-158

SEAVER, Kirsten A., *The Frozen Echo: Greenland and the Exploration of North America, Ca. A.D. 1000-1500*, Stanford University Press, 1996

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1951-1960)* - Vol. XVII, Lisboa, Verbo, 2006

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1960-1968)* - Vol. XVIII, Lisboa, Verbo, 2010

TSANG, David, *A Modern History of Hong Kong*, Hong Kong, I.B. Tauris, 2007

VANTHEMSCHE, Guy, *Belgium and the Congo, 1885-1980*, Cambridge University Press, 2012

WILLIAMSON, James, *The Cabot Voyages and Bristol Discovery Under Henry VII*, Haklyut Society, 1962

Obras específicas

A) Obras de Eduardo Brazão

BRAZÃO, Eduardo, *A descoberta da terra nova*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964

BRAZÃO, Eduardo, *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII*, vol. I, Lisboa, Resistência, 1979

BRAZÃO, Eduardo, *A unificação de Itália vista pelos diplomatas portugueses (1848-1870)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2 volumes, 1963-1966

BRAZÃO, Eduardo, *Instituto Português de Hong Kong*, Macau, Imprensa Nacional, 1947

BRAZÃO, Eduardo, *Os Corte Reais e o Novo Mundo*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1965

BRAZÃO, Eduardo, *Os Caminhos de Portugal*, Macau, Imprensa Nacional, 1947

BRAZÃO, Eduardo, *Portugal na Bélgica: de Filipe da Alsácia a Leopoldo I*, Lisboa, Museu do Dundo, 1969

BRAZÃO, Eduardo, *Portugal no Continente Africano - a questão colonial portuguesa na segunda metade do séc. XIX*, Lisboa, 1935

BRAZÃO, Eduardo, *Uma Velha Aliança*, Lisboa, Neogravura, 1955

BRAZÃO, Eduardo, “Notícia de Duas Missões a Roma pelo Embaixador D. Alexandre de Sousa e Holstein”, em *A Historiografia Portuguesa Anterior a Herculano*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1977

BRAZÃO, Eduardo, “O Conclave de 1903 e o veto da exclusão”, *Lvsitania Sacra*, nº6, pp. 177-237

BRAZÃO, Eduardo, “Reflexões sobre uma página de Herculano: A deposição de D. Sancho II”, em *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1977

B) Obras Sobre História Diplomática

GAUTRAT, Patrick, Pétain, Salazar, De Gaulle - *Affinités, ambiguités, illusions (1940-1944)*, Chandeigne, Bibliothèque Lusitane, 2019

HENDERS, Susan, *Macau and Hong Kong: Anglo-Portuguese Relations on the South China Coast*, York University, Canada, [s.d.]

JANEIRO, Helena Pinto, *Salazar e Pétain Relações Luso-Francesas Durante a II Guerra Mundial (1940-1944)*, Lisboa, Edições Cosmo, 1998

KISSINGER, Henry, *Diplomacy*, Nova York, Simon & Schuster, 1994

MATOS, Vera Margarida, *Portugal e Itália Relações Diplomática (1943-1974)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010

OLIVEIRA, Pedro Aires, *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007

PEREIRA, Bernardo Futscher, *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, 2.^a Edição. Alfragide, Dom Quixote, 2013

PEREIRA, Bernardo Futscher, *Crepúsculo do Colonialismo. A Diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2017

REIS, Bruno Cardoso, *Portugal e o Vaticano*, Lisboa, ICS-UL, 2.^a ed. 2007

C) Obras Sobre Protocolo Diplomático:

CUNHA, Hélder Mendonça e, *Regras do Cerimonial Português*, 2.^a ed., Lisboa, Bertrand Editora, 1989

MAGALHÃES, José Calvet de, *Manual Diplomático*, Lisboa, MNE, Biblioteca Diplomática, Série A, 1985

SERRANO, José de Bouza, *Livro do Protocolo*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2011

Publicações Periódicas

ALMEIDA, João Miguel, “A Oposição Católica ao Marcelismo (1968-1974)”, *Lusitania Sacra*, 2.^a Série, 16, 2004. pp. 273-293

CASTAÑO, David, “Paternalismo e Cumplicidade nas Relações Luso-Britânicas (1943-1949)”, *Relações Internacionais*, nº 11, Setembro 2006, pp. 19-29

CASTAÑO, David, “Olhares Irlandeses” em *Relações Internacionais*, 11, Setembro de 2006, p. 175

ESTEVÃO, Nuno, “Os Meios Católicos Perante a Guerra Colonial: Reconfigurações da Questão Religiosa em Portugal”, em *Lusitania Sacra*, 2ª Serie, 12, 2000

FERNANDES, Moisés Silva, Calvet de Magalhães nas relações luso-chinesas, 1946-1971, *Relações Internacionais*, nº 8, Dezembro 2005

LINDA, Manuel, “D. António Ferreira Gomes e a discussão sobre a Guerra Colonial”, *Humanística e Teologia*, 24, 2003, pp. 111-123

MARTINS, Marco António, Franco Nogueira e o processo de reconhecimento da República Popular da China, *Negócios Estrangeiros*, nº18, Dezembro de 2010, p. 239-270

NYE, Joseph, “Public Diplomacy and Soft Power”, *SAGE Journals*, Março 2008 (disponível em journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0002716207311699)

PATTEE, Richard, “Os Portugueses no Canadá”, *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, nº4, University of Toronto Press, 2000, p.191-206

PIMENTEL, Irene 1995, “A presença do fascismo italiano em Portugal 1926-1943”, *História*, n.º4, ano XVII (nova série), Janeiro, pp.14-25

PINHO, Arnaldo, “D. António Ferreira Gomes: Reflexão sobre o percurso duma vida”, *Humanística e Teologia*, 27, 2006, pp. 299-312

REIS, Bruno Cardoso, “Portugal e a Santa Sé no sistema internacional (1910-1970)”, *Análise Social*, vol. XXXVI, 2001

SERÔDIO, Maria Helena, “Othello em Portugal: De Rossi a Nekrosius, passando por Brazão, Rey Colaço-Robles e Joaquim Benite”, *Revista de Teatro da Companhia de Teatro de Almada*, nº18, pp.42-49

SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de, “Diogo de Teive e Pedro de Velasco supostos descobridores do banco da Terra Nova”, em *Revista de História*, 22(45), p. 161, Março 1961

NETO, Dirceu Marchini, “Ordem de Malta entre a História e o Direito Internacional”, em *Estudos Históricos CDHRPyB*, Uruguai, Ano X, Dezembro 2018, nº20 (disponível em estudioshistoricos.org/20/eh2012.pdf)

Teses

BARBOSA, Márcio Sérgio Costa, *Novo Estado Marcelista (1929-1974)*, Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015

COTRIM, João Pedro Caeiro da Silva Bernardo, *Tradutores e Propagandistas Da Tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação*, Dissertação de Mestrado em Tradução, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010

FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues, *Iberismo, Hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016

MATOS, Vera Margarida, Coimbra de, *Portugal e Itália. Divergências e Convergências em Quarenta e Três anos de Relações Diplomáticas (1943-1986)*, Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014

MONTEIRO, Anabela Nunes, *Macau e a presença portuguesa seiscentista no Mar da China interesses e estratégias de sobrevivência*, Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011

MOURA, Nuno Costa, «*Indispensável dirigismo equilibrado*» *O Fundo de Teatro entre 1950 e 1974*, Volume I, Dissertação de Mestrado em Estudos de Teatro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007

PRISTA, Marta Lalanda, *Discursos sobre o passado: Investimentos patrimoniais nas pousadas de Portugal*, Tese de Doutoramento em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011

SEQUEIRA, Catarina Martins, *O Protocolo de Estado na Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Relatório de História das Relações Internacionais apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob orientação de Ana Leal de Faria, 2015

SOUSA, Filipe Capelo de Passos, *As relações entre o Estado Novo e o Vaticano*, Dissertação de Licenciatura em História, apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa/Roma, 2013

TADEU, Tiago Agostinho Arrifano, *A Guarda Durante a II Guerra Mundial*, Dissertação de Mestrado em Económica e Social Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011

VAZ, Maria Laurentina Fagulha, *Ecos da Cultura de Raiz Portuguesa em Terras do Canadá*, Tese de Mestrado em Estudos Americanos, apresentada à Universidade Aberta de Lisboa, 2005

Imprensa Online:

BOURGARD, Joana, SOARES, Dina “Cheias de 1967. A tragédia que Salazar quis esconder”, *Rádio Renascença/Sapo*, 26 de Novembro de 2017 (disponível em rr.sapo.pt/cheias-1967)

FRANCISCO, Susete, “A mais faustosa receção do séc. XX”, *Diário de Notícias*, (disponível em dn.pt/portugal/a-mais-faustosa-rececao-do-seculo-xx-5504012.html)

MADAÍL, Fernando, “A queda (quase) fatal de Salazar da cadeira foi há 50 anos”, *Sábado*, 3 de Agosto de 2018, (disponível em sabado.pt/portugal/politica/detalhe/a-queda-quase-fatal-de-salazar-da-cadeira-foi-ha-50-anos)

Sites:

Arquivo Municipal de Lisboa - Atores Nacionais e Estrangeiros Data(s):[1869 - 1925] (disponível em arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/XarqWEB/Result.aspx?id=3509994&type=PCD&add=20)

Cardinal Electors for the 1939 papal conclave, Wikipedia, (disponível em en.wikipedia.org/wiki/Cardinal_electors_for_the_1939_papal_conclave) consultado às 22:20, 26 de Fevereiro de 2020

Cardinal electors for the 1958 papal conclave, Wikipedia (disponível em en.wikipedia.org/wiki/Cardinal_electors_for_the_1958_papal_conclave) consultado às 21:44, 1 de Março de 2020

Consistory 1946, Catholic Hierarchy, (disponível em catholic-hierarchy.org/event/cs1946.html) consultado às 21:36, 1 de Março de 2020

Diário de Notícias, Entre a aventura marítima e a pesca do bacalhau: esta é a história da estátua de Corte-Real, 16 JUN 2020 N°55209, (disponível em dn.pt/edicao-do-dia/16-jun-2020/entre-a-aventura-maritima-e-a-pesca-do-bacalhau-esta-e-a-historia-da-estatuade-corte-real--12311379.html)

Discover Places, (disponível em discoverplaces.travel/en/the-palaces-of-the-noble-families-of-rome-palazzo-orsini-and-palazzo-colonna)

Father Theodor Joset, (disponível em catholic-hierarchy.org/bishop/bjoset.html)

List of Commonwealth Visits made by Elizabeth II, Wikipedia, (disponível em en.wikipedia.org/wiki/List_of_Commonwealth_visits_made_by_Elizabeth_II)

List of prime ministers of Italy, Wikipedia (disponível em [en.wikipedia.org/wiki/List_of_prime_ministers_of_Italy#Italian_Republic_\(1946–present\)](http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_prime_ministers_of_Italy#Italian_Republic_(1946–present)))

Memoria Africa, (disponível em memoria-africa.ua.pt apud. restosdecoleccion.blogspot.com/2014/09/viagem-do-cardeal-cerejeira-mocambique.html)

Portal Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Relações Bilaterais, Países, Titulares, Vários Países (disponível em portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/titulares)

Palazzo Malta, Wikipedia, (disponível em en.wikipedia.org/wiki/Palazzo_Malta)

Renato Bova Scoppa, (disponível em baldi.diplomacy.edu/diplo/biogra/bovascoppa.htm)

Rerum Romanarum, (disponível em rerumromanarum.com/2014/07/villa-elia-lusa)